

Expresso revista



**NORTH AMERICAN
VAN LINES** Serviço de mudanças
internacionais
de e para Portugal, porta a porta

Contentores, Embalagens e Desembalagens,
Transportes convencionais por via marítima, Aérea
e Rodoviária, Guarda-Móveis, Armazéns próprios.

Agentes exclusivos em Portugal:

Pr. Duque da Terceira, 11-2 - LISBOA-1
Telefs. 32 03 17 - 32 03 27 - Telex. 12 412
NAVECOR, S.A.R.L.

COMO NASCEU, CRESCEU (E MORRERÁ?)

UMA CONVERGÊNCIA ESTIMULADA POR UNS E CRITICADA POR OUTROS

O QUE faz correr certos elementos do Conselho Nacional do Partido Social Democrata, que ainda ontem debatiam a oportunidade de apresentarem um documento de trabalho na reunião de hoje do Conselho em Viana do Castelo, documento respeitante à estratégia a adoptar pelo partido?

Quais os bastidores das Cimeiras PSD/CDS? Qual a história dessas Cimeiras e o porquê dos afrontamentos noticiados no primeiro daqueles partidos?

O EXPRESSO tenta hoje ir mais longe na revelação de elementos de um "puzzle" do qual o que se tem sabido não passa, em muitos casos, de manifestações epifenoménicas.



SÁ CARNEIRO e FREITAS DO AMARAL — Quais as estratégias por detrás dos sorrisos?

Quando surgiu a ideia?

Quando Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral encararam as câmaras dos fotógrafos na chamada Cimeira do Hotel Tivoli, entre dois "drinks" e alguns sorrisos — começava a expressão pública de uma ideia que começara a germinar algum tempo antes.

Fixar o momento da génese do processo das Cimeiras não é fácil. Para elementos ligados ao PSD, tudo começou em Setembro de 1976, com a proposta social-democrata de

alguns diálogos para a formação de uma "maioria democrática estável".

Para Adelino Amaro da Costa, tudo começou na reunião do Conselho Nacional do CDS, realizada no Porto nos dias 12 e 13 de Fevereiro de 1977.

Nessa reunião, teria sido aprovada a estratégia do CDS para os próximos 4 anos e nela avultavam dois princípios: a tendência para o destino da democracia portuguesa se polarizar em torno do Presidente da República; a conveniência de um diálogo mais intenso entre o PSD e o CDS.

Efectivamente, seis meses antes o CDS propusera, através de Basílio Horta, uma coligação PSD/CDS para as

autarquias locais. Em Seteais (nas reuniões que antecederam o Congresso de Leiria), elementos grados do PSD debateram a proposta — apenas um deles a defendeu, Francisco Sá Carneiro. Rui Machete absteve-se. Todos os demais pronunciaram-se contra.

"Seis meses depois, o CDS retomava a ideia" — revelou ao EXPRESSO Adelino Amaro da Costa, desvendando, pela primeira vez, as conclusões de uma reunião, mantidas secretas até hoje.

Conclusões que são da lavra de Diogo Freitas do Amaral, e por ele foram defendidas, numa longa intervenção de várias horas.

Prolegómeno

Três dias depois do 25 de Abril, Diogo Freitas do Amaral opta pela necessidade de uma declaração política na Assembleia da República. Uma declaração a propor plataformas de convergência ao Governo e aos partidos da "maioria presidencial". Este discurso teria lugar em 5 de Maio, e responder-lhe-ia, a 12 do mesmo mês, o vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista, Jaime Gama, localizando na Assembleia da República qualquer diálogo político, necessariamente a quatro.

Chegara, entretanto, dos EUA Francisco Sá Carneiro, que para lá partira a 27 de Abril, e perdera, portanto, o ensejo de viver em Portugal os tempos de ressaca da mensagem presidencial de 25.

Usando da palavra em Viseu, Sá Carneiro rejeita a invocação da "maioria presidencial" feita por Freitas do Amaral, mas fala da urgência de uma convergência de partidos democráticos.

Para Diogo Freitas do Amaral, aparece em Viseu, da boca de Sá Carneiro o qualificativo da "Convergência Democrática".

No entanto, parece discutível esta paternidade: muitos meses antes, num liceu do Norte, uma lista JSD/JC recebera a designação de lista de "Convergência Democrática" — nome posto pelos dirigentes centristas.

Em qualquer caso, este nome seria um dos grandes sucessos do CDS nas Cimeiras com o PSD. Enquanto os dirigentes do PSD, ingenuamente, escreviam a

expressão com letra minúscula, publicavam-na os órgãos afectos aos centristas com maiúsculas. Onde o PSD afirmava não haver tal entidade, desmultiplicar-se-iam os dirigentes centristas em sessões de esclarecimento interno, dando-lhe forma de quase "bloco".

De tal modo a confusão cresceu que, pelo menos uma vez, o próprio presidente do PSD foi levado a falar da "Convergência Democrática" (eventualmente utilizando a expressão com maiúscula).

(Continua na pág. 2-R)

O discurso do 25 de Abril

Entretanto, na Assembleia da República, o PSD ia desenvolvendo a ideia de "maioria democrática estável", nova fórmula que substituiu a sugestão do "governo de salvação nacional", corrente durante o verão de 1976.

Com alguns entendimentos PS/PSD na Comissão de Economia da Assembleia da República, subiam no PS as cotações de um António Guterres e de um Herlander Estrela, e no PSD as de um

Sousa Franco e de um António Rebelo de Sousa. A defesa da proposta de lei governativa, relativa à delimitação dos sectores público e privado, permitia mesmo a Sousa Franco, em S. Bento como na RTP, assumir o papel de teorizador das posições governamentais.

E, no entanto, nos Conselhos Nacionais do PSD de Lisboa e de Braga era sensível a tendência de alguns dirigentes para um maior endurecimento em relação ao Governo. Em vésperas do Conselho de Braga, a linha "dura" tentava vingar na Comissão Política Nacional, sem sucesso. Aí, uma vez mais,

das figuras gradas do Partido apenas Rui Machete tomara tal linha, como Francisco Sá Carneiro, ao invés de homens como Magalhães Mota, Barbosa de Melo, Francisco Pinto Balsemão, Alfredo de Sousa.

O CDS, paralelamente, virava-se para o PSD. Desiludido com a falta de sequência do PS à proposta de "gentlemen's agreement" de 24 e 25 de Dezembro de 1976, o CDS colhia do debate da Lei sobre delimitação de sectores o amargo de uma marginalização inesperada.

Em Janeiro de 1977, Amaro da Costa ainda ouve de Jorge Campinos o desejo de contactos bilaterais do PS com os três restantes grandes partidos com assento parlamentar. Mas tratou-se de um desejo sem corolários.

E, assim, se chegaria ao discurso do Presidente Eanes de 25 de Abril.

Viagem no interior de uma Convergência Democrática

Continuação da pág. 1-R)

Estratégia deformada

A 18 de Maio, Francisco Sá Carneiro telefona a Mário Soares e a Diogo Freitas do Amaral, para convidar o PS e o CDS para encontros com o PSD, invocando o discurso do Presidente Ramalho Eanes.

Dias antes, numa reunião informal de três elementos da chamada Comissão de Estratégia do PSD — Sousa Franco, Ângelo Correia, Marcelo Rebelo de Sousa — nascera a ideia de Sá Carneiro fazer em S. Bento uma declaração política, prevendo a convocação de um Congresso Extraordinário do Partido para Agosto, destinado a proceder a uma análise política que os Conselhos Nacionais manifestamente não conseguiriam fazer.

Paralelamente, o PSD deveria convidar para um encontro bilateral todos os partidos e organizações democráticas (como a Sedes), tendo em vista propiciar entendimentos a nível parlamentar. Deveria começar por saudar o PS, até pelas afinidades ideológicas e só depois encetar a oportunidade de outros contactos.

Estes alguns dos pontos de uma sugestão informal, da qual Francisco Sá Carneiro recolheria e executaria um ponto apenas, e este mesmo convidando, simultaneamente (e não escalonadamente, com

prioridade ao PS), apenas duas entidades partidárias: o PS e o CDS.

O CDS — que já antes sondara, sem sucesso, o PSD na pessoa de Sousa Franco — aceitou o convite no próprio dia 18, uma vez que, quando Sá Carneiro telefonou, Diogo Freitas do Amaral se encontrava em reunião com o Secretariado da Comissão Política.

O PS responderia só no dia 20, depois da reunião do seu Secretariado Nacional.

A 19, Francisco Sá Carneiro acelera — encontra-se com Diogo Freitas do Amaral nos Passos Perdidos. São 45 minutos de conversações e Amaral levanta uma questão: pretende o PSD prosseguir com a ideia, mesmo que o PS não a aceite? Resposta de Sá Carneiro: "Sem dúvida".

Cunha Leal e Basílio Horta ficam de escolher o local e preparar a agenda. O CDS chega a sugerir o Hotel Penta, mas vinga o Hotel Tivoli.

Estava iniciado o processo, que rapidamente saltaria de uma para várias Cimeiras. Processo em que o PSD teria a representá-lo Sá Carneiro, Magalhães Mota, Sousa Franco e Cunha Leal, e o CDS Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Basílio Horta e Eugénio Anacoreta Correia (este um jovem ligado ao pelouro dos Açores e da Madeira, de origem nortenha).

Do Tivoli à Via Norte

Organizadas pelo CDS as Cimeiras de Lisboa e pelo PSD a do Porto, a euforia da primeira sucederia o comunicado inconclusivo da segunda, e finalmente o endurecimento da terceira, em particular no respeitante à votação do Plano.

Entre as Cimeiras, Sousa Franco e Amaro da Costa formavam grupo informal para

a cooperação parlamentar, Magalhães Mota e Basílio Horta grupo relativo aos aparelhos partidários.

Também entre a segunda e terceira Cimeira (em que se não marcou sequência por pressão de Sousa Franco, Cunha Leal e Diogo Freitas do Amaral) houve, em casa particular, longo encontro entre os presidentes do PSD e do CDS.

O conteúdo das Cimeiras

ultrapassou largamente o teor dos comunicados. Não tanto em termos de coligação ou aliança, mas sobretudo em termos de pormenor de análise.

Tudo isto — sob a apreciação atenta de um PCP intrigado, e sobretudo de um PS muito interessado na evolução dos encontros.

Desde os frios contactos Soares-Amaral e Soares-Sá Carneiro de 24 de Maio até às

mais calorosas audiências desta semana — um caminho complexo foi trilhado.

Quanto à posição de Eanes, tanto dirigentes do PSD como do CDS asseguraram a sua compreensão relativamente aos encontros, embora tivesse preferido patrocinar plataformas — ele próprio — em momento a estudar. Houve quem usasse a expressão "luz amarela", para definir a atitude do Presidente da República.

Contestações que sobem

Não desautorizados por Eanes, suscitando algum mal-estar num Soares ansioso pelo voto PSD para certas leis em debate em S. Bento, porquê a contestação suscitada pelas Cimeiras no seio do PSD, uma contestação que foi crescendo, e hoje é tema de parangonas jornalísticas?

Não se trata de choques pessoais entre as delegações do PSD e do CDS às Cimeiras. Pelo contrário — desde o dia 15 de Maio que as relações entre Francisco Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral (que voltaram a encontrar-se na Assembleia da República no meio desta semana) melhoraram substancialmente.

Há mesmo observadores que atribuem tal melhoria à intervenção de Diogo Freitas do

Amaral na conturbada reunião de Belém, sobre os Açores, naquele dia 15 de Maio, onde o líder centrista se opôs à emissão do comunicado da Presidência da República, sugerindo que fosse subscrito pelo Estado-Maior General das Forças Armadas. Sá Carneiro teria ficado agradado pela atitude do presidente do CDS.

Não se tratando de questões pessoais, o que tem agitado o PSD tem sido antes uma natural crítica ao decurso do processo das Cimeiras.

Entre a primeira e a segunda, as críticas foram quase nulas, embora se colocasse em dúvida a necessidade e a conveniência da realização desta.

Já então (como depois) a Comissão de Estratégia do PSD assistira, sem qualquer intervenção, ao processo em curso.

Depois do comunicado vazio da segunda cimeira, dois focos de contestação surgiram: um foco encabeçado por Rui Machete que se demarcava da iniciativa, colocando-lhe reticências (embora não públicas); um grupo de jovens com participação em vários órgãos de informação (incluindo o "Povo Livre") que apontava os perigos da versão centrista que corria dos encontros

bilaterais. Nomes deste segundo grupo: António Rebelo de Sousa, Guilherme Oliveira Martins e Manuel Castelo Branco.

Atrás de Rui Machete, perfilavam-se alguns sectores socioprofissionais, mas também elementos cuja demarcação em relação ao CDS resultava de certas pruridos de confusão ideológica, elementos considerados de visão mais direitista dentro do partido.

O grupo formado pelos jovens turcos desmultiplicou-se nas críticas à terceira Cimeira, e sobretudo à saudação conjunta dirigida pelo PSD e CDS ao Primeiro-Ministro espanhol e à UCD.

Na Comissão Política Nacional de há 10 dias atrás, por unanimidade foi entendido que não tinha havido ultrapassagem dos poderes da Comissão quando o seu Comité parlamentar optou pelas Cimeiras com o CDS. Mas esta unanimidade, bem como o entendimento maioritário de que a iniciativa se enquadrava na estratégia por ela definida não impediu que alguns elementos tivessem sido bastante duros nos seus comentários. Assim, por exemplo, a JSD.

Em vésperas do Conselho Nacional de Viana do Castelo,

alguns sectores do Partido pensam que o alarido levantado em torno das Cimeiras é manobra de outros sectores para pôr em cheque o Partido e a sua direcção. Trata-se de uma tese de lógica difícil, uma vez que as críticas têm surgido de elementos que vão desde um Rui Machete até a um Ângelo Correia, passando por um Guilherme Oliveira Martins, um Sérvulo Correia.

Mais lógico é pensar que a linha das Cimeiras corresponde apenas a um acordo de consulta parlamentar e que o PSD, no seu Conselho Nacional de Viana do Castelo, virá reafirmar maioritariamente, que não pretende alianças preferenciais nem deseja acordos globais com o CDS.

Dentro desta interpretação, a ideia da Convergência Democrática termina a 23 de Julho próximo, muito embora se possa vir a discutir no futuro se é conveniente ou não retomar um acordo de consulta parlamentar. Discussão que, para os que contestam o modo como ela evoluiu, só terá sentido uma vez concretizada uma aproximação privilegiada com o PS, não só no domínio parlamentar, como também nos domínios sindical, de administração local e outros.

A maior linha de máquinas industriais para limpeza

"Mais de 90 modelos para resolver qualquer problema"



...ui a maior linha de máquinas para todas as operações... qualquer tipo de pavimento: sólidos e líquidos; en...; máquina para lavar... bras-secadoras para gran... varredora-aspirador e... uma gama de acessórios.

...nico de Estudo da Vadeca... compromisso de compra... das sua gama, próprias... especializada de cada local.

vadeca

...s Santos, Lote 2 - Telef. 789333
Janeiro, 210 - Telef. 20471

fevertest

teste instantâneo da febre



leitura imediata
utilizável milhares de vezes

Basta colocar na testa a fita plástica, durante quinze segundos.
Se aparecer a letra N a temperatura está Normal.
Se aparecer NF, é porque se trata de um estado Febril, portanto acima dos 37°.

Processo de detectar a febre baseado num novo sistema...
o no...
extremam...
"Fevertest" encon...

Eduardo Lourenço



Obrigado a Sá Carneiro

"Nem ele nem o PS são capazes de fazer história, nem sequer de agir a nível de Estado. Essa é a nossa missão fundamental. É necessário ir desde já pensando, falando, na revisão da Constituição e eleição do novo PR".

"A fortuna ajuda os audazes".

Sá Carneiro

Um ano apenas de governo "socialista" conduziu em linha recta a primeira tentativa seria de implicar directamente no insucesso e impasse generalizado da sua actuação, o próprio Presidente da República. Nenhum democrata tem o direito de reagir a este ataque político ao Presidente como uma vestal diante de um acto sacrilégio. O simples cidadão tem todo o direito de discutir, discordar e combater por meios democráticos a política dos seus eleitos. Mais natural é que esse direito assista ao chefe de um partido dos mais votados do país. Por isso mesmo não me juntarei ao coro dos que há muito acusam o dr. Sá Carneiro de "desestabilizar" com as suas declarações ou críticas, uma vida política que merecia sossobrar pelo simples facto de a si mesma se apresentar tão vulnerável que a normal crítica política a ameaça nos seus alicerces. Como chefe de um partido de oposição, o dr. Sá Carneiro age como melhor entende para defender os interesses que representa. Que queira ter um partido coeso na mão para poder negociar sem equívocos a sua plataforma é seu problema e seu direito. Pessoalmente, a derrota da ala mais "liberal" do PSD aparece-me como duplamente vantajosa: por um lado coloca o PSD e o seu chefe no lugar certo do tabuleiro nacional, quer dizer, no centro dele; por outro retira ao PS as cartas com que contava para perpetuar sem na aparência, ter de vender a pouca alma socialista que lhe resta, o *jogo socio-democrata* incoerente e versátil de que se fez uma especialidade. Se não há outro jogo político possível em Portugal que o da *socio-democracia* (o que pode perfeitamente conceber-se) é necessário que daqui em diante o PS o jogue às claras e não nos jantares e nas conversas de corredores com os subtilíssimos políticos lisboetas que o nortenho Sá Carneiro remeteu com carta de prego para as regatas em família entre o Terreiro do Paço e Cascais. Mas é evidente que para o grande jogo da portuguesa socio-democracia Sá Carneiro não precisa de mentores. Será ele a dar as cartas e é de justiça: a coerência merece ser recompensada. E ao contrário do que uma imprensa às ordens do PS, na sua maioria, insinua, o dr. Sá Carneiro é um *político coerente*. Desde o princípio nunca enganou ninguém: não quer o *socialismo* em Portugal e não se lhe pode censurar que trabalhe e empregue todos os recursos democráticos de que dispõe (não falo dos outros...) para levar a cabo o seu objectivo.

A situação do PS é simplesmente dramática: ei-lo, forçado, de fora, contra o sentimento mais arraigado dos seus chefes históricos a *querer o socialismo que também não quer*. Habitua-

do a resolver todas as semanas a quadratura do círculo político nacional, não será esse trabalho de Hércules que o desencorajará. Uma das soluções (nunca se sabe) pode consistir em lembrar-se, *de súbito*, depois de um ano em que se entregou e entregou o País a social-democracia internacional, que é, afinal, "segundo os estatutos", um *partido socialista*. Como há socialistas no PS (e mesmo entre os maiores) um milagre é sempre possível. Mas a lei da inércia também se aplica em política. Seria realmente um milagre que os donos do PS que tão pouco êxito alcançaram na tentativa de corromper "por dentro" os maquiavelinhos do PSD se ficassem a meio de tão frustrada e aliciante perspectiva. Os santos falharam, entender-se-ão directamente com Deus sob a forma pouco maleável, mas não irredutível de Sá Carneiro. E na companhia do terceiro homem, com vocação para primeiro, lá irão os três, de mão dada, como o poeta do "Guardador de Rebanhos", pelos caminhos que há, os da *socio-democracia, versão marcelista*, que é a única saída para uma Revolução traída por dentro por aqueles que nunca viram nela mais que a ocasião para se tornarem os mafiosos de um poder para os quais não os qualificava nem a decisão, nem a competência, nem o senso autêntico de Estado.

Fora deste marcelismo socio-democrata, há, ainda, como alternativa, a vocação imperativa socialista que a Constituição define e há a "esquerda" a quem compete encarná-la na nossa bloqueada e lamentável história. Mas é uma esquerda, minada no centro mesmo do poder que ainda detém e a que só a mão do responsável máximo pelos destinos nacionais, as forças populares e as Forças Armadas fiéis a mesma Constituição, podem galvanizar. Deve-se agradecer a Sá Carneiro o ter tido o coragem de desafiar a Revolução. Só o pode fazer porque ela é desafiável. Impunemente? O próximo futuro o dirá. Sá Carneiro não é um fascista, como em tempo útil o provou, mas no seu desafio, neste momento, se enfrentarem todos os rancores, todas as desilusões (algumas bem legítimas) que o miserável imobilismo político português acumulou nos últimos anos sob todos os domínios. E sob esse desafio se desenha, sem apelo, o perfil de um neo-fascismo que a traição e incapacidade de uma pseudo-esquerda, acabarão por tornar não só desejável, como *popular*. As vestais de uma esquerda sonâmbula, gabirolizada como quase tudo no nosso País, escandalizam-se com a hipótese de um "presidencialismo" capaz de por um mínimo de eficácia e ordem numa situação à deriva. A lição da defunta República não foi aprendida por ninguém. Talvez seja tempo de a meditar, *enquanto há tempo*. Entre o espectro, cada vez mais consistente desse neo-fascismo para que nos conduz um parlamentarismo impotente, e a hipótese de um "presidencialismo" de base popular, a escolha terá de ser algum dia feita. O melhor era que o fosse em tempo útil para que a futura esquerda reduzida ao silêncio não venha a nutrir, como a chulena, tristezas ou remorsos sem apelo.

opção

ANO II/N.º 53/28 DE ABRIL A 4 DE MAIO DE 1977/25900

Director: Artur Portela Filho

Propriedade da Frente —
Sociedade de Publicações, Lda.

portugal

Luneta.....	3
Editorial/Que é feito do 25 de Abril?.....	16
Por uma «Opção» melhor: resultados de um inquerito... 18	
Capitães: mais do que memória, vontade!.....	22
Entrevista/Vasco da Gama Fernandes.....	25
Cartoon/Otanas!.....	31
Sá Carneiro, Play Boy.....	32
Semana Opção.....	38
Desporto/Natação.....	40
Liceus/Reportagem em Coimbra.....	42
Debate Opção/Liceus.....	45
Cartas ao Director.....	59

colunistas

Eduardo Lourenço.....	21
Eduardo Prado Coelho.....	30
Remy Freire.....	37

mundo

Espanha/Suárez trabalha bem.....	47
Itália/DC e PCI à procura de um entendimento.....	48
Zaire/Um novo Dien Bien Phu?.....	49

cultura

Cinema/Os demónios de Alcácer-Quibirs.....	52
TV/Circular e viver.....	53
Teatro/Boal Tiradentes.....	55
Artes plásticas/Gil Teixeira Lopes.....	56
O 1.º de Maio/uma evocação histórica.....	57

vária

A Nossa Opção.....	4
Carne & Osso.....	50
Grafologia.....	60
Palavras cruzadas.....	61
Filatelia/Medalhistica/Numismática.....	62



Depois de Freitas do Amaral,
Sá Carneiro,
O presidente do PSD
fala da
padeira de Aljubarrota,
de Mário Soares,
de Cirano de Bergerac,
do governo de coligação,
disto e daquilo.
Suculento. Começa na pág. 31



Vasco da Gama Fernandes
dialoga com Artur Portela.
Tema: os ataques
que lhe movem enquanto
Presidente da Assembleia.
Curiosamente, vêm todos
do mesmo lado!
De onde? Porquê?
Vasco da Gama diz.
E diz que irá à Índia.
É na pág. 25

Liceus e Política.
Prossegue o debate.
"Opção" ouve
liceus de Coimbra.
E mantém as suas colunas
abertas a alunos,
professores e pessoal
administrativo.
Muito revelador.
E quente. Pág. 42



Sá Carneiro é Primeiro-Ministro.
 O PSD forma Governo com o CDS.
 O PS passa à oposição.
 Há quem sinta um calafrio.
 Mas também há quem esfregue as mãos.
OPÇÃO faz o cenário.
 É na pág. 30



Eduardo Lourenço e Marcelo Rebelo de Sousa
 debatem a social-democracia nas páginas da **OPÇÃO**.
 Coisa fina, a não perder.
 Começa na pág. 27

Eanes em Trás-os-Montes.
 Maria Armanda Passos acompanha o Presidente.
 Isto enquanto se debate em Lisboa a Reforma Agrária.
 César Oliveira comenta.
 Não perca o nosso "Nacional".
 Princípa na pág. 22



opção



ANO II/N.º 64/13 A 19 DE JULHO DE 1977/25\$00

Director: Artur Portela Filho

Propriedade da Frente — Sociedade de Publicações, Lda.

portugal

Luneta	2
Editorial/O Mundo Vaca	
Barreto a banhos de multidão	22
Ramalho Eanes em Trás-os-Montes	25
Marcelo Rebelo responde a Eduardo Lourenço	28
FP OPÇÃO /Sá Carneiro, Primeiro-Ministro	30
Semana Opção	36
Cartas ao Director	54
Entrevista/José Luís Nunes	64

colunistas

Remy Freire	24
Eduardo Lourenço	27
Eduardo Luís Cortesão	40
Eduardo Prado Coelho	53

vária

A Nossa OPÇÃO	4
Férias 77	14
Carne e Osso	44
Grafologia	54
Palavras Cruzadas	55
Filatelia e Numismática	56

mundo

Eurocomunismo e desilusões europeias ..	41
EUA/Como Guiar a América	42

cultura

Polémica Rocha de Sousa/Ernesto de Sousa	46
Cinema/Sementes de Violência	48
Teatro/Casimiro e Carolina	49
Boal explica o que foi fazer lá fora	51
Conto/"A Professora"	52

documento

Terceiro Mundo: tema da Quinzena de Realizadores de Cannes, em Lisboa	58
---	----

~~Revista Política~~ P.S.D.

RECORTES DE IMPRENSA

SIGT

data 18/4/79

- O Dia
- O Diário
- D. Notícias
- Jornal Novo

- Com.do Porto
- J.de Notícias
- 1ª Janeiro
- A Capital

- D. Lisboa
- D. Popular
- Semanários
- Periódicos

- Imp. Estrang.^a
-
-
-
-



Para onde vai Sá Carneiro?

por José Monteiro

Qualquer evolução previsível, dentro dos cânones da teoria política, mostraria que a AR, veria a sua acção bastante limitada pela sua incapacidade, pela sua insuficiência, que os partidos se obstruíam uns aos outros pela sua ineficácia, que os Órgãos de Soberania resvalariam uns nos outros, pela sua fraqueza, que o sistema no seu conjunto dificilmente chegaria ao fim da legislatura, incólume.

Se bem que os reajustamentos e os próprios factos reais só se sejam na medida dos factores que os geram, estes últimos simulam toda a realidade, ao abstruírem dela o conteúdo das acções políticas, publicamente explicitadas, deixando estar tudo como está, e, noutros casos, fazendo emergir do sistema apenas o conveniente, ignorando o resto, desfigurando a realidade, dando-lhe forma diversa, e fazendo-nos por fim, acreditar nessa forma diversa como a verdadeira.

Acontece, depois disto, que duas realidades, uma concreta, outra a falsa imagem da primeira, caminham no nosso quotidiano cruzando a vida de todos nós. Enquanto uns suportam a primeira, dessas condições de vida do trabalho diário, da força dos braços e do intelecto, outros alimentam e reanimam a segunda jogando a diariamente na vida pública como um peso que todos somos obrigados a suportar, como destino fatal.

Há, no entanto, momentos na vida de um Povo, em que as duas realidades, uma a verdadeira, outra a falsa imagem desta, se entrecrocam, e como num acidente de viação, ambos os condutores são obrigados a prestar contas. Após, só muda coisa se como a saber, a realidade, para

imagem da primeira, começa agora o senhor Sá Carneiro a alimentar, tal como a tinham já alimentado os senhores Alvaro Cunhal, Mário Soares e Freitas do Amaral. Talvez o condão político dos nossos líderes seja esse: o de uns atrás dos outros caírem na mesma esparrela.

Se a estratégia «sá-carneirista» falhou redondamente na votação do OGE e do Plano — e não há vitória que valha metade dos deputados de qualquer partido que seja e em que circunstâncias for — a situação emocional criada pelo líder social-democrata, envolvendo Panes e Mota Pinto, apenas recoloca a questão infernal em termos menos previsíveis, isto é, pior que o vazio da AR, o vazio do regime e do Poder. Nenhum Poder é capaz de resistir à inoperância da Administração, principalmente quando os instrumentos legais e necessários à sua actividade se adiam ao sabor do capricho e da irresponsabilidade, e os meios adequados da legislação económica e fundamental da política do Governo são irresponsavelmente desvirtuados pela AR.

Se o senhor Sá Carneiro, meses antes, lançava o partido para uma cruzada capaz de uma próxima vitória eleitoral, precisamente na primeira sensação transmitida aos eleitores de uma segurança, no espírito patriótico, abstenendo-se de eleições antecipadas, quando a poderia exigir, desta feita, quando Mota Pinto se mostra o Primeiro-Ministro à altura das circunstâncias que a Nação exige, quando não há OGE, e questões graves esperam solução, é o mesmo político a iludir tudo, a desfazer tudo, a criar uma sensação de insegurança e rejeição dos interesses nacionais.

Em primeiro lugar, a clarificação partidária não pode ser feita à custa dos interesses nacionais, e menos ainda com eleições antecipadas, à maneira de estape, que nada irão resolver tal como as coisas estão, e os assuntos políticos se comportam. Em segundo lugar, essa clarificação não pode ser feita à custa da rejeição de Mota Pinto, só pelo facto de a política deste criar um ambiente favorável à criação do partido «reformador», ou seja, o senhor Mota Pinto não pode ser responsabilizado, pela sua política de recuperação ser o teste da ineficácia do actual leque partidário, promovendo, pela via objectiva, reajustamentos no sistema, que tarde ou cedo teriam que se dar.

Destraindo os conceitos da lógica e da racionalidade que mais poderá acontecer? Governa-se este País em função de quê? Já sabíamos que em função do senhor Alvaro Cunhal, depois do senhor Mário Soares, agora do senhor Sá Carneiro? Talvez ele veja no senhor Mota Pinto um adversário insuperável, mas não é criando emocionalmente uma falsa imagem da realidade em volta deste governo, de conluio (...) com o PCP, de cedência no Alentejo, etc., o mesmo esquema mental do PS e do CDS quanto a Nobre da Costa — que poucos meses antes o PSD condenava em nome do interesse nacional — que o sistema partidário se clarificará e o País ganhará confiança em si mesmo.

Cada vez mais a família política e a família de uns poucos, onde os outros sofrem a humilhação dos enteados obrigados a sair de casa à procura de novo refúgio. Só resta saber se no PS os enteados o são na mesma medida que no PSD, ou se a verdade para uns não é a mesma para os outros. Se for a mesma, enfão para onde vai o senhor Sá Carneiro, já que nem ele nem o senhor Mário Soares poderão ser a alternativa de um e de outro aos dissidentes de cada um.

F.S.D.

RECORTES DE IMPRENSA

Zel Herold

SICT data 18/4/78

- 0 Dia
- 0 Diário
- D. Noticias
- Jornal Novo

- 0 Século
- Com.do Porto
- J. Noticias
- 19 Janeiro

- A Capital
- A Luta
- D. Lisboa
- D. Popular

- Semanários
- Periódicos
- Imp.Estrang.^a

Au Portugal

M. Sa Carneiro est disposé à reprendre la présidence du parti social-démocrate

De notre correspondant

Lisbonne. — La ligne dure s'est imposée au sein du parti social-démocrate. M. Sa Carneiro s'affirme « éventuellement disponible » pour reprendre la présidence de cette formation politique lors du congrès extraordinaire prévu pour le mois de juin prochain. Tous les dirigeants, membres de la commission politique, démissionnaires depuis le 8 avril, ont maintenu leur décision. Certains, comme MM. Sousa Franco, Fervulo Correia et Magalhaes Mota garderont uniquement leur mandat de député. D'autres redeviendront de simples militants. La tendance modérée du P.S.D. favorable à une « opposition non systématique » à l'égard du gouvernement actuel semble éliminée.

La foule des admirateurs inconditionnels de M. Sa Carneiro avait envahi les salons de l'hôtel où s'est déroulé le conseil national du parti. Des cris de victoire ont salué l'entrée du leader social-démocrate. Une réception beaucoup moins enthousiaste a été réservée, en revanche, aux amis de M. Sousa Franco, appelés « divisionnistes » et « sous-marins du P.S. ». Des milliers de télégrammes ont été lus en début de séance. Ils appuyaient tous celui qui, pour l'écrasante majorité des sociaux-démocrates, est le seul chef incontesté.

Dans un document élaboré par l'ancienne commission politique, M. Sa Carneiro était accusé de « contester globalement le système », en contradiction avec la social-démocratie, « qui est essen-

tiellement réformiste ». Ses attaques contre le président de la République et ses appels à la révision de la Constitution auraient eu pour seul résultat, selon les minoritaires du P.S.D., un rapprochement entre communistes, socialistes et centristes, rendant ainsi plus difficile la chute du gouvernement et la convocation d'élections anticipées à la suite d'une dissolution de la Chambre. « L'heure est arrivée de clarifier la situation dans le parti », disait-on dans les couloirs. Ce point de vue était partagé par les démissionnaires, qui, tout au long des débats, se sont opposés à toute hypothèse de compromis.

Le spectre d'une scission plane sur les sociaux-démocrates. On estime de part et d'autre que la confusion et l'instabilité régnant depuis presque un an ne peuvent plus durer. M. Sa Carneiro condamne la stratégie préconisée par les modérés sans pour autant assumer ses responsabilités à la tête du parti. Il a donné son aval à l'élection de dirigeants qui, visiblement, ne suivaient pas ses avis. Se disant dégoûté de la politique, il n'a pas renoncé pourtant à mener des activités parallèles aux structures du parti. Il n'a pas non plus cessé de critiquer l'orientation politique adoptée par l'organe suprême du S.P.D. S'opposant à la stratégie définie au dernier congrès, il est parti en guerre contre le général Eanes et s'est prononcé en faveur d'un référendum sur la Constitution.

JOSÉ REBELO.



<input type="checkbox"/>	O Dia	<input type="checkbox"/>	Com.do Porto	<input type="checkbox"/>	A Luta	<input type="checkbox"/>	Periódicos
<input type="checkbox"/>	O Diário	<input type="checkbox"/>	J.de Notícias	<input type="checkbox"/>	D. Lisboa	<input type="checkbox"/>	Imp. Estrang.
<input checked="" type="checkbox"/>	D. Notícias	<input type="checkbox"/>	19 Janeiro	<input type="checkbox"/>	D. Popular	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Jornal Novo	<input type="checkbox"/>	A Capital	<input type="checkbox"/>	Semanários	<input type="checkbox"/>	



Incoerências de Sá Carneiro

Augusto S. Lopes

Sá Carneiro é o protótipo da instabilidade, da crise, da incoerência. Quem haja acompanhado a sua carreira política e tenha seguido mais de perto o curso da sua actividade ao longo destes quatro anos não pode deixar de se impressionar com o á-vontade com que leva a cabo as mais inesperadas piruetas, a sem-cerimónia com que arregala o olho e tenta impingir-nos o oposto do que antes defendera, algumas vezes, de forma arrebatada e aparentemente convencida. Na sua esmagadora maioria é esta a imagem que o povo português alimenta do «militante n.º 1» do PPD/PSD. O ocorrido nos últimos dias reveste no entanto um cunho de tal modo grosseiro que não podemos passar em silêncio a nova mistificação sá-carneirista.

Quem, com a mínima atenção, leu ou ouviu as declarações de Sá Carneiro á saída de Belém não terá deixado de reparar no «canto de se-reia» do ressuscitado presidente do PPD/PSD, a contrastar com as posições pelo mesmo assumidas em período recente.

Evidencia-se, antes de mais, o interesse de Sá Carneiro em cultivar a imagem do homem sereno que não é. Recorde-se a forçada figura de marca com que há dias apareceu nos pequenos «écrans». Tenha-se presente a longa «marcha atrás», mascarada de bom-senso e falsidade, com que surgiu a falar aos órgãos de comunicação no final do encontro com Ramalho Eanes. O homem da rua terá perguntado então: se o Presidente da Republica não mudou, como é mais do que evidente, que diabo terá levado Sá Carneiro á mudança de linguagem e de atitude? Conhecidas como são as profundas divergências que separam Sousa Franco do

«militante n.º 1», que caprichos do destino explicam que Sá Carneiro tenha chegado a ponto de citar aquele?

A manobra sá-carneirista é mais do que clara embora nem por isso devamos deixar de a realçar e de lhe tecer alguns comentários.

Não obstante a vitória que o recolocou na presidência do PPD/PSD, Sá Carneiro é um homem com medo. Ele sabe que o preço dessa vitória foi a divisão e o enfraquecimento irremediável do partido. Sá Carneiro é presidente de um partido que só existe nas «estruturas». Sá Carneiro é presidente do PPD de Helena Roseta-Natália Correia, contra o PSD de Sousa Franco-Magalhães Mota-Sérvulo Correia. Sá Carneiro obteve uma vitória de setenta e cinco por cento contra os quadros do partido, contra a maioria do grupo parlamentar (48 em 73 deputados são favoráveis ás teses e á orientação do grupo Sousa Franco).

Quando Sá Carneiro defende, pressuroso, a criação de um Governo de Salvação Nacional limita-se a mistificar a solução que ele secretamente preconiza. E essa solução é, nem mais nem menos, do que a substituição do CDS pelo PPD-PSD no Governo da Republica.

Pena é que Sá Carneiro se não dê conta de que ninguém o toma a sério, que se cobre de ridículo ao propor um Governo de Salvação Nacional. Como admite ele, sábio em política, juntar-se ao Governo dos «incompetentes»? Ou a sua estatura de homem publico não lhe permite vislumbrar que ninguém acredita ser o dividido e enfraquecido PPD-PSD que pode dar credibilidade e competência a qualquer Governo?

Não está ele consciente de que a opinião publica portuguesa não esqueceu ainda os tempos em que não ocultava

os seus esforços e tentativas para entrar na Internacional Socialista? E se está como quer que o acreditem quando vem especular e fazer demagogia com os apoios internacionais de que o País carece e sem os quais não lograria fazer face aos seus problemas e vencer a crise que o envolve? Ou defenderá Sá Carneiro a política do racionamento, das bichas, da fome? Ou defenderá Sá Carneiro a política do racionamento, das bichas da fome? Por nós não temos duvidas de que assim é. Mas que tenha a coragem de o dizer, esclarecendo inequivocamente acerca da concepção de sociedade que advoga, da acção governamental que defende.

A verdade porém é que Sá Carneiro não tem qualquer projecto. O seu conceito de sociedade a construir limita-se á tomada do poder, sem olhar a meios. Quem esqueceu o quadro apocalíptico que descreveu perante a assembleia de militares, poucos meses depois da Revolução, quando tentou impor a eleição do general Spínola, ao arrepio dos marcos previstos no Programa do MFA para dotar o País dos necessários órgãos de soberania? Quem se não recorda ainda da sua «fuga estratégica» para Londres, a pretexto de uma doença nunca esclarecida, deixando á frente do partido um «marxista», eles que ora tanto vociferam contra os «marxistas»?

Sá Carneiro é, na verdade, a imagem acabada da instabilidade, da crise, do complexo. Má seria para o País a hora em que semelhante personalidade assumisse as rédeas da governação. Esse o seu verdadeiro e unico objectivo. As incoerências do «militante n.º 1» não passam bem vistas as coisas, de trampolim mal articulado para atingir o Poder.

A FIGURA DA SEMANA

Francisco Sá Carneiro

FRANCISCO Sá Carneiro foi a figura desta semana.

Tomando a iniciativa de apresentar o seu projecto pessoal de revisão da Constituição, o presidente do PSD antecipou-se a todos os demais sectores políticos submetendo ao juízo da opinião pública o primeiro texto articulado alternativo ao actual texto da Constituição.

Escolhendo fazê-lo a título meramente pessoal, expôs-se sozinho à difícil prova dos ataques provindos de todos quantos discordem do conteúdo da sua proposta, abrindo contudo a possibilidade de o PSD apresentar, em tempo oportuno, o seu próprio projecto de revisão constitucional.

Ainda é cedo para medir todas as consequências políticas desta iniciativa, mas uma coisa é certa: Sá Carneiro ficará para a história desta revisão como sendo o primeiro político português a apresentar, neste contexto histórico, as condições concretas que entende deverem assumir institutos políticos e económicos que alteram substancialmente o teor da presente Constituição.

A primeira revisão da Constituição requer uma maioria de dois terços dos deputados presentes na sessão em que for votada, o que significa que, afastada a hipótese de qualquer concurso do voto comunista, essa revisão pressupõe, em princípio, a convergência de todos os partidos democráticos. Também deste prisma o facto de o primeiro projecto concreto provir de Francisco Sá Carneiro, presidente de um Partido situado entre os demais indispensáveis para a aprovação da revisão, facilita uma tarefa que seria bastante complicada, pelo debate sem fim de projectos alternativos entre si, mais dificilmente conciliáveis.

Por outro lado, Francisco Sá Carneiro, no Conselho Nacional de Viseu, avançou com a primeira proposta de sondagens concretas tendo em vista o debate interpartidário sobre temas tão importantes quanto são o da revisão constitucional, o da eleição do Presidente da República e o do conteúdo do Programa do Governo para 1980, bem como da base política e social de apoio a um executivo maioritário e durável.

Assim, o PSD aprovou em Viseu o convite ao PS e ao CDS para encontros informais e bilaterais, tendo em vista apreciar estas matérias, bem como outras, de maior premência a curto prazo, como as respeitantes à posição do IV Governo Constitucional perante a situação económica portuguesa e legislação fundamental a ela concernente.

Sinal de que esta iniciativa de Francisco Sá Carneiro teve repercussão política, e o facto de os socialistas se mostrarem dispostos a encará-la, embora ressalvando que tal poderá acontecer apenas depois do seu Congresso, e também a iniciativa do CDS se ter apressado a aparecer em público retomando a iniciativa social-democrata

chamando a atenção para a importância de encontros interpartidários sobre o actual momento económico.

Compende-se de resto, qual a razão fundamental que permite ao PSD assumir a iniciativa de contactos interpartidários, qualquer que possa vir a ser a reacção dos outros partidos a essa iniciativa: na perspectiva da formação de maioria governativa estável e duradoura para uma legislatura, em tese, e afastada a hipótese PS-PCP (além do mais por atritos quanto à revisão da Constituição), restam três maiorias possíveis: 1) PS-PSD-CDS, 2) PS-PSD e 3) PSD-CDS-homens do Presidente, com o patrocínio deste.

A hipótese PSD-CDS simplesmente, sem o patrocínio presidencial correria o risco óbvio de não salvaguardar condições mínimas de durabilidade governativa.

Mas, em qualquer das três ou quatro hipóteses, dependentes do veredicto eleitoral de 80, um partido surge sistematicamente incluído: o PSD.

Sucedendo que o abstencionismo poderá ser um factor fundamental se em 1980 os partidos não apresentarem aos portugueses eleitores um cenário verosímil de acordo interpartidário que permita a formação de um Governo estável (devendo este acordo, aliás, ser compatível com um acordo subjacente à candidatura do Presidente da República) — tudo isto obriga a que ganhem importância fundamental as negociações e os entendimentos pré-eleitorais.

Partido essencial a qualquer maioria a sair de 1980, o PSD decidiu avançar no Conselho Nacional de Viseu.

Nesta coluna, que já leva vários meses de vida, Francisco Sá Carneiro aparece pela primeira vez como "Figura da Semana".

Não pelo estilo mais ou menos espectacular e repentista que costuma emprestar às suas intervenções, e que se presta às mais variadas interpretações. Não pela sensação que deixou em Viseu de ter conseguido conquistas para o seu lado alguns dirigentes heterodoxos do PSD, já que, há heterodoxias que permanecem para além das convergências políticas verificadas em temas essenciais.

Mas, sobretudo, porque as suas recentes actuações revelaram que a espectacularidade e o repentismo de que tantos gostam, podem ser postos ao serviço de uma imaginação política e de uma criatividade pessoal que nem todos os dirigentes políticos possuem no nosso país.

Pode concordar-se ou não com as iniciativas tomadas por Sá Carneiro, tem de se reconhecer, em qualquer caso, que não há muitos políticos portugueses que tivessem a capacidade de decisão para as tomadas de modo como Sá Carneiro as

SICT

P. S. D.
data 20/1/79

- A Luta
- D. Lisboa
- D. Popular
- Semanários

- Periódicos
- Imp. Estran
- Expresso



RECORTES DE IMPRENSA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> O Dia | <input type="checkbox"/> Com. do Porto |
| <input checked="" type="checkbox"/> O Diário | <input type="checkbox"/> J. de Notícias |
| <input type="checkbox"/> D. Notícias | <input type="checkbox"/> 19 Janeiro |
| <input type="checkbox"/> Jornal Novo | <input type="checkbox"/> A Capital |

SICT

- | |
|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> D. Lisboa |
| <input type="checkbox"/> D. Popular |
| <input type="checkbox"/> Semanários |
| <input type="checkbox"/> Periódicos |

data 23/3/74

 Imp. Estrang.^a

Sá Carneiro: a neurose no comando da reacção

O sr. Sá Carneiro entrou mais uma vez em crise. E, como sempre acontece em tais ocasiões, projecta o seu desequilíbrio emocional sobre o País, na sua totalidade, como se Portugal fosse um gigantesco hospital psiquiátrico.

Não é fácil explicar em termos sociológicos o fenómeno Sá Carneiro. Mas ele existe e o Povo português tem pago um alto preço pelas consequências da sua actuação desde o 25 de Abril. O sr. Sá Carneiro foge a modelos tradicionais. Seria incorrecto compará-lo a famosos dirigentes históricos da direita. Não é um espírito profundo nem sequer brilhante. Faltam-lhe o talento, a cultura, a formação dos líderes carismáticos. Mas conseguiu tornar-se o dono — é a palavra — de um partido político de direita com larga representação parlamentar e, a partir desse andaime, tem exercido uma permanente influência desestabilizadora na vida portuguesa. Paradoxalmente, não é admirado nem pelos próprios correligionários. Uns, agrupados na ala de vocação fascista, procuram fazer carreira caminhando nas trilhas que ele ruidosamente vai abrindo. Outros temem-no e desejariam enfrentá-lo, mas o medo é mais forte do que o senso da dignidade e acabam por se submeter à sua vontade. **Só está com Sá Carneiro quem tem mentalidade de servo**, costumam dizer os chamados **inadiáveis**. Mas a oposição é, no PPD, amorfa. Os **inadiáveis** soltam desabaços, fizeram uma tímida tentativa para libertar o partido da tutela do **chefe** e baixaram a cabeça, **adiando o confronto** de que falam nos corredores. A realidade não se altera. Um homem de pequena dimensão, autoritário, intrigante, golpista, fala e actua como chefe do partido que comanda o Governo onde drapejam as cores do sr. Mota Pinto.

«o diário» publicou há dias uma fotografia que documenta as íntimas relações que o presidente do PPD manteve com o bombista Ramiro Moreira, autor de 68 atentados terroristas. Mas não se elevou uma voz entre os seus companheiros para lhe pedir explicações.

É esse cavalheiro, truculento e desequilibrado, que nestes dias aparece outra vez como personagem central na tempestade política por ele próprio desencadeada. Acontece, assim, o inimaginável. O pequenino **dono** do PPD confere a uma nova ofensiva desestabilizadora, no Portugal de Abril, a atmosfera de um conflito da Mafía.

O seu último artigo no «Povo Livre» confirma que perdeu os últimos vestígios de senso da responsabilidade política. Para levar a manobra desestabilizadora às últimas consequências, o **chefe** do PPD reforça o ataque e a intriga contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução. Mas a vaidade leva-o também a confessar o que sempre negou. Revela que entre o Governo e ele, presidente do PPD, existiu sempre um cordão umbilical, definidor de uma relação de posse. O País ficou a saber que os factos do MAP lhe eram comunicados diariamente, que a equipa Vaz Portugal-Ferreira do Amaral ia fazer as suas queixas quotidianas não ao Primeiro-Ministro, mas a ele, Sá Carneiro. O MAP apresentou-se perante o **chefe**, implorando-lhe apoio contra Belém e o C R.

O sr. Sá Carneiro reagiu como um mafioso e a sua análise ajuda os leitores a compreender os motivos que o levava a sentir-se bem, ao lado de Ramiro Moreira, na presidência de comícios e encontros partidários.

O artigo de anteontem no «Povo Livre» é um retrato e corpo inteiro do autor. Escreve, à sua maneira, a **reportagem** do episódio Ferreira do Amaral e, irritado, escarpaliza a palavra do PR, admoestando-o até pelo que não disse. Repete desafiadoramente que o PPD havia exigido que Belém desse «imediate e publicamente apoio expresso e activo à política do secretário de Estado Ferreira Amaral, do MAP e do Governo em geral». O sr. Sá Carneiro esperava que o PR aceitasse o seu ultimato. E não aceitou.

O **chefe** do PPD manifesta agora o seu despeito. «No dia imediato — recorda — o PR vem à televisão. Na sua exposição não alude sequer ao secretário de Estado ou ao seu pedido de demissão» (...). Depois, censura o PR pela sua «viagem a três países comunistas», sem mencionar que a viagem estava programada há muito. Não perdoa que o Presidente de Portugal se desloque a países socialistas sem consulta prévia ao PPD. Não admite que o PR tenha enviado à África Austral, como seu representante pessoal, um conselho da Revolução.

Na furibunda catilinária contra dois órgãos de soberania — o PR e o CR — o dono do PPD extravasa de maneira neurótica o seu ódio à Reforma Agrária e a sua condenação da política de relações fraternais com os povos africanos e usam o Português como idioma oficial. A terceira nota patológica é o anticomunismo. Arvorado em moderado Torquemada, o sr. Sá Carneiro quase pede fogueiras para os comunistas. Não lhe bastam as bombas do seu amigo Ramiro Moreira. Quer **purificar** o País à sua maneira. Faz como um **gauleiter** de Hitler.

É realmente uma vergonha para o PPD ter como chefe uma figurinha reaccionária dominada por uma neurose teatral e agressiva. Até quando terá o País de suportar a loucura política do sr. Sá Carneiro?



PSD/PPD

RECORTES DE IMPRENSA

Dia Jornal Novo Portugal Hoje

data 24/10/79

Periódicos
 I. Estrang.
 Semanários

Dívida ou calúnia?

Sá Carneiro acusado de dever à banca 25 mil contos



O presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, tem sido repetidas vezes acusado pelo matutino «O Diário», nas últimas semanas, de dever enorme quantia à banca nacionalizada, débito esse que teria sido contraído antes do 25 de Abril. Este facto levou entretanto Sá Carneiro a anunciar a intenção de processar aquele jornal, por alegada «difamação», a qual visaria sobretudo «objectivos políticos».

De acordo com «O Diário», Francisco Sá Carneiro e seu irmão Ricardo seriam devedores de uma importância no valor de 25 mil contos ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, importância esta que é considerada de «cobrança duvidosa» por aquela instituição bancária, nacionalizada há quatro anos.

Outros dos devedores apontados por aquele jornal seriam Korth Brandão e Sanchez Osório (CDS), Alpoim Calvão, Carlos Champalimaud, Joaquim Ferreira Torres (os seus herdeiros, visto que o conhecido industrial, presumivelmente ligado à rede bombista, foi assassinado há algumas semanas, em circunstâncias ainda mal esclarecidas, mas provavelmente relacionadas com o tráfico de diamantes) e António Lopes Ribeiro (o do grupo do semanário «A Rna»). No entanto, a «dívida» dos irmãos Carneiro é, de acordo com a mesma fonte, a mais avultada de todas.

Mas a evolução que o caso está a conhecer nas últimas horas é, no mínimo, surpreendente. De facto, e segundo o matutino «O Dia», ligado à «Aliança Democrática» e à direita, mais radical, o «sigilo bancário» estaria a ser violado no Banco Espírito Santo. Escreve aquele jornal, no seu estilo inconfundível: «De facto, pela mão do PC, que no

gonçalvismo conseguiu apoderar-se de sectores vitais da banca que o marxismo totalitário nacionalizou, a comissão de trabalhadores do Banco Espírito Santo desencadeou uma operação visando atingir não só antigos accionistas daquela instituição, como outras pessoas que nela tinham débitos e não os puderam liquidar por, no pós 25 de Abril, verem os seus bens ou investimentos confiscados ou usurpados». A «quebra de sigilo» é classificada como «sabotagem económica».

O artigo parece constituir uma resposta mais ou menos clara às acusações de «O Diário», pois a casa bancária é a mesma e os factos relatados se inscrevem no contexto referido por aquele jornal. Contudo, não se citam nomes e, portanto, Francisco Sá Carneiro não é directamente referido como uma das alegadas vítimas da «operação».

No entanto, para os observadores mais atentos, o artigo de «O Dia» parece constituir uma tentativa primeira e pouco hábil de justificação de factos efectivamente verídicos. Isto é: Para aqueles que porventura duvidassem da veracidade da acusação que «O Diário» vinha lançando sobre Sá Carneiro e restantes alegados «devedores» das referidas quantias, o artigo de «O Dia» vem trazer algo de novo a um «caso» que ainda o não era,

mas que vai concertar a subir de tom nos próximos dias.

A resposta às dúvidas que assaltaram muitos espíritos é politicamente importante. Não só porque importa preservar, de facto, o «sigilo bancário», mas também, e talvez sobretudo, porque interessa explicar quem deve 25 mil contos a quem, e como é que os gastou, se efectivamente os recebeu daquele Banco.

Em épocas pré-electorais, há perguntas que fervem e dúvidas que queimam. Quem se oferece para tirar as castanhas do lume?

Algumas notas (biográficas)

de Francisco Sá Carneiro

Francisco Manuel Lumbrales Sá Carneiro nasceu no Porto em Julho de 1934.

Desde cedo está ligado por estreitos laços familiares, paternais e maternos, a interesses do grande capital, interesses que sob a ditadura fascista, irão prosperar e crescer, no quadro brutal que entre nós assumiu então o capitalismo monopolista de Estado:

Pelo lado dos Sá Carneiro, tem designadamente ligações de apertado parentesco com membros dos corpos gerentes do Banco Borges & Irmãos e da União Eléctrica Portuguesa (de cujos órgãos directivos chegam a fazer parte 4 Sá Carneiros!); pelo lado dos Lumbrales, associa-se aos corpos gerentes da Sacor, Angol, etc, etc.

É deste modo, de uma forma aparentemente quase natural, que Francisco Sá Carneiro virá a deter posições nos corpos gerentes da União Eléctrica Portuguesa, empresa monopolista ligada ao Banco Pinto & Sotto Maior, de Champalimaud, e subordinada a capitais estrangeiros, designadamente espanhóis.

É assim com toda a familiaridade e com fortes créditos bancários que se dedicará, até 1974, à especulação bolsista, tornando-se até accionista do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, da Diamang de Angola, etc, etc.

Conclui a licenciatura em Direito, na Faculdade de Lisboa, em 1957. Como é talvez lastimável, mas muito compreensível, nos anos em que foi estudante nunca teve qualquer acção em defesa da

liberdade associativa estudantil ou da autonomia universitária... Tinha outros voos...

Por esse período, será ainda, durante vários anos, director do órgão jurídico conservador «Revista dos Tribunais». Exerce também advocacia no Porto.

Em 1969, passa a colaborar mais de perto com Marcelo Caetano e é candidato a deputado pela ANP-UN, no Porto, cargo para o qual virá a ser «eleito» pelos conhecidos e expeditos processos de designação oficial «pluralista» e antecipada então em vigor. Não se lhe conhecem quaisquer protestos contra as brutalidades policiais e outras,

usadas nesta como noutras campanhas «eleitorais» fascistas. Não se lhe conhecem quaisquer acções ou simples protestos contra a ausência de condições eleitorais mínimas.

Na Assembleia Nacional a sua actividade será intensa durante quase quatro anos: nesta XI Legislatura terá 85 intervenções e apresentará, em nome próprio ou em conjunto com outros deputados, do regime (como Mota Amaral, Pinto Balsemão, Magalhães Mota e outros), 8 projectos de lei.

Em 17 de Junho de 1971, Sá Carneiro defenderá assim, em plena Assembleia Nacional, a Constituição fascista de 1933, testemunhando deste modo o já elevado grau de colaboracionismo que atingiu:

«Na nossa Constituição (1933) os valores da pessoa são tidos como fundamentais e insubordináveis a qualquer coisa que o transcenda; (...)

A Constituição consagra assim um sistema liberal, oposto a qualquer transpersonalismo ou totalitarismo, num Estado social e corporativo, em que é democrático o fundamento do poder concentrado do chefe de Estado».

Os limites e os reais contornos colaboracionistas da acção liberal de Sá Carneiro sob a ditadura fascista, oposta, é certo, ao salazarismo, num aspecto ou noutro, mas tão essencial (e até na acção jurídica penal) concordante com ele, são documentados por esta sua intervenção (a 24.6.71), na Assembleia Nacional:

«Como em qualquer Estado de direito, no nosso deve assegurar-se a luta contra qualquer desregramento, a intranquilidade e qualquer forma de desordem ou agitação subversiva, através de uma legislação penal adequada».

Pela mesma data, a 16.8.71, o deputado da ANP-UN Pinto Balsemão, outro actual dirigente da AD, e então grande accionista do «Diário Popular», ex-membro dos corpos gerentes da Plessey Automática, fundador do semanário «Expresso», ex-ajudante de campo de Kaulza de Arriaga, ex-secretário de Pedro Martínez (ministro da Saúde de Salazar), dirá também na Assembleia Nacional,

referindo-se à mesma actuação colaboracionista desenvolvida por Sá Carneiro, por si e por outros:

«Optaram pela franca emissão de opiniões dentro da liberdade que lhes era concedida, e sempre com

a intenção de ajudar Marcelo Caetano a alcançar os objectivos que havia defendido, e aos quais haviam aderido».

Que era, claramente, com todas as letras, uma actividade colaboracionista, Pinto de Balsemão não tem dúvidas:

«Entenderam — afirma ele, ainda na AN, na mesma data — que colaborar não é dizer sempre que sim, e menos ainda dizer sim pela frente e não pelas costas».

Neste quadro, a chamada «campanha eleitoral» de 1969 — campanha que se situa, já oito anos passados sobre o início da guerra colonial e em que o fascismo virá a sofrer um forte abalo de massas — será, candidamente, para Sá Carneiro (intervenção na AN de 30.6.71) «O desenvolvimento das duas opções postas pelo Presidente do Conselho (M. Caetano): com reformas absolutas na ordem e defesa do Ultramar com incremento da sua autonomia e do seu desenvolvimento».

Clarificando ainda mais que o seu apoio a Marcelo Caetano significava essencialmente a defesa do colonialismo em que Portugal se encontrava envolvido, e a procura das reformas, necessárias mas cautelosas, à perpetuação do futuro liberal da ditadura monopolista, Sá Carneiro dirá, em «Vale a pena ser deputado?» (p. 12/13):

«O Chefe do Governo, na alocução de 11 desse mês de Setembro propusera duas opções fundamentais aos Portugueses: a de rejeitar o abandono do Ultramar (...) e a de emprender reformas

com resolução firmeza, mas também com respeito pela ordem pública e pela paz social, recusando a turbulência revolucionária».

«(...) A aceitação da candidatura não implicava o compromisso de apoiar o Governo, mas unicamente a adesão às duas opções fundamentais (...)».

O próprio corporativismo — diz, benignamente, Sá Carneiro, em «As revisões da Constituição Política de 1933» (p. 21) — tem «índole exclusivamente familiar e não ultrapassa o domínio local». Por sua vez, a Câmara Corporativa será uma simples câmara técnica, que só parirá «cuidadosos estudos e valiosos pareceres» (idem, p. 55).

Aliás, em Portugal já não haveria sequer uma ditadura...

«A atribuição à Assembleia Nacional do poder legislativo — dirá Sá Carneiro na mesma obra, p. 25 —, foi, com razão, considerada como marcando o termo do regime da ditadura, caracterizada pela concentração do poder legislativo no órgão do poder executivo».

Só um quadro integrado na ditadura em vigor poderia dizer, como ele o fez, em Matosinhos, na sessão de propaganda da ANP-UN, de 12.10.1969:

«Recuso-me a conceber que a revolução seja a única forma de nos fazer sair do marasmo político (sic), que a subversão seja o único meio de fazer vingar as reformas das nossas estruturas das nossas estruturas».

É o que se chama querer varrer com antecedência, e de uma penada, o 25 de Abril...

No que toca ao apoio à política de guerra colonial, o seu amigo e colaborador Pinto Machado, também deputado «independente» da ANP-UN será mesmo mais claro:

«(...) em relação à política ultramarina desse comunicado de 1969, assinado por Sá Carneiro, Joaquim Macedo, Pinto Machado, José da Silva não constava qualquer reserva, nunca houve da parte desses quatro deputados nenhuma tomada de posição contra ela (...).

Não foi estabelecida qualquer reserva, pelo contrário». («Ser ou não deputado», p. 30-31).

Como diz o mesmo deputado Pinto Machado, a 7.2.1973 na Assembleia Nacional: «(...) até ao fim da 1.ª sessão legislativa, Francisco Sá Carneiro sentiu-se





satisfeito com a actividade da Assembleia, e serenamente optimista em relação ao futuro, como exprimiu ao «Diário de Lisboa» (13.2.70) e à «Flama» (22.3.70)».

E será, apenas a 25.1.73, a um ano e algumas semanas do 25 de Abril, que muito oportunamente, muito bem calculadamente, o deputado «independente» da ANP-UN Francisco Sá Carneiro se despedirá da Assembleia Nacional fascista.

A liberdade e a democracia tinham exigências que o seu coração já não suportava na Assembleia Nacional...

Na especulação previu mal o futuro da Bolsa. Mas na política, após quatro anos de prática na AN, adivinhou ainda a tempo o futuro do regime.

Tardou mas arrecadou... Ou arrecadava?



PORTE
PAGO

O DIA

INFORMA SEM SERVILISMO
FORMA SEM DOGMATISMO

JORNAL DIÁRIO • ANO V • N.º 1495 • PREÇO 12\$50

DIRECTOR: FRANCISCO BRÁS DE OLIVEIRA

SEXTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1980

FERNANDO M. COSTA

Subsidiária da **northAmerican**
VAN LINER

Serviço à ESCALA MUNDIAL
MUDANÇAS INTERNACIONAIS
Embalagens • Embarques • Porta a Porta
AGENTES GERAIS EM PORTUGAL
NAVECOR SARL - Praça Duque da Terceira, 11
1200 LISBOA • TELEX 12412 • TELEFONE 3203
ESTIMATIVAS GRÁTIS

O País em estado de choque: Sá Carneiro e Amaro da Costa morreram num acidente de avião

*Também perderam a vida
as mulheres de ambos,
o chefe do Gabinete
do Primeiro-Ministro e os dois
tripulantes*

**UM ESTRANHO ACIDENTE:
ORDENADO RIGOROSO INQUÉRITO**

Algumas testemunhas presenciais asseveram que a avioneta, antes de colidir com o prédio de Camarate, já ia a arder. O Governo determinou a realização de "rigoroso inquérito" para averiguar das causas do acidente. "O DIA", em contacto com três comandantes seniores da TAP, conseguiu apurar que a avioneta era uma máquina esplêndida, que a tripulação era competente e impecável e que as condições atmosféricas eram excelentes. O facto de não ter havido qualquer contacto com a torre de controlo em tais circunstâncias afigura-se, pelo menos, estranhíssimo...

A vida do País foi subitamente sacudida ontem, ao princípio da noite, com uma notícia brutal: o pequeno avião em que seguia para o Porto o Primeiro-Ministro, Sá Carneiro, acompanhado de sua mulher, do ministro Amaro da Costa, também com sua mulher, e do dr. Patrício Gouveia, chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, caiu pouco depois de descolar do aeroporto de Lisboa. Não havia sobreviventes... Inesperada, dramática, sintética, a notícia deixou todo o País em estado de choque... A morte, mais traiçoeira ainda do que costuma ser, vinha cortar cerce, sem tempo para deixar esboçar um pensamento ou uma interrogação, a vida do jovem Primeiro-Ministro português, um político carismático que conseguira galvanizar, em meteórica carreira, um Povo que alguns julgavam moribundo. No mais íntimo de cada cidadão consciente e esclarecido havia um lugar selecto para guardar uma imagem do líder fogoso e ágil, o contraste entre a sua pequena figura física e a grandeza histórica de algumas suas atitudes, a lembrança do lutador impávido que sabia enfrentar a sorrir as maiores dificuldades. Todos quantos neste País reduzido às proporções congénitas algum dia rezearam pela soberania nacional ficaram a dever a Sá Carneiro, o político necessário na hora certa, a esperança salutar que havia de arrebatar o entusiasmo dos mais temerosos ou



Duas fotos recentes de Sá Carneiro e Amaro da Costa com as respectivas mulheres

Continua na pág. 32



Alguns cobertores ocultam os corpos carbonizados e irreconhecíveis das vítimas, enquanto os bombeiros procuram remover a amálgama de ferros calcinados a que ficou reduzida a avioneta

Fragilidade e força

O Homem devia meditar no carácter efémero e vulnerável da sua existência terrena. E se o fizesse com objectividade e inteligência, ao dar conta da sua fragilidade somática, seria conduzido à percepção da grandeza e da força da sua realidade espiritual.

No terrível desastre que hoje abala os nossos sentimentos, na irresistível recusa em acreditarmos na verdade do que aconteceu, ganham particular relevo as figuras dos Portugueses que à salvação da Pátria, sacrificaram as suas vidas.

E é à grandeza e força do seu espírito, à grandeza e força do seu génio, à grandeza e força do seu patriotismo, que aqui prestamos homenagem. Ao seu exemplo tentaremos corresponder com o firme propósito do acerto das nossas vidas, com o espírito de dádiva nas nossas acções, com o escolhermos o amor na linha das opções que formularmos.

É imperioso que a morte trágica e brutal destes Homens não tenha sido vã.



A MORTE BRUTAL DE SÁ CARNEIRO E AMARO DA COSTA

A carreira de um líder carismático e grande estadista e patriota

Francisco Manuel Lumballes de Sá Carneiro nasceu no Porto no dia 19 de Julho de 1934. Actualmente casado com Snu Abecassis (que também faleceu no acidente), Sá Carneiro tinha cinco filhos, todos do primeiro casamento. Filho de um conhecido advogado do Porto, Sá Carneiro desde muito novo demonstrou a sua preocupação pela coisa política, denotando capacidade de chefia, inteligência e determinação, características que o tornavam um líder natural e carismático.

Em 1956 terminava na Universidade de Lisboa o seu curso de Direito. Instala-se então na sua cidade natal, onde vai exercer advocacia, actividade que exerce até ao 25 de Abril, prestigiando-se e prestigiando a classe a que pertencia. Com seu irmão Ricardo, também advogado, dirige durante longos anos a "Revista dos Tribunais". A sua formação católica levou-o a participar em movimentos religiosos, tornando-se mais tarde num dos fundadores e primeiros dirigentes da cooperativa "Confronto", que em 1972 as autoridades policiais encerrariam, alegando que os objectivos prosseguidos não eram "convenientes".

A sua prática política e profissional vai situá-lo no campo liberal e desde logo na oposição ao regime então vigente. Quando Marcelo Caetano ensaia a liberalização do regime e anuncia a sua política de "evolução na continuidade", Sá Carneiro aceita candidatar-se como independente à Assembleia Nacional, pelas listas do Porto da União Nacional, vincando desde logo o seu distanciamento. De facto, Sá Carneiro e três dos seus colegas de bancada subscreveram um comunicado em que frisa a sua total independência em relação ao Governo de Marcelo Caetano, afirmando estar disposto a pugnar pela efectivação das liberdades públicas, pelos Direitos do Homem e, simultaneamente, pela instauração da democracia plena em Portugal.

A experiência parlamentar de Sá Carneiro vai durar três anos, durante os quais se bate intransigentemente pelo

seu projecto político e social, proferindo 85 intervenções na Assembleia Nacional à qual apresenta também oito projectos de lei um dos quais propondo alterações na Constituição em vigor. Mas o seu esforço pela democratização do regime e pela defesa dos Direitos do Homem determina-lhe o pedido de inquérito à actuação da PIDE/DGS e leva-o ainda a elaborar um projecto-lei visando a abolição da censura à Imprensa.

Incomodo para o regime do qual era um dos principais, mais duros e eficazes críticos, Sá Carneiro e a sua ala liberal reafirmam o descontentamento face à imobilidade do Governo de Marcelo Caetano. O seu pensamento político e coerência impõe-lhe a renúncia ao seu mandato de deputado apresentada em 2 de Fevereiro de 1973, justificando a sua atitude num documento que era mais um programa político do que o anúncio de uma simples decisão.

Na Assembleia Nacional, Sá Carneiro deixa uma aura de coragem e combatividade e quando renuncia pessoalmente o descontentamento e o desencanto de amplos sectores da vida nacional, ávidos da reforma do regime. Mas não é cabalístico e frustrado — nenhum dos seus projectos lei obtém vencimento na Assembleia Nacional — que Sá Carneiro abandona S. Bento. A sua passagem pela AN serviu, pelo menos, para demonstrar a impossibilidade de o regime se auto-reformar a partir da sua própria direcção política.

Serviu ainda para consolidar o seu já enorme prestígio, para lhe vincar o perfil político e para lhe granjear uma imensa popularidade. Apesar da sua oposição frontal ao regime, Sá Carneiro não pactua com as forças totalitárias que do exterior subscreviam comunicados de ataque ao regime. Preferindo combater o regime em Portugal, Sá Carneiro não cala a sua voz e através de colaborações jornalísticas vai criticando um rumo, mostrando um caminho. São célebres, foram incómodos e eficazes os seus "Vistos", publicados

semanalmente pelo "Expresso" que a censura de Marcelo Caetano perseguia até lhe travar a periodicidade.

À saída do 25 de Abril, Sá Carneiro, com os seus amigos da "ala liberal" e prosélitos funda o Partido Popular Democrático. Estava-se em 5 de Maio de 1974. Sá Carneiro vai então organizar as estruturas, delinear o programa do PPD, cujo primeiro congresso, em Novembro do mesmo ano, o elege secretário-geral, funções que exerce desde a fundação.

O Presidente da República, António de Spínola, e o seu primeiro-ministro, Adelino Palma Carlos, chamam-no a responsabilidades governativas, no primeiro Governo provisório de que se torna ministro sem pasta e, simultaneamente, vice-primeiro-ministro. O caminho crescentemente nebuloso, totalitário e atribulário por que segue o 25 de Abril impõe-lhe a saída do Governo quando era adjunto do Primeiro-Ministro e o seu mais sagaz conselheiro.

Acometido de grave doença — sequelas do acidente de viação, na estrada Lisboa-Porto, que o prostrou por longos meses no Verão de 1973, Sá Carneiro é hospitalizado em Londres, em Fevereiro de 1975, deixando o seu cargo de secretário-geral do PPD. Apesar de eleito para a Assembleia Constituinte, Sá Carneiro, doente, renuncia ao seu mandato, não participando na elaboração da Constituição.

Em Outubro do mesmo ano, o III congresso do PPD reelege-o secretário-geral. O Porto reelege-o também como seu deputado à Assembleia Legislativa, tornando-se líder do grupo parlamentar do PSD, meses depois da eleição ocorrida no Congresso de Aveiro. O IV congresso do PSD, em Leiria, (Outubro de 1976) guindou-o à presidência do partido, do qual se torna o líder incontestado, o "homem que vê mais longe".

Em Janeiro de 1978, durante os trabalhos do V Congresso do PSD, no Porto, Sá Carneiro vê o seu partido rumar por caminhos que não traçara e afasta-se da direcção aceitando apenas pertenc

cer ao conselho nacional para o qual foi eleito. Poucos meses depois, os militantes sociais-democratas, convencidos da sua razão, elegem-no presidente, cargo que ocupa e onde será reconfirmado em sucessivos congressos.

É também com a convicção da sua razão que Sá Carneiro se distancia do general Ramalho Eanes, de quem se torna o principal adversário. Consciente das suas responsabilidades e das do seu partido perante o povo português, Sá Carneiro procura a formação de uma maioria política que assegure estabilidade a um Governo, que possibilite a competência, a lucidez e a eficácia de um Executivo porque ansiavam desde há longos anos os portugueses.

Em Junho de 1979 o seu sonho, o seu projecto, torna-se realidade e juntamente com os líderes do CDS e do PPM subscreve o acordo de formação da Aliança Democrática.

Se a sua combatividade já era proverbial, se a sua inteligência política era notória e se a sua capacidade de lide

rança era reconhecida, a formação da Aliança Democrática e o combate político que desencadeou subsequentemente reforçaram-lhe a determinação.

A Aliança Democrática vai obter a maioria que Sá Carneiro sempre desejara em Dezembro de 1979. Nos dez meses de governação bastam a Sá Carneiro para ver confirmadas as suas qualidades de estadista que a maioria do povo português vai reconhecer nas eleições de 5 de Outubro último ao alargar a base de apoio popular e parlamentar da Aliança Democrática.

Vencido o primeiro combate, já Sá Carneiro se empenhava noutro — obter a eleição do general Soares Carneiro para a Presidência da República —, procurando assim construir uma direcção nacional em sintonia que proporcionasse a paz, a estabilidade necessárias para reconstruir o País. Morreu a menos de quatro dias de ver a sua obra terminada, mas o povo fixou-lhe a imagem e a História inscreverá o seu nome.



Um jovem político que desaparece

Um parlamentar brilhante e uma das almas do CDS

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa, ministro da Defesa Nacional, ontem falecido no brutal acidente de aviação de Camarate, nasceu no dia 18 de Abril de 1943. Filho de alentejanos vivera grande parte da sua infância na ilha da Madeira.

Casado há cerca de um ano com Maria Manuela Vaz Pires, de 33 anos, também falecida no desastre, Amaro da Costa fizera os seus estudos secundários no Liceu Camões, vindo a licenciar-se em Engenharia Civil em 1966, com uma alta classificação

pelo Instituto Superior Técnico, onde depois seria assistente no grupo de Hidráulica. Foi Presidente da Juventude Escolar Católica e director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação no Governo de Marcelo Caetano. Já depois do 25 de Abril foi, juntamente com Freitas do Amaral, fundador do Partido do Centro Democrático Social, de cuja Comissão Política era membro.

Profissionalmente, Adelino Amaro da Costa realizou ainda diversos estudos no âmbito da sua especialidade e participou em várias reuniões de cooperação internacional no âmbito da OCDE.

O ministro agora falecido desenvolveu larga actividade na Imprensa, tendo sido fundador e editor, durante cinco anos, do jornal universitário "Tempo". Colaborou também em vários jornais portugueses e estrangeiros. Nesta última área, foi correspondente em Lisboa do jornal espanhol "Madrid" até à sua extinção pelo regime franquista.

No campo jornalístico, foi ainda colaborador do "Diário Popular", "Diário de Lisboa", "Diário de Notícias", "República" (a convite de Raul Rego) e nas revistas "Rumo Flama" e "Jornalismo". Tem artigos publicados nos jornais "O Dia" semanal "O Jornal", no "Jornal

Novo" e no "O Tempo".

Dotado de invulgares capacidades e com grande dom de palavra, Adelino Amaro da Costa, cedo granjeou a admiração de todos os que com ele lidavam. Estas qualidades fá-lo-iam ascender a numerosos postos de chefia e posteriormente a uma vida pública exemplar, marcada por posições políticas desassombradas. A sua verticalidade era reconhecida por adeptos e adversários da sua causa a favor da liberdade.

Parlamentar inato e brilhante, seria deputado à Assembleia Constituinte, condenando com veemência o sequestro do Parlamento pelos comunistas em 1976. Posteriormente seria deputado à primeira e segunda assembleias legislativas pelo círculo do Porto e líder parlamentar do CDS.

Tendo cimentado com o prof. Freitas do Amaral uma sólida amizade, viria a fundar com ele o CDS em 19 de Julho de 1974.

Em pleno gonzalvismo viu-se confrontado com perseguições ao partido de que era vice-presidente, denunciando frontalmente as novas tuteladas antidemocráticas que se erguiam no horizonte dos portugueses.

Um dos principais ideólogos da Aliança Democrática, lutou por todos os meios para que ela fosse uma realidade política, capaz de recon-

duzir o País aos trilhos de uma democracia plena e de progresso.

Com a vitória desta coligação em 2 de Dezembro de 1979, Amaro da Costa foi nomeado ministro da Defesa Nacional do Governo então constituído, cargo que foi pela primeira vez depois do 25 de Abril desempenhado por um civil.

Da sua acção entusiástica e profundamente conhecida em prol da instituição militar e das questões da defesa e da estratégia falamos as medidas que vinha tomando para que as Forças Armadas desempenhassem o papel de subordinação ao poder civil, que lhes deve estar guardado numa democracia plena.

Defensor de um "diálogo novo" entre o Governo e as Forças Armadas, Amaro da Costa participou em inúmeras reuniões da NATO, onde a sua acção — apreciada internacionalmente — muito contribuiu para que Portugal retomasse plenamente o seu papel no seio da Aliança Atlântica.

Opositor do Conselho da Revolução e do comportamento mais recente do actual Presidente da República, Amaro da Costa era um dos maiores entusiastas da eleição do general Soares Carneiro e de uma revisão constitucional, que fizesse Portugal singrar definitivamente numa via europeia e pró-ocidental.

Quem era Patrício Gouveia



António Patrício Gouveia com Sá Carneiro

António Patrício Gouveia, chefe do gabinete do Primeiro-Ministro, que morreu ontem no acidente em que pereceu Francisco Sá Carneiro, era de há longa data um dos mais próximos colaboradores do chefe de Governo.

Formado em economia pelo ISCEF e maestro em política internacional pela Johns Hopkins University, de Washington, foi adjunto de Francisco Sá Carneiro no Primeiro Governo provisório constituído após o 25 de Abril.

Depois da queda desse efémero executivo, Patrício Gouveia manteve uma próxima colaboração com o presidente do PSD, exercendo as

funções de seu adjunto e de acessor para as questões internacionais.

Foi membro da comissão de relações internacionais do PSD e fazia parte da comissão nacional do mesmo partido.

António Patrício Gouveia fez parte dos primeiros conselhos para a Imprensa e para a ANOP.

A sua amizade com Francisco Sá Carneiro datava dos tempos da "ala liberal" do anterior regime e da fundação do semanário "Expresso", de que foi redactor.

António Patrício Gouveia nasceu a 26 de Agosto de 1948, era casado e pai de três filhos. — ANOP

A MORTE BRUTAL DE SÁ CARNEIRO E AMARO DA COSTA

Carbonizados e irreconhecíveis os corpos das vítimas do desastre

"Tinha começado o telejornal. De repente, a televisão fez-se muito encarnada e o quarto todo iluminado". Quando cerca das 20 e 10h. de ontem a sra. Fernanda Pinheiro, de 62 anos, habitante da rua principal do Bairro de S. Francisco, à Charneca do Lumiar, espreitou da janela do seu rés-do-chão "para ver se tinha sido a instalação", deparou com uma avioneta "pandurada" na esquina de um prédio de um andar do outro lado da rua.

Duas horas e meia depois do acidente, esta mulher "meia-entrevista" contava ao nosso jornal não ter conhecimento de quem eram os corpos carbonizados que jaziam a poucos metros da sua porta, tapados por cobertores. "O avião ficou a arder e depois, de repente, partiu-se ao meio", contou.

Centenas de pessoas descobriam, entretanto, a localização do Bairro de S. Francisco, onde estupidamente desaparecera um chefe político com o mesmo nome próprio do santo. A notícia da morte do Primeiro-Ministro e da sua comitiva foi recebida como tão inverosímil que por mais confirmações oficiais que fossem feitas no escuro da rua principal do bairro, com o chão enlameado e coberto de espuma para apagar incêndios, ninguém demonstrava a sua comoção. Só aquela necessidade de implicar que no fundo representa o nervosismo e um outro gracejo com que os vivos dizem do seu medo à morte.

Uma fila interminável de automóveis rumava, entretanto, ao que se pretendia que fosse apenas um boato e que na prática não passava de um caminho de terra por vezes enlameada que desembocava numa fila de casas modestas e pegadas ("a rua principal é a única rua do bairro"), por onde se espalhavam bocados de ferro retorcido e queimado. Frente a este não ter nada para ver, centenas de pessoas mantinham-se ontem à noite, como quem reza.

Polícias, bombeiros, homens à paisana assumidamente como representando forças de segurança impediam, os jornalistas e os habitantes, na rua principal do bairro de S. Francisco, de testemunharem com os seus próprios olhos e as lentes das máquinas fotográficas as vítimas do desastre, resguardadas com cobertores. O País estava já de luto sem naturalmente precisar de ver a dor testemunhada nos gestos das

mãos de alguns dos nossos mais destacados políticos, cujos corpos foram transportados para a morgue.

UM VOO CANCELADO

Sá Carneiro, Snu Abecassis, Amaro da Costa, sua mulher e António Patrício Gouveia estavam a descolar num avião da TAP para o Porto, um quarto de hora depois do acidente, se tudo tivesse corrido como inicialmente estava previsto. A verdade é que o Primeiro-Ministro e a sua comitiva tiveram bilhetes marcados para o voo "TP-110", com partida marcada da Portela às 20 e 25h. Elementos do serviço de escalas do aeroporto ficaram muito espantados quando o Primeiro-Ministro e os seus acompanhantes lhe disseram, por volta das 19 e 30h., que não estavam na Portela para embarcar num avião da transportadora aérea nacional. Os bilhetes tinham sido cancelados duas horas antes, mas

aqueles funcionários da TAP não sabiam.

Segundo fontes contactadas pelo nosso jornal, Sá Carneiro teria optado por utilizar a avioneta posta à disposição da campanha eleitoral do general Soares Carneiro pelo bracarense Eurico Taxa, uma vez que pretendia regressar a Lisboa ainda durante a noite de ontem e as carreiras da TAP não lhe permitia largar de Pedras Rubas mal acabasse o comício que deveria ter tido ontem lugar no Coliseu da capital do Norte.

O candidato da AD à Presidência da República viajara no dia anterior no bimotor "Cessna C 421" onde Sá Carneiro, sua mulher Snu Abecassis, o ministro Adelino Amaro da Costa e mulher, António Patrício Gouveia, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro e dois pilotos de apelidos Albuquerque e Sousa, encontraram a morte.

Com a matrícula "YV 314 P", o avião tinha pertencido

O avião descolara do aeroporto de Lisboa pouco antes de colidir num prédio de Camarate



Sá Carneiro discursando num dos últimos comícios da campanha eleitoral de Soares Carneiro

até há um ano ao ex-presidente venezuelano, Andrez Perez, que o utilizara na sua campanha eleitoral, "e fora comprado há dois meses por Eurico Taxa, que o tencionava aplicar num serviço de transportes aéreos no Minho.

COMEÇOU MAL

Tudo se apresentou desfavorável a esta viagem que levaria à última viagem o grande líder da Aliança Democrática. Fontes contactadas pelo nosso jornal afirmaram que os motores do avião teriam demorado 40 minutos a entrar em marcha, operação que normalmente não ultrapassa os dez.

Como uma espécie de aviso, o bimotor, parece que custou tanto a "pegar" como um automóvel num dia muito frio. Informadores afirmaram-nos que os serviços de manutenção da TAP tiveram que intervir, adiantando uma fonte que as baterias da aeronave acabaram por ser substituídas por outras "muito mais fortes", facto que, entretanto, não conseguimos confirmar.

recendo-lhe que o motor fazia um ruído "esquisito". Um filho desta senhora, apresentado como adolescente interessado por aviões, foi mais preciso e disse: "O motor ia a falhar".

Maria Madalena Barata, que foi obrigada a saltar por uma janela de um primeiro andar com os seus quatro filhos para não perecer nas chamas que lhe invadiram a habitação, disse ter-se aper-

ocular do desastre afirma, no entanto, que lhe pareceu que o aparelho estava já em chamas antes do acidente. Carlos Alberto Peres, residente num dos prédios danificados, declarou também que a avioneta deixou cair uma peça segundos antes de colidir.

ERROS?

Enquanto os elementos nomeados pelo Governo para investigar as causas de um acidente que pôs o País de luto vão juntando as peças do "puzzle" que os portugueses aguardam com ansiedade, profissionais da aeronáutica interrogam-se também sobre as razões do desastre.

Segundo algumas fontes, os pilotos terão tentado voltar para trás, após a descolagem, possivelmente reconhecendo que os motores estavam a falhar. A confirmar-se este facto, ele representará na opinião de alguns especialistas "um erro muito grave", a juntar a outras "facilidades" verificadas antes. O avião, ainda segundo os mesmos informadores, terá utilizado menos de metade da pista para descolar...

Outros garantem que o local onde o avião esteve estacionado ficou "encharcado" de combustível e que os seus reservatórios iam também cheios (possivelmente para evitar o reabastecimento no Porto).

O facto de o avião ir com a sua capacidade quase esgotada — perto, portanto, do peso máximo que a descolagem permite — terá, ainda conforme supõem alguns observadores, contribuído para as dificuldades enfrentadas por condições que o inquérito mandado de pronto instaurar dirá, por certo, aos portugueses.

cebido de que a colisão se iria verificar devido à proximidade do ruído do avião.

Um funcionário da TAP, que se encontrava na altura de guarda a um dos portões dos "hangares" do aeroporto declarou ter ouvido motores com falhas, dando a entender a existência de interrupções no seu funcionamento. Uma outra testemunha

E.L.A.L. — Electro-Luso Alegria Lda.

47-48 — Praça da Alegria 51-52 1200 LISBOA



EQUIPAMENTOS — PEÇAS — AGENTES GERAIS

Funerais marcados para terça-feira

Já de madrugada foi enviado ao Presidente da República o decreto-lei do Governo sobre o luto nacional a ser decretado. Promulgado pelo general Ramalho Eanes, entrará imediatamente em vigor, tendo aliás data de ontem, 4. O luto nacional manter-se-á até aos funerais a cargo do Estado, que se devem realizar na terça-feira. Nesse dia, as instituições oficiais encerrarão os seus serviços, bem como todos os estabelecimentos, exceptuando-se, naturalmente, os serviços de utilidade pública.



Adelino Amaro da Costa numa das últimas reuniões internacionais em que participou: em Bruxelas, numa "cimeira" da NATO

Se procura, a peça ORIGINAL, para completar a decoração da sua casa

VISITE: **OLDFASHION**

RUA D. VIRIATO 25-B • LISBOA (junto ao Hotel Sheraton)

IMAGENS DE UMA TRAGÉDIA



A QUE ENLUTOU PORTUGAL



Imagens do acidente que ontem ceifou as vidas de Francisco Sá Carneiro, Amaro da Costa e suas mulheres, o Patrício Gouveia, e ainda os dois pilotos da avioneta em que viajavam, e que se despenhou pouco depois de levantar voo. O ministro de Administração Interna, Eurico de Melo (na gravura ao alto e ao centro) chora junto dos destroços a morte dos seus amigos e colegas do Governo, que chocou profundamente os portugueses e dirigentes políticos internacionais que de imediato expressaram a sua sentida consternação

(Fotos de Jorge Paula)



PRIMEIRAS REACÇÕES À MORTE DE SÁ CARNEIRO

PS emocionado no comício do Rossio

“Tragédia para Portugal e para a democracia”

A morte do Primeiro-Ministro Sá Carneiro foi ontem anunciada em Lisboa, às 21.55 horas, na Praça do Rossio, para onde estava previsto um comício de apoio a Ramalho Eanes.

Depois de uma longa introdução, Fialho Gouveia anunciou: “Sá Carneiro morreu”. A reacção da assistência foi de incredulidade, mas tendo-se registado igualmente manifestações de alegria, prontamente reprimidas pela maioria da assistência.

Após comunicar a decisão de anular o comício, o eng. Nobre da Costa, ex-primeiro-ministro, pediu um minuto de silêncio e afirmou ser aquele “um momento de luto para todos os portugueses”.

“São uma tragédia para Portugal e para a Democracia” as mortes de Francisco de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, afirmou por seu lado Salgado Zenha, dirigente do Partido Socialista.

Aquele dirigente socialista, em declarações aos jornalistas, apresentou também os nomes do PS às famílias das vítimas, bem como aos respectivos partidos.

Também a reunião do PS que deveria hoje à noite realizar-se no Porto, e em que seriam oradores Lurdes Pintassilgo, Vítor Constâncio e Cunha Leal, foi cancelada por decisão da comissão distrital de apoio à recandidatura de Eanes.

Logo que souberam da notícia do falecimento de Sá Carneiro e de Amaro da Costa, as federações de Aveiro e Évora do PS mandaram colocar a meia haste as bandeiras da sede do partido, em sinal de luto.

Por outro lado, o secretário nacional do PS qualificou a morte de Sá Carneiro e de Amaro da Costa como “grande perda para a Demo-

cracia e para Portugal”, manifestando o seu pesar “pela trágica ocorrência” e dizendo que “o desaparecimento de líderes tão destacados é motivo de luto para todos os portugueses”.

“O PS associa-se sentidamente ao luto nacional provocado por tão trágico acontecimento”, acrescenta o comunicado.

REACÇÕES DOS PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS

Jorge Medeiros, secretário-geral adjunto do PDC, afirmou que a morte do “eminente estadista” Sá Carneiro constitui “uma hora dramática para Portugal”.

“Estão de luto todos os verdadeiros portugueses” — Disse à ANOP o dirigente do Partido da Democracia Cristã.

A Juventude Reformadora (JR) manifestou ontem à noite o seu “profundo pesar” pela morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa.

“Trata-se de duas prestigiadas figuras da vida política portuguesa” — afirma um comunicado da JR.

“Os jovens reformadores — acrescenta o comunicado — estão, nesta hora de luto, solidários com todos os democratas portugueses”.

“Enlutam profundamente a democracia portuguesa e todos os democratas” as mortes de Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia, considerou a ASDI em comunicado ontem emitido.

António Godinho referiu que “a democracia é um regime político em que o pluralismo e o respeito pela diversidade de opiniões são valores supremos, razão pela qual reconhecemos publicamente as qualidades humanas dos homens que agora morrem”.

“A democracia está de lu-

to. A ASDI apresenta os seus mais sinceros votos de pesar a todos os dirigentes e militantes da Aliança Democrática, às famílias de Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia”, acrescentou.

Entretanto, a juventude da Acção Social-Democrata manifestou igualmente o seu pesar pelos falecimentos de Sá Carneiro e Amaro da Costa.

Num comunicado divulgado, a organização para a juventude da ASDI refere que “apesar das divergências políticas existentes, não olvida os méritos pessoais dos falecidos, como homens políticos de reconhecidas dimensões”.

COMUNISTAS: MAIS DO QUE NUNCA ELEIÇÕES NO DOMINGO

A UEDS manifestou publicamente o seu pesar pela morte de Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia, bem como pelas dos pilotos da aviação acidentada.

A UEDS salienta o seu pesar “pela morte de quem, muito embora situando-se politicamente em campos políticos diferentes, sempre nos mereceu o respeito que em democracia é devido a todos os cidadãos, mesmo quando adversários políticos”.

A primeira reacção do PC a ser conhecida foi a de Jaime Serra, membro da comissão política do comité central daquele partido.

Em Coimbra, Jaime Serra disse lamentar a morte de Sá Carneiro, afirmando que apesar de o Primeiro-Ministro ser “um anticomunista ferrenho, nós que não temos inimigos pessoais, sentimos pesar”.

“Mais do que nunca, salientou, é necessário que as eleições presidenciais se realizem no domingo”.

Entretanto, o MDP/CDE manifestou ao Governo e às direcções do PSD e CDS o seu “profundo pesar” pela morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa.

Num comunicado difundido de madrugada, o MDP/CDE exprime também a sua confiança “em que a solidez das instituições e a serenidade dos portugueses permitam, em vésperas de eleições, a normalidade do funcionamento da vida democrática”.

Profundo golpe na AD

Militantes choraram em todo o País ao ser conhecida a notícia da tragédia

Muitas centenas de simpatizantes da AD — engrossando — conforme a notícia das mortes de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa iam sendo conhecidas — concentraram-se ontem à noite diante das sedes da Aliança Democrática por todo o País.

No Porto, milhares de pessoas presentes no Cinema Coliseu, que aguardavam precisamente a chegada de Sá Carneiro e Amaro da Costa, abraçaram-se chorando, ainda estupefactos pela trágica notícia.

“É uma tragédia nacional”, disse Montalvão Machado, dirigente distrital do PSD do Porto. “É o maior desgosto que sinto desde que ando na vida política”.

Também Leonardo Ribeiro de Almeida, Presidente da Assembleia da República, chorava ontem ao sair de

uma reunião com Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, deslocando-se para Camarate.

Na Madeira, a notícia do trágico desastre foi conhecida durante os trabalhos da Assembleia Regional, que os interrompeu “sine die” e guardou um minuto de silêncio.

Em declarações aos jornalistas, o vice-presidente da comissão política do PSD, Nélito Mendonça, afirmou que Sá Carneiro era um homem “que lutou e que era importante para a nossa política e para o País”.

“Sá Carneiro era uma figura que representava uma grande esperança para a população”, disse. Também o secretário da comissão executiva do CDS salientou tratar-se de “uma perda irreparável para o País”.

Em Lisboa, Alcino Cardoso, dirigente nacional do

CDS, frisou que “não existe modo de manifestar o pesar pela morte de dois grandes portugueses”.

CDS: “OBREIROS APAIXONADOS DA RECONSTRUÇÃO DE PORTUGAL”

“Obreiros apaixonados da reconstrução democrática de Portugal e testemunhos vivos do amor à Pátria, à Justiça e à Liberdade, que sempre assumiram como missão acima das suas próprias vidas”, é como um comunicado da comissão directiva do CDS qualifica Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

“A morte trágica de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa priva Portugal de dois dos seus mais dedicados e esclarecidos cidadãos e governantes e deixa

consternados todos os dirigentes, militantes e simpatizantes do CDS”, lê-se na nota.

“Francisco Sá Carneiro era o líder da Aliança Democrática e o Primeiro-Ministro do Governo de Portugal, com o qual se resuscitaram todas as esperanças colectivas. Adelino Amaro da Costa era vice-presidente e fundador do CDS e ministro da Defesa de Portugal, estimado e querido pelas suas qualidades pessoais e comumente admirado pelas suas qualidades políticas”.

“A melhor homenagem de todos, neste momento, só pode ser a de serenidade, a do respeito comum e a da convicção ainda mais vívida na prossecução de um futuro em paz, democracia e liberdade para Portugal”, salienta o comunicado do CDS.

“Nesta hora de luto, o CDS apela à coragem cívica, à serenidade e à elevação moral de todos os portugueses”.

PPM: “UMA DAS MAIS NOTÁVEIS PERSONALIDADES POLÍTICAS”

Também o Partido Popular Monárquico prestou “a mais profunda e sentida homenagem à memória e exemplo” de Sá Carneiro, classificando-o como “uma das personalidades políticas mais notáveis do Portugal Contemporâneo”.

Um comunicado do PPM manifesta ainda o “seu maior pesar pela morte do ministro da Defesa e vice-presidente do CDS, Adelino Amaro da Costa, a quem o País e a democracia ficaram a dever assinaláveis serviços”.

Reunido imediatamente na sua sede nacional, os dirigentes do PPM manifestaram o “mais completo e claro apoio a Diogo Freitas do Amaral, sobre quem pesa, nesta hora grave e dolorosa, a responsabilidade da chefia do Governo”.

O PPM afirma esperar “firmemente a maior serenidade na defesa intransigente dos valores nacionais e da democracia” por parte de todos os militantes, filiados e simpatizantes do partido.



Mal foi conhecida a notícia da tragédia, centenas de pessoas começaram a afluír às sedes dos partidos da AD. Na foto, um aspecto da concentração, pouco depois das 22 horas, junto da sede nacional do PSD



Leonardo Ribeiro de Almeida, presidente do Parlamento e segunda figura do PSD, profundamente abatido, quando ao começo da madrugada se dirigia para a sede do partido, a fim de presidir a uma reunião de cúpulas

Soares evoca personalidade invulgar

Mário Soares considerou ontem Sá Carneiro como “uma personalidade de invulgar relevo na vida pública portuguesa, qualquer que seja o ângulo de apreciação”.

Curvando-se respeitosamente, como disse, perante a memória de Sá Carneiro, Amaro da Costa e das restantes vítimas do acidente de aviação, o líder socialista realçou “a grande cordialidade que com ambos manteve apesar de seu adversário político”.

Para o auto-suspenso secretário-geral do PS, importa “reconhecer o talento, a coragem e a frontalidade com que sempre souberam lutar pelo que consideravam ser o interesse nacional”.

Num tal momento — disse Mário Soares — “interessa acima de tudo sublinhar a necessidade de preservar a unidade nacional e os valores da tolerância e do respeito mútuo, essenciais em democracia”.

Em Washington, a Secretaria de Estado acolheu com grande estupefacção a notícia da morte do Primeiro-Ministro português. Por seu turno, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim enviou uma mensagem de condolências dirigida ao

Presidente Ramalho Eanes e em que afirma: “A si e ao Governo exprimo as minhas sinceras condolências nesta

triste ocasião. Peço-lhe igualmente que transmita à família do falecido Primeiro-Ministro o meu sincero pesar pela sua perda”.

A MORTE BRUTAL DE SÁ CARNEIRO E AMARO DA COSTA

Eanes: "Honrem a memória destes homens"

Cerca de quatro horas depois da tragédia em que perderam a vida Sá Carneiro e Amaro da Costa — e depois de se deslocar ao local do desastre e de se reunir em Belém com diversas entidades — o Presidente da República dirigiu aos portugueses a seguinte mensagem:

"Portugueses: Dirijo-me a todos vós, neste momento de luto, após me ter deslocado, como era meu estrito dever, ao local do acidente onde perderam a vida o senhor Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, o senhor ministro da Defesa Nacional, eng. Adelino Amaro da Costa, o senhor chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, dr. António Patrício Gouveia, senhora Snu Abecassis e senhora de Amaro da Costa e os pilotos Martinho de Albuquerque e Alfredo de Sousa.

Fomos há poucas horas chocados com a notícia da perda de homens que dedicaram toda a sua vontade, toda a sua capacidade, toda a sua determinação à defesa de

Portugal e dos interesses dos portugueses.

Na minha qualidade de Presidente da República, quero, em nome de todos os portugueses, prestar a homenagem e exprimir o testemunho do respeito profundo devido à memória do dr. Francisco Sá Carneiro, do eng. Adelino Amaro da Costa e do Dr. António Patrício Gouveia.

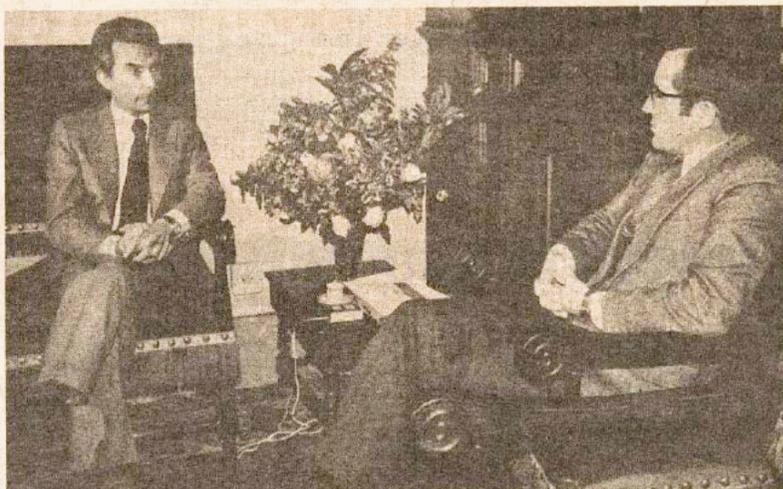
É com profunda consternação e emoção que vos falo, pedindo-vos, sem divisões, honrem a memória destes homens recordando as suas obras, as suas convicções democráticas, a sua dedicação patriótica.

Dirijo às famílias os meus mais sentidos pesares, nesta

hora de dor que vivem e em que são acompanhadas por todos os portugueses.

Dirijo aos dois partidos a que o dr. Francisco Sá Carneiro, o eng. Adelino Amaro da Costa e o dr. António Patrício Gouveia ofereceram o melhor dos seus esforços, das suas grandes capacidades e o seu empenhamento na realização dos seus ideais, os meus sentimentos profundos de solidariedade democrática.

A todos os portugueses, qualquer que seja a sua filiação partidária e a sua ideologia política, dirijo o apelo, neste momento de profundo pesar e de gravidade, para que se esqueçam divergências e se afirmem, responsável e serenamente, o respeito de que todos somos devedores perante aqueles que colocaram, acima de tudo, a missão de orientar a nossa vida política".



Os homens que morreram neste acidente merecem que os saibamos honrar com a reflexão e a dignidade que a democracia exige e que a

consciência fraternal dos portugueses sempre tem manifestado em todos os momentos graves da vida nacional.

As instituições democráticas continuam em pleno funcionamento. A continuidade do Estado democrático está assegurada a todos os níveis.

Apesar de a estrutura constitucional do Governo se basear no Primeiro-Ministro, a estabilidade das instituições do Estado democrático exige que o Governo se mantenha em funções, neste momento grave, assegurando a continuidade do normal funcionamento da vida do País, sob a presidência, nos termos constitucionais, do senhor Vice-Primeiro-Ministro, Prof. Freitas do Amaral.

Nesta situação, decidi terminar todas as minhas actividades públicas de campanha eleitoral para assegurar a minha contribuição permanente, no âmbito das minhas funções específicas, como Presidente da República.

Espero de todos os portugueses e de todos os responsáveis políticos a serenidade, a lucidez, o patriotismo e a dignidade exigidas pela nossa solidariedade nacional".

Freitas do Amaral: Grande lutador e estadista

Visivelmente consternado pela tragédia que poucas horas antes se abatera sobre o País, e acerca de qual se desconheciam ainda muitos pormenores, o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, prof. Freitas do Amaral, leia perante as câmaras da televisão, a seguinte mensagem:

"Portugueses:

Num horrível acidente de aviação morreu hoje ao princípio da noite o Primeiro-Ministro de Portugal, dr. Francisco Sá Carneiro.

No mesmo desastre faleceram sua mulher Snu Abecassis, o Ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa, e sua mulher, o chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, António Patrício de Gouveia, e os dois pilotos da avioneta.

Ignoramos ainda as causas do acidente, que serão apuradas no mais rigoroso inquérito, a que se procederá de imediato.

É com a maior consternação e pesar que vos confirmo esta notícia brutal.

O Dr. Francisco Sá Carneiro foi um grande homem, um grande lutador e um grande estadista.

Foi um grande homem — na coragem com que assumia as suas posições, na simpatia irradiante do seu temperamento e na lucidez invulgar do seu espírito vivo e sagaz.

Foi um grande lutador — e sobretudo um lutador pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril. Morreu em pleno combate, no ardor de uma campanha eleitoral que tomou a peito e ao serviço de uma causa nobre, de um ideal elevado, de uma noção mais pura da democracia que desejava com toda a sua alma para a nossa Pátria.

Foi um grande estadista. Várias vezes me confidenciou que só ao fim de cinco anos se poderia saber se ele tinha sido ou não um estadista. Mas todos nós que servimos no Governo da Aliança Democrática sob a sua direcção podemos dar testemunho da real dimensão deste governante — que ao leme do Estado foi sereno, firme e competente, que apreendia e dominava todos os problemas que lhe eram postos com rapidez e argúcia penetrante, que não adia uma única decisão por mais difícil ou

embaraçosa que aparentasse, que não receava assumir a responsabilidade total das resoluções tomadas e que se erguia sempre ao plano mais

elevado dos superiores interesses nacionais quer na política externa quer nos meandros da política interna, onde nunca mostrou como Pri-

meiro-Ministro a mais leve ponta de espírito partidário.

Não foram necessários cinco anos. A morte repentina e violenta recorta-lhe hoje um perfil de autêntico estadista de que os seus inúmeros adeptos e o País em geral guardarão uma recordação feliz e um exemplo cívico de primeira grandeza. A História não o esquecerá.

Morreu também no desastre o Ministro da Defesa Nacional e Vice-Presidente do CDS, Adelino Amaro da Costa. Foi um político excepcional, um brilhante parlamentar, um amigo inextinguível. O CDS deve-lhe o máximo que um partido pode dever a algum dirigente — e o Governo da AD encontrou nele o primeiro civil a desempenhar o cargo de Ministro da Defesa depois do 25 de Abril, fun-

ção a que dedicou uma entrega total e onde preparava, com entusiasmo contagiante que era timbre da sua personalidade, a transição das Forças Armadas para a dependência do poder civil.

Uma palavra também para António Patrício de Gouveia, destacado militante do PSD e excelente colaborador do Primeiro-Ministro que como tal o acompanhou até à morte.

Neste momento doloroso, de luto nacional, quero aqui prestar a homenagem como vida e magoada do Governo Português a quem foi seu Primeiro-Ministro e seu Ministro da Defesa Nacional. Estou certo de que ao fazê-lo interpreto os sentimentos de todos os portugueses, fossem simpatizantes ou adversários políticos.

Como católico, rogo a Deus que abençoe todos os que faleceram neste acidente, e que dê força e ânimo às suas famílias e aos seus amigos para transformarem a dor enorme que sofrem neste momento numa determinação muito firme de continuar a obra em que tanto se empenharam. Os homens passam, mas o exemplo fica.

E os ideais por que lutaram e deram a vida não morrem. Continuemos, pois.

Peço a todos a maior calma e serenidade. Repito: peço a todos a maior calma e serenidade.

Sejamos dignos, em tudo, de quem para além da morte espera de nós, neste momento difícil, uma coragem exemplar".



CNE vai apreciar hipótese de adiamento do acto eleitoral

O Presidente da República compareceu no bairro das Fontainhas para se inteirar dos pormenores, tendo interrogado longamente as autoridades que se encontravam no local do acidente.

Mostrando-se emocionado, o Presidente da República escusou-se a prestar declarações, tendo dito apenas que "em princípio, não haverá adiamento das eleições presidenciais". Cerca das 23 e 20h, o PR abandonou o local em direcção a Belém.

Ainda antes de se deslocar ao bairro das Fontainhas o Presidente da República apresentou condolências às famílias das vítimas.

Logo que soube do acidente, o Presidente da República anulou o comércio que ontem estava programado para o Rossio, enquanto a comissão política da sua candidatura reunia de imediato.

A morte do Primeiro-Ministro levantou desde logo a questão do adiamento das eleições. Um membro da comissão constitucional, baseando-se na interpretação da lei regulamentadora do acto eleitoral, garantiu contudo que "só a morte de um candidato poderia levar ao adiamento das eleições presidenciais.

No entanto, ao princípio da madrugada estiveram reu-

nidos, em Belém, o Presidente da República, o vice-primeiro-ministro, o presidente da Comissão Nacional de Eleições e o presidente da comissão constitucional, para apreciar esta questão. Freitas do Amaral revelaria que Eanes está a estudar a nomeação de novo Primeiro-Ministro.

Entretanto, a Comissão Nacional de Eleições reuniu-se hoje para estudar a possibilidade de adiamento do acto eleitoral de depois de amanhã. Na opinião dos peritos, porém, essa hipótese só devia ser admitida no caso de ter morrido um dos candidatos concorrentes à eleição.

Emoção em todo o País

A trágica morte do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, do ministro da Defesa Nacional Adelino Amaro da Costa e de Patrício Gouveia suscitou nos portugueses a maior consternação. Depois de uns momentos de surpresa e estupefacção originados pela notícia do acidente, um sentimento de pesar caiu sobre a alma dos portugueses.

Nas ruas da cidade de Lisboa, viam-se grupos de pessoas tentando acreditar naquilo que ouviam; os cafés estavam cheios de gente que em frente dos ecrãs da televisão ou junto de uma telefonia esperavam ansiosamente qualquer notícia mais concreta sobre a tragédia. As lágrimas que corriam pelo

rostro exprimiam a profunda dor que o horrível acidente fez trespassar na alma de todo Portugal.

Num local da cidade, junto a um liceu, dois jovens foram abordados pretendendo-se saber se já tinham conhecimento da notícia: "O quê? Estão a brincar connosco". "Não estamos; infelizmente é verdade". Vieram as lágrimas, a consternação, a dor. Esta reacção foi partilhada por milhares de pessoas ao sentirem a perda de verdadeiros portugueses. O choque foi brutal e os momentos que se viveram são indescritíveis. Portugal está de luto.

AMANHÃ
EDIÇÃO ESPECIAL
do semanário
"TEMPO"

PROPRIEDADE: RIGOR — Sociedade de Informação e Cultura

ADMINISTRAÇÃO, REDACÇÃO e PUBLICIDADE Rua Vitor Cordon, 27 - 1294 LISBOA CODEX - Tels. 364292 - 363396 - 363781-368781-364157-364236 (Public.) - Telex 18526 'DIA P

DELEGAÇÃO NO PORTO: Rua Gonçalo Cristóvão, 217-11.º Sala B 4000 PORTO - T. 318960 (Redacção) - 380469 (Publicidade)

DELEGAÇÃO EM COIMBRA Av. Navarro, 93-2.º-C - 3000 COIMBRA - Telefone 27085
COMPOSIÇÃO e IMPRESSÃO: Mirandela & C.ª - Travessa da Condessa do Rio, 9 - LISBOA
DISTRIBUIDORA: DIG - Rua Vitor Cordon, 45 (Pátio de Bragança Porta B) - 1200 LISBOA - Tels. 365586/7 - 372700

TIRAGEM MÉDIA DO MÊS DE OUTUBRO/1980: 46 700 EXEMPLARES

QUATRO HORAS ANTES DE PERDER A VIDA

A última intervenção de Francisco Sá Carneiro

O último acto público de Sá Carneiro antes do fatídico acidente que lhe ceifou a vida, seria uma reunião com os jornalistas, a quem foi feito um balanço da campanha eleitoral do general Soares Carneiro. Após dias esgotantes, em que tanto o falecido Primeiro-Ministro como todas as estruturas da Aliança Democrática deram o seu

eleitorado democrático. Acrescentaria que o actual Presidente da República não se demarcou ainda do PC como o fez em relação ao PS numa tentativa — afirmou — de colagem à AD. "Esta sua atitude — consideraria — leva-nos a concluir que estamos certos".

Ao comentar recentes declarações de Nobre da Costa,

mento numa acção que visou impedir o afastamento dos comunistas da área do poder. "O PC que estava destruído em 25 de Novembro, recuperou forças que só veio a perder em 2 de Dezembro de 1979", após a vitória da AD — adiantou.

A conferência de Imprensa abriu com uma declaração do general Soares Carneiro,

Soares Carneiro profundamente abatido

Portugal perdeu um estadista

"O acidente que vitimou o senhor doutor Francisco Sá Carneiro cria em todos nós esta dolorosa situação de que se perdeu um estadista de Portugal" — disse ontem, na sede da sua candidatura, Soares Carneiro depois de uma reunião de emergência com o seu conselho político. Na

depois que, "num recolhimento bem íntimo", se guardasse um minuto de silêncio em sua homenagem. A seguir, apenas afirmou: "A vida vai continuar, e nós todos vamos continuar Portugal". Por iniciativa de um dos presentes, rezou-se então um Padre

AD prestou homenagem a Sá Carneiro, afirmando que era "um grande homem, um invulgar estadista, um homem muito determinado, um exemplo de dedicação à democracia". Referindo-se ao primeiro-ministro, apontou-o como um exemplo de "coerência no rigor das suas pró-

sacrificou ao serviço de Portugal". Soares Carneiro terminou com um viva a Sá Carneiro.

A primeira reacção do candidato e de Carlos Macedo quando chegaram à Praça do Bocage, foi de incredulidade. Incredulidade que durou pouco tempo, pois logo se confirmou a trágica notícia. Também a Direcção Nacional da Campanha viria a difundir um comunicado na própria sede da candidatura, antes mesmo da chegada de Soares Carneiro, em que já se apelava à serenidade.

SUSPENSA TODA A ACTIVIDADE

Nesse documento, começava por anunciar-se que, "em face dos trágicos acontecimentos desta noite, a candidatura do general António Soares Carneiro decide suspender todas as actividades da campanha", designadamente os comícios previstos para hoje. Num segundo ponto acrescenta-se: "Neste momento de profunda tristeza e emoção, torna-se necessário que todos saibamos manter a serenidade e a confiança em valores de liberdade e democracia por forma a honrar a memória de quem tanto fez para os afirmar em Portugal".



Soares Carneiro falando, ao princípio da madrugada, à multidão que se concentrou junto da sede da sua candidatura

breve declaração que prestou aos jornalistas, antes de se dirigir às pessoas que se aglomeravam no exterior do edifício, o candidato definiu ainda o Primeiro-Ministro como "um homem que pôs todo o seu vigor na criação de um clima de paz e de esperança para o futuro de Portugal, e que sempre se empenhou na tentativa de estabilizar a situação portuguesa, criando para todos nós uma identidade num projecto nacional que transcende o presente e que transcende a importância dos homens".

No ambiente de grande emoção que naturalmente se respirava, Soares Carneiro declarou ainda aos jornalistas: "O dr. Sá Carneiro morreu. A melhor homenagem que à sua memória é devida é manter um clima de serenidade, de confiança no futuro do País". E isso, "para que todos nós possamos entender que a vida não pára, que se vai realizar no que que respeita ao próximo acto eleitoral, vai poder afirmar com sentido profundo e verdadeira homenagem à memória deste homem, que em Portugal vai triunfar a democracia plena, vai triunfar a candidatura que assegura a realização do projecto nacional porque Francisco Sá Carneiro sempre se bateu".

Vindo de Setúbal, Soares Carneiro teve dificuldade para romper a barreira de pessoas que entretanto se aglomeraram à porta da sede da sua candidatura. As mesmas

Nosso, que se ouviu tanto no exterior como no interior do edifício. A emoção mal contida, lágrimas, caras constangidas, reflectiam um ambiente de grande tensão.

Dirigindo-se às pessoas presentes, o candidato apoiado pela AD evocou a figura de Sá Carneiro, até para pedir serenidade neste momento. "Sá Carneiro no seu vigor era um homem calmo", diria também, classificando igualmente o primeiro-ministro como um "estadista invulgar que, no seu vigor permanente, procurava para o seu País uma paz duradoura". Alterar essa paz, seria, para Soares Carneiro, "de certo modo, fazer morrer Sá Carneiro pela segunda vez".

SILÊNCIO EM SETÚBAL

Antes, em Setúbal, quando chegou ao local do comício que ali se realizava, Soares Carneiro remeteu-se a um profundo silêncio perante a notícia. Um silêncio que se estendeu a todos os manifestantes concentrados na Praça Bocage, calada a aparelhagem sonora. Também Carlos Macedo e Rosado Fernandes se mantiveram largos minutos em silêncio num estrado em que muitos elementos da candidatura já não conseguiam, reter as lágrimas. Foi então que Soares Carneiro, recebeu apenas com palmas, se dirigiu às pessoas que tinham ocorrido ao comício. O candidato apoiado pela

prias convicções, um combatente extremado pela liberdade, e um homem que se

O País em estado de choque

Continuação da pág. 1

desiludidos e que havia de erguer na hora presente a gigantesca muralha democrática. Via-se, sentia-se — ninguém o pode testar — a força e o fascínio que Sá Carneiro exercia sobre a actual geração de portugueses, aos quais conseguiu contagiar com a firmeza da sua fé nos destinos de Portugal e aos quais logrou transmitir o seu amor incansável pela verdadeira liberdade. Amado e admirado pela maior parte dos portugueses, temido ou respeitado pelos seus adversários, Sá Carneiro era já uma legenda do Portugal democrático. Os seus juízos de valor eram uma verdade de fé para muitos, fonte de análise para outros, quebra-cabeças fulminante para alguns que logo viam inutilizadas, ainda antes de nascer, quaisquer veleidades de alterar ou perturbar o rumo democrático ou a seriedade política. Em curto espaço de tempo — Sá Carneiro tinha 46 anos de idade e ainda não completara um ano na chefia do Governo — o seu nome e a sua aura ultrapassaram as fronteiras. Na Europa, incrívelmente acerca do nosso destino como nação, a carreira política do nosso Primeiro-Ministro, o

Romagem à Alameda

Apesar da direcção nacional da campanha de Soares Carneiro ter desconvocado todas as manifestações e comícios para hoje, os militantes da AD propõem-se ir na mesma à Alameda como última homenagem a Sá Carneiro. Sem qualquer intuito eleitoral, a grande concentração a realizar terá, assim, o exclusivo propósito de mostrar que a vida continua, como o próprio Soares Carneiro quis frisar quando falou às pessoas concentradas em frente da sede da sua candidatura. Pretende-se, desta forma, claramente demonstrar que a morte de Sá Carneiro não é a morte do seu projecto político, antes o revigoração do espírito que lhe preside. E o encontro desta noite na Alameda estava marcado, também, com Sá Carneiro.



Sá Carneiro no último acto público em que interveio: a conferência de Imprensa para fazer o balanço da campanha de Soares Carneiro

melhor para consagrar uma vitória certa, Sá Carneiro afirmou posições já anteriormente expressas, desmontando a estratégia dos comunistas resultante do seu apoio oficial a Ramalho Eanes, não deixando de condenar as mais recentes atitudes deste candidato.

O malogrado estadista diria então estar convicto da eleição do general Soares Carneiro logo na primeira volta das presidenciais, acrescentando que as "ambiguidades referentes a Eanes diminuíram com o apoio oficial do PC à sua candidatura". Para Sá Carneiro, e após esta posição dos comunistas, "os democratas não votarão Eanes", porque é impossível os votos dos comunistas misturarem-se com os votos do

Sá Carneiro justificou-as, considerando que Ramalho Eanes "continua a fugir de fazer declarações públicas por se sentir numa posição cada vez mais incómoda". O falecido chefe do Governo afirmaria seguidamente que depois do apoio do PC a Eanes só a ala do PS que defende a criação de uma "frente popular" poderá apoiar o actual PR. "Mário Soares — disse — rejeitou sempre desde 1975 a "frente popular" com o PC".

Defendendo igualmente que o Partido Comunista deveria há muito ter sido "não ilegalizado, mas afastado do poder", afirmaria ainda que em 25 de Novembro de 1975 o grupo político-militar apoiante de Ramalho Eanes o colocara à frente do movi-

em que foi feito o balanço das actividades de campanha. Segundo o candidato, a sua campanha constituiu "um êxito e um serviço ao projecto democrático". Considerou também como certa a sua ascensão a Belém, que é "um passo para a clarificação da vida política nacional".

Denunciou igualmente as consequências da reeleição de Eanes, considerando que depois do apoio que os comunistas lhe dão, os portugueses sabem agora "de que lado estão exactamente os democratas e de que lado estão os outros". E assim — concluiu — "será possível, sem hesitações nem dúvidas, aguardarmos nova derrota popular do PC e do seu candidato, neste caso, Ramalho Eanes".

Governo exorta à calma

Cerca de meia-noite de ontem, o Governo, reunido em S. Bento, divulgou um comunicado do seguinte teor: "Tendo conhecimento do natural nervosismo, inquietação e pesar de numerosos portugueses, pela morte inesperada do Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, num acidente de aviação hoje ocorrido, o Governo dirige a toda a população um apelo à calma e à serenidade e solicita aos dirigentes e militantes partidários que cooperem com as autoridades de segurança no sentido de preservar a tranquilidade pública, primeiro dever cívico, que a todos os cidadãos se pede seja cumprido de forma consciente e colaborante. O governo, espera de todos os portugueses o seu maior sentido de responsabilidade.



CORREIO da Manhã

Trágico acidente de aviação enlutou o País

DIRECTOR: VITOR DIREITO

SEXTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 1980 • ANO II N.º 609 • PREÇO 12\$50



MORREU SÁ CARNEIRO

O brutal acidente de aviação que vitimou ontem o Primeiro-Ministro e a comitiva que o acompanhava numa viagem ao Porto, deixou marcas visíveis no local do embate, no bairro das Fontainhas. As nossas fotos reportam-se ao momento em que os corpos eram cobertos (foto à direita) e aos estragos provocados num automóvel estacionado na rua onde caiu uma das asas do avião.

• Morreram também Amaro da Costa, Patrício Gouveia, Snu Abecassis, Maria Manuela Amaro da Costa e os dois pilotos da avioneta

págs. 2, 3, 4 e 40



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL

A AVIONETA SINISTRADA FICOU REDUZIDA A CINZAS

O Primeiro-Ministro, Francisco Lumbrals Sá Carneiro e mais seis pessoas, entre as quais, Adelino Amaro da Costa, ministro da Defesa Nacional e António Patrício Gouveia, chefe do gabinete do Primeiro-Ministro, morreram ontem à noite num desastre aéreo próximo do Aeroporto da Portela, em Lisboa. As restantes vítimas do acidente foram Snu Abecassis, mulher de Sá Carneiro, Manuela Vaz Pires, mulher de Amaro da Costa e ainda os dois pilotos do aparelho, Jorge de Albuquerque e Alfredo de Sousa.

O aparelho, um bimotor Cessna 421 com a matrícula venezuelana YV-314 P, pertencente a um industrial do Norte e cedido à candidatura do general Soares Carneiro, transportava o Primeiro-Ministro à cidade do Porto onde deveria tomar parte num comício.

Eram precisamente 20 e 17 horas quando o avião descolou da pista 36 do Aeroporto da Portela no sentido Sul-Norte. Um minuto após, o aparelho despenhava-se no Bairro de S. Francisco ao Bairro das Fontainhas, na Charneca do Lumiar.

Segundo apurámos, o bimotor bateu com uma das asas no primeiro andar do prédio n.º 8 da quele Bairro afocinhando e incendiando-se de imediato. Todos os tripulantes do avião ficaram completamente carbonizados e irreconhecíveis.

Uma das asas do aparelho com o motor foram por seu turno, despenhar-se sobre um automóvel que estava estacionado na Vila Ferramenta, numa artéria do lado oposto do edifício. Três outros automóveis foram de igual modo consumidos pelo fogo. As chamas atingiram quatro edifícios onde alguns deles os moradores saltaram pela janela.

«Ouviu-se um grande estrondo e de imediato o meu marido empurrou-me para a frente por instinto», disse ao nosso jornal, Maria Luisa Penão, mora-

dora no local e que assistiu à queda de uma das asas do aparelho.

Por seu turno, Ana Maria Ferreira Pinto, locatária do primeiro andar do prédio 8, onde o aparelho foi embater e que, na altura se encontrava a jantar com uma filha de 10 anos disse, em visível estado de choque: «Foi uma autêntica tragédia. Mas podia ainda ter sido bem pior».

Duas moradoras da cave direita da moradia 10, contígua ao prédio 8, Maria Beatriz Costa Pereira, de 49 anos e Maria Correia Jorge, de 68 anos, viúva, foram, por sua vez, conduzidas em estado de choque para o Hospital de Santa Maria.

Entretanto, outras testemunhas afirmam terem-se apercebido do acidente devido à proximidade do ruído do avião.

Carlos Alberto Peres, residente num dos prédios danificados afirmou que o avião lhe pareceu estar já em chamas antes de colidir com o edifício. Esta hipótese é contudo pouco provável segundo as opiniões de vários peritos com quem o nosso jornal contactou.

SOCORROS IMEDIATOS

A queda do aparelho, seguida de violentas explosões provocou o pânico na área, tendo milhares de pessoas acorrido ao local no sentido de se inteirarem do que acontecera.

Tal facto, provocou dificuldades à chegada das unidades de salvamento, vindas do Batalhão de Sapadores Bombeiros, dos Bombeiros do Aeroporto da Portela e da Unidade de Socorro de Lisboa da Cruz Vermelha Portuguesa.

Pouco antes das 21 horas, portanto, meia-hora depois do desastre, os bombeiros deram por extinto o incêndio que foi combatido com o auxílio de neve carbónica. Seguiram-se depois as operações de corte da fusela-



Numerosos populares junto dos destroços da avioneta

gem a fim de serem retirados do interior, os corpos, já sem vida, de todos os tripulantes. Refira-se que a cauda do avião ficou completamente dobrada sobre a carlinga.

Os corpos foram posteriormente removidos do local para o Instituto de Medicina Legal de Lisboa, após comparência do Delegado de Saúde de Loures e do piquete da Polícia Judiciária.

O ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, assim como o general Ramalho Eanes e outras individualidades deslocaram-se, mais tarde, à Charneca do Lumiar, onde durante toda a noite permaneceram, em vigília, alguns milhares de pessoas.

AS CAUSAS DO ACIDENTE

A causa mais provável para a queda do aparelho terá sido uma avaria mecânica.

Na verdade, tudo indica que se tenha verificado uma falha num dos motores do Cessna e, consequentemente, uma perda de altitude, que motivou o desastre.

Aliás, o nosso jornal apurou que o avião, que pertencera à Presidência da República da Venezuela, não se encontrava nas melhores condições. Avárias semelhantes haviam já

ocorrido, nomeadamente, na Groenlândia, onde o Cessna esteve em vias de se despenhar.

Segundo outros informadores, o aparelho, que participara em toda a Campanha de Soares Carneiro, não tinha efectuado as revisões, como é habitual, dentro dos limites obrigatórios de horas de voo.

Apesar de não nos ter sido possível contactar a Torre de Controlo do Aeroporto da Portela, em virtude de os seus responsáveis terem dado ordens no sentido de não serem passadas quaisquer comunicações telefónicas, pessoal daquela aerogare é peremptório em afirmar que, o avião permaneceu demasiado tempo com os motores em funcionamento antes de se fazer à pista. Teria havido mesmo um pedido do piloto do aparelho para uma pequena verificação técnica.

CABECEIRA OU INTERCEPÇÃO

Outra das questões que não conseguimos esclarecer devido à recusa do Pessoal da Torre de Controlo do Aeroporto, foi saber se o bimotor descolou da cabeceira da pista ou da intercepção, ou seja ligeiramente a meio. No primeiro caso, os pilotos teriam à sua frente 2400 metros de pista,

o suficiente para tomar altitude. No segundo caso, com apenas 1200 metros e o aparelho carregado, com bagagens e combustível, qualquer falha num dos motores seria o suficiente para provocar o desastre, já que, a pouca altitude, não permitiriam aos pilotos qualquer tipo de manobra.

De salientar ainda que, qualquer dos pilotos do bimotor eram homens experimentados possuidores das melhores referências a todos os níveis — revelou ao nosso jornal o Comandante Pinto Machado, adjunto de Amaro da Costa.

Já antevendo o Primeiro-Ministro efectuara uma viagem ao Algarve no mesmo avião e com os mesmos pilotos tendo ficado «imensamente satisfeito» com a viagem, disse ainda o Comandante Pinto Machado.

Refira-se que o Primeiro-Ministro Sá Carneiro tinha marcada no voo da TAP a sua viagem de ontem ao Porto. Contudo, a viagem na TAP foi cancelada, optando aqueles membros do Governo pela viagem no avião da Campanha de Soares Carneiro.

O piloto Jorge de Albuquerque, que, deixa órfão uma criança de quatro anos. A sua mulher encontra-se grávida. Alfredo de Sousa, de 40 anos, deixara a Marinha para a Aeronáutica Civil e era considerado um excelente piloto.



Um aspecto do sótão que sofreu o embate da avioneta

Tempo

ESTE SEMANÁRIO
PUBLICARÁ AMANHÃ
UMA EDIÇÃO ESPECIAL

UM GRANDE ESTADISTA

Francisco Sá Carneiro nasceu no Porto em Julho de 1934. Contava, portanto, 46 anos de idade. Era casado e pai de cinco filhos.

Cursou Direito na Universidade de Lisboa, cuja licenciatura concluiu em 1956, tendo, a partir desse ano, exercido exclusivamente a advocacia no Porto.

Foi o fundador e o presidente da assembleia-geral da cooperativa «Confronto», no Porto, dissolvida compulsivamente em 1972, sob a alegação de que os seus fins não eram considerados «convenientes».

Foi durante vários anos director da revista dos tribunais.

Em 1969, aceitou a candidatura como deputado à Assembleia Nacional tendo sido um dos deputados mais activos da XI Legislatura. Por considerar não ser possível continuar a exercer o seu mandato, renunciou em 2 de Fevereiro de 1973.

Depois de 25 de Abril de 1974, Sá Carneiro e alguns dos seus amigos que faziam parte do grupo de deputados identificados com as ideias da reforma total do antigo regime fundaram, em 5 de Maio, o Partido Popular Democrático, hoje Partido Social-Democrata.

Desempenhou as funções de

ministro sem pasta no primeiro Governo Provisório.

Foi nomeado secretário-geral do PPD até ao primeiro congresso do partido, em Novembro de 1974, em que foi eleito como tal. Em Fevereiro de 1975, foi impedido de exercer as suas funções por motivos de saúde, mas retomou o cargo em Setembro de 1975, tendo sido eleito presidente do PSD no III Congresso realizado em Leiria.

Após a renúncia do cargo em Novembro de 1977, voltou a ocupar o lugar de presidente do PSD em Julho de 1978.

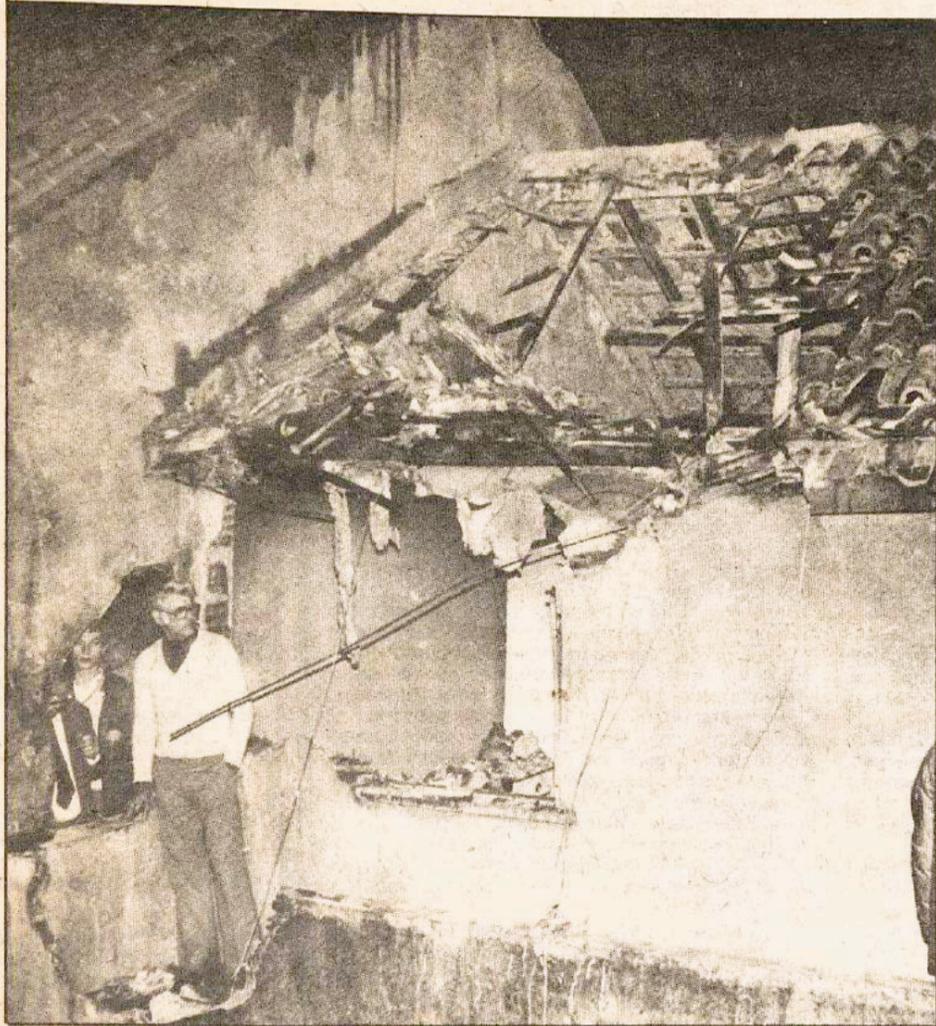
Em princípio de Janeiro deste ano, na sequência da vitória eleitoral da Aliança Democrática, de que foi um dos impulsores e líder, foi convidado a formar o novo Governo, assumindo as funções de Primeiro-Ministro.

Meses depois, já na chefia do Governo, empreendeu, na companhia do vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral, uma visita a várias capitais europeias, no âmbito das diligências com vista à entrada de Portugal na CEE. Porém, ao desembarcar na capital britânica, no percurso do aeroporto para o centro da cidade, o automóvel em que seguia viu-se envolvido num aci-

dente rodoviário, de que resultou ter ficado bastante ferido. Em consequência, teve de interromper a viagem e regressar a Lisboa. Viagem que retomou semanas depois, quando já se encontrava completamente restabelecido.

Sá Carneiro era uma das figuras mais carismáticas do actual panorama político português, desfrutando de uma popularidade incontestável. Tanto na liderança do PSD e da Aliança Democrática, como noutras actividades políticas, nomeadamente na chefia do Governo, revelou-se sempre um político na verdadeira acepção da palavra, brilhante, combativo, emprestando às suas intervenções um cunho particular de prestígio.

Sá Carneiro encontrou a morte em plena campanha eleitoral para as eleições presidenciais do próximo domingo, em que ele se encontrava profundamente empenhado, na qualidade de líder da Aliança Democrática. Com efeito, o avião que se despenhou devia transportá-lo à cidade do Porto, onde ontem à noite ia presidir, a um comício a realizar no Coliseu, de apoio à candidatura do general Soares Carneiro.



Aspecto do prédio onde embateu a avioneta

Quem era Amaro da Costa

O eng. Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa, que desempenhava o cargo de ministro da Defesa Nacional, tinha 37 anos e havia casado há cerca de um ano com Maria Manuela Vaz Pires, igualmente falecida no acidente que vitimou ontem o seu marido.

Amaro da Costa, vice-presidente do CDS, nasceu em Lisboa e era licenciado em engenharia civil. Desenvolveu larga actividade na imprensa, tendo sido fundador e editor do jornal universitário «Tempo», o qual era gerido pelos próprios redactores.

Colaborou em inúmeros jor-

nais e revistas, tendo-se tornado notado pelo polemismo dos seus artigos. Foi correspondente em Lisboa do jornal espanhol «Madrid» até à sua suspensão pelo Governo franquista.

Antigo assistente do Instituto Superior Técnico, foi director do Gabinete de Planeamento do Ministério da Educação e membro de diversas comissões e grupos de trabalho na qualidade de investigador em ciências e educação.

De formação católica, era membro fundador do Centro Democrático Social, tendo sido eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo eleitoral

de Braga. Era actualmente deputado pelo círculo do Porto, vice-presidente do CDS e presidente da respectiva Comissão Directiva.

António Patrício Gouveia, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro Sá Carneiro, tinha 32 anos e era militante fundador do então Partido Popular Democrático.

Era, desde a tomada de posse do Governo AD um dos mais próximos colaboradores de Sá Carneiro, estando integrado na secção de relações internacionais do PSD.

Patrício Gouveia, que era licenciado em Direito, integrou o Centro de Estudo de Planeamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em anteriores Governos.

Havia sido eleito deputado à actual Assembleia da República e era accionista e fundador do jornal «Expresso».



Sá Carneiro e Snu Abecassis



Amaro da Costa e sua mulher



António Patrício Gouveia

Patrício Gouveia — jovem político já com prestígio

António Patrício Gouveia, chefe do gabinete do Primeiro-Ministro, que morreu ontem no acidente em que este pereceu, era de há longa data um dos mais próximos colaboradores do chefe de Governo.

Formado em economia pelo ISCEF e maestro em política internacional pela Johns's Hopkins University, de Washington, foi adjunto de Francisco Sá Carneiro no primeiro Governo provisório constituído após o 25 de Abril.

Depois da queda desse efémero executivo, Patrício Gouveia manteve uma próxima colaboração com o presidente do

PSD, exercendo as funções de seu adjunto e de acessor para as questões internacionais.

Foi membro da comissão de relações internacionais do PSD e fazia parte da Comissão Nacional do mesmo partido.

António Patrício Gouveia fez parte dos primeiros conselhos para a imprensa e para a ANOP.

A sua amizade com Francisco Sá Carneiro datava dos tempos da «ala liberal» e da fundação do semanário «Expresso», de que foi redactor.

António Patrício Gouveia nasceu a 26 de Agosto de 1948, era casado e pai de três filhos.

Freitas do Amaral na TV

OS HOMENS PASSAM MAS O EXEMPLO FICA

O dr. Diogo Freitas do Amaral, vice-Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, leu ontem na RTP uma mensagem aos portugueses, escassos minutos antes do início do dia de hoje.

Depois de confirmar oficialmente a morte do dr. Sá Carneiro, eng.º Amaro da Costa, ministro da Defesa Nacional, e respectivas esposas, e ainda de António Patrício Gouveia, chefe do gabinete do Primeiro-Ministro, além dos dois pilotos, Freitas do Amaral declarou:

« Ignoramos ainda as causas do acidente, que serão apuradas no mais rigoroso inquérito, a que se procederá de imediato.

(...) O dr. Francisco Sá Carneiro foi um grande homem, um grande lutador e um grande estadista.

Foi um grande homem na coragem com que assumia as suas posições, na simpatia irradiante do seu temperamento e na lucidez invulgar do seu espírito e sagaz.

Foi um grande lutador, e, sobretudo, um lutador pela liberdade antes e depois do 25 de Abril.

Morreu num grande combate, no ardor de uma campanha eleitoral que tomou a peito, ao serviço de uma causa nobre, de um ideal elevado, e de uma noção mais segura da democracia que desejava, com toda a sua alma, para a nossa Pátria.

Foi um grande estadista. Várias vezes me confidenciou que só ao fim de cinco anos se poderia saber se

ele tinha sido um estadista.

Todos nós que servimos no Governo da Aliança Democrática, sob a sua direcção, podemos dar testemunho, da real dimensão deste governante, que ao leme do Estado foi sereno firme e competente; que apreendia e dominava todos os problemas que eram postos com rapidez e argúcia penetrante; que não adia uma única decisão difícil ou embaraçosa que aparentasse ser; que não receava assumir a responsabilidade total das resoluções tomadas; e que servia sempre no plano mais alto os superiores interesses nacionais, quer na política externa que nos meandros da política interna, onde nunca mostrou como Primeiro-Ministro a mais leve ponta de espírito partidário.

Não foram necessários cinco anos. A morte repentina e violenta recorda-lhe hoje o perfil de um autêntico estadista de que os seus inúmeros adeptos e adversários e o País em geral, guardarão uma recordação viva e um elemento cívico de primeira grandeza. A História não o esquecerá.

Morreu também no desastre o ministro da Defesa Nacional e vice-presidente do CDS, Adelino Amaro da Costa.

Foi um político excepcional, um brilhante parlamentar, um amigo inexcedível. O CDS deve-lhe o máximo que um partido pode dever a um dirigente. E o Governo da AD encontrou nele o primeiro civil a desempenhar o cargo de ministro da Defesa Nacional depois

do 25 de Abril, missão a que dedicou uma entrega total, onde preparava, com um entusiasmo contagiante que era símbolo da sua personalidade, a transição das Forças Armadas para a dependência do Poder civil.

Uma palavra também para António Patrício Gouveia, destacado militante do PSD e excelente colaborador do Primeiro-Ministro e de todo o Governo. Em tudo o acompanhou até à morte.

Neste momento doloroso de luto nacional, quero aqui prestar a homenagem comovida e magoada do Governo português a quem foi seu Primeiro-Ministro e seu ministro da Defesa. Estou certo que ao fazê-lo interpreto os sentimentos de todos os portugueses, fossem simpatizantes ou adversários políticos.

Como católico, rogo a Deus que abençoe todos quantos faleceram neste desastre e que dê força e ânimo às suas famílias, e aos seus amigos, para transformarem a dor enorme que sofrem neste momento numa determinação muito firme de continuar a obra em que eles tanto se empenharam.

Os homens passam, mas o exemplo fica. E os ideais por que lutaram e deram a vida, esses não morrem. Continuemos, pois.

Peço a todos a maior calma e serenidade. Repito: peço a todos a maior calma e serenidade. Sejam dignos em tudo de quem para além da morte espera de nós, neste momento tão difícil, uma coragem exemplar.»

Futurólogo previu assassinato de figura política

A morte de uma destacada figura política nacional durante o corrente ano foi a previsão mais importante de um futurólogo português, Zandinga.

Segundo o futurólogo, a morte seria causada por assassinato. Após o acontecimento, dizia ainda, iria correr muito sangue em Portugal.

Salientava-se, por outro lado, que se viveriam horas de instabilidade e de grandes distúrbios.

Com a morte de Sá Carneiro, há quem sustente já que esta seria a figura nacional cujo assassinato foi previsto por Zandinga.

As previsões do futurólogo foram publicadas por um semanário, durante o primeiro trimestre deste ano.

BREVES

Minuto de silêncio no comício de Eanes

A morte de Sá Carneiro foi anunciada às 21.55 no Rossio, em Lisboa, onde estava previsto um comício em apoio a Ramalho Eanes. A reacção da assistência foi de incredulidade, espanto e algumas manifestações de alegria, imediatamente reprimidas pela maioria da assistência.

O comício foi cancelado e, ao comunicar a decisão à assistência, Nobre da Costa pediu um minuto de silêncio pela morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa.

«É um momento de luto para todos os portugueses» — declarou o antigo primeiro-ministro.

Depois do minuto de silêncio a multidão entou o Hino Nacional e dispersou.

Ramalho Eanes ainda não tinha chegado ao Rossio.

O Gabinete de Candidatura de Eanes igualmente mandou cancelar o comício que estava previsto para ontem à noite no Pavilhão do Académico do Porto, em que seriam oradores Maria de Lourdes Pintasilgo, Victor Constâncio e Cunha Leal.

Também o candidato presidencial Pires Veloso, ao saber da morte de Sá Carneiro, decidiu imediatamente cancelar o programa eleitoral previsto para hoje.

Entretanto, soube-se que grupos de energúmenos festejaram ontem, junta da torre de controlo do Aeroporto, a morte de Sá Carneiro. Também no Barreiro há notícia de festejos semelhantes, designadamente em cafés. As ruas, contudo, estão calmas.

Adolfo Suarez declara-se profundamente chocado

O primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suarez, manifestou-se profundamente chocado pelo trágico falecimento do Primeiro-Ministro português, Sá Carneiro.

Pouco depois de conhecer a notícia do acidente que vitimou o chefe do Governo português, Suarez declarou: «a morte trágica do Primeiro-Ministro português provocou-me um dos impactos mais profundos de quantos já souf, tanto no terreno pessoal como no politico».

No campo pessoal, sublinhou terem ambos partilhado ilusões e projectos e no politico «porque não era em vão que as nossas concepções políticas tinham grandes semelhanças e pontos em comum».

Suarez exprimiu o desejo de que «superados os momentos de dor incontinida, o povo português possa prosseguir o caminho de consolidação democrática, apesar da morte de um dos

homens que mais colaboraram para construir um Portugal democrático e livre».

Em nome do Governo espanhol e pessoal, Suarez transmitiu «as mais profundas e sinceras condolências ao Governo e ao povo irmão de Portugal».

GRANDE ESTUPEFAÇÃO EM WASHINGTON

A secretaria de Estado norte-americana acolheu com grande estupefação a notícia da morte do Primeiro-Ministro Sá Carneiro.

O porta-voz daquele organismo governamental, ao ser interrogado por um correspondente da agência «EFE» limitou-se a dizer que a notícia constitui «uma surpresa desagradável».

Também houve foguetes

Todo o País sentiu com grande pesar o que acabava de acontecer mas no entanto não deixaram de acontecer atitudes menos dignas por parte de alguns grupos. Em Moita e Alhos Vedros foram lançados alguns foguetes, assim como se registaram algumas manifestações de regozijo em outras localidades.

SALGADO ZENHA

Em Lisboa, o dirigente socialista Salgado Zenha afirmou que as mortes de Sá Carneiro e Amaro da Costa «são uma tragédia para Portugal e a demo-

cracia».

Salgado Zenha era um dos oradores do comício de apoio a Ramalho Eanes que deveria realizar-se ontem à noite na Praça do Rossio, em Lisboa.

Soares Carneiro: 'a vida continua'

EM COIMBRA

Em Coimbra muitas centenas de simpatizantes da AD convergiram para a sede do PSD de Coimbra ao tomarem conhecimento do desastre que vitimou Sá Carneiro e sua comitiva.

Mota Pinto, mandatário da candidatura de Soares Carneiro, foi chamado a Lisboa para onde seguiu, para participar na reunião da Comissão Política da candidatura de Soares Carneiro.

NO PORTO

A direcção da Comissão Corredora Distrital do Porto da Campanha do general Soares Carneiro, por seu turno, lamentou o «trágico acidente do desaparecimento de Sá Carneiro, Amaro da Costa e suas esposas».

Um comunicado apela à calma «dignidade e coragem do povo português» e recorda «a imagem do grande estadista português que foi Sá Carneiro, recomendando ao povo que «nas eleições, se torne digno da maioria dos incontestáveis chefes».

REACÇÕES POLÍTICAS

O Secretariado Nacional do PS qualificou ontem à noite o falecimento de Sá Carneiro e Amaro da Costa de «grande perda para a democracia e para Portugal».

Em comunicado emitido uma hora depois do acidente em que o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa pereceram, os dirigentes socialistas manifestaram «o seu pesar pela trágica ocorrência», dizendo que «o desaparecimento de líderes tão destacados é motivo de luto para todos os portugueses».

«O PS associa-se sentidamente ao luto nacional provocado por tão trágico acontecimento» — acrescenta o comunicado.

ASDI

Por seu turno, o Partido da Acção Social-Democrata Independente (ASDI) considerou que a morte em acidente de aviação de Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia, enlutam «profundamente a democracia portuguesa e todos os democratas».

Em comunicado difundido cerca das 23h., António Godinho referiu que «a democracia é um regime politico onde o pluralismo e o respeito pela diversidade de opiniões são valores supremos, razão pela qual reconhecemos publicamente as qualidades humanas dos homens que agora morrem».

«A democracia está de luto. A ASDI apresenta os seus mais sinceros votos de pesar a todos os dirigentes e militantes da Aliança Democrática, às famílias de Sá Carneiro, Amaro da Costa, e Patrício Gouveia» — acrescentou.

A ASDI manifestou ainda a sua «confiança na serenidade do povo português, na estabilidade das instituições e no respeito integral pela democracia para cuja construção todos continuamos a ser indispensáveis».

CDS

O CDS afirmou hoje que «a morte trágica de Sá Carneiro e Amaro da Costa priva Portugal de dois dos seus mais dedicados e esclarecidos governantes».

Num comunicado difundido de madrugada, a Comissão Directiva do Centro Democrático Social «apela, nesta hora de luto, à coragem cívica, serenidade e elevação moral de todos os portugueses».

«A melhor homenagem neste momento, acrescenta o comunicado, só pode ser a da serenidade, de respeito comum e da convivência e ainda mais vivida na pressecução dum futuro em paz, democracia e liberdade».

PPM

O Partido Popular Monárquico prestou «a mais profunda e sentida homenagem à memória e exemplo» de Sá Carneiro, classificando-o como «uma das personalidades políticas mais notáveis do Portugal contemporâneo».

Um comunicado do PPM manifesta ainda o «seu maior pesar pela morte do ministro da Defesa e vice-presidente do CDS, Adelino Amaro da Costa, a quem o País e a democracia ficaram a dever assinaláveis serviços».

SPÍNOLA

Por seu turno o antigo Presidente da República general António de Spínola disse lamentar, como todos os portugueses, a morte do Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro.

O que foi o primeiro Chefe de Estado após o 25 de Abril declarou que, apesar de «estar completamente fora da cena política», não podia deixar de manifestar o seu profundo pesar pelo acontecimento.

JAIME SERRA

Jaime Serra, da Comissão Política do Comitê Central do PCP, afirmou em Coimbra lamentar a morte de Sá Carneiro.

«Apesar de Sá Carneiro ser um anti-comunista ferrenho, nós, que não temos inimigos pessoais, sentimos pesar», referiu.

No entanto, afirmou, a morte dum homem não pode intermper o processo democrático.

«Mais do que nunca, é necessário que as eleições presidenciais se realizem no domingo», salientou.

GALVÃO DE MELO

Galvão de Melo lamentou, em Vale de Cambra, a morte do Primeiro-Ministro, mas afirmou manter as actividades da sua candidatura até receber instruções da Comissão Nacional de Eleições.

«Lamento tanto a morte de um adversário nestas circunstâncias como lamentaria a morte do meu melhor amigo» — disse Galvão de Melo.

Este candidato afirmou ainda «serem impensáveis os efeitos imediatos que este acontecimento pode ter na vida politica portuguesa, nomeadamente nas eleições de 7 de Dezembro».

«Desejo — disse — para bem da politica e dos politicos que este facto não venha a ser explorado de forma negativa com acusações que desde já me seriam sempre muito difíceis de acreditar.»

DECRETADO LUTO NACIONAL

Freitas do Amaral, após um encontro de vinte minutos com Ramalho Eanes em Belém, disse estar em estudo a eventualidade da nomeação de um Primeiro-Ministro.

O presidente do CDS e vice-Primeiro-Ministro substituiu interinamente Sá Carneiro e referiu ter sido decretado luto nacional.

Diogo Freitas do Amaral recordou que a morte do chefe do Governo não está prevista na Constituição.

Disse também que não haverá alteração do processo eleitoral das presidenciais.

Recorde-se que a Constituição portuguesa determina que o vice-Primeiro-Ministro deverá assumir as funções de chefe do Governo na ausência ou impedimento deste.

Esta conclusão tira-se necessariamente do ar-

tigo 188 da lei fundamental, que prevê que, no caso de não haver vice-Primeiro-Ministro, assumirá o cargo de Primeiro-Ministro o membro do Governo indicado ao Presidente da República para esse fim pelo titular do cargo.

No caso de não haver essa indicação, caberia ao Presidente da República a escolha do membro do Governo que deveria assumir o cargo, ouvido o Conselho da Revolução.

A lei orgânica do Governo contém disposições no mesmo sentido.

Na conferência de Imprensa da candidatura de Soares Carneiro realizada na tarde de ontem, Freitas do Amaral afirmou que as funções de Primeiro-Ministro, em caso de vitória de Ramalho Eanes, deveriam ser desempenhadas por um elemento do PSD, por ser o maior partido portu-

guês, isto dada a decisão tomada anteriormente por Sá Carneiro de não chefiar um Governo com Eanes na chefia do Estado.

CNE REUNE-SE HOJE

A Comissão Nacional de Eleições reúne-se hoje à tarde extraordinariamente para decidir se haverá ou não adiamento das eleições presidenciais.

O presidente da CNE, Melo Franco, afirmou aos jornalistas que a morte do Primeiro-Ministro, em vésperas de sufrágio, constitui um caso omisso entre os motivos previstos na lei para adiamento de eleições.

Melo Franco disse que a reunião de hoje obedece a pedido do Presidente da República, sendo seu objectivo interpretar a lei em ordem a encontrar solução para o presente caso.

A CNE emitirá um comunicado com as suas conclusões.

O Presidente da República afirmou, contudo, ontem à noite, no local do acidente que vitimou Sá Carneiro, que, em princípio, não haverá adiamento das eleições presidenciais.

Entretanto, segundo o assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e membro da Comissão Constitucional Amindo Mendes, só a morte de um candidato poderia levar ao adiamento das eleições presidenciais.

Numa primeira análise do acontecimento, Ribeiro Mendes baseou-se no artigo 30 do Decreto-Lei 319/A/76, que prevê que por morte de um candidato o Presidente da República marque nova data no prazo de 24 horas.

PR ao País

'Honrem a memória destes homens'

Através da RTP o Presidente da República dirigiu a seguinte mensagem ao País:

Dirijo-me a todos vós, neste momento de luto, após me ter deslocado como era meu estrito dever ao local do acidente, onde perderam a vida o Primeiro-Ministro dr. Francisco Sá Carneiro, o ministro da Defesa, eng.º Adelino Amaro da Costa o chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, dr. António Patrício Gouveia, sra. Snu Abecassis e sra. de Amaro da Costa e os pilotos Moutinho de Albuquerque e Alfredo de Sousa.

Fomos há poucas horas chocados pela notícia da perda de homens que dedicaram toda a sua vontade toda a sua capacidade toda a sua determinação à defesa de Portugal e dos interesses dos portugueses.

Na minha qualidade de Presidente da República quero em nome de todos os portugueses prestar homenagem e testemunho do respeito à memória do dr. Francisco Sá Carneiro, eng.º Adelino Amaro da Costa e do dr. António Patrício Gouveia.

É com profunda consternação e emoção que vos falo pedindo-lhes que, sem divisões, honrem a memória destes homens, recordando as suas ordens as suas convicções democráticas a sua devoção patriótica.

Dirijo às famílias os meus mais sentidos pêsames nesta hora de dor que vivem e em que são acompanhados por todos os portugueses.

Dirijo aos dois partidos em que o dr. Francisco Sá Carneiro e o eng.º Adelino Amaro da Costa e o dr. António Patrício Gouveia ofereceram o melhor dos seus esforços, das suas capacidades, no seu empenhamento dos seus ideais, os meus sentimentos profundos e de solidariedade democrática.

A todos os portugueses, qualquer que seja a sua filiação partidária e ideologia política, dirijo o apelo, neste momento de profundo pesar e de gravidade para que se esqueçam divergências e se afirma responsável e serenamente o respeito de que todos somos devedores perante aqueles que colocaram acima de tudo a missão de orientar a nossa vida política.

Os homens que morreram neste acidente merecem que os saibamos honrar com a reflexão e a dignidade que a Democracia exige e que a consciência fraternal dos portugueses sempre tem manifestado em todos os momentos graves da vida nacional.

As instituições democráticas continuam em pleno funcionamento a continuidade do Estado democrático está assegurada a todos os níveis. Apesar da estrutura constitucional do Governo se basear no Primeiro-Ministro, a estabilidade do Estado democrático exige que o Governo se mantenha em funções, neste momento grave, assegurando a continuidade normal do funcionamento da vida do País sobre a presidência nos termos constitucionais do vice-Primeiro-Ministro prof. Freitas do Amaral. Nesta situação, decidi terminar todas as minhas actividades públicas de campanha eleitoral para assegurar a minha contribuição permanente no âmbito das minhas funções específicas como Presidente da República.

Espero de todos os portugueses e de todos os responsáveis políticos, a serenidade a lucidez o patriotismo e a dignidade exigidas pela nossa solidariedade nacional.

Multidão rezou Pai Nosso na Avenida da República



Uma multidão consternada reuniu-se frente à sede da candidatura de Soares Carneiro

Já passava das zero e trinta de hoje quando a multidão — que logo após a notícia do acidente com Sá Carneiro começou a afluir à sede da candidatura do general Soares Carneiro — rezou em coro o Pai Nosso em sua memória, cantando, depois, o Hino Nacional.

Poucos minutos após a meia-noite o general Soares Carneiro, depois de breves declarações aos jornalistas, em que enalteceu o perfil de estadista e homem do falecido Primeiro-Ministro, dirigiu-se à multidão.

«A morte de Francisco Sá Carneiro exige de nós uma homenagem, e a melhor que podemos prestar-lhe é mantermos o clima de serenidade. A primeira palavra que vos peço retenhais é pois de calma e serenidade. Sá Carneiro, no seu vigor, era um homem calmo» — afirmou Soares Carneiro, de pé sobre a pequena mesa que lhe serviu de improvisada bancada.

Afirmaria, ainda, depois de enaltecer a figura do falecido Primeiro-Ministro: «pensar em qualquer outra coisa que saísse da normalidade era fazer morrer Francisco Sá Carneiro pela segunda vez.»

Ao terminar a sua breve alocução à multi-

idão — que entretanto continuava a crescer dificultando o trânsito na Avenida da República, apesar dos reforços policiais e dos cordões de segurança de jovens simpatizantes da candidatura de Soares Carneiro — o general diria: «A vida vai continuar e nós todos vamos construir o País.»

Afirmando não querer dar um viva a Sá Carneiro mas sim recolher-se em sentida meditação, Soares Carneiro pediria à multidão que guardasse um minuto de silêncio em sua memória.

Findo esse minuto Soares Carneiro, por sugestão de uma voz saída da multidão, rezou com ela o Pai Nosso.

Foi depois de se cantar o Hino que a um grito de «morte aos assassinos» a multidão gritou, algumas vezes «assassinos», «assassinos», tendo uma intervenção de Sousa Tavares, apelado à dignidade, serenando imediatamente os ânimos.

Dentro da sede da candidatura vivia-se um clima de absoluta consternação, vendo-se chegar alguns dos elementos que têm apoiado Soares Carneiro — nomeadamente, Sousa Tavares, Cunha Rego, Oliveira Martins, Paulo Renato, Nicolau Brey-

ner, entre outros.

Entretanto o general reunira com a Comissão Política do seu Gabinete de Candidatura e saía um primeiro comunicado dando conta da decisão de suspender todas as actividades de campanha, inclusive o comício marcado para hoje.

A multidão concentrada frente à sede da candidatura, ouvira, pouco antes, (por um sistema de som instalado no local) a intervenção de Freitas do Amaral através da RTP, seguida com idêntico interesse no interior da sala.

Nas suas curtas declarações aos jornalistas Soares Carneiro afirmou que o acidente «não irá afectar as candidaturas» e «que é da competência do Presidente da República pronunciar-se sobre a eventual alteração do acto eleitoral», depois de elogiar Sá Carneiro e afirmar a sua convicção de que a sua candidatura triunfará.

Finalmente, resta acrescentar que nos foi afirmado — e Soares Carneiro di-lo-ia também — que ninguém da sua candidatura se pronunciará sobre o acidente de avião propriamente dito, antes de serem conhecidos todos os pormenores sobre o mesmo.

Solicitada peritagem internacional

Na rua de Buenos Aires reuniu ao princípio da noite a Comissão Política do PSD, no primeiro andar do edifício, enquanto no rés-do-chão reuniu a Comissão Política do PPM. Também a Comissão Política do CDS reuniu ao princípio da madrugada no Largo do Caldas, verificando-se posteriormente uma reunião conjunta dos três partidos integrantes da Aliança Democrática.

Entretanto, o desastre aéreo no qual perderam a vida Sá Carneiro e Amaro da Costa levanta tais interrogações que, soube-se de fonte partidária, foi solicitada uma peritagem internacional.

Governo apela à serenidade

Reunido de emergência, o Conselho de Ministros aprovou o seguinte comunicado:

«Tendo conhecimento do natural nervosismo, inquietação e pesar de numerosos portugueses, pela morte inesperada do Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, num acidente de aviação hoje ocorrido, o Governo dirige a toda a população um apelo à calma e à sereni-

dade e solicita aos dirigentes e militantes partidários que cooperem com as autoridades de segurança no sentido de preservar a tranquilidade pública, primeiro dever cívico, que a todos os cidadãos, se pede seja cumprido de forma consciente e colaborante.

O Governo, espera de todos os portugueses, o seu maior sentido de responsabilidade.»

FUNERAIS AMANHÃ

Passavam poucos minutos da meia-noite quando os corpos carbonizados deram entrada no morgue do Instituto de Medicina Legal, transportados por ambulâncias dos bombeiros.

Técnicos do Instituto iniciaram imediatamente o exame pericial, procurando elementos de identificação, já que os rostos se apresentavam desfigurados.

Num primeiro relance apenas era possível distinguir os corpos de duas mulheres devido a vestígios de roupa feminina.

Entre os cinco homens havia um de figura franzina e rosto an-

gulo que envergava os restos carbonizados de um casaco «pied-poule».

Familiares das vítimas chegaram à morgue para uma primeira tentativa de identificação.

Segundo o médico legista presente no local prevê-se a realização das autópsias hoje de manhã.

Os funerais estão previstos para a tarde de amanhã, sábado, devendo os corpos durante o dia de hoje, serem depositados em Câmara Ardente no salão nobre da Assembleia da República.

PC já faz das suas

Quer que o Governo se demita

O Partido Comunista Português entende que o Governo deve demitir-se na sequência da morte do seu Primeiro-Ministro — disse hoje Carlos Brito, líder parlamentar do PC.

O ex-candidato presidencial acrescentou que, na óptica do seu partido, «não há neste momento Governo», mas «a comoção sentida no País» não corresponde a um «problema político que provoque perturbações».

Ano VI n.º 300
De 5 a 11 de Dezembro
Preço: 20\$00

Semanário

Director
Jose Carlos de Vasconcelos

Director adjunto
Jose Silva Pinto

o jornal

Desistindo da TAP, à última hora

Sá Carneiro escolheu o avião da morte

O primeiro-ministro, Francisco Sá Carneiro, voou a noite passada para a morte quando prescindiu da reserva que havia feito na TAP, preferindo embarcar num pequeno bimotor, no início de uma viagem que não duraria mais do que um escasso minuto.

Com o líder da Aliança Democrática e chefe do Governo, desde há cerca de um ano, pereceram a sua segunda mulher, Snu Bonnier Abecassis, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, e a respectiva esposa, bem como o seu jovem chefe de gabinete, António Patrício Gouveia, e os dois pilotos. O acidente verificou-se às 20 e

18 de ontem, quando o avião mal conseguiu descolar do aeroporto da Portela, despenhando-se sobre uma casa do bairro das Fontainhas, destruindo ainda três automóveis estacionados no local.

O desaparecimento de Sá Carneiro verifica-se a pouco mais de 24 horas do encerramento da campanha para as eleições presidenciais de 7 de Dezembro e provocou grande consternação — e alguns incidentes — no país. Sá Carneiro era um político enérgico, cujas intervenções públicas se revestiam por vezes de um carácter truculento. Temido pelos adversários era, em

contrapartida, capaz de arrastar multidões de adeptos. Uma das primeiras personalidades a comparecer no local do acidente foi o Presidente da República, general Ramalho Eanes, um dos homens políticos que Sá Carneiro mais combateu nos últimos tempos, sobretudo ao longo da campanha eleitoral em curso. Grande parte desta edição estava já ultimada e o segundo caderno impresso, quando foi conhecido o acidente, o que explica que se possam encontrar desajustamentos em alguns textos.

págs. 2/3 e 46/47/48



Ramalho Eanes no local do acidente
Uma inesperada e triste pausa no turbilhão da campanha



Sá Carneiro e Snu Abecassis
Nada fazia prever o trágico fim



Adelino Amaro da Costa
Morte prematura de um político excepcional

Improvável adiamento das eleições

PSD desmente boatos de sabotagem

F. do Amaral chefe do Governo interino

PANTENE
Para a saúde e beleza dos seus cabelos



A morte do primeiro-ministro

Votar na democracia

Nenhuma eleição já efectuada após o 25 de Abril terá sido, muito provavelmente, tão decisiva para a defesa e o futuro da democracia, como a do próximo domingo. Trata-se, de acordo com os princípios, de escolher o Presidente da República, n.º 1 da hierarquia do Estado, garante fundamental do regime democrático e constitucional.

Mas, na prática, trata-se de mais do que isso: pois a opção a fazer não se põe entre dois (ou mais) candidatos que dêem garantias absolutas — e tais garantias só o seu passado e a sua prática, que não as suas palavras de ocasião, as podem dar — de respeito pela liberdade e pela legalidade democrática.

Assim, e dando como assente — pois só quem padecer de total cegueira ou facciosismo o pode negar — que a escolha do próximo domingo se faz entre Ramalho Eanes e Soares Carneiro, não estamos, ou não estamos sobretudo, perante uma opção ideológica. Isto é: o essencial não é escolher um candidato mais à esquerda ou outro mais à direita, escolher um candidato mais conservador ou outro mais progressista. O essencial é escolher entre dois candidatos com perfis, projectos e apoios completamente diferentes.

Um, Ramalho Eanes, é um militar do 25 de Abril a 25 de Novembro, que não deixou destruir, antes do pretender restaurar;

Ramalho Eanes é (comprovadamente, como o demonstrou sempre, inclusive nos seus 53 meses como Presidente da República) um democrata, que respeita as liberdades e os mecanismos institucionais, que cumpre a Constituição da República e não permitirá que a mesma seja modificada por meios ilegais ou golpistas, como não permitirá que a maioria imponha uma lei eleitoral que a perpetue no poder, destruindo a regra de ouro da democracia que é a alternância do Poder;

Ramalho Eanes é um cidadão que defende uma sociedade livre e pluralista, onde não volte a haver perseguições por razões ideológicas ou políticas, e na qual exista um verdadeiro espaço de tolerância e diálogo entre todos os portugueses;

Ramalho Eanes tem o apoio, totalmente assumido, das forças que entre nós de facto lutam pelo socialismo democrático e pela social-democracia (o PS, a ASDI, o MSD e o Grupo de Acção Reformadora), tem o apoio de personalidades independentes dos mais variados sectores, não só de esquerda mas também do centro e conservadores, mesmo da área da AD, e incluindo muitos dos maiores nomes das nossas letras, artes, ciências, etc.; finalmente aconselham o voto em Eanes partidos e forças políticas dos mais variados quadrantes, desde o MDP (que o faz desde o início) até ao PCP, do MRPP à OCMLP.

Outro, Soares Carneiro, é um militar que nunca teve, como se sabe, nada a ver com o 25 de Abril, bem pelo contrário — e, se teve alguma coisa a ver com o 25 de Novembro (como agora à pressa alguns descobriam...) não foi decerto com aquele de que saíram vencedores militares democratas como Eanes, o grupo dos «nove», etc., mas com qualquer outro cujo objectivo não será exactamente o de restaurar o 25 de Abril;

Soares Carneiro tem um passado por de mais conhecido para que valha a pena reafirmá-lo;

Soares Carneiro não só não dá quaisquer garantias de defender a liberdade e a legalidade constitucional, como se propõe, ou admite, expressamente, alterar a Constituição da República por meios ilegais que ela não consente, com todos os perigos e consequências imprevisíveis daí decorrentes;

Soares Carneiro como já se viu, aceita também (pelo menos) a utilização a seu favor dos métodos indignos a que atrás nos referimos, o que é, além do mais, um novo factor a fazer-nos reexaminar aquilo que se passaria em Portugal se ele vencesse;

Soares Carneiro tem apenas, enfim, o apoio de dois partidos, o PSD e o CDS, ou por cujas cúpulas (e nem por todas elas...) foi escolhido, ambos hoje nitidamente colocados à direita, e de alguns independentes muito pouco representativos ou representativos pela negativa, como é o caso de Mota Pinto.

Terá Soares Carneiro, porém, um outro apoio — o de Mário Soares? Seria excessivo e injusto para o auto-suspenso secretário-geral do PS, responder afirmativamente. Mas manda a verdade que se diga que ele foi utilizado constantemente por todos os Casqueiros e líderes da AD, na televisão, na rádio, em comícios, por toda a parte, como a terceira figura da campanha anti-Eanes em que assentou a campanha pró-Soares Carneiro. Que Soares tenha decidido retirar o seu apoio a Ramalho Eanes, da forma que o fez, constitui, como aqui salientamos, o maior erro político da sua carreira, quaisquer que sejam os resultados das eleições de domingo. Que ele se tenha mantido silencioso perante o aproveitamento que da sua atitude e da sua figura fez toda a direita e extrema-direita, isso é para nós ainda mais incompreensível e condenável — e não só no plano político.

Sabem os nossos leitores, que nunca poupamos a críticas, sempre que entendemos serem elas merecidas, o general Ramalho Eanes. Várias vezes o fizemos, e ainda recentemente, e sempre o voltaremos a fazer, quando as entendermos justas e pertinentes. O que está em causa, de resto, nestas presidenciais, não é repetimos, uma opção ideológica, mas uma clara e nítida opção em favor da liberdade, da democracia, do regime constitucional e do 25 de Abril.

O povo português compreendeu-o bem, e pessoas das mais diversas e às vezes opostas ideologias e posições descenderam à rua, de Trás-os-Montes às Beiras e ao Algarve e aos Açores, para vitoriar, em alguns casos como há muito não se via em Portugal, o general Ramalho Eanes — como símbolo em que para muitos se transformou hoje, como outrora o general Humberto Delgado, da luta pela liberdade, contra quaisquer novas formas de opressão, de medo e de perseguições.

Por isso, com a nossa independência de sempre — independência que não quer dizer neutralidade nas questões fundamentais, como é a da subsistência do regime democrático — e pela primeira vez ao longo dos seus cinco anos e meio de existência, «O Jornal» defende uma concreta opção de voto: no general Ramalho Eanes, como o candidato que neste momento histórico melhor assegura os ideais de liberdade e de progresso que foram os do 25 de Abril, e que são os nossos.

Freitas do Amaral assume chefia do Governo

A eventual nomeação de um novo primeiro-ministro foi objecto de uma reunião entre o Presidente da República, general Ramalho Eanes, e o vice-primeiro-ministro. O prof. Freitas do Amaral assumiu interinamente a chefia do Governo, até à indicação de um novo primeiro-ministro.

A Constituição não prevê mecanismos para a substituição por morte do chefe do Governo. No entanto, de acordo com o seu artigo 188, compete ao vice-primeiro-ministro assumir as funções de chefe do Governo na ausência ou impedimento deste. Caso não haja vice-primeiro-ministro, assumirá o cargo de presidente do Conselho de Ministros o membro do Governo indicado ao Presidente da República pelo titular do cargo. Se essa indicação não tivesse sido dada — como aconteceu —, caberia ao PR, ouvido o Conselho da Revolução, a indicação do futuro chefe do Executivo.

Na conferência de imprensa da candidatura de Soares Carneiro, e concedida na tarde de ontem, horas antes do acidente que vitimou Sá Carneiro, Freitas do Amaral afirmou que as funções de primeiro-ministro, em caso de vitória de Ramalho Eanes, deveriam ser desempenhadas por um elemento do PSD, por ser o partido com maior representação no Parlamento.

No final da referida reunião, que se realizou no Palácio de Belém e se prolongou por cerca de vinte minutos, Freitas do Amaral informou que foi decretado luto nacional pela morte de Sá Carneiro. Mais declarou o número dois da coligação no poder que não haverá alteração do processo eleitoral para a Presidência da República.

Conselho de Ministros de emergência

Entretanto, convocado de emergência pelo vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, reuniu-se de emergência a partir do princípio da noite um Conselho de Ministros. A reunião teve lugar na residência oficial, na Rua da Imprensa à Estrela, e nela (ou nos seus bastidores) viriam igualmente a estar presentes deputados dos partidos da AD e dirigentes das formações que integram a coligação governamental.

Depois de a reunião ter já principiado, confluíram ainda ao edifício da Rua Gomes Teixeira, a Campo de Ourique (onde ultimamente se tem reunido o executivo) diversas figuras da vida política nacional, pretendendo inteirar-se do que ia ocorrendo. Este último edifício encontrava-se, porém, fechado e guardado por elementos da segurança.

Na residência do primeiro-ministro, onde o Conselho teve lugar, encontravam-se presentes às 22 e 30, entre outros, Freitas do Amaral, o ministro das Finanças Cavaco e Silva, o ministro da Indústria Álvaro Barreto e os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, do Planeamento e do Turismo, respectivamente Azevedo Coutinho, Ribeiro Cadilhe e Alberto Regueira. Este último

disse à entrada de S. Bento que a morte de Sá Carneiro representa «um grave perigo para a democracia portuguesa em fase de consolidação», manifestando-se, no entanto, convicto de que «a AD saberá manter a sua força interior e o seu ânimo para prosseguir no interesse do País».

Pouco depois chegavam ao local da reunião os ministros da Educação e dos Assuntos Sociais, respectivamente Vitor Crespo e Morais Leitão. Compareceu igualmente o presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, que se retirou ao cabo de alguns minutos.

Cerca das 22 e 45 retirou-se do Conselho o vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral, que se dirigiu aos estúdios da

RTP do Lumiar a fim de fazer a comunicação ao País que publicamos na íntegra noutra local. Freitas do Amaral, de sobretudo bege, camisa azul e gravata preta, mantinha, aparentemente, a sua calma habitual. O Conselho de Ministros prosseguiu, contudo, sob a presidência de Francisco Pinto Balsemão.

Soares Carneiro em S. Bento: «A vida continua»

Às 23 e 10, Soares Carneiro chegou à residência oficial do primeiro-ministro, regressado de um comício da sua candidatura que decorria em Setúbal, mal teve conhecimento da noti-

cia do acidente. Ar carregado e nervoso, angústia estampada no rosto, o candidato da AD às eleições presidenciais ao sair do automóvel deixou cair ao chão o bloco de apontamentos que levava na mão. Tendo-lhe sido solicitada uma declaração, disse aos jornalistas que «Portugal perdeu um grande estadista e um cidadão exemplar», acrescentando que «é uma falta que dificilmente será colmatada nos tempos mais próximos».

E agora? — Perguntou um jornalista.

Com ar grave, Soares Carneiro retorquiu: «Agora, a vida continua.»

Vinte minutos mais tarde, Soares Carneiro abandonaria o local.

Venha ao Mónaco. Uma corte de 32 profissionais oferece-lhe um serviço palaciano.

O Mónaco procura em cada dia corresponder à estima dos seus Clientes

com um esmerado serviço e uma qualidade dos produtos, mariscos, peixes, carnes, etc., garantida pelas melhores proveniências. Um ambiente acolhedor e confortável, com vista para o mar, oferece todas as condições para um almoço de negócios ou para um jantar mais íntimo



Os chefes Augusto e Bernardino

asseguram aos nossos Clientes uma cozinha autêntica, quer seja a tipicamente portuguesa, a espanhola ou a internacional.



Aos Maitres Fernandes e Manuel muito apraz poderem dar satisfação às preferências dos Clientes,

preferências que eles jamais esquecerão.



Mas o serviço Mónaco começa na facilidade

que os Clientes dispõem para estacionar, num parque privativo, onde o porteiro Manuel Ihes dará as boas-vindas.



Dispondo de uma seleccionada "cave", o escanção Nemésio permite aos Clientes melhor disfrutar do prazer da boa mesa.

RESTAURANTE

Oferece música directa para o seu jantar. Depois ... dance conosco até às 2 h da manhã.

MÓNACO

ESTRADA MARGINAL — CAXIAS
TELEF. 243 23 39

Pires Veloso: emoção e adiamento

«A vida política portuguesa ficou mais pobre ao perder dramaticamente um seu líder carismático, dr. Sá Carneiro, lutador incansável ao serviço da democracia e do progresso do País.» Foi com estas palavras que o brigadeiro Pires Veloso manifestou o seu pesar pela morte do primeiro-ministro que, segundo aquele candidato à Presidência da República, «é tanto mais profundo quanto os laços de amizade e respeito que nos uniam, principalmente desde os duros tempos da luta comum contra a ameaça totalitarista».

A notícia do acidente que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa foi recebida por Pires Veloso na sede da sua candidatura no Porto, tendo sido de imediato decidido cancelar todo o programa eleitoral, à excepção das intervenções na Rádio e Televisão.

Também na sede do MAVÉ, em Lisboa, o ambiente era de consternação. Em declarações prestadas a «O Jornal» o mandatário nacional da campanha considerou que os vários candidatos deveriam chegar a um acordo que visasse o adiamento

do acto eleitoral: «É verdade que pela lei não deve haver qualquer adiamento mas, pessoalmente, considero que, tendo em conta os interesses do País se justifica o adiamento do acto eleitoral. Talvez os vários candidatos possam chegar a um acordo neste sentido.»

Também Carlos Blanco, chefe do gabinete de Imprensa, manifestou idêntica opinião: «Em virtude desta tragédia todos nós estamos emocionalmente alterados. Penso, por isso, que o povo não está preparado para votar no próximo domingo.»

PCP: demissão do Governo e eleições na data marcada

O Partido Comunista Português entende que o governo deve demitir-se na sequência da morte do seu primeiro-ministro — disse ontem à ANOP Carlos Brito, líder parlamentar do PCP.

O ex-candidato presidencial acrescentou que, na óptica do seu partido, «não há neste momento governo». Mas «a comoção sentida no País» não corres-

ponde a um «problema político que provoque perturbações».

Carlos Brito afirmou ainda que «a nível eleitoral não há motivo para adiamento das eleições». Embora tenha ressaltado a possibilidade de «existirem outras condições que motivem» a mudança de data do acto marcado para domingo.

«Como é evidente o PCP gostaria de participar na discussão

dessas considerações», prosseguiu, depois de ter manifestado, «em nome pessoal e do Partido», que lamenta «a trágica ocorrência que vitimou adversários políticos».

O secretariado do Comité Central do PCP decidiu anular todas as iniciativas eleitorais confirmando a indicação de voto para as Presidenciais em Ramalho Eanes.

Galvão de Melo contra a «exploração negativa»

Embora aos serviços de apoio à sua candidatura tivesse chegado, pouco tempo depois de ser anunciado o desastre, a ordem de suspender de imediato e na totalidade os trabalhos de campanha eleitoral, o general Galvão de Melo (que recebeu a notícia no Porto, onde se encontrava com a sua comitiva) parecia não ter ainda, à hora de fecho desta edição, tomado uma posição definitiva

no que respeita à atitude a tomar quanto à realização ou não de eleições na data prevista.

O general declarou entretanto desejar «que este facto não venha a ser explorado de forma negativa», uma vez que, para aquele candidato, «qualquer suspeita ou acusação de acidente provocado não está de acordo com a índole, afinal pacífica e sentimental, do povo português».

Otelo: lamentar

mas manter a data das eleições

«A morte do primeiro-ministro é um facto que sob o ponto de vista humano temos de lamentar», afirmou-nos o candidato Otelo Saraiva de Carvalho, pouco antes de tomar a palavra, no início da campanha eleitoral efectuada, ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos do Parque Eduardo VII, em Lisboa. Sobre as consequências do luto nacional, Otelo referiu que «não existe motivo para alterações no calendário eleitoral, porque a lei só prevê o adiamento da votação em caso de morte de um dos candidatos, o que não é, obviamente, a situação».

Na sua breve declaração o candidato da «unidade popular» considerou, por outro lado, natural que o acidente venha a ser objecto de especulações como, aliás, «acontece sempre que morre qualquer figura política. Foi assim com Fernando Oneto que faleceu por

ataque de coração e será da mesma maneira sempre que desapareça uma personalidade de relevo na vida política portuguesa».

Sobre as consequências políticas do desaparecimento de Sá Carneiro e Amaro da Costa, o candidato Otelo Saraiva de Carvalho disse: «Julgo que as suas mortes vêm alterar o xadrez político porque eram o primeiro-ministro e o ministro da Defesa, e também pelo papel de relevo que desempenhavam nos seus partidos, sobretudo o dr. Sá Carneiro, figura carismática da coligação AD. Assim, é natural que os próprios resultados das eleições presidenciais venham a reflectir esse facto quer com uma maior distribuição de votos entre os candidatos da direita, com prejuízo de Soares Carneiro que perdeu o seu mais importante apoio, quer com uma hipótese contrária».

CNARPE e PS negam identificação de Eanes com o PC

«A acusação de que Ramalho Eanes é o candidato do PCP é uma simples e óbvia manobra de diversão. Mas é ridícula, é desonesta, é intolerável», afirmou Francisco Salgado Zenha em conferência de Imprensa no decorrer da qual leu um documento emanado do Secretariado Nacional do PS. Os socialistas afirmam que o consenso necessário à revisão constitucional só é possível com Eanes, e não com Soares Carneiro.

Simultaneamente, Nobre da Costa, em representação da Comissão Política da CNAR-

PE, sublinhava, também num outro encontro com os jornalistas, que «é uma falsidade, nos planos político e moral, afirmar que a reeleição de Ramalho Eanes, se se verificasse, ficaria a dever-se ao apoio dos comunistas».

Aliás, a tónica da intervenção dos dois apoiantes do PR foi posta na desmontagem da pretensa identificação de Ramalho Eanes com o PCP, identificação que, insistentemente, os dirigentes da AD e apoiantes de Soares Carneiro têm procurado inculcar ao eleitorado.

O ARRENDAMENTO E A LEGISLAÇÃO

O ISDRH realizará, em horário pós-laboral, nos dias 18 e 19/12, um curso monográfico sobre a controversa questão do prazo de caducidade da acção de resolução do contrato de ARRENDAMENTO e seus diversos fundamentos.

INFORMAÇÕES:
ISDRH — INSTITUTO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Rua Morais Soares, n.º 93-5.º 1900 LISBOA T: 822992

Publicações Projornal

Director de Edições
José Carlos de Vasconcelos

o jornal

Director:
José Carlos de Vasconcelos
Director adjunto:
José Silva Pinto
Chefe de Redacção:
Manuel Beça Múrias
Subchefe de Redacção:
Cáceres Monteiro

Redacção: Afonso Praça, Almeida Martins, Carneiro Jacinto, Edite Soeiro, Fernando Antunes, Fernando Assis Pacheco, Fernando Dacosta, Francisco Vale, José Pedro Castanheira, Irdes Feio, Pedro Rafael dos Santos, Pedro Vieira.

Departamento Fotográfico: Joaquim Lobo e Inácio Ludgero.

Departamento Gráfico: João Segurado e José Pinto Nogueira, com a colaboração de Joaquim de Brito e Manuel Vieira.

Colaboradores permanentes: Augusto Abelaira, A. Sousa Franco, António Macedo, Albertino Antunes, Belinho Costa, Beja Santos, Cesário B'rga, Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Eugénio Atalide, Fernando Namora, Daniel Amaral, Eurico Fonseca, Luís Pinheiro de Almeida, Manuel da Silva Costa, Mário Zambujal; João Abel Manta, João Medina, Joel Serrão, Jorge Barata Preto, José Manuel Nunes, Miller Guerra, Maria Judite de Carvalho, Nelson Di Magglo, Onésimo Teófilo de Almeida, Pedro Cid, Rolo Duarte, Vítor Pavão dos Santos, Porto: Germano Silva, Pereira Pinto e Rodrigues Alves. Madeira: Tolentino Nóbrega. Correspondentes: Alípio de Freitas (Brasil), António Chaves (Bélgica), Anatoli Kupriov (URSS), Bernardo Futscher Pereira (EUA), Luis Esteves (Suíça), Jardim Gonçalves (França), Jorge Ribeiro (Maputo), Manuel Cabral (Br-Bretanha), Manuel Lopes (Espanha), Pedro Veranda de Castro (RFA).

Serviço de Apoio: Maria João Leitão Múrias e Teresa Brás (Documentação), Helena Garcia e Isabel Pires (Secretariado).

Sede da Redacção e Administração: Avenida da Liberdade, 232, r/c dt.º — 1200 Lisboa — Telefones: 574520/574593/574643. Telex: 18386.

Direcção Administrativa e Comercial: António Gomes da Costa e Henrique Segurado Pavão.

Propriedade: Publicações Projornal, Ld.ª

Serviços Administrativos e Comerciais: Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º, 1100 Lisboa — Telefones: 40437 / 41260 - /574520/574593/574643.

Delegação no Porto: Redacção e Publicidade — Rua Formosa, 187, 1.º, 4000 Porto. Telef. 384611.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada.

Avenida da Liberdade, 232, r/c dt.º — 1200 Lisboa — Telefones: 574520/574593/574643.

Impresso na Empresa Pública do jornal Diário Popular.

Distribuição: Dijornal — Distribuidora de Livros e Periódicos, Limitada.

Exclusivos para Portugal: «Cambio 16» (Madrid), «Le Nouvel Observateur» (Paris), «Le Monde de l'Education» (Paris), «Movimento» (Rio de Janeiro). Serviços das agências ANOP, Dias da Silva e Europeia de Imprensa.

Assinaturas (pagamento adiantado) — Continente e ilhas: anual (52 n.ºs) 800\$00; semestral (26 n.ºs) 400\$00; trimestral (13 n.ºs) 200\$00. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor (via aérea): anual (52 n.ºs) 2200\$00; semestral (26 n.ºs) 1100\$00. Espanha (via aérea): anual (52 n.ºs) 1300\$00; semestral (26 n.ºs) 650\$00. Resto da Europa (via aérea): anual (52 n.ºs) 2200\$00; semestral (26 n.ºs) 1100\$00. Restantes países, incluindo o Brasil (via aérea): anual (52 n.ºs) 2900\$00; semestral (26 n.ºs) 1450\$00.

Tiragem média no mês de Novembro 81.500 exemplares

PORTE PAGO

SE DE CALCULADORAS TEXAS INSTRUMENTS É QUESTÃO TRIUDUS É A DIRECÇÃO



TI-25 ~~2480\$~~ 2180\$

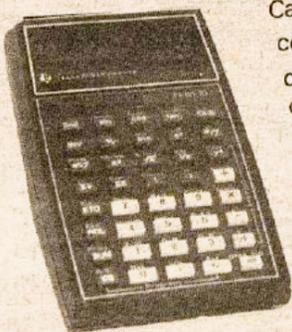
Calculadora que alia a um pequeno tamanho uma grande capacidade em funções científicas. A TI25 tem 52 funções científicas! com pilhas para mil horas de cálculo.

- Trigonómicas •Logarítmicas •Estatísticas (média variância e desvio padrão)
- Factorial

TI 51 III ~~4980\$~~ 4.280\$

Calculadora de um grande equilíbrio que combina uma grande potencia em funções directas pré programadas com a capacidade de uma pequena programável.

- Funções Estatísticas - Correlação
- Regressão Linear - Conversões
- 10 Memórias - 32 Passos de programação



TRIUDUS CENTRO DE CALCULADORAS

Rossio: C.C Terminal, Loja 310 - tel.326234
Campo Grande: C.C Caleidoscopio, 1º andar - tel. 795970
Praça do Chile: Rua Carlos Mardel, 1 - tel. 557889
Odivelas: C.C Kaué, Loja 34

A morte do primeiro-ministro

Um político irrequieten

Francisco Manuel Lumbal-les de Sá Carneiro era natural do Porto, onde nascera em Julho de 1934. Licenciara-se em Direito pela Universidade de Lisboa (1956). Filho do dr. José Gualberto Sá Carneiro, um dos mais conhecidos e polémicos advogados do Norte do País nas últimas décadas, seguiu as pisadas do progenitor e montou banca na cidade natal, onde também ganhou notoriedade a breve trecho. Na sua família misturavam-se as tradições liberais com a fidelidade ao regime de então. O prof. Leite Lumbal-les, seu tio, foi ministro de Salazar e sua mãe cidadã eleitora com assento na Assembleia Nacional, que, por via indirecta, elegeu Américo Tomás para o terceiro mandato que o 25 de Abril havia de interromper.

A primeira aparição política de Sá Carneiro ocorreu em 1969, quando foi convidado a integrar as listas da União Nacional, para as primeiras eleições após a subida de Marcelo Caetano ao poder. Sá Carneiro, juntamente com outros, como Miller Guerra, Pinto Balsemão, Mota Amaral e o também malgradoado Pinto Leite, acreditou nessa altura na liberalização do regime e na sua transição, ainda que lenta, para um Estado democrático. E todos eles aceitaram ser independentes nas listas da União Nacional, tendo provocado alguma celeuma o manifesto eleitoral que então divulgaram.

Nascia a ala liberal e Sá Carneiro assumia tacitamente a sua liderança, muito especialmente depois da morte de Pinto Leite, no interior da Guiné. Terá sido o deputado mais activo, e de 1969 a 2 de Fevereiro de 1973 produziu 85 intervenções, apresentou 8 projectos de Lei incluindo um de revisão da Constituição de 1933, e solicitou um inquérito às actividades da PIDE.

Contra Casal Ribeiro

Deram muito que falar, por exemplo, os seus confrontos com o ultra Casal Ribeiro. Mas toda essa actividade não surtiu o efeito político desejado nem pareceu abanar minimamente as estruturas do regime. Sá

Carneiro rompeu com Marcelo Caetano, e tornou-se um dos raros deputados, em várias décadas, a renunciar ao mandato. Em termos tais que lhe foi retirada a palavra e a declaração de renúncia impedida de ser exarada no «Diário das Sessões».

Regressou Sá Carneiro ao Porto e à sua banca de advogado, e fez a sua primeira travessia no deserto. Teve um acidente de automóvel em que ficou ferido com certa gravidade. E, pouco antes do 25 de Abril, advo-gou e escreveu textos que a censura cortou; jogou também intensamente na Bolsa.

O pós-25 de Abril

A Revolução reconduziu Sá Carneiro ao primeiro plano da vida política do País, da qual seria uma das personalidades mais influentes.

Em 5 de Maio de 1974 fundou com Magalhães Mota e Pinto Balsemão o Partido Popular Democrático e alguns dias mais tarde era o ministro adjunto do primeiro-ministro Palma Carlos, com poderes equivalentes aos de vice-primeiro-ministro. Apostando na manutenção desse Governo, e acreditando sobretudo no poder da Aliança entre Spínola e Palma Carlos, que visava o reforço de poderes do Governo, Sá Carneiro instalou-se em S. Bento, na residência oficial do primeiro-ministro, dois ou três dias antes da queda desse I Governo Provisório.

Desde então, e até Janeiro de 1980, nunca mais Sá Carneiro exerceu qualquer cargo governativo, mas nem por isso deixou de ser figura de primeira grandeza na cena política, fosse nos momentos de liderança, fosse nos diversos momentos de ruptura, ou no retorno à primeira linha do combate político.

Em Novembro de 1974 foi eleito secretário-geral do PPD e as suas atenções primordiais foram para a descolonização. Mas é nesta fase que Sá Carneiro aparece vocacionado como doutrina-dor político e estrénuo defensor da social-democracia. De Fevereiro de 1975 a Setembro desse ano, Sá Carneiro,



Sá Carneiro, no regresso de uma viagem de aviação. Um momento mais feliz

gravemente doente, é submetido a melindrosa operação cirúrgica em Londres e reparte o seu tempo entre a capital britânica e o Sul de Espanha, numa convalescença cujo prolongamento, num período politicamente escaldante levantou alguns rumores. O PPD é então liderado pelo prof. Emídio Guerreiro.

Regressado a Lisboa em Setembro de 1975, retoma a liderança do PPD e três meses depois, no Congresso de Aveiro, vê-se contestado por uma série de notáveis do partido. É a primeira grande cisão e do partido saem, entre outros, Mota Pinto, José Augusto Seabra, Sá Borges, Carlos Macedo e Emídio Guerreiro. A actividade política de Sá Carneiro centra-se então em duas direcções fundamentais — a reorganização do partido e a participação nos trabalhos da Assembleia Constituinte, de onde havia de sair a nova Lei Fundamental do País, que o PPD votaria favoravelmente.

Nas eleições presidenciais de 1976, o primeiro candidato pensado por Sá Carneiro teria sido o coronel Pires Veloso. Mas esta candidatura não obteve o apoio do PS, até porque não agenciava o apoio da grande maioria dos «capitães de Abril» e das Forças Armadas em geral. O então chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, tinha sido entretanto sondado para se

gravemente doente, é submetido a melindrosa operação cirúrgica em Londres e reparte o seu tempo entre a capital britânica e o Sul de Espanha, numa convalescença cujo prolongamento, num período politicamente escaldante levantou alguns rumores. O PPD é então liderado pelo prof. Emídio Guerreiro.

Numa das suas jogadas de antecipação, em que era particularmente hábil e arguto, Sá Carneiro assumiu o risco, isolado, de declarar o apoio à candidatura de Ramalho Eanes, sendo o primeiro a fazê-lo.

Em fins de 1976, menos de seis meses depois da posse do I Governo Constitucional, Sá Carneiro iniciou um vigoroso ataque à chamada «maioria de esquerda», criticando a aliança conjuntural que em seu entender o PS e o PCP vinham fazendo.

Meses mais tarde, em pleno Verão de 1977, parecia desenharse um acordo entre o PS e o PSD. Mário Soares e Sá Carneiro conferenciaram e pouco depois era o famoso protocolo assinado por Barbosa de Melo e Jorge Campinos, e com base no qual foi aprovada a Lei de Bases da Reforma Agrária e a Lei do Arrendamento Rural, com os votos conjuntos PS/PSD.

A par da crise governativa que afectava o I Governo, também no PSD grassava uma crise grave, que opunha Sá Carneiro aos outros dirigentes do partido e que se iniciara exactamente quando Sá Carneiro defendeu a abstenção do PSD na Lei de Bases da Reforma Agrária, suficiente para que o diploma passasse, ao invés do

voto a favor. E o mal-estar acentuou-se quando a Imprensa revelou que no interior do PSD, Sá Carneiro era posto várias vezes em minoria.

Num gesto espectacular, Sá Carneiro enveredou de novo pela ruptura e em Novembro de 1977 renunciou ao cargo de presidente do partido, continuando, apesar de tudo, a ser o militante n.º 1

Situação controversa

Entretanto a sua vida privada havia sofrido alterações de vulto. Separou-se de sua mulher, de facto (não judicialmente por ela não lhe conceder o divórcio, e não ter passado ainda o tempo suficiente para que ele só por si o pudesse requerer, com base na simples separação), de quem tinha cinco filhos, e passou a viver, pouco tempo depois, com Snu Bonnier (Abecassis), uma dinamarquesa, divorciada, mãe de três filhos. O assunto veio à ribalta e entrou no domínio público alguns meses depois das eleições do ano passado.

Por sua vez «O Diário», que vinha acusando Sá Carneiro de vultosas dívidas à Banca, publicava em Julho deste ano abundante documentação comprovativa, no seu entender, da pertinência das acusações, que entretanto se estenderam à de «fraude», na transferência (ou abafamento) dessa dívida.

No espaço que medeu entre a queda do II Governo e a formação do Executivo Nobre da Costa, Sá Carneiro voltou à presidência do Partido e lançou-se decisivamente no ataque ao actual Presidente da República, gorados que foram os seus esforços de o obrigar a liderar um grande bloco político.

Data dessa altura o famoso discurso do Vimeiro, ponto de partida para a ruptura progressiva com Eanes no qual Meneres Pimentel disse que era necessário avançar «se necessário contra o actual Presidente da República». Estando fora da chefia do partido, Sá Carneiro liderou a oposição à linha dos que o substituíram (e ele próprio escolheu), de tal forma que Sousa Franco pediu a demissão de n.º 1 da direcção partidária que então era, no que foi acompanhado pelo secretário-geral, Sérulo Correia, o líder no Parlamento, Magalhães Mota, etc.

Lançando apelo às conversações interpartidárias, piscando o olho ao Partido Socialista, mas convidando também o CDS, Sá Carneiro viu frustrados os seus intentos, dada a recusa intransigente do PS. E na «sulte» «cor-de-rosa» do Hotel Tivoli, nasceu a Convergência

Democrática, prefácio longínquo da coligação tripartida que havia de nascer um ano depois. CDS e PSD sentaram-se então à mesa das conversações. Chegaram a algumas conclusões e alinharam algumas concordâncias. A Convergência não passaria daqui.

Surge o Governo Mota Pinto e desde logo Sá Carneiro é um seu adversário irredutível, sobretudo quando se convence de que esse governo poderá ter sido destinado a diminuir campo de manobra ao PSD e aos seus líderes. Mota Pinto é um dos mais notórios dissidentes de Aveiro, que, ao contrário de Carlos Macedo, não regressara às fileiras social-democratas. E, em breve, Sá Carneiro disparava as primeiras frechadas contra Mota Pinto e Proença de Carvalho. Este último é chamado, com todas as letras, «o ministro da Propaganda».

Os receios de Sá Carneiro eram de algum modo fundados, na medida em que de novo subia a tensão no interior do PSD. Surge o documento dos «Inadiáveis» e, na votação da segunda versão do Orçamento do Governo Mota Pinto, é a grande cisão: 37 dos 73 deputados quebram a disciplina partidária, saem do Partido e formam um grupo de deputados independentes (a que Sá Carneiro chamaria os «deputados do sr. Presidente»), mais tarde transformados em Agrupamento Parlamentar e embrião da ASDI.

Enfim a AD

Formara-se entretanto a Aliança Democrática entre o PPM, o PSD e o CDS. Foi a 5 de Julho do ano passado. O seu espaço político era entretanto alargado com o acordo PSD-Reformadores, de que Sá Carneiro, uma vez mais, era principal artífice e cujos resultados práticos se esvaziaram com o decorrer na IV sessão legislativa.

O V Governo marcou a ruptura definitiva entre Sá Carneiro e Ramalho Eanes, avalizada logo a seguir por Freitas do Amaral. A AD anunciou então que não apoiaria a eventual recandidatura de Eanes.

O resto pertence à actualidade de mais próxima de nós. A vitória da AD nas eleições intercalares de 1979 e nas legislativas de 1980. Sá Carneiro atinge finalmente uma das suas metas — é primeiro-ministro de um Executivo de maioria parlamentar.

Amaro da Costa: adversários reconheciam o seu valor

O eng.º Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa, ministro da Defesa do VI Governo, era natural de Lisboa, onde nascera há 37 anos (18 de Abril de 1943). Filho de alentejanos, com apenas um ano de idade, foi para a Madeira onde viveu durante nove anos, aí fazendo a instrução primária. Já em Lisboa, frequentaria o Liceu Camões, onde concluiu com brilho os estudos secundários. Aliás, ser bom estudante foi sempre um dos seus lemas e aqueles que o conheciam de perto não se espantaram quando, em 1965/66, concluiu com 17 valores a licenciatura em Engenharia Civil, no Instituto Superior Técnico.

Foi nessa altura (1967) que, como voluntário entrou para a Marinha, prestando aí serviço militar obrigatório até 1970.

Meses depois (Outubro), entrava para assistente de Hidráulica do Instituto Superior Técnico, de onde só sairia em 1974.

Com uma cultura vasta, Adelino Amaro da Costa, aos 22 anos faria a sua primeira tentativa no campo jornalístico, fundando e dirigindo o jornal universitário «Tempo». A esta experiência de estudante seguir-se-iam, tempos mais tarde, as colaborações no «Jornal de Notícias», «Diário Popular», «República», «Diário de Lisboa», «Diário de Notícias», «O Jornal», entre outros, e nas revistas «Rumo», «Flama» e «Jornalismo», chegando a ser correspondente em Lisboa do diário espanhol «Madrid». Aliás, o Espanhol, o Francês, o Inglês e o Italiano eram línguas que dominava com grande à-vontade.



Amaro da Costa. Bom convívio e sensibilidade

Antes do 25 de Abril, Amaro da Costa desempenharia funções de responsabilidade no aparelho de Estado, como o foram os cargos do subdirector, primeiro (1973) e director, depois (Janeiro de 1974) do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

O 25 de Abril, entretanto, viria alterar a sua vida. Da função pública passou para a política, à qual viria a dedicar-se inteiramente, sendo um dos mais importantes e entusiastas fundadores do CDS, em 19 de Julho de 1974 (como acabaria por sê-lo, aliás, da AD), de que foi primeiro secretário-geral até Fevereiro de 1975. No I Congresso do partido, seria eleito vice-presidente do CDS, cargo para que seria reeleito no

II Congresso (Junho de 1976).

Deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Braga e à primeira Assembleia Legislativa pelo círculo do Porto, no Parlamento, Amaro da Costa revelaria grande acuidade, com «jogadas políticas» que mesmo os seus adversários consideravam brilhantes e resistindo ao desgaste dos confrontos verbais. Assim, não foi de estranhar que acabasse por ser escolhido para presidente do grupo parlamentar do CDS. Desde o último Congresso que era presidente da Comissão Política Nacional e primeiro vice-presidente daquele partido.

Com a vitória da AD nas eleições de Dezembro de 1979, Adelino Amaro da Costa deixaria o Parlamento para desempenhar o cargo de ministro da Defesa, sendo o primeiro civil,

desde o 25 de Abril, a desempenhar tais funções. Aliás, 1979 foi um ano de «mudança» para Amaro da Costa, pois no decorrer do mesmo casaria com Manuela Vaz Pires, apadrinhado por Diogo Freitas do Amaral, que ele conhecera durante o serviço militar na Marinha. Os dois homens cimentaram, desde essa altura, uma sólida amizade.

Aqueles que com ele lidavam de perto apreciavam o seu bom convívio e sensibilidade. Amaro da Costa dedicava uma especial atenção aos problemas de Informação e dos jornalistas, sendo célebres as suas longas conversas com os profissionais de Imprensa que com ele facilmente mantinham relações de amizade, mesmo quando era distinto ou oposto o quadrante político em que se situavam.

A última intervenção

As alegadas consequências do apoio do PCP à recandidatura de Ramalho Eanes foram o tema dominante da conferência de Imprensa dada ontem, no Hotel Altis, em Lisboa, pelo candidato Soares Carneiro e pelos líderes da AD, Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Seria a última aparição política do malgrado chefe do Governo. A RTP transmitia, em diferido, um apontamento da sessão praticamente à hora do desastre.

«A partir de terça-feira, as situações tornaram-se claras», afirmaria Sá Carneiro, ao responder a uma das primeiras perguntas, lançando a imagem (que se manteve até ao fim da conferência) de Ramalho Eanes como «o candidato apoiado pelo Partido Comunista». «Só poderá votar em Ramalho Eanes quem se identifica ainda como o projecto de Frente Popular de coligação PS/PC que ele simboliza a partir deste momento», acrescentou o primeiro-ministro.

Perante a estranheza, manifestada essencialmente pelos muitos correspondentes estrangeiros presentes, pelo facto de uma pessoa que esteve à frente

dos acontecimentos do 25 de Novembro, ser agora apresentada pela AD como aliado dos comunistas, Sá Carneiro argumentou que, no seu entender, a força daquele partido só tinha, realmente, entrado em regressão após a vitória da AD nas eleições de Dezembro de 1979.

Para o líder da AD, Ramalho Eanes «foi posto à frente» do 25 de Novembro para que o Partido Comunista «não fosse totalmente afastado do poder, como o povo então pretendia».

A este respeito, Freitas do Amaral acrescentaria ainda, recordando o caso do general Pétain, que «não basta que uma pessoa tenha tido, no pas-

sado, um comportamento meritório. É preciso ver que garantias é que dá no presente».

No que respeita à insistência na impossibilidade de qualquer um daqueles dois dirigentes poder participar num governo encabeçado novamente por Eanes, e a estranheza que o facto parecia igualmente despertar nalguns estrangeiros, Sá Carneiro afirmaria que «durante estes onze meses de governo, o que conseguimos fazer foi feito à custa de esforço, e mesmo sacrifício, e não por termos encontrado apoio junto do actual Presidente da República», defendendo a ideia de que a oposição de Ramalho Eanes à actualização do governo só não foi mais frontal «por uma questão de acatular o voto nestas eleições... porque Eanes sabia muito bem que um confronto aberto lhe seria francamente prejudicial».

Soares Carneiro usou da palavra durante menos tempo que aqueles dois políticos, de novo aduzindo argumentos em «defesa» do campo de concentração de São Nicolau.

O comício a que não chegou

Germano Silva

No momento em que foi divulgada a notícia da morte de Sá Carneiro, o amplo salão do Coliseu do Porto estava repleto de simpatizantes da AD que, integrados num comício da campanha eleitoral de Soares Carneiro, aguardavam a chegada do presidente do PSD.

Após a estupefacção inicial, a multidão permaneceu no local, mas, perante algumas reacções mais emotivas, quadros políticos da AD tiveram de tomar a iniciativa de apelar para a serenidade, procurando evitar excessos que se recearam e que poderiam avolumar-se. As intervenções do professor Silva Leal, presidente da Comissão Política distrital foram decisivas para evitar um latente avolumar de reacções emotivas e violentas.

Incidentes

Houve, no entanto, pouco antes da meia-noite de ontem,

alguns casos pontuais de agressões de indivíduos que militantes da AD tomaram como de esquerda e que transitavam na baixa portuense. Um ferido viria a receber tratamento no hospital de Santo António.

A PSP colocada em pontos estratégicos da Praça do Município e Avenida dos Aliados, interveio, em alguns casos para evitar maiores problemas.

Enquanto estes factos ocorriam dentro da cidade, pequenos contingentes da PSP, com guardas de viseira, eram destacados para as sedes de partidos e de candidaturas para as eleições de domingo.

Entretanto, militantes do PSD convergiam para a sede do partido à Rua Guerra Junqueiro não ultrapassando no entanto uma centena de pessoas. No interior da sede, era notória a ausência de responsáveis de primeiro plano, sendo evidente uma natural e generalizada perturbação, agravada por não haver comunicação interna no

partido: ninguém sabia de ninguém e, de Lisboa, a única resposta que se obtinha é que estavam a realizar-se reuniões.

A preocupação em apelar para a calma, com receio de problemas de rua e foi feito um pedido à Rádio Renascença «para prestar um serviço ao país contribuindo para a serenidade possível».

Um número restrito de elementos da AD insistiu, por outro lado, numa existência de sinistras cabalas e falava em sabotagens. Receava-se pelo futuro do País, em «outro 11 De Março» e antevia-se a «desagregação da AD».

Pinto Balsemão, que deveria falar no comício do Coliseu, dirigia-se isolado, num pequeno avião particular a Lisboa. Estivera no aeroporto de Pedras Rubras à espera de Sá Carneiro, e ali mesmo recebera a notícia do desastre. Imediatamente lhe foi posto à disposição um bimotor do industrial portuense Manuel Serra, e o ministro adjunto seguiu para Lisboa.

Desespero nas mediações da candidatura da AD

Centenas de pessoas concentraram-se de frente da sede da candidatura de Soares Carneiro logo que foi conhecida a notícia do acidente. O trânsito foi cortado naquela faixa que se transformou rapidamente em lugar de vigília.

Soluções de desespero, lágrimas, imprecações e gritos de vingança contra o opositor — no caso o PCP — encheram o local.

A palavra «sabotagem» surgiu repetida, apesar dos mais lúcidos tentarem chamar à razão quanto à sua impropriedade e do desmentido oficial do PSD.

Os rádios dos automóveis foram ligados, bem como pequenos «transistores» na expectativa de novas notícias, de possíveis enganos.

Recusando acreditar na realidade, muitos abandonavam o lugar para ir telefonar aos órgãos de informação. Uma esperança perpassou a dada altura: alguém dizia que Amaro da Costa já estava no Porto e que não era ele uma das vítimas. Com o tempo, porém, a realidade voltou a submergir todos.

A realidade, o frio, o vazio, o entorpecimento.

Entretanto, dentro do edifício-sede da candidatura do general Soares Carneiro, o chefe dos serviços de Imprensa tentava contactar aquele candidato, na altura em Setúbal para participar num comício.

Foi ao chegar à Praça do Bocage que ele foi informado do sucedido, tendo caído de imediato em profundo silêncio. Quase ao mesmo tempo, calava-se a aparelhagem sonora, e fazia-se um silêncio profundo que durou alguns minutos.

Um popular interpelou-o para que realizasse o comício. Soares Carneiro subiu então ao palco e prestou homenagem a Sá Carneiro um «grande homem, um invulgar estadista».

Reunião do PSD

Cerca da meia-noite, os líderes da Aliança Democrática reuniram-se na sede do PSD. Ao mesmo tempo, a direcção da campanha de Soares Carneiro fazia um apelo «à serenidade e confiança nos valores de liberdade e democracia», tendo-se realizado, depois, uma

reunião de emergência do Conselho Político de Soares Carneiro.

O gabinete de Imprensa daquele candidato distribuiria mais tarde um pequeno comunicado anunciando que «em face dos trágicos acontecimentos desta noite, eram «suspensas todas as actividades da campanha, designadamente os comícios previstos para sexta-feira. Neste momento de profunda tristeza e emoção, torna-se necessário que todos saibamos manter a serenidade e a confiança nos valores da liberdade e democracia por forma a honrar a memória de quem tanto fez para os afirmar em Portugal».

A direcção da Comissão Coordenadora Distrital do Porto da campanha de Soares Carneiro lamentou, por sua vez, «o trágico acidente do desaparecimento de Sá Carneiro, Amaro da Costa e suas esposas». Em comunicado, apela igualmente à calma, «à dignidade e coragem do povo português» recordando «a imagem do grande estadista português» agora desaparecido.

Eanes na televisão

Que se honre o patriotismo de Sá Carneiro e Amaro da Costa

O Presidente da República pediu ontem a todos os portugueses que esqueçam as suas divergências políticas e honrem as «convicções democráticas e o patriotismo» de Sá Carneiro e Amaro da Costa.

Numa comunicação difundida de madrugada através da Televisão, Ramalho Eanes anunciou também que suspendeu todas as actividades relacionadas com a sua campanha eleitoral.

O Presidente da República garantiu que «nesta hora de profunda consternação e emoção, as instituições democráticas continuam em pleno funcionamento».

Durante a sua curta comunicação transmitida pela RTP às 01.26 horas, o Presidente da República afirmou também que Sá Carneiro e Amaro da Costa «dedicaram toda a sua vontade e capacidade à defesa dos interesses dos portugueses».

A Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do general

Ramalho Eanes, difundiu, entretanto, o seguinte comunicado:

«A Comissão Política de Apoio à Recandidatura do general Ramalho Eanes ao tomar conhecimento do trágico acontecimento que determinou as mortes do dr. Francisco Sá Carneiro e do eng. Adelino Amaro da Costa, reuniu de urgência e deliberou:

a) Apresentar sentidas condolências às famílias, ao Partido Social Democrata, ao Centro Democrático Social e ao país.

b) Suspender a actividades eleitorais.

Dada a natural emoção que a todos atinge a CNARPE voltará ao contacto com os portugueses para mais detalhadamente transmitir as homenagens que sente serem devidas ao primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro e ao ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa.

Solidariza-se igualmente, na dor que atinge os familiares das

restantes vítimas e apresenta a expressão de sentido pesar.

Entretanto, em nome da Comissão Política da CNARPE, José Rabaça divulgou que serão suspensas todas as actividades de propaganda eleitoral, não se realizando o encerramento da campanha eleitoral como estava previsto.

Não se realizou o comício nacional de apoio à recandidatura do general Ramalho Eanes que se deveria ter efectuado ontem, quinta-feira, pelas 22 horas, no Rossio, em Lisboa.

Depois de uma breve reunião, os membros da comissão política de apoio à recandidatura de Ramalho Eanes presentes no Rossio decidiram cancelar o comício. Foi Nobre da Costa que pelas 22.30 anunciou à multidão esta decisão.

«A morte de qualquer pessoa tem de ser lamentada» disse Nobre da Costa, pedindo que todos se retirassem ordeira e silenciosamente, o que veio a acontecer depois de todos terem entoado o Hino Nacional.

Freitas do Amaral

«Sá Carneiro foi um grande estadista»

Falando na televisão cerca da meia-noite, ainda visivelmente abalado pela notícia da morte do primeiro-ministro e dos que com ele seguiam na avioneta, o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, fez o elogio dos membros do Governo falecidos e apelou à manutenção da calma. A comunicação de Freitas do Amaral foi gravada, a pedido do vice-primeiro-ministro, dado a emoção de que estava possuído.

«Num horrível acidente de aviação, morreu hoje ao princípio da noite o primeiro-ministro de Portugal, Francisco de Sá Carneiro», começou por dizer Freitas do Amaral. «Ainda não são conhecidas as causas do acidente, que serão apuradas no mais rigoroso

inquérito, a que se procederá de imediato. E com a maior consternação e pesar que vos confirmo a notícia brutal.» Freitas do Amaral prosseguiu: «O dr. Francisco de Sá Carneiro foi um grande homem,

um grande lutador e um grande estadista. Foi um grande homem na coragem com que assumia as suas posições, na lucidez invulgar do seu espírito vivo e sagaz. Foi um grande lutador, sobretudo um lutador pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril. Faleceu em pleno combate, no ardor de uma campanha que levava a peito.

«Foi um grande estadista. Várias vezes me confidenciou que só ao fim de cinco anos se poderia saber se ele realmente o tinha sido. Mas todos nós, que servimos no Governo da Aliança Democrática sob a sua direcção, podemos dar testemunho da real dimensão deste

governante, que, ao leme do Estado, foi sereno, firme e competente; que apreendia e dominava todos os problemas que lhe eram postos com argúcia penetrante; que não adia a única decisão, por mais difícil ou embaraçosa que aparentasse ser; que não hesitava em assumir a responsabilidade total das resoluções tomadas; e que se erguia sempre, no plano mais alto dos superiores interesses nacionais, quer na política externa, quer nos meandros da política interna onde nunca mostrou, como primeiro-ministro, a mais leve ponta de espírito partidário.

«Não foram necessários os

cinco anos. A morte repentina e violenta recorta-lhe hoje um perfil de autêntico estadista, de que os seus inúmeros adeptos, os adversários, e o País em geral, guardarão uma recordação viva e um exemplo cívico de primeira grandeza. A História não o esquecerá.»

«Morreu também no desastre o ministro da Defesa e vice-presidente do CDS, Adelino Amaro da Costa. Foi um político excepcional, um brilhante parlamentar, um amigo inextinguível. O CDS deve-lhe o máximo que um partido pode dever a um dirigente; e o Governo da AD encontrou nele o primeiro civil a desempenhar o cargo de ministro da Defesa Nacional, depois do 25 de Abril, função a que dedicou uma entrega total — e onde preparava com entusiasmo a transição das forças armadas para a dependência do poder civil.

«Uma palavra também para

António Patrício Gouveia, des-tacado militante do PSD, e excelente colaborador do primeiro-ministro e de todo o Governo, que em tudo acompanhou até à morte» continuou o vice-ministro.

«Como católico, rogo a Deus que abençoe todos os que faleceram neste desastre; e que dê força e ânimo às suas famílias e aos seus amigos para transformarem a dor enorme que sofrem neste momento numa determinação muito firme de continuar a obra em que eles tanto se empenhavam. Os ideais por que lutaram e deram a vida, esses, não morrem. Continuemos, pois.»

«Peço a todos a maior calma e serenidade. Repito: peço a todos a maior calma e serenidade. Sejam dignos em tudo de quem, para além da morte, espera de nós, neste momento tão difícil, uma coragem exemplar.»

Sá Carneiro decidiu à última hora seguir de avioneta para o Porto

O primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro, que morreu ontem à noite num acidente de aviação no qual pereceram também o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa e mais cinco pessoas, tinha reserva no voo da noite da TAP para o Porto, segundo soube «O Jornal» junto de uma fonte da transportadora aérea nacional.

A mesma fonte não pôde adiantar se os restantes membros da comitiva de Sá Carneiro tinham também feito idêntica reserva, mas sabe-se que, por motivos que não foi possível apurar, o dr. Francisco Sá Carneiro tomou lugar num bimotor (de nacionalidade venezuelana, segundo a ANOP) que descolou do aeroporto da Portela às 20 e 17 e caiu um minuto depois, morrendo todos os seus ocupantes.

Além de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, morreram no acidente as respectivas mulheres, Snu Abecassis, de nacionalidade dinamarquesa, e Maria Manuela Vaz Pires, o chefe de gabinete do primeiro-ministro, António Patrício Gouveia e os pilotos Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa.

O voo da TAP para o Porto (TP 110) iniciou-se à hora prevista, ou seja, às 20 e 25. O bimotor (que pertencia à empresa R.A.R. — Refinaria do Açúcar) levantou voo um pouco antes. Segundo um funcionário do aeroporto, não identificado, o plano de voo do bimotor previa apenas os dois pilotos e um passageiro. Um porta-voz da Aeronáutica Civil, junto de quem tentámos obter a confirmação ou o desmentido desta informação, referiu não o poder fazer por não estar para isso autorizado, segundo instruções que recebera dos seus superiores hierárquicos.

PSD desmente sabotagem

Às primeiras horas da manhã, não eram, naturalmente, conhecidas as causas do acidente. Mas um informador da comissão política do PSD garantiu entretanto «ser destituído do mais leve fundamento» que tivesse resultado de sabotagem. De concreto, sabe-se que o bimotor caiu um minuto depois de ter levantado, voo, no bairro das Fontainhas, em Camarate. Segundo testemunhas oculares, o avião embateu no telhado de uma casa, perdeu uma das asas, deu uma «reviravolta» e afocinhou numa rua estreita daquele bairro.

A mesma testemunha referiu

que o aparelho deixou cair uma peça segundos antes de colidir com a casa. Por sua vez, Carlos Alberto Peres, residente num dos prédios atingidos pelo aparelho, afirma que o mesmo lhe pareceu estar já em chamas antes da queda. Carlos Peres acabou de estacionar o seu automóvel quando se deu o acidente e, ao entrar em casa, encontrou-a já em chamas. Na sua

queda, a avioneta danificou cinco edifícios e destruiu três automóveis, mas nenhum dos moradores sofreu qualquer ferimento.

O ministro da Administração Interna, dr. Eurico de Melo, foi o primeiro membro do Governo a comparecer no local do acidente. Fortemente comovido, foi ele próprio que confirmou aos jornalistas a identidade dos mortos. Na altura, os corpos, carbonizados e irreconhecíveis, jaziam na rua estreita, cobertos com cobertores por iniciativa dos bombeiros, chamados por um habitante do bairro.



Sob cobertores, os restos mortais das vítimas. Os corpos ficaram carbonizados e irreconhecíveis.

Uma última homenagem

A morte do primeiro-ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, e do ministro da Defesa, eng.º Adelino Amaro da Costa, em trágico acidente de aviação ontem ocorrido, constitui um drama a que nenhum português se pode mostrar alheio. Neste momento de luto nacional, devem-se abater bandeiras, anular divergências, esquecer oposições ou agravos, e todos os portugueses, quaisquer que sejam as suas discordâncias ideológicas ou políticas, prestarem uma última homenagem aos dois malogrados dirigentes partidários.

É o que «O Jornal» sincera e emocionadamente faz. Fomos, muitas vezes — e agora mesmo — adversários políticos dos dois homens agora desaparecidos. Isso mesmo nos coloca em melhor posição para esta breve homenagem que aqui deixamos, face à notícia brutal que nos atingiu quando esta edição já estava a fechar.

Uma palavra muito especial queremos deixar ainda aqui quanto a Adelino Amaro da Costa, colaborador assíduo de «O Jornal» e verdadeiro amigo desta casa e de muitos dos seus jornalistas. Nestas colunas deixou Amaro da Costa publicados alguns dos seus brilhantes artigos, e na nossa próxima edição esperamos poder aqui recordá-lo mais detidamente.

No mesmo acidente morreram também, como noticiamos noutra local, as mulheres dos dr. Sá Carneiro e do eng.º Amaro da Costa, e o chefe de gabinete do primeiro-ministro, dr. Patrício Gouveia, assim como os dois pilotos da avioneta. À família de todas as vítimas, bem como aos partidos em que militavam, apresenta «O Jornal» as suas mais sentidas condolências.

Eanes: as lágrimas do Presidente

Pouco depois, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, deslocou-se também ao bairro das Fontainhas. Quando os jornalistas o abordaram, Ramalho Eanes chorava. Depressa conseguiu, no entanto, dominar-se, dirigindo-se ao comandante da força da GNR e aos inspetores da Polícia Judiciária que já se encontravam no local, para procurar saber pormenores sobre o acidente.

Horas depois do acidente, ainda os habitantes do bairro das Fontainhas não estavam refeitos do susto. Alguns, no entanto, nem sequer se aperceberam do que se passou, a não ser quando, alertados pelo estrondo, saíram das suas casas, pensando tratar-se de um tremor de terra, e viram um avião em chamas na rua. Isto aconteceu, por exemplo, com os moradores da casa onde o avião embateu: na altura, estavam (o casal e duas filhas) a ver o telejornal da RTP.

Pouco depois do acidente, começaram a acorrer populares, sobretudo habitantes dos bairros da zona (Camarate e Charneca do Lumiar). Só depois das 22 horas, após a divulgação da notícia através da rádio e da televisão, começou a convergir para a Charneca uma

autêntica multidão que, em pouco tempo, provocava já problemas de trânsito na estrada que liga a Avenida Norton de Matos à Charneca do Lumiar.

As ironias do destino

Por ironia do destino, Francisco Sá Carneiro teria um fim semelhante ao do seu amigo José Pedro Pinto Leite, que, em 1968, se tornou o líder natural da «ala liberal» da primeira Assembleia Nacional eleita no consulado de Marcelo Caetano. Todavia, Pinto Leite apenas teria oportunidade de desenrolar a sua actividade na assembleia marcelista, durante escassos seis meses, pois morreria, em 25 de Julho de 1970, na queda de um helicóptero da Força Aérea Portuguesa, na Guiné-Bissau. Foi após a sua morte — que coincidiu com a «morte» da «Primavera» marcelista — que Sá Carneiro emergiu como o mais aguerrido membro da «ala liberal» que, em vão, tentou mudar por dentro o regime derrubado a 25 de Abril de 1974.

O chefe do Governo é o terceiro de cinco irmãos a desaparecer em circunstâncias trágicas ao atingir a casa dos quaranta.

Mais noticiário nas págs. 2/3 e 46/47

Eleições não serão em princípio adiadas

O Presidente da República garantiu à Anop, com a voz embargada e com as lágrimas a escorrerem-lhe pelos olhos, que «em princípio não haverá adiamento das eleições presidenciais». Segundo a lei eleitoral, só a morte de um candidato poderia levar ao adiamento das eleições presidenciais.

Entretanto, ao princípio da madrugada, o Presidente da República reuniu-se em Belém, com o vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, a quem confirmaria, conforme estabelece a Constituição, no cargo de primeiro-ministro interino e com o presidente da Comissão Nacional de Eleições, conselheiro Melo Franco, com quem discutiu a questão do adiamento ou não das eleições presidenciais, decisão que caberá à Comissão Nacional de Eleições. Ao contrário do que foi referido pela RTP não esteve em Belém o presidente da Comissão Constitucional.

A Comissão Nacional de Eleições reúne-se hoje à tarde extraordinariamente para decidir se haverá ou não adiamento das eleições presidenciais. O presidente da CNE, Melo Franco afirmou aos jornalistas que a morte do primeiro-ministro, em vésperas de sufrágio constituiu um caso omissio entre os motivos previstos na lei para adiamento de eleições.

o jornal

Este número de «O Jornal» tem 68 páginas, incluindo um 2.º caderno de 20, que não pode ser vendido separadamente.

VALORIZE SEU DINHEIRO

Compre artigos em estanho puro

EXIJA GARANTIA

ARTIMEX

LANGS SUPREME scotch whisky

da Escócia para si...



(engarrafado na origem)

Importadores exclusivos Caves Dom Teodósio



Tragédia enlutou o País

Portugal chora a morte de Francisco Sá Carneiro

ANO II N.º 369 / PREÇO 12\$50

Sexta-feira, 5 de Dezembro de 1980



a TARDE

Diário independente

Director: TORQUATO DA LUZ

NOTA DO DIA

Há momentos, na vida das pessoas como na dos povos, em que todas as palavras parecem a mais e só pelo silêncio se conseguem transmitir os sentimentos.

Este é, seguramente, um desses momentos.

Mas um jornal é feito de palavras e de imagens. Temos, assim, que recorrer a umas e outras para traduzir a dor imensa, o horror sem nome que nos trouxe a trágica noite de ontem.

Com a morte de Francisco Sá Carneiro, de Adelino Amaro da Costa e suas mulheres, bem como de António Patrício Gouveia e dos dois pilotos do avião em que todos mal tinham acabado de entrar, Portugal perdeu, num ápice, alguns dos seus melhores filhos, porque dos mais dedicados à coisa pública e mais patrioticamente empenhados na construção de um regime de liberdade, paz, justiça social e progresso, democracia enfim, para todos nós. E perdeu-os numa hora em que, mais do que nunca, o seu concurso era necessário.

Que outra coisa poderemos fazer, ante a tragédia, do que chorar a morte dos amigos queridos e, no mais íntimo de nós, pedirmos a Deus o merecido descanso para as suas almas?

Que outra solicitação, que não seja de serenidade, nos cumpre formular à generalidade dos portugueses e, em particular, dos que se identificam com os ideais que Francisco Sá Carneiro e os seus acompanhantes defendiam?

E que, se a hora é de dor, ela é também de unidade. Unidade e luta. Mais do que nunca a unidade é necessária e a luta é urgente para, todos juntos, firmes e determinados, fazermos de Portugal o país digno e próspero a cuja construção Francisco de Sá Carneiro dedicou a vida até ao último momento.

Os homens, por maiores serviços prestados à comunidade, passam — mas a Pátria fica. E a melhor forma de honrarmos a memória dos que tragicamente pereceram servindo a boa causa é copiarmos-lhes o exemplo de dedicação e entrega.

Como disse na Televisão o vice-Primeiro-Ministro Freitas do Amaral, o dr. Sá Carneiro foi um autêntico estadista, porventura dos mais nobres que Portugal alguma vez teve. Não lhe foi preciso governar além de uns escassos meses para se afirmar como tal.

Adelino Amaro da Costa, quer como ministro da Defesa, quer como deputado e vice-presidente do CDS, foi um político brilhante, um democrata convicto, um espírito aberto e tolerante.

E António Patrício Gouveia, que sempre acompanhou Sá Carneiro no Governo, revelou-se um servidor dedicado e leal da causa da Democracia.

Em todos eles tinha este jornal (e, pessoalmente, o autor desta nota) amigos sinceros. Por isso choramos as suas mortes e partilhámos da profunda consternação dos seus familiares.

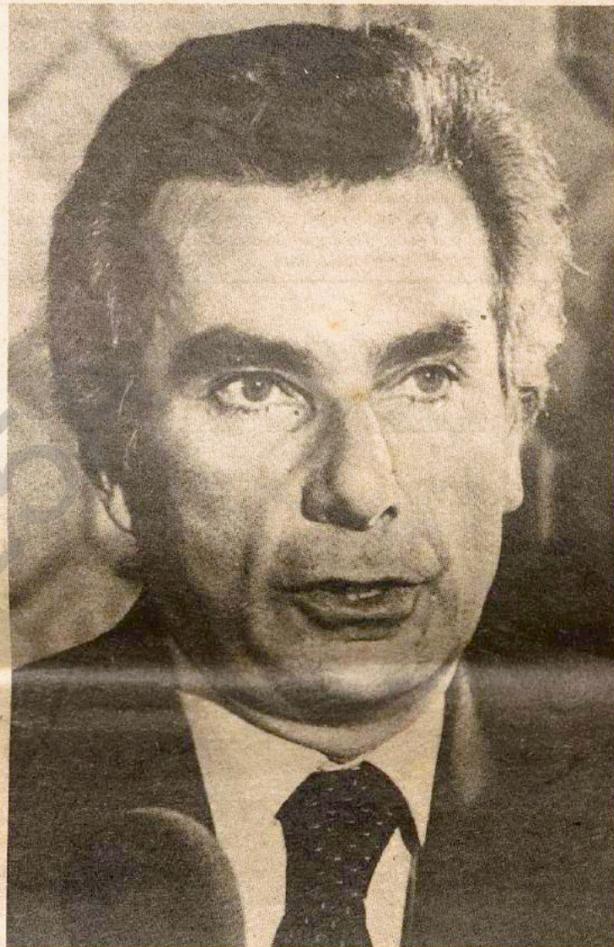
T.L.



Adelino Amaro da Costa: uma vida consagrada à política



António Patrício Gouveia: o mais directo colaborador do Primeiro-Ministro



Francisco de Sá Carneiro: a sinceridade acima dos jogos pessoais



Ricardo Sá Carneiro e Francisco Sá Carneiro, irmão e filho mais velho, respectivamente, do Primeiro-Ministro, no momento da chegada das urnas à Igreja dos Jerónimos, onde se encontram expostas, desde as 12 horas, para receberem as derradeiras homenagens da população do País



imprensa da manhã

O JORNAL

Desistindo da TAP, à última hora

Sá Carneiro escolheu o avião da morte

Francisco Sá Carneiro, duas horas antes de partir, escolheu o avião da morte...

"Hora de tragédia"

«Sá Carneiro e Amaro da Costa morrem num desastre de aviação» é o título a cimo de toda a primeira página da edição de hoje do matutino «Diário de Notícias».

Restantes títulos da primeira página: «Hora de tragédia»; «Supresa e estupefacção ao ser revelada a notícia»; «Ramalho Eanes na sua mensagem ao País: Honrem a memória destes homens» e «Freitas do Amaral: Doloroso momento de luto nacional».

Ainda outros títulos, a propósito do acidente, de uma 2.ª edição: «O brutal acidente que enluta o País: O bimotor bateu num poste e caiu numa rua estreita»; «Os últimos passos de Sá Carneiro»; «Kurt Waldheim e o rei Juan Carlos enviam condolências a Ramalho Eanes»; «Profunda emoção em Bruxelas»; «Reacções a nível nacional: Mota Amaral e João Jardim falaram às populações»; «António Gouveia: só morreste com a morte»; «Candidatos às presidenciais pronunciaram-se»; «Reacções de personalidades e partidos políticos» e «Situação tranqüila em todo o País».

"Luto nacional"

«Última hora: Luto nacional» é um título de primeira página do semanário «o País».

Outros títulos: «A corrida para Belém chegou ao fim» e «É preciso derrotar Eanes».

"Decretado luto nacional,"

«Trágico acidente de aviação enluta o País: Morreu Sá Carneiro» titula a primeira página da edição de hoje do matutino «Correio da Manhã».

Outros títulos, a propósito do acidente: «A avioneta sinistrada ficou reduzida a cinzas»; «Um grande estadista»; «Patrício Gouveia - jovem político já com prestígio»; «Futurologo previu assassinato de figura política»; «Decretado luto nacional»; «Multidão rezou Pai Nosso na Avenida da República»; «Funerais amanhã» e «PC já faz das suas: Quer que o Governo se demita».

"Sá Carneiro morre em desastre de aviação"

«Sá Carneiro morre em desastre de aviação» é o título a todo o tamanho da primeira página na edição de hoje do matutino «o diário».

Outros títulos: «Instituições democráticas mantêm-se em funcionamento - afirmou, de madrugada, o Presidente da República»; «Vice-Primeiro-Ministro pede calma e serenidade»; «Reacções no País e estrangeiro à morte do Primeiro-Ministro»; «CNE pronuncia-se hoje sobre data das eleições»; «No Porto: comícios cancelados e incidentes na Baixa» e «CNAPE decide suspender actividades eleitorais».

"Emoção em todo o País"

«O País em estado de choque: Sá Carneiro e Amaro da Costa morreram num acidente de avião» titula ao tamanho de toda a primeira página a edição de hoje do matutino «O Dia».

Outros títulos, a propósito do acidente: «A morte brutal de Sá Carneiro e Amaro da Costa: A carreira de um líder carismático e grande estadista e patriota»; «Um jovem político que desaparece: Um parlamentar brilhante e um das almas do CDS»; «Carbonizados e irreconhecíveis os corpos das vítimas do desastre»; «PS emocionado no comício do Rossio: Tragédia para Portugal e para a democracia»; «Profundo golpe na AD: Militantes choraram em todo o País ao ser conhecida a notícia da tragédia»; «Estupefacção em todo o Mundo» e «Soares evoca personalidade invulgar» e «Emoção em todo o País».

Diário de Notícias

Sá Carneiro e Amaro da Costa morrem num desastre de aviação

O primeiro-ministro e o ministro da defesa foram mortos...

"Sá Carneiro escolheu o avião da morte"

«Desistindo da TAP, à última hora: Sá Carneiro escolheu o avião da morte» titula a todo o tamanho da primeira página da edição do semanário «o jornal».

Outros títulos, de primeira página: «Improvável adiamento das eleições»; «PSD desmente boatos de sabotagem» e «F. do Amaral chefe do Governo interino».

Ainda a outros títulos, a propósito do acidente: «A morte do Primeiro-Ministro: Um político inquieto» e «Amaro da Costa: adversários reconheciam o seu valor»; «Desespero nas imediações da candidatura da AD».

"Mais pobres"

«Num acidente aéreo em Lisboa: Morreu Sá Carneiro» titula a todo o tamanho da primeira página a edição de hoje do matutino «Portugal Hoje».

Outros títulos, a propósito do acidente: «Cimentar a unidade em tempo de luto»; «PR: eleições não serão adiadas»; «A morte do Primeiro-Ministro: Avionete esteve

avariada antes da descolagem»; «Perfil de um homem público: Entre a advocacia e a política»; «PSP adopta medidas de segurança»; «PSD desmente boatos de sabotagem»; «Um estadista que desaparece»; «Mais pobres»; «Sousa Tavares: não queremos provocadores»; «Ao saber do desastre: Soares Carneiro mostrou-se incrédulo».



A VIDREIRA CENTRAL
DE
ALMIRANTE REIS, LDA.

Fábrica
Fonte da Talha (Sacavém)
25 12 548 - 25 10 315
Telef AVICARL Telex n.º 16449

Sector Comercial
R. da Ilha Terceira, 31-A
55 87 40 - 53 80 05 54 52 81
1096 LISBOA CODEX

ESPELHOS:
-Todo o tipo de Espelhos para a INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, SANITÁRIOS, DECORAÇÃO, ETC...

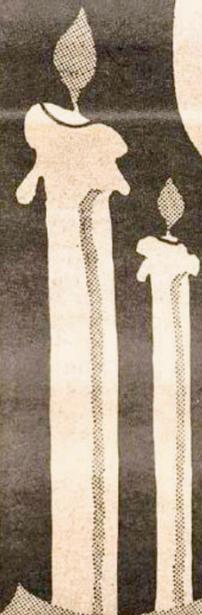
LADY, LADY «A» e CITY para casas de banho
Para Decoração de HALLS, SALAS, ESTABELECIMENTOS, ETC...

SERIGRAFADOS:
Com diferentes motivos a cores e com moldura de madeira.
Se vai necessitar de ESPELHOS, qualquer que seja os tipos e usos que pretenda... CONSULTE-NOS

EM VIDROS
APOIAMOS
As indústrias de Construção Civil, Mobiliário, Decoração, etc.

...E TAMBÉM EXPORTAMOS OS NOSSOS PRODUTOS



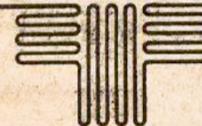


Ena
natal 80
1 casa de 1500 contos
um automóvel
milhares de valiosos prémios

Já está à venda

arames para a lavoura e similares

Zincado para vinhas
Zincado para vedações
Recozidos para enfardar palha e cortiça



Companhia Portuguesa de Trefilaria, S.A.R.L.

Lezíria do Saldanha - Sacavém Tel.: 251 92 99 - Telex: 12 623

vida nacional

A tragédia que enlutou o País

FRANCISCO DE SÁ CARNEIRO

Um político clarividente que jogava forte e ganhava

Machado Feronha

Por três ocasiões na sua vida política Sá Carneiro fez «jogadas» fortes que lhe grangearam a fama de ser um dos mais clarividentes e temidos políticos portugueses. Embora vencido numa delas, Sá Carneiro mostrou que possuía a estrutura de um verdadeiro dirigente, com visão a longo prazo, dominando a estratégia, sabendo aguardar as situações propícias. Constituíram marcos significativos na vida política nacional nos últimos dez anos a denúncia da falsa liberalização de Marcelo Caetano, que Sá Carneiro materializou com a sua saída da Assembleia Nacional e a posterior entrevista concedida ao jornal «República»; a tentativa de antecipação da eleição do Presidente da República em meados de 1974, saldada pela crise Palma Carlos e na queda do I Governo Provisório e, finalmente, o afastamento temporário de Sá Carneiro da direcção do PSD, dominada então por individualidades que preconizavam a convergência com o PS e Ramalho Eanes, processo que veio a terminar com o seu regresso triunfante à liderança do partido, após alguns meses de intensa luta política.

Antes do 25 de Abril, Sá Carneiro definiu-se publicamente como social democrata, integrando um grupo de individualidades que apostara, em 1969, nas promessas então avançadas por Marcelo Caetano para instalar em Portugal o clima político das sociedades europeias. A Oposição democrática — socialistas e «republicanos» — e o PCP, nessa altura, alternavam as críticas e os elogios dirigidos à «ala liberal».

Na altura em que Marcelo Caetano mostrara já que tinha caído irremediavelmente nas mãos dos sectores mais retrógrados do regime, Sá Carneiro demarcou-se da situação e acusou os dirigentes de então de faltarem às promessas feitas. Através dum discurso proferido corajosamente na Assembleia Nacional, perante o coro de protestos e as interrupções frequentes dos deputados, o futuro dirigente social democrata abandonou o hemiciclo, batendo com a porta. O primeiro-ministro de então tentou escamotear o significado daquela denúncia, alegando que Sá Carneiro se havia «equivocado» quando interpretara as

possibilidades de liberalização do regime avançadas em 1968 e 1969.

Antecipação era necessária

No Verão de 1974, o PCP e a extrema-esquerda assestavam as baterias em Spínola, Sá Carneiro e Palma Carlos, ocasionando a queda «oportuna» do governo chefiado pelo último, impulsionada pela Coordenadora do MFA. Sá Carneiro «jogou» na antecipação da eleição de Presidente da República que proporcionasse estabilidade e poder real ao Governo, — que Palma Carlos confessava estar carecido. O plano, a ser concretizado, poderia cortar o ascendente do PCP na vida nacional, as suas infiltrações em curso nas Forças Armadas e no aparelho do Estado.

Se Spínola tivesse então sido eleito, caucionaria com a sua autoridade uma política que a partir do Governo e da hierarquia militar constituiria um dique à avalanche que se formava e que afinal só iria sofrer o seu primeiro tardio revés em 25 de

Novembro do ano seguinte. Sá Carneiro sabia que os partidos democráticos recém-formados não tinham hipóteses de competir com a poderosa máquina do PCP onde os quadros experientes e a inspiração estratégica vinda do exterior constituíam trunfos muito difíceis de bater. E a escalada golpista, cujos degraus passaram pelo «28 de Setembro» e pelo «11 de Março», demonstrou que as previsões de Sá Carneiro e as tentativas de escolher um campo de batalha mais favorável eram plenamente justificáveis.

Retirar-se para vencer

O primeiro governo socialista estava em perda de velocidade, sem

base de apoio popular e com sucessivas quebras na coerência da sua actuação apoiando-se ora nos partidos democráticos ora no PCP. No Alentejo, a orientação de Lopes Cardoso, favorável a concessões ao PC, alternava com a de António Barreto, disposto a acabar com os novos latifúndios e a por termo ao domínio territorial e económico de uma parte do país por um partido voraz e opressor.

Em Novembro de 1977 Sá Carneiro afasta-se voluntariamente da liderança do seu partido, desconfiado da acção conduzida por um determinado sector militar, em que Eanes se integra, que espreitava ocasião para implantar um regime tutelado militarmente. Em causa es-

tavam os dirigentes sociais democratas que entretanto foram eleitos para exercer as responsabilidades mais elevadas do PSD e que se mostravam mais perto de Eanes e contrários à tática de Sá Carneiro.

O futuro Primeiro-Ministro soube esperar que os militantes do PSD se apercebessem da natureza da actuação dos novos dirigentes e acabou por regressar ao lugar cimeiro votado e apoiado por aqueles que, em autêntica «vaga de fundo» viram na orientação de Sá Carneiro a forma de isolar os factores e as forças políticas que, conciliando com o PCP e suas extensões nas Forças Armadas, impediam a instalação da democracia política de cariz europeu ocidental.

GRANDE CASINO DE ESPINHO

TODAS AS NOITES

TELEF. 920238

NA BOITE (M/ de 18 anos)

JANTARES-CONCERTOS E BAILE PELOS CONJUNTOS

Carlos Machado ■ Sigma Band

VARIÉDADES

1.ª Quinzena de Dezembro / 80

FANTASIE
SHOW
BALLET
INGLÊSMARIA DE FÁTIMA
CANÇON. PORTUGUESAPRESTÍGIO DE ESPINHO, ORGULHO DO NORTE
A nova Boite do Casino É MESMO uma maravilha

O GOSTO COM PERSONALIDADE

PARA PERSONALIDADES COM GOSTO

SALA DE JOGOS
E SLOT MACHINES

(A partir das 15 horas)



Omega Seamaster Quartz. Fotografados no Clube Náutico, New Port

À esquerda Omega Seamaster, ST 196 0126. À direita Omega Seamaster ST 396 0857. Caixa em aço. Modelos exclusivos.

vida nacional

A tragédia que enlutou o País

SÁ CARNEIRO

A sinceridade acima dos jogos pessoais

ANOP

Francisco Sá Carneiro nasceu no Porto, em Julho de 1934. Era casado e tinha cinco filhos. Coursou Direito na Universidade de Lisboa, cuja licenciatura concluiu em 1956, tendo, a partir desse ano, exercido exclusivamente a advocacia no Porto.

Ao contrário da maioria dos políticos portugueses, Sá Carneiro não era um homem solene.

Possuía sentido de humor e dava respostas contundentes, duas virtudes que, em conjunto com a sua preparação cultural e clareza de ideias, o tinham conduzido ao topo da política portuguesa.

Para Francisco Sá Carneiro «saber e romper a tempo, correr os riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos jogos pessoais — isso é a política que vale a pena».

Esta passagem de uma entrevista concedida em 1976 definiu bem a sua concepção política.

Filho de um antigo deputado e conhecido advogado do Porto, José Gualberto de Sá Carneiro, director da «Revista dos Tribunais», Francisco Sá Carneiro colaborou em revistas jurídicas logo após a sua formação pela Universidade de Direito de Lisboa.

Tendo participado activamente em diversos cursos de cristandade, anima e intervém no Movimento dos Casais Cristãos, que meados da década de sessenta promoveu uma reflexão sobre a espiritualidade conjugal à luz do cristianismo.

A sua entrada pública na vida política dá-se em 1969, como deputado da chamada «Ala Liberal» da Assembleia Nacional. Na fase «libertadora» do marxismo, Francisco Sá Carneiro vê a possibilidade de «sem violências nem desordens, o regime evoluir para um liberalismo político, para a democracia institucionalizada, para a repatriação da riqueza e para a participação de todos os portugueses nos bens económicos e culturais».

Na décima-primeira legislatura da Assembleia Nacional, Sá Carneiro torna-se, com Pinto Balsemão e Miller Guerra, no principal animador da «Ala Liberal». Em três anos faz 85 intervenções, das quais se destacam oito projectos de lei, entre os quais a revisão da

constituição e a proposta do inquérito à PIDE/DGS.

Muito depressa é hostilizado pelos «duros» do regime e depois por Marcelo Caetano, num discurso em que identifica social-democracia com comunismo.

Para Marcelo Caetano, sobretudo após uma célebre entrevista concedida a Jaime Gama, para o «República», em 1972, a «Ala Liberal» constituiria «um equívoco que não se pode repetir».

Em 1972, a cooperativa «Confronto», do Porto, de que fora fundador e presidente da assembleia geral, era dissolvida compulsivamente, sob a alegação de que os seus fins não eram considerados «convenientes».

Constantemente atacado, assim como os seus companheiros da «Ala Liberal», Sá Carneiro vê o seu projecto sobre amnistia de crimes políticos ser rejeitado pela comissão competente da Assembleia por ser considerado «gravemente inconveniente».

Em 25 de Janeiro de 1973, o deputado do Porto pede a renúncia do seu mandato por «inexistência do mínimo de condições de actuação política livre e útil».

Colabora então no «Expresso», dirigido pelo seu companheiro da «Ala Liberal», Pinto Balsemão, mas publicamente só reaparecerá depois do 25 de Abril de 1974, para fundar o PPD, com Magalhães Mota e Pinto Balsemão.

Ministro Sem Pasta adjunto do Primeiro-Ministro Palma Carlos, Francisco Sá Carneiro entra em conflito com a coordenadora do MFA ainda na vigência do Primeiro Governo Provisório.

Em finais de Junho, juntamente com o economista Vasco Vieira de Almeida, fará para os oficiais do MFA, reunidos na Manutenção Militar uma severa análise da situação.

E, então, alvo de vivas críticas de alguns sectores da esquerda militar e civil. Com a queda do Primeiro Governo Provisório, muitos pensam que a sua carreira política está terminada no novo regime.

Mal feito de um desastre anterior ao 25 de Abril, vê a sua saúde agravar-se nos últimos meses de 1974. Em Fevereiro de 1975 é operado e, em Maio, substituído na direcção do PPD por Emídio Guerreiro.

De regresso a Portugal, em Setembro de 1975, faz um polémico diagnóstico da situação então vivida, em que não poupa as críticas ao MFA. Manifesta-se abertamente e nos termos mais directos contra a presença dos comunistas no Governo, contra o «papel hegemónico» do MFA.

Com o VI Governo Constitucional, o PPD/PSD reencontra o seu lugar no poder. Mas, alguns meses após o 25 de Novembro, começa a manifestar as suas críticas em relação aos socialistas e aos militares da linha dos «Nove», rompendo definitivamente em 1976.

Desde as eleições de 1975, Sá Carneiro viu o partido por si liderado obter resultados sucessivamente melhores em cada consulta eleitoral.

Após uma polémica renúncia ao cargo de presidente do PSD, em Novembro de 1977, regressa em Julho de 1978, com o apoio da maioria das suas bases partidárias.

Lider incontestado do PSD, vai então de sucesso em sucesso. Em 1979 demonstra a solidez da sua liderança partidária, fazendo com que a crise aberta no seu Grupo Parlamentar não redunde na cisão do partido.

Pelo contrário, este parece mais coeso e em conjunto com o CDS, o PPM e os Reformadores, triunfa nas eleições intercalares de Dezembro de 1979. Duas semanas depois nas eleições para as autarquias locais, Sá Carneiro registava um novo êxito.

Mas o êxito maior, seria sem dúvida o das últimas eleições legislativas, em que conduziria a AD à maioria absoluta na Assembleia, o PSD ao maior grupo parlamentar, após uma campanha em que fora o principal alvo dos partidos da Oposição.

A capacidade de Francisco Sá Carneiro resistir aos revezes e dificuldades políticas, só era idêntica à sua capacidade em recuperar dos graves problemas de saúde com que diversas vezes se debateu.

Dotado de uma férrea força de vontade, Francisco de Sá Carneiro era considerado mesmo por muitos dos seus adversários como um excelente estratega, com um sentido quase premonitório do acontecimento político aliado a raras qualidades de trabalho e reflexão.

ADELINO AMARO DA COSTA

Toda uma vida consagrada à política

ANOP

O ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, nasceu em Lisboa no dia 18 de Abril de 1943.

Licenciado em Engenharia Civil, foi assistente do Instituto Superior Técnico e director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação no Governo de Marcelo Caetano.

O dirigente centrista era casado, há um ano, com Maria Manuela Vaz Pires, de 33 anos, também falecida no «desastre».

Amaro da Costa foi um dos fundadores do Centro Democrático Social (CDS) e era membro da sua Comissão Política.

O ministro agora falecido, desenvolveu larga actividade na imprensa, tendo sido fundador e editor, durante cinco anos, do jornal universitário «Tempo».

Colaborou também em vários jornais portugueses e estrangeiros. Nesta última área, foi correspondente em Lisboa do jornal espanhol «Madrid», até à sua extinção pelo Governo franquista.

Amaro da Costa foi deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Braga e à primeira e segunda Assembleias Legislativas pelo círculo do Porto.

Filho de alentejanos, Amaro da Costa viveu grande parte da sua infância na Ilha da Madeira.

Fez os estudos secundários no Liceu Camões, vindo a licenciar-se em 1966 com uma alta classificação pelo Instituto Superior Técnico, onde depois seria assistente no Grupo de Hidráulica. Foi presidente da Juventude Escolar Católica.

Profissionalmente, realizou diversos estudos no âmbito da sua especialidade e participou em várias reuniões de cooperação internacional no âmbito da OCDE.

No campo jornalístico, foi ainda colaborador no «Diário Popular», no «Diário de Lisboa», no «Diário de Notícias», na «República» (a convite de Raul Rego) e nas revistas «Rumo», «Flama» e «Jornalismo».

Tem artigos publicados nos jornais «O Dia», semanário «O Jornal», no «Jornal Novo» e no «Tempo». Conheceu Diogo Freitas do Amaral durante o serviço militar, na Marinha em 1967.

Os dois homens cimentaram na altura uma sólida amizade e viriam a fundar o CDS em 19 de Julho de 1974.

O ministro português da Defesa, Adelino Amaro da Costa, era um defensor do aprofundamento da participação de Portugal na OTAN.



«O nosso país — dizia — tem a obrigação de sublinhar junto dos seus parceiros da OTAN a progressiva crescente importância do flanco Sul da Área Ibero-Atlântica.»

«É nesse quadro e no da progressiva aceitação, a nível internacional da importância estratégica do triângulo Açores-Continente-Madeira que devemos fazer assentar as nossas preocupações políticas em termos de acção no interior da própria Aliança Atlântica — disse este ano na primeira grande entrevista a um semanário, depois de ter sido empossado do cargo de ministro da Defesa.

«Esta posição de Adelino Amaro da Costa decorria da sua interpretação da Constituição no que toca à referência a blocos militares.

Ao contrário de outras interpretações segundo as quais se deveriam realizar esforços no sentido do esvaziamento dos actuais blocos militares — OTAN e Pacto de Varsóvia — Amaro da Costa apontava para que o segundo deveria ser considerado como «ameaça principal» sobre Portugal.

Relativamente ao desanuviamento, considerava que este se deveria basear na discussão.

«Não há desanuviamento possível se o bloco da Aliança Atlântica tomar

unilateralmente, por inadvertência ou por intenção objectiva, medidas que constituam o enfraquecimento significativo da sua capacidade defensiva», afirmou na citada entrevista.

«Daí — prosseguiu — que não se possa falar senão poeticamente de desanuviamento sem falar ao mesmo tempo de dissuasão e, portanto, de equilíbrio de forças. O desanuviamento possível é que se pode alcançar através de gestos como os que se traduziram na assinatura da acta final de Helsinquia ou nas conferências de desarmamento. Mas, nesta matéria, é preciso não se tomar apenas a letra dos tratados mas a forma como os mesmos são executados».

Amaro da Costa considerava existirem «sérias razões para por em causa a sinceridade com que os países do Pacto de Varsóvia assinaram a acta final de Helsinquia e a interpretação que lhe querem dar».

Neste contexto, condenou energicamente o envio de tropas soviéticas para o Afeganistão, aproveitando a circunstância para sublinhar a necessidade de, no campo interno, se proceder ao reforço da modernização das Forças Armadas Portuguesas e, em geral do dispositivo da Defesa Nacional.

ANTÓNIO PATRÍCIO GOUVEIA

O mais directo colaborador do PM

ANOP

António Patrício Gouveia, Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, que morreu ontem no acidente em que este pereceu, era de há longa data um dos mais próximos colaboradores do Chefe de Governo.

Formado em Economia pelo ISCEF e mestrado em política internacional pela John's Hopkins University, de Washington, foi adjunto de Francisco Sá Carneiro no Primeiro Governo Provisório constituído após o 25 de Abril.

Depois da queda desse efémero Executivo, Patrício Gouveia manteve uma próxima colaboração com o presidente do PSD, exercendo as funções de

seu adjunto e de assessor para as questões internacionais.

Foi membro da Comissão de Relações Internacionais do PSD e fazia parte da Comissão Nacional do mesmo partido.

António Patrício Gouveia fez parte dos primeiros conselhos para a Imprensa e para a ANOP.

A sua amizade com Francisco Sá Carneiro datava dos tempos da «Ala Liberal» e da fundação do semanário «Expresso», de que foi redactor.

António Patrício Gouveia nasceu a 26 de Agosto de 1948, era casado e pai de três filhos.



Snu Abecassis: companheira também na morte

ANOP

Snu Abecassis, falecida quinta-feira no mesmo desastre que vitimou o Primeiro-Ministro Português, era companheira de Sá Carneiro desde 1978.

Conhecida pelo diminutivo familiar de Snu, Ebra Merete Seldenfaden encontrava-se divorciada do economista Alberto Vasco Abecassis, de quem tinha três filhos.

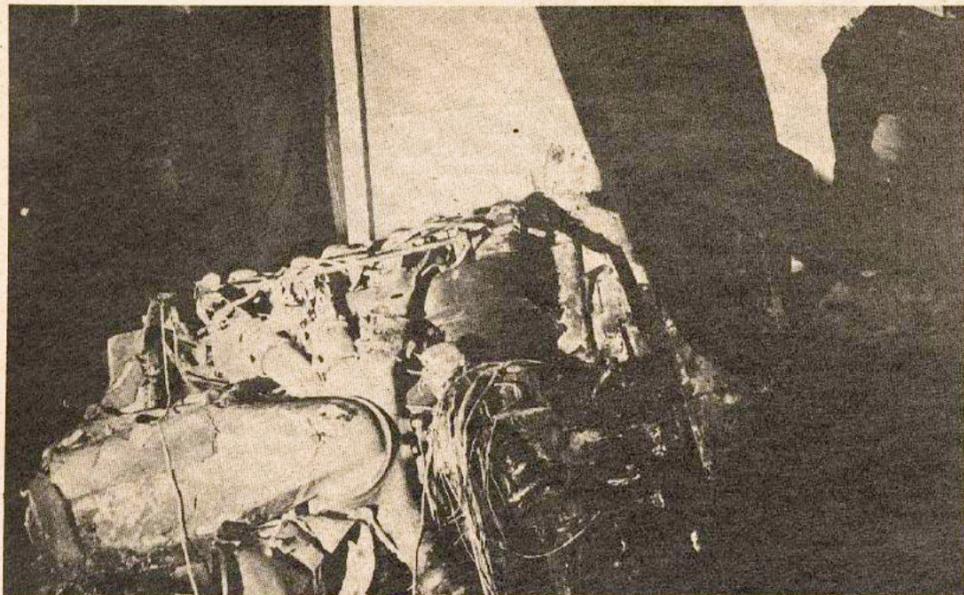
Filha duma rica herdeira sueca de apelido Bonnier e do jornalista dinamarquês Erik Seldenfaden, já falecido, Snu possuía em Lisboa a editora «Publicações D. Quixote».

Os editores Bonnier, parentes próximos de Snu, são proprietários de importantes jornais de Estocolmo e de uma editora.



vida nacional

A tragédia que enlutou o País



Um pedaço da carlinga do pequeno aparelho, foi outro dos destroços que se desagregou, após o embate com um dos prédios, e tombou igualmente na rua



Na rua estreita, depois de «carambolar» nos telhados a ambos os lados da via, um dos motores, calcinado, repousa no pavimento

Causas do acidente continuam por apurar

Jorge Nuno Oliveira

Francisco Sá Carneiro, Primeiro-Ministro de Portugal, está morto. Com ele, morreu também Snu Abecassis, que sempre o acompanhava e lhe dava ânimo e apoio nas duras batalhas políticas em que constantemente se empenhou. Morreram juntos, talvez no cumprimento de uma vontade comum. Adelino Amaro da Costa, ministro da Defesa Nacional, também foi colhido pela morte, brutal, inacreditável, a que um pequeno avião de dois motores os conduziu, um minuto depois de ter levantado voo.

Em 20 horas e 17 de uma noite normal, uma noite de campanha eleitoral, quando um «Cessna 421», de matrícula YV-314-P, que pertenceu ao antigo presidente da Venezuela, Andres Perez, levantou voo do aeroporto da Portela, em direcção ao Porto, onde uma multidão de apoiantes de Soares Carneiro aguardava a presença do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa Nacional, para um comício de apoio à candidatura do general. Um minuto depois, contudo, um prédio do bairro das Fontainhas, perto de Camarate, punha fim à vida de sete pessoas que seguiam no pequeno avião: Sá Carneiro e Snu Abecassis, Amaro da Costa e esposa, Patrício Gouveia, chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro e os dois pilotos, Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa.

Testemunhas oculares dizem ter visto, antes da queda do avião, fogo na cauda do aparelho, que tentaria ganhar altura para regressar à Portela. O facto de o «Cessna» se encontrar em pleno esforço de descolagem, no entanto, impediu qualquer manobra, tendo o avião embatido fragorosamente num prédio de dois andares da rua de S. Francisco. Depois da queda, o aparelho incendiou-se com algum aparato, tendo as asas sido decepadas e atiradas para duas ruas diferentes do bairro das Fontainhas, tristemente celebrizado pelo funesto acidente.

Um habitante de um dos prédios contíguos, que não viu o impacto da queda do avião, disse ouvir um grande estrondo e, depois, ao abeirar-se da janela, viu as chamas, quase com seis metros de altura: no

momento não fazia qualquer ideia do que se estava a passar. Só depois do anúncio público da RTP é que ficou a saber que, naquele monte de destroços calcinados, se encontrava o corpo do Primeiro-Ministro, Sá Carneiro, e do ministro da Defesa Nacional, Amaro da Costa.

Dor

A queda do avião, que embateu num cabo eléctrico aéreo, cortou a luz na rua de S. Francisco, que apresentava um aspecto lúgubre, ontem à noite. Centenas de populares acorreram de imediato ao local, logo que conhecido o infeliz desfecho, para verem com os seus próprios olhos aquilo que, a princípio, parecia uma miragem, um pesadelo difícil, uma notícia inacreditável.

Lá, junto ao prédio assassino, o espectáculo era horrível: um motor e o habitáculo, completamente retorcido, testemunhavam a dura verdade a que muitos milhares de portugueses ainda não se habituaram: um líder político carismático, arrebatador de multidões, um «ente querido» de muitos portugueses, havia perecido brutalmente, em pleno exercício das funções para que havia sido talhado

e para que tinha dado indelével provas de excepcional capacidade. Amaro da Costa, um político brilhante e um tribuno efusivo, também estava entre os destroços. Portugal estava de luto, estava dorido. Populares choravam a morte de dois homens inesquecíveis. O constrangimento era evidente e ninguém tinha palavras. Só a dor lhes perpassava o espírito e os corações.

Corpos queimados

A remoção dos cadáveres dos sinistrados só ocorreu pouco antes da meia-noite, depois da chegada do delegado de saúde da zona. Cerca de cem elementos da Guarda Nacional Republicana e muitos bombeiros e funcionários da Polícia Judiciária tentavam controlar a situação: mas o seu número excessivo dificultou o trabalho daqueles que queriam dar as notícias de que o País estava suspenso. Houve agressões, houve destruição de material de trabalho, houve incompreensão. Mas o jornalista pôde ver corpos queimados, embrulhados em lençóis. Um deles, tapado com a capa de um bombeiro, deixava ver a perna esquerda de um dos cadáveres, completamente

queimada, a oferecer um espectáculo inesquecível de horror e morte.

Só o prédio foi afectado

A população do bairro das Fontainhas não foi afectada pela queda do avião. Apenas o prédio onde o aparelho embateu e outro situado em frente apresentam vestígios do incêndio produzido e três carros foram atingidos pelos destroços. Um deles, um Mini, ficou queimado e os outros dois apenas sofreram amolgadelas. Ninguém ficou ferido, apesar de um casal ter corrido sérios perigos de ser atingido por uma das asas.

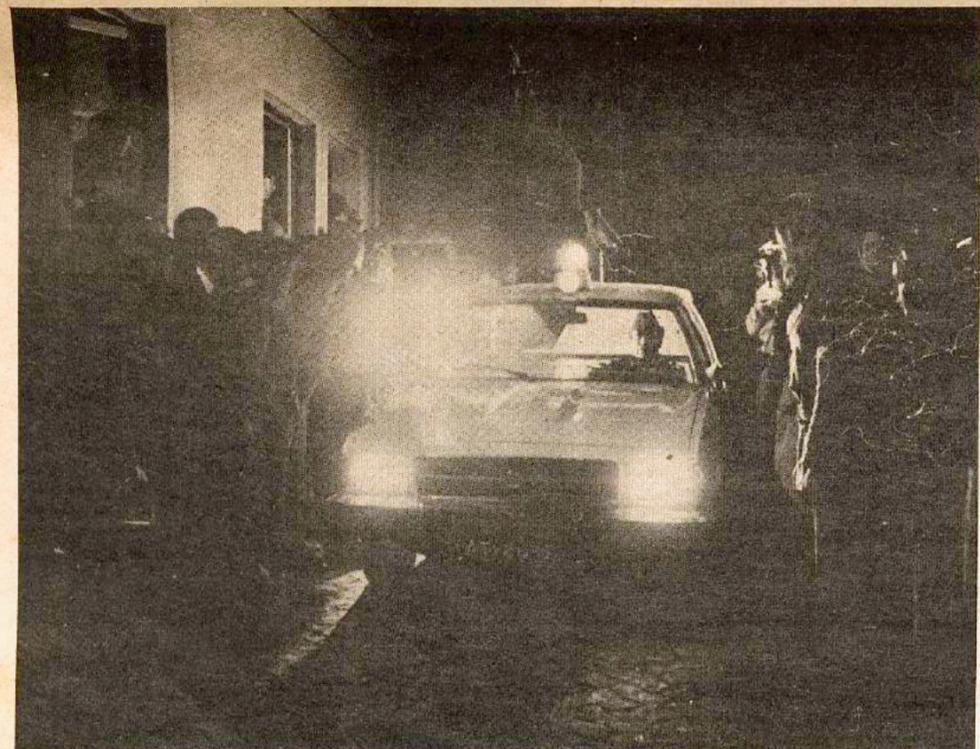
A consternação era geral. Ninguém sabia as causas do acidente, nem tão pouco era isso que interessava. Mas a presença de um grande número de funcionários da Polícia Judiciária pôs a correr a notícia de sabotagem. Ninguém sabe. Mas está já em curso um rigoroso inquérito para saber as causas do acidente.

No entanto, segundo testemunhos nas pistas da Portela, o avião esteve cerca de uma hora a tentar pôr em movimento um dos motores, quando o conseguiu, essas testemunhas presentes no aeroporto garantem ter

ouvido falas nesse motor, mas técnicos habituados a estes aparelhos dizem que, na subida, no caso de avaria de um dos motores, o outro aguenta o impacto da subida.

Logo que foi conhecido o triste acidente, deslocaram-se ao bairro das Fontainhas o Presidente da República, general Ramalho Eanes, o presidente da Assembleia da República, dr. Leonardo Ribeiro de Almeida e o coronel Jaime Neves, além de outras personalidades da vida política nacional, que assim quiseram testemunhar a sua dor pelo desaparecimento de um homem que, não sendo substituível, é imprescindível para o País e para o Governo que chefiava desde 3 de Janeiro deste ano.

Em Lisboa, junto da sede da candidatura do general Soares Carneiro, dezenas de pessoas concentraram-se, rezando e chorando, à espera de saber mais pormenores sobre o trágico acidente. Ouvia-se cantar o Hino Nacional, ouviam-se lamentos, viu-se o desespero e a dor de pessoas profundamente enlutadas. O País chorava e chora a morte de dois políticos essenciais na cena portuguesa.



As ambulâncias, como se vê pela imagem, entraram a custo na acanhada artéria do Bairro das Fontainhas onde o bimotor se despenhou

ONTEM A NOITE

Cenas lamentáveis no Rossio

Luís Godinho

«Em princípio não haverá adiamento das eleições presidenciais», afirmou ontem à noite o general Ramalho Eanes quando se deslocou ao local do acidente que vitimou o Primeiro-Ministro Sá Carneiro.

O actual Presidente da República e candidato presidencial demonstrava grande emoção ao prestar esta declaração, em flagrante contraste com cenas pouco evidentes vividas horas antes no Rossio, onde tudo se preparava para um comício de apoio à sua candidatura.

Na verdade, quando Fialho Gouveia anunciou ao microfone a triste notícia, sectores irromperam com uma salva de palmas, do mesmo modo que quando Nobre da Costa solicitou um minuto de silêncio em sinal de pesar, alguns assobios se fizeram ouvir, numa clara manifestação de uma interpretação de democracia vazia de conteúdo. Cenas lamentáveis foram ali presenciadas. Paus de bandeiras «travestidas» de violas acompanhavam — na imaginação de algumas mentes torpes — canções entoadas aqui e

ali. Árduo caminho há ainda a percorrer até que a vivência democrática e os mais elementares princípios que a ela presidem acompanhem alguns portugueses em todas as situações.

Por trás do vazio de um estrado, homens de ideologias diversas mas unidos por um verdadeiro sentimento democrático não escondiam a sua consternação pelas consequências do brutal acidente.

Soares Louro, Nobre da Costa, Salgado Zenha, Magalhães

Mota e João Botequilha eram alguns dos elementos do «staff» de apoio do general Eanes que, entre atónitos e incrédulos, iam saciando a curiosidade dos representantes de órgãos de informação. Seria mesmo João Botequilha quem comunicaria com o Palácio de Belém através de rádio e traria a notícia de que Ramalho Eanes não se deslocaria ao Rossio.

Quando subiram ao estrado foi preciso que Fialho Gouveia solicitasse várias vezes que não houvesse aplausos. Depois de ter sido solicitado um minuto de silêncio, Nobre da Costa apelou para que os manifestantes dispersassem, no início daquilo que viria a ser a suspensão de toda a actividade por parte dos serviços de candidatura do general Ramalho Eanes.

vida nacional

A tragédia que enlutou o País

EM COMUNICAÇÃO VIA TV

Freitas do Amaral anunciou ao País a instauração de rigoroso inquérito

«Portugueses, num horrível acidente de aviação, morreu, hoje, ao princípio da noite, o Primeiro-Ministro de Portugal, dr. Francisco Sá Carneiro» — foi assim que começou a comunicação ao País do Vice-Primeiro-Ministro, Freitas do Amaral, transmitida, de madrugada, pela Rádio e Televisão.

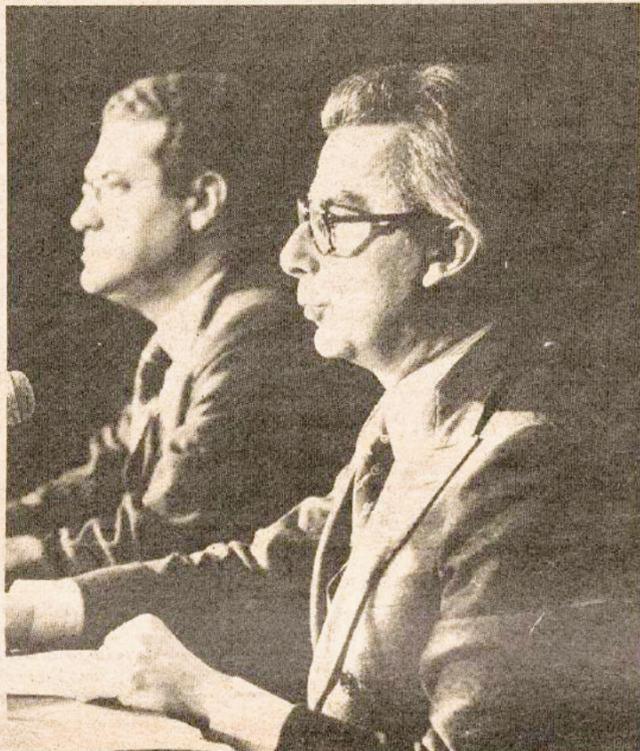
«Ignoramos ainda as causas do acidente, que serão apuradas no mais rigoroso inquérito, a que se procederá de imediato», para acrescentar que «é com a maior consternação e pesar que vos confirmo esta notícia brutal».

Referindo-se a Sá Carneiro como «um grande homem, um grande lutador e um grande estadista», disse: «Foi um grande homem, na coragem com que assumia as suas posições, na simpatia irradiante do seu temperamento, na lucidez invulgar do seu espírito vivo e sagaz.

Foi um grande lutador e sobretudo um lutador pela liberdade, antes e depois do 25 de Abril.

Morreu em pleno combate, no ardor de uma campanha eleitoral que tomou a peito, e ao serviço de uma causa nobre, de um ideal elevado, de uma noção mais pura de democracia, que desejava com toda a sua alma para a nossa pátria.

Foi um grande estadista. Várias vezes me confidenciou que só ao fim de 5 anos se poderia saber se ele tinha sido um estadista, mas todos nós que servimos no Governo da Aliança Democrática, sob a sua direcção, pudemos dar testemunho da real dimensão deste governante, que ao leme do Estado foi sereno, firme e competente, que apreendia e dominava todos os problemas que lhe eram postos com rapidez e argú-



Uma colaboração que se mostrou altamente proveitosa para a consolidação da democracia portuguesa

cia penetrante, que não adia uma única decisão, por mais difícil ou embaraçosa que aparentasse ser, que não receava assumir a responsabilidade total das resoluções tomadas, e que se erguia sempre no plano mais alto dos superiores interesses nacionais, quer na política externa, quer nos meandros da política interna, onde nunca mostrou, como Primeiro-Ministro, a mais leve ponta

de espírito partidário. Não foram necessários os 5 anos. A morte repentina e violenta recorta-lhe hoje um perfil de autêntico estadista, de que os seus inúmeros adeptos e adversários e o País em geral guardarão uma recordação viva e um exemplo cívico de primeira grandeza. A História não o esquecerá.

Sobre Adelino Amaro da Costa, sublinhou:

«Foi um político excepcional, um brilhante parlamentar, um amigo inextinguível. O CDS deve-lhe o máximo que um partido pode dever a um dirigente. E o Governo da AD encontrou nele o primeiro civil a desempenhar o cargo de ministro da Defesa Nacional depois do 25 de Abril, função a que dedicou uma entrega total, e onde preparava com o entusiasmo contagiante, que era timbre da sua personalidade a transição das Forças Armadas para a dependência do poder civil».

E a concluir: «Os homens passam, mas o exemplo fica, e os ideais por que lutaram e deram a vida, esses não morrem. Continuemos pois. Peço a todos a maior calma e serenidade. Repito. Peço a todos a maior calma e serenidade. Sejam dignos em tudo de quem, para além da morte espera de nós, neste momento tão difícil, uma coragem exemplar».

Eanes apela à "solidariedade nacional"

«Fomos, há poucas horas, chocados com a notícia da perda de homens que dedicaram toda a sua vontade, toda a sua capacidade, toda a sua determinação à defesa de Portugal e dos interesses dos portugueses», disse o Presidente da República, ontem à noite, quando lia uma comunicação ao País, que foi transmitida pela Televisão e Rádio.

Eis alguns dos mais significativos excertos da referida comunicação: «A todos os portugueses, qualquer que seja a sua filiação partidária e a sua ideologia óptica, dirijo o apelo, neste momento de profundo pesar e de gravidade, para que se esqueçam divergências e se afirmem, responsável e serenamente, o respeito de que todos somos devedores perante aqueles que colocaram, acima de tudo, a missão de orientar a nossa vida política.

Os homens que morreram neste acidente merecem que os saibamos honrar com a reflexão e a dignidade que a democracia exige e que a consciência fraternal dos portugueses sempre tem manifestado em todos os momentos graves da vida nacional.

As instituições democráticas continuam em pleno funcionamento.

A continuidade do Estado

democrático está assegurada a todos os níveis.

Apesar de a estrutura constitucional do Governo se basear no Primeiro-Ministro, a estabilidade das instituições do Estado democrático exige que o Governo se mantenha em funções, neste momento grave, assegurando a continuidade do normal funcionamento da vida do País, sob a presidência, nos termos constitucionais, do senhor vice-Primeiro-Ministro, prof. Freitas do Amaral.

Nesta situação, decidi terminar todas as minhas actividades públicas de campanha eleitoral para assegurar a minha contribuição permanente, no âmbito das minhas funções específicas, como Presidente da República.

Espero de todos os portugueses e de todos os responsáveis políticos a serenidade, a lucidez, o patriotismo e a dignidade exigidas pela nossa solidariedade nacional».

CONSELHO DE MINISTROS DECIDIU:

Luto nacional até aos funerais que decorrerão na terça-feira

«O Conselho aprovou um decreto-lei que decreta luto nacional desde hoje, dia 4, até ao dia dos funerais» — revelou o dr. Ribeiro e Castro, secretário de Estado adjunto do vice-Primeiro-Ministro, ao ler o comunicado aprovado na reunião do Conselho de Ministros. Eram 3 e 45 da madrugada de hoje quando o referido comunicado foi lido na sala da imprensa da «residência oficial», pondo termo à espera que representantes da Informação haviam iniciado na noite de ontem.

O comunicado, na íntegra:
«O Conselho de Ministros, reunido extraordinariamente na noite de 4 de Dezembro, manifestou o seu mais profundo pesar pela morte do senhor Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro e do sr. ministro da Defesa Nacional, eng. Adelino Amaro da Costa, bem como das restantes vítimas do acidente. O Conselho encarregou o vice-Primeiro-Ministro de exprimir, através da Televisão e da Rádio, os seus sentimentos sobre o trágico acidente. O Conselho aprovou um decreto-lei que decreta luto nacional desde hoje, dia 4, até ao dia dos funerais. O Governo designou os ministros da Justiça e dos Transportes e Comunicações para acompanharem os trabalhos da comissão de inquérito às causas do acidente, a fim de ficar permanentemente ao corrente dessas diligências e seus resultados.»

Acrescentando que «foi este o comunicado aprovado na reunião do Conselho de Ministros», Ribeiro e Castro tornou-se imediatamente alvo de uma série de interrogações lançadas pelos jornalistas. Também na íntegra, as perguntas e as respostas:
— Em que data é que vão ter lugar os funerais?
— Provavelmente, na próxima terça-feira.
— O dr. Sá Carneiro era considerado uma figura carismática dentro

do Governo e da própria Aliança Democrática. Quem o vai substituir, interinamente e de futuro?
— O Primeiro-Ministro em exercício é o vice-Primeiro-Ministro, dr. Diogo Freitas do Amaral. Há várias diligências e reuniões em curso, de carácter político, de âmbito partidário, etc., para preencher o vazio profundo que deixaram, quer o dr. Francisco Sá Carneiro, quer o eng. Amaro da Costa e, portanto, para que tudo continue na normalidade democrática.
— O Conselho de Ministros pronunciou-se sobre a eventualidade do adiamento das eleições?
— Não. As deliberações do Conselho de Ministros são as que constam do comunicado.
— Esse tão-pouco foi discutido hoje?
— As deliberações do Conselho de Ministros são as que constam do comunicado.
— O luto nacional será a que nível...?
— É o âmbito normal do luto nacional.
— Em princípio, as eleições presidenciais vão verificar-se no dia apressado?
— O Conselho de Ministros não se pronunciou sobre essa matéria — que aliás, como sabe, não é da competência do Governo.
— Fala-se na realização amanhã, em Lisboa, de uma manifestação si-

lenciosa de pesar pela morte do dr. Sá Carneiro...
— O Conselho de Ministros não tomou conhecimento disso.
— Para a marcação do funeral do dr. Sá Carneiro, estão à espera do regresso a Lisboa do irmão dele?
— Como é evidente as pessoas têm família e a organização dos funerais tem de se fazer de acordo com ela, respeitando as suas disposições...
— Portanto estão à espera da vinda do irmão...?
— Exactamente.
— Não sei se participaram na reunião mas de qualquer maneira estiveram na reunião, parece, o dr. Rui Oliveira, Sá Machado, Oliveira Dias e parece-me que também...
— Compareceram aqui, de facto, como outras pessoas, manifestando o seu pesar...
— Mas estiveram presentes também na reunião?
— Não, não estiveram. Apenas reuniram os membros habituais do Conselho de Ministros.
Foi tudo. De referir ainda, como nota de reportagem, que, após a sua deslocação ao Lumiar e a Belém, Freitas do Amaral regressou à reunião do Conselho de Ministros à meia-noite e quarenta e cinco minutos. Visivelmente alterado, o líder centrista frustrou as tentativas de abordagem dos jornalistas, dirigindo-se rapidamente para o interior do edifício.
Madeira e Açores
O Executivo açoriano determinou de madrugada, a observância de três dias de luto em toda a região.
Por sua vez, o Governo regional da Madeira decretou também luto na re-

gião autónoma por cinco dias.
Por outro lado, Mota Amaral declarou, à noite, que a morte trágica de Sá Carneiro «determina o fim da campanha eleitoral» e a realização das eleições na data prevista.
Para Mota Amaral, a importância do acto eleitoral do próximo dia 7 «fica agora ainda reforçada», estando certo que os açorianos darão «prova inegável do seu alto civismo, votando em massa, com ordem e paz».
«Há alturas em que é preciso calar a dor que nos trespassa o coração, para enfrentar com coragem as situações da vida», disse o presidente do Governo regional dos Açores, numa comunicação, através da Rádio e Televisão.
Referindo-se a Sá Carneiro, Mota Amaral realçou o seu interesse pelo processo da criação e da consolidação da autonomia democrática, acrescentando que «em diversas e difíceis ocasiões soube estar sempre do nosso lado».
«Mas se Sá Carneiro morreu — afirmou — a sua mensagem, a luta que lhe animava uma vida dolorosa, pela liberdade e pela democracia plena, pela democracia civil, pela reforma pacífica da sociedade portuguesa continua. Não podemos deixar cair o testemunho».
Por sua vez, o presidente do Governo regional da Madeira apelou à população madeirense para que, «na dor e no luto que envolve o País» não se deixe «envolver por qualquer espécie de pânico».

NÚCLEO DE SOCIO-PROFISSIONAIS DO PSD DE COIMBRA

COMUNICADO

Ao tomar conhecimento da morte, em consequência do inopinado acidente de avião em que seguiam o dr. Francisco Sá Carneiro, presidente do PSD, o eng. Amaro da Costa, vice-presidente do CDS, dr. António Patrício, Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, e respectivas esposas, bem como os dois devotados pilotos que tripulavam o aparelho sinistrado, comunicamos e endereçamos:

- Às famílias enlutadas o nosso mais profundo pesar pela sentida dor que, por tão rude golpe, estão a experimentar.
- Apelam à serenidade de todos os trabalhadores sociais-democratas, para que se mantenham unidos na concretização do projecto colectivo de sociedade porque todos os sinistrados, sem excepção, lutavam quando do trágico acidente.

Subscreve o Núcleo de Socio-Profissionais do PSD de Coimbra

vida nacional

A tragédia que enlutou o País

SOARES CARNEIRO A MULTIDÃO:

"A verdadeira homenagem fá-la-emos no acto eleitoral de domingo"

«A homenagem derradeira, a verdadeira homenagem ao dr. Sá Carneiro fá-la-emos nós todos, portugueses, no próximo acto eleitoral de domingo.» Em voz sentida, o candidato presidencial Soares Carneiro falou cerca da meia-noite à multidão que se concentrava em frente do edifício da sua candidatura, na Avenida da República. A essa hora, no interior da sede, o ambiente era ainda de estupefacção e dor. Soares Carneiro

reunira-se com o seu Conselho Político e, daí, seguiu para a sede do PSD, onde se encontrou com a Coordenadora da Aliança Democrática. O ambiente que esta noite se viveu na sede dos serviços de candidatura de Soares Carneiro terá sido análogo a muitos outros, após a notícia da tragédia: primeiro, a incredulidade, depois, a emoção. Cá fora, começa a juntar-se gente, chegam os automóveis, procura saber-se coisas.

Há pessoas que sobem e descem as escadas, sem rumo certo, outras que, simplesmente, choram. Os telefones retinem a todo o momento. Um cordão de jovens contém imediatamente as centenas de pessoas que se comprimem no passeio frente à entrada, libertando o acesso a esta. Soares Carneiro, surpreendido em Setúbal pela notícia do acidente que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa, chega cerca das 23 horas,

tendo antes passado por S. Bento onde se reunia o Conselho de Ministros. Entretanto, a Direcção de Campanha emitira um primeiro comunicado, anunciando o cancelamento de todas as actividades previstas para hoje. «Neste momento de profunda tristeza e emoção, torna-se necessário que todos saibamos manter a serenidade e a confiança em valores de liberdade e democracia por forma a honrar a memória de

quem tanto fez para os afirmar em Portugal», diz o comunicado.

Os jornalistas chegavam, entretanto, em grande número, desde que a rádio e a TV soltaram as primeiras notícias. Soares Carneiro, exceptuando uma curta declaração à chegada, só prestaria declarações após a reunião que logo manteve, durante cerca de meia hora, com membros do seu Conselho Político, Manuel de Lucena, Sousa Tavares e Cunha Rego) para exprimir a grande perda que constitui, para si e para o País, a morte de Sá Carneiro. E afirmou que não irá ser afectada a «coesão da candidatura em relação à Aliança Democrática».

Em seguida, o candidato dirigiu-se às muitas centenas de pessoas que, cá fora, esperavam, proferindo um curto improviso a que nos referimos noutra local.

Soares Carneiro pediu, por fim, um minuto de silêncio, após o que afirmou: «A vida vai continuar e nós, nós todos, vamos continuar Portugal.» Um «Padre Nosso» fúnebre seria depois recitado em coro pela multidão.

Pouco depois partia para a sede do PSD, na Rua de Buenos Aires, onde se reuniria com a cúpula da AD.



José Pedro Barreto

Dentro da sede, prosseguiram as conversas, a azáfama, o olhar pregado nos televisores. Cá fora, onde um aparelho de TV foi colocado para que da rua se pudesse seguir o noticiário que corria pela noite dentro, o espanto, a indignação, os boatos e, sobretudo, a tristeza sulcavam a massa humana que, pouco a pouco, foi rareando. Altas horas da noite, dentro e fora do edifício, as lágrimas corriam ainda em muitos olhos.

CONCURSO PSICO ALFABÉTICO

agora já pode dizer que o seu NATAL também vai ser um SUCESSO!!!

...porque a partir de hoje o jornal **A TARDE** e o magazine vão proporcionar-lhe centenas de valiosos "títulos de Compras" nos melhores estabelecimentos do país!

Participe já no nosso concurso **publPSICO** alfabético e comece a enviar-nos os seus palpites da "palavra Mistério" que é composta por 5 letras, colando num postal modelo CTT um BÓNUS de 20 pontos, que pode obter em qualquer estabelecimento recomendado pelo magazine **top TUR** e as 5 etiquetas publicitárias que deverá recortar diariamente deste jornal, formando com a letra contida em cada uma dessas etiquetas a palavra que supõe ser a que seleccionámos.

- entretanto procure decifrá-la descobrindo a sua composição através do número de letras comuns à da "palavra Mistério" contidas nas palavras que publicamos
- AZEDO — tem 2 letras da palavra Mistério
- SAMBA — tem 2 letras da palavra Mistério
- XEQUE — tem 2 letras da palavra Mistério
- FINJA — tem 1 letra da palavra Mistério
- GRUTA — tem 2 letras da palavra Mistério
- VELHA — tem 3 letras da palavra Mistério

No dia 22 de Dezembro divulgaremos a "palavra Mistério" por isso só serão considerados os postais carimbados pelos CTT com a data até 19 de Dezembro.

Na eventualidade de não ter conseguido obter nenhuma senha de 20 pontos, recorte da capa do Magazine a palavra **TopTur** e cole em substituição da senha

ATENÇÃO! SENHOR COMERCIANTE...

Se considera que o seu estabelecimento reúne condições para ser o mais recomendado na sua zona dentro do ramo da sua actividade peça-nos imediatamente uma proposta de inscrição gratuita para:

Gabinete Ibérico de Apoio ao Consumidor Av. do Brasil, 33-2.º Esq. 1700 LISBOA
Tel 76 09 59 - 76 47 59

Peça-nos um magazine **TOP TUR** e receberá um Bónus de consumo para o concurso

Faça uma assinatura do magazine **TOP TUR** e recebe 5 Bónus de consumo para o concurso.

Nunca esqueça de colar um bónus de 20 pontos

BILHETE POSTAL

REMETENTE: JOSÉ ALVES, RUA RODRIGO REIS Nº-1, 1000 LISBOA

ENDEREÇO: JORNAL A TARDE, CONCURSO PSICO ALFABÉTICO, RUA DE SANTA CATARINA, 2, 1200 LISBOA

VERSOS DO POSTAL

Cole as etiquetas de modo a formar uma palavra de 5 letras

B	E	L	A	S
ITALIAS	BOUTIQUE Chez Castel	CASA QUINTAO	FILMARTE	materna

Utilize as etiquetas publicadas neste jornal

AS NEGOCIAÇÕES DO ACT/CTT

- A Empresa Pública-Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) recebeu da Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações um pré-aviso de greve para os próximos dias 9 e 10 de Dezembro.
- Este intenção de greve reveste-se da maior gravidade, quer pelos inevitáveis reflexos na qualidade do serviço público que a Empresa assegura, quer pelas datas em que se prevê a sua concretização.
- A Empresa assinou, em Julho do corrente ano, um Acordo Salarial que, no essencial, se traduziu em aumentos de:
 - 22%, nos salários;
 - 43%, no subsídio de refeição;
 - 50%, nas diuturnidades;
 o que consubstancia um aumento global da massa salarial de 26%.
- Pretenderiam agora os Sindicatos, decorridos quatro meses sobre aquele Acordo Salarial, no quadro da revisão da PRT em vigor, obter um segundo aumento geral de salários, a pretexto da reestruturação das carreiras profissionais, desvirtuando, assim, o âmbito das negociações em curso.
- Apesar de diversas propostas da Empresa no sentido de acelerar as negociações, estas arrastam-se há mais de treze meses, tendo para isso corrido os pedidos de adiamento por parte dos Sindicatos.
- Nas consultas feitas aos trabalhadores pelos Sindicatos, sobre a intenção de greve, cerca de 80% não se pronunciou; dos restantes, cerca de 40% disseram não à greve. Os Sindicatos publicaram na imprensa um anúncio da greve, antes de terem sido concluídas as consultas aos trabalhadores e antes de ter sido entregue o pré-aviso de greve.
- As soluções apresentadas pela Empresa proporcionam aos trabalhadores benefícios efectivos no quadro da revisão de carreiras 6 em função da reorganização do trabalho e do aumento dos níveis de produtividade, como está previsto na lei — que se traduzem, nomeadamente, em:
 - redução generalizada do número de anos necessários para promoção (o que encurta o tempo do percurso integral das carreiras);
 - alargamento dos níveis de 60 grupos profissionais para promoção de 20 000 trabalhadores);
 - extensão das carreiras de profissionais qualificados, através da criação de níveis superiores (o que interessa a cerca de 9000 trabalhadores).
- A Empresa está certa de que não existe uma verdadeira situação de conflito e de que subsistem as condições objectivas para, a curto prazo, se assinar o Acordo Colectivo de Trabalho.
- A intenção dos Sindicatos de paralisar o serviço de Correios e Telecomunicações não tem qualquer fundamento sério, nem suscitou adesão significativa dos trabalhadores. Poria em causa a qualidade do serviço que se presta, a credibilidade da Empresa e os interesses do País, em especial num período de eleições.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1980
O Concelho de Administração

Presidenciais • Presidenciais • Presidenciais • Presidenciais

A ÚLTIMA INTERVENÇÃO PÚBLICA DE SÁ CARNEIRO

Quem vota quem

AUGUSTO CID

"Há que apoiar Soares Carneiro"

Adulcino Silva

Augusto Cid —cartonista de projecção internacional e humorista muito apreciado pelo público português— deu a conhecer a «A Tarde» as razões da sua opção pelo general Soares Carneiro, na perspectiva das próximas eleições presidenciais.

Eu voto general Soares Carneiro, como não podia deixar de ser. Apesar de ser alguém que me era desconhecido há cerca de seis meses atrás, tenho vindo a seguir com enorme atenção todo o seu programa político, desde que optou por se candidatar, e estou hoje convicto de que estamos perante uma individualidade de invulgares capacidades de estadista concentradas num homem que ama profundamente a sua Pátria e as suas gentes, incapaz de trair os objectivos democráticos porque hoje se bate intransigentemente.

Nestahoratrágicaqueenlutou o País, em circunstâncias que os portugueses exigem conhe-



cer, mais do que nunca há que apoiar o homem em quem Francisco de Sá Carneiro depositou total confiança. A esses homens será transmitida no dia sete (domingo) a confiança que o Povo português, também ele, irá depositar nas umas.

Soares Carneiro será —disso não tenhamos dúvidas— o garante do projecto democrático que sempre animou Sá Carneiro.

Optimismo e confiança na vitória de Soares Carneiro

Jorge Nuno Oliveira

Francisco Sá Carneiro fez ontem à tarde, em Lisboa, a sua última intervenção política pública, numa conferência de imprensa promovida no hotel Altis pelo general Soares Carneiro. Com eles, também Freitas do Amaral falou aos jornalistas, transmitindo o apoio indelével ao candidato apoiado pela Aliança Democrática. Muito bem disposto, cavaqueando numa pequena roda de jornalistas, Sá Carneiro, a fumar um cigarro, falava das perspectivas do próximo acto eleitoral e fazia projectos de futuro, optimistas. Sá Carneiro estava confiante na vitória do seu candidato presidencial. Sá Carneiro estava confiante no seu Governo, no futuro de Portugal.

«Temos notado, ao longo da campanha eleitoral do general Soares Carneiro, a exuberância das bases da Aliança Democrática no apoio à eleição do candidato por nós apoiado. Existe entre Soares Carneiro e a AD uma total identificação de projectos e intenções e podemos constatar a existência de uma solidariedade total de forças políticas independentes e da Aliança Democrática face a Soares Carneiro».



A última imagem de Sá Carneiro: ao lado de Soares Carneiro e de Freitas do Amaral, uma equipa que, na opinião do malgrado Primeiro-Ministro, caminhava decididamente para a vitória nas eleições de depois de amanhã. Uma vitória que, a concretizar-se, Sá Carneiro não pode partilhar

DURANTE O DIA DE ONTEM

Eanes nos arredores de Lisboa e conferência de Imprensa

Luís Godinho

Naquilo que os últimos acontecimentos acabaram por transformar no derradeiro dia de campanha eleitoral do general Ramalho Eanes, este candidato deslocou-se ontem às zonas limítrofes da capital.

Assim, logo de manhã Ramalho Eanes esteve em Loures, Malveira, Mafra, Sobreiro, Ericeira e Sintra, após o que regressou a Lisboa para almoçar.

Pelos diversos locais por onde ia passando, Eanes ia recolhendo testemunhos de simpatia e apoio, por vezes menos expressivos que o habitual, dado deslocar-se em zonas onde uma grande percentagem da população desenvolve a sua actividade profissional em Lisboa.

Contudo, as atenções dos homens da informação viraram-se, ao fim da

manhã para uma conferência de imprensa promovida pela Comissão Política da Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes (CNARPE), interpretada como resposta a uma outra levada a cabo pelos líderes da Aliança Democrática, numa demarcação clara do apoio que o Partido Comunista publicamente divulgou conceder-lhe.

No texto introdutório lido por Nobre da Costa afirmava-se que «o Presidente Ramalho Eanes nada tem a ver com o Partido Comunista e nunca foi ou será condicionado nas suas

posições políticas por aquilo que o Partido Comunista pretender».

Sobre a propalada afirmação de que a reeleição de Eanes significaria a impossibilidade de a Aliança Democrática continuar a governar com eficiência, na referida prosa afirmava-se que «se, estando ao mesmo tempo o general Ramalho Eanes na Presidência da República a AD pôde governar durante todo este ano e, repetidamente, se pôr em evidência o que considerou ser o êxito da sua governação, e até ganhou as eleições, porque não haveria de continuar a governar?».

No período de perguntas e respostas, instado a pronunciar-se sobre o significado do apoio do Partido Comunista à candidatura de Eanes, Salgado Zenha respondeu que se tratava apenas de uma antecipação do que com naturalidade viria a acontecer numa (ainda) hipotética segunda volta, dado que nesse caso se afigurava «inverossímil» que os comunistas pudessem votar Soares Carneiro.

Na mesa que presidiu à conferência de imprensa, entre outros, encontravam-se presentes Nobre da Costa, Vítor Constando, Salgado Zenha e Henrique de Barros.

Mas, Ramalho Eanes continuou, durante a tarde a sua deslocação pela chamada «grande Lisboa», depois de ter passado pela cidade de Setúbal, Montijo, Moita, Baixa da Banheira, Barreiro, Cova da Piedade e Almada foram etapas de uma jornada, entrecortada aqui e ali por passagens e paragens por localidades que, naquela região quase que confinam umas com as outras. Zona de forte implantação da esquerda, Eanes foi viva e efusivamente saudado por onde passava.

Soares Carneiro, por seu lado, disse aos jornalistas que «não temos dúvidas, neste momento, de que caminhamos para a vitória e, dessa forma, para a estabilidade política, para a dignidade das instituições, para o progresso económico e a justiça social. Vamos ganhar, em paz e em liberdade».

Soares Carneiro, ladeado por Sá Carneiro e Freitas do Amaral, focou na sua intervenção, lida a partir de um texto manuscrito, dois aspectos centrais da sua campanha: «a campanha que realizámos com o apoio da Aliança Democrática constituiu um êxito e um serviço ao regime democrático. Com serenidade mas com firmeza, apresentámos um projecto nacional e recebemos dos portugueses admiráveis provas de compreensão e solidariedade».

«O segundo aspecto a realçar é o da clarificação da vida política nacional», acrescentou Soares Carneiro. «Se, até há poucos dias, defrontava a ambiguidade de outras candidaturas, hoje defronto, principalmente, um candidato, o senhor Ramalho Eanes, que recebeu o apoio do Partido Comunista.»

Sobre as implicações deste apoio, o candidato presidencial apoiado pela AD disse que «a questão da presença ou ausência dos comunistas na área do poder é uma questão decisiva para o vigor e a solidez do nosso regime democrático.»

Revisão constitucional e alternância de poder

Soares Carneiro sublinhou ainda dois outros aspectos de grande importância na sua campanha eleitoral: a revisão constitucional e a garantia da alternância do poder.

«Quanto à revisão constitucional, disse, um Presidente da República não tem intervenção activa na sua elaboração, pois esta é da competência dos deputados. Mas entendo que, para obter o necessário entendimento entre a maioria parlamentar e a oposição democrática, isto é, en-

tre os partidos da Aliança Democrática e o Partido Socialista, o Presidente da República deve enviar todos os esforços para congruar estas forças partidárias.

«Se acaso tal entendimento, apesar de tudo, se não verificar e se estabelecer uma situação de impasse que bloqueie a necessária revisão, o recurso ao referendo será legítimo e patriótico».

«Quanto à possibilidade de alternância de poder, tenho repetidas vezes afirmado ao longo da minha campanha que nenhuma lei poderá pôr em causa esta regra de ouro da democracia. Para tal, tudo farei para que este princípio seja respeitado».

Inteira e leal solidariedade

Freitas do Amaral exprimiu a sua «inteira e leal solidariedade política com a candidatura do general Soares Carneiro, para o bem ou para o mal, isto é, para a vitória ou para a derrota. No entanto, estamos convictos da vitória, que sentimos estar cada vez mais próxima».

Freitas do Amaral disse ainda que, «depois do apoio do Partido Comunista a Ramalho Eanes, este não fez qualquer demarcação relativamente a esse apoio, ao contrário do que sucedeu com o Partido Socialista, perante o qual o Presidente da República sentiu a necessidade de se demarcar publicamente do seu apoio».

Optimismo incontido

Francisco Sá Carneiro, a quem os jornalistas mais frequentemente se dirigiram, disse que «o Governo da Aliança Democrática governou bem com Eanes, mas isso ficou a dever-se a um grande esforço de ultrapassagem das permanentes obstruções que Ramalho Eanes fez à nossa actividade».

Demonstrando um optimismo incontido, Sá Carneiro repetiu a sua confiança na vitória que, a verificar-se, ajudou a construir com um empenho inexcedível, participando activamente em comícios e sessões públicas de apoio à candidatura do general Soares Carneiro.



CASCAIS: — ESPÓLIO LEILÃO

CONTINUA AMANHÃ ÀS 15.30 HORAS NA MORADIA SITA NA RUA AFONSO SANCHES, 47, ESQUINA ALEXANDRE HERCULANO, A VENDA DOS RESTANTES BENS ENTRE OS QUAIS SE ENCONTRAM:

— camas de bilros com dossel, para casal e D. José e D. Maria corpo e meio, cómodas D. José, armários lacados, escritório de torcidos e tremidos, relógio de caixa alta, sofás e cadeiras de pãlhinha, relógio Império, em cobre dourado a ouro fino, apliques, lustres, mesa de abas, oratório, Santos em madeira policromada, jogo de maples em veludo, cadeiras D. José e D. João V, quadros a óleo, aguarelas, gravuras, pratos, louças, bibelots, carpetes, passadeiras, e muitos outros lotes tais como: fogão de cozinha e outros que estarão patentes ao público no acto do leilão.

A LEILOEIRA, LDA
Av. 5 de Outubro, 23-1.º — Lisboa
Telefs: 54 70 06 - 54 70 36

Presidenciais • Presidenciais • Presidenciais • Presidenciais

LÁGRIMAS E SILENCIO NO COMÍCIO DE SETUBAL

Soares Carneiro apelou à continuidade da luta travada pelo Primeiro-Ministro

«Francisco de Sá Carneiro morreu». Com a voz embargada pela emoção, o general Soares Carneiro anunciou à multidão que encheia a Praça do Bodge, em Setúbal, o brutal desastre que roubou a vida ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Defesa, a Patrício Gouveia e seus acompanhantes. O silêncio abateu-se sobre a praça, que, embora a notícia não constituísse já novidade, parecia ter sido esmagada por um cilindro compressor. Via-se, na comitiva, as lágrimas correrem em muitos olhos, enquanto alguns dos seus integrantes soluçavam. Com firmeza, Soares Carneiro apelou a todos para que a luta do falecido Primeiro-Ministro em defesa da democracia fosse continuada.

Passava das 22 horas, quando o candidato à Presidência da República apoiado pela Aliança Democrática subiu à tribuna erguida na Praça do Bodge para o que seria o último comício da campanha eleitoral. Largos minutos se tinham passado, todos perdendo a consciência do fluir do tempo, desde que a informação, chegada de Lisboa, fora transmitida à comitiva. Preparava-se o general para sair do restaurante onde decorreu um jantar oferecido ao candidato, quando a PSP lhe comunicou o ocorrido no aeroporto da Portela, em Lisboa.

Luis Beirico, coordenador nacional da candidatura, saiu à pressa do restaurante, sendo logo rodeado por alguns acompanhantes. Algo de insólito se constatou que tivesse acontecido: Beirico começou aos socos num dos automóveis estacionados, enquanto alguns braços o agarravam. Viram-se rostos lavados em lágrimas. A notícia espalhou-se como mancha de óleo, sussurrada aos ouvidos. Mas a reacção primeira foi de incredulidade.

O general abandonou o restaurante. «É verdade, está já confirmado», disse alguém. «Não pode ser, não pode ser», era o que quase todos afirmavam. Alguém tentava acalmar outro mais emocionado: «Um comando não chora».

Carlos Macedo e Soares Carneiro encostaram-se a um

automóvel. Não havia palavras, apenas os olhos falavam, os rostos fechados diziam tudo. Por fim — quanto tempo teria passado? — Soares Carneiro declarou, em voz baixa: «VAMOS para o comício». O cortejo dirigiu-se para a Praça do Bodge: a multidão comprimida-se aí, atônita, interrogativa, numa última esperança de que o que a televisão lhes anunciara não tivesse qualquer fundamento.

O general tornou a hesitar. Uma vez mais um diálogo mudo, feito só de olhares se estabeleceu entre Soares Carneiro e Carlos Macedo. Cardoso Ferreira e Rui Pena, deputados pelo distrito, boqueados, afundaram-se no silêncio. Todas as normas de segurança foram violadas: o candidato viu-se rodeado por toda aquela gente que, sem palavras dele esperavam uma indicação. O tempo continuou a transcorrer. Finalmente, Soares Carneiro mandou anunciar aos microfones que se aguardava a chegada de Helena Roseta, devendo o comício iniciar-se dentro de cinco minutos.

«É nosso dever continuar a luta de Sá Carneiro»

Pela primeira vez nesta campanha, quando Soares Carneiro subiu à tribuna não houve ovações. O general aproximou-se do microfone e confirmou os factos. «Sá Carneiro,

um homem corajoso, um político lúcido, morreu lutando pela causa da democracia e da liberdade. É nosso dever continuar a sua luta», disse. O silêncio daquela mole humana foi então rasgado: os gritos de «Sá Carneiro» e «Soares Carneiro» entrecruzaram-se.

Rosado Fernandes, reitor da Universidade Clássica de Lisboa recordou o último encontro com o Primeiro-Ministro havido horas antes, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada em Lisboa, no hotel Altis. A seguir, Soares Carneiro pediu um minuto de silêncio em homenagem à memória dos mortos. «Peço-vos um viva a Sá Carneiro», disse, retribuindo assim o que o falecido Primeiro-Ministro dissera na véspera, em Sintra: «Hoje não é só Sá Carneiro que se deve gritar. Os vivos, devem ser agora para Soares Carneiro que, apoiado pela AD, será o Presidente de Portugal».

Helena Roseta chegara, entretanto. Ausente durante todo o dia de campanha, trazia o rosto congestionado ao entrar na tribuna. Entoava-se já a «Portuguesa», o último preito aos mortos — cantada em voz cava, quase em surdina.

O candidato e a sua comitiva rumavam a Lisboa, dirigindo-se a S. Bento, onde o Conselho de Ministros estava reunido. Quase simultaneamente, chegavam Pinto Balsemão, vindo do Porto, e Viana Baptista. Morais Leitão, que recebeu o general, não escondia a perplexidade e a consternação que a todos amachuçava. A reunião do candidato com os membros do Governo foi breve: a grande velocidade, o cortejo partiu para a sede da candidatura, em frente da qual se concentrava uma multidão ávida de qualquer notícia, ninguém sabia qual, importava apenas ver, ouvir,

manifestar a dor profunda que nesta madrugada tocou a maioria dos portugueses.

«Grândola um símbolo a preservar»

A Jornada eleitoral de Soares Carneiro começara com bons auspícios: logo pela manhã, na Costa da Caparica, com visita ao mercado, e uma pequena alocução. Depois, em Almada, um comício em plena rua, entusiasticamente saudado pelos seus apoiantes e incidentes, que chegaram a casos de agressão, com um pequeno grupo de perturbadores que, de punho erquido, gritava «Eanes, Eanes».

Ainda na parte da manhã, Soares Carneiro participou em comícios em Sesimbra e Azeitão, visitou uma empresa vinícola, terminando esta parte do dia de campanha com um almoço-conívio em Palmela, findo o qual se deslocou a Lisboa para uma conferência de imprensa. Antes, porém, teve uma reunião de trabalho com Sá Carneiro e Freitas do Amaral. No hotel Altis, o Primeiro-Ministro e o candidato da Aliança Democrática tiveram aí o seu último encontro.

Cerca das 19 horas, Soares Carneiro chegou a Grândola — mais um mini-comício perante mais de mil pessoas: «Grândola foi símbolo da democracia que queremos e que alguns quiseram deturpar. Grândola é um símbolo que devemos preservar», disse o candidato. No caminho paea Setúbal, outro comício em Alcácer do Sal. A campanha acabou praticamente aí. A notícia da morte de Sá Carneiro e Amaro da Costa fez descer dramaticamente o pano sobre uma disputa eleitoral onde o destino da democracia portuguesa se colocou frontalmente em causa.

A política externa de Soares Carneiro

(Continuação de pág. 5)

tância de fidelidade à NATO não podem anular — que surpresa poderão causar as afirmações do Primeiro-Ministro presidencialista Maria de Lurdes Pintasilgo, a respeito da invasão do Afeganistão pelas forças armadas soviéticas, de tal maneira espantosas que não resisto à tentação de as transcreever literalmente: «Pergunta: Será conciliável, à luz do Acto de Helsinquia, a intervenção soviética no Afeganistão?»

M.L. Pintasilgo: Pois aí está. E o outro lado da questão. Por informações que obtive directamente em contacto com o Embaixador da União Soviética, o Governo da URSS garante ao Governo Português que retirará as tropas que actualmente tenha no Afeganistão. E nesse sentido parece que se realizam em parte os objectivos e compromissos do Acto Final de Helsinquia» (sic) (2)

A posição do Primeiro-Ministro de confiança presidencial, recusando-se a condenar o mais grave atentado ao direito internacional cometido desde a invasão da Polónia pelas tropas da Alemanha nazi em 1939, integra-se perfeitamente no neutralismo terceiro-mundista que foi, na realidade, embora por vezes de forma encapotada, a linha dominante da política externa do Presidente Ramalho Eanes.

A redefinição da política externa

O Governo da Aliança Democrática, com Freitas do Amaral como ministro dos Negócios Estrangeiros, logo que tomou posse no início de 1980 foi, por isso, obrigado a uma imediata e enérgica redefinição da nossa política externa relativamente à União Soviética.

Para exprimir de forma inequívoca quanto a invasão do Afeganistão tinha chocado a consciência nacional, Freitas do Amaral chamou imediatamente o nosso Embaixador em Moscovo; e outras medidas se seguiriam, com o mesmo significado: a denúncia do acordo cultural com a União Soviética, que estava funcionando abusivamente como instrumento de intromissão nos assuntos internos de Portugal, a expulsão de três diplomatas soviéticos que interferiram também nos assuntos internos portugueses; recusa de vistos a certos cidadãos soviéticos pelas mesmas razões, etc.

Correspondendo, sem um momento de hesitação a um pedido dos Estados Unidos, Portugal foi o primeiro — e um dos raros — países europeus a decretar o boicote ao Irão como sanção pela retenção dos reféns americanos. E perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Francisco Sá Carneiro, em Abril de 1980 reafirmava a solidariedade de Portugal ao nosso aliado de além-Atlântico declarando que «em momentos destes os Estados Unidos não devem ser objecto de nossas críticas, mas sim de nossa compreensão e nossa solidariedade».

A finlandização da Europa

Esta aproximação aos Estados Unidos deve ser apreciada no actual contexto internacional, profundamente deteriorado em consequência da invasão do Afeganistão pela União Soviética, em relação à qual as grandes potências ocidentais embora, sob a tónica geral da condenação de princípio, tomaram dois tipos de atitudes: enquanto o Governo dos Estados Unidos, apesar das permanentes indecisões do Presidente Carter, reagiu com firmeza, embarcando a venda de cereais e de tecnologia à União Soviética e boicotando os Jogos Olímpicos de Moscovo, os países que lideram a Europa

adoptaram uma atitude muito mais branda, quase conciliatória: Helmut Schmidt condicionado pela posição geo-política da Alemanha Ocidental e de Berlim a prosseguir a Ostpolitik, manteve e continuará a manter a sua política de diálogo e acomodação à União Soviética; e Giscard d'Estaing chegou ao ponto de, sem dar conhecimento aos Estados Unidos, se encontrar com Brejnev em Varsóvia, pouco tempo depois da agressão ao Afeganistão, oferecendo assim de mão beijada ao Kremlin uma importante vitória diplomática, que não conduziu a qualquer resultado prático, porquanto os blindados soviéticos continuaram a ocupar este martirizado país e a metralhar as suas populações.

A verdade é que na Europa — com a única excepção da Inglaterra de Margaret Thatcher — sopram os ventos da transigência e da acomodação perante o expansionismo soviético, como sempre tem acontecido após cada agressão amada da URSS. Tendência esta que é confirmada pela recente recusa da maioria dos membros da NATO em concretizarem o compromisso assumido de aumentarem de 3%, pelo menos, os seus orçamentos militares, como sacrifício mínimo que lhes é pedido, para assegurarem a sua defesa perante a evidente superioridade bélica da URSS, cujo orçamento militar não tem deixado de crescer, desde há 15 anos, à razão de 5% ao ano.

Se não houver uma autêntica tomada de consciência europeia para os tempos perigosos que se aviznam, acompanhada da decisão de aceitar os sacrifícios inerentes à decisão de resistir à finlandização em curso, o dia chegará em que, na melhor das hipóteses sem dar um tiro, através da ameaça e da chantagem da sua superioridade militar, e por acção das suas quintas colunas — os partidos comunistas nacionais — a União Soviética acabará por exercer a sua hegemonia no continente europeu, tal como o faz a Finlândia.

A política externa da Administração Reagan

A nova Administração Reagan será influenciada pelo pensamento de dois homens que sabem como lidar com a União Soviética: Henry Kissinger e Richard Nixon. Sintetizando como penetrante lucidez a única atitude que poderá travar o expansionismo soviético, escreveu recentemente o antigo Presidente dos Estados Unidos: «QUANDO O Kremlin calcula que tem mais a ganhar do que a perder com um acto de agressão, de subversão ou de intimidação, desencadeia essa acção. Quando a balança do poder se inclina a favor da URSS, o cálculo de ganhos e perdas do Kremlin oscila ao mesmo tempo. Cada vez que o Ocidente parece fraco ou irresoluto, o custo eventual da agressão soviética aumenta. Cada vez que o Ocidente se mostra pronto a resistir eficazmente, o preço sobre o negócio não se faz». (3)

Esta resostência à progressão soviética através do mundo será a determinante prioritária da política externa da futura administração norte-americana.

O Governo da Aliança Democrática já demonstrou que — em contraste com as posições assumidas em política externa pelo Presidente Ramalho Eanes e pelo governo presidencialista de Maria de Lurdes Pintasilgo — adere inequivocamente a este projecto de resistência ao expansionismo soviético.

Esta firme orientação da nossa política actual só poderá prosseguir com um Presidente da República insuspeito de neutralismo ou de soviétismo e solidário com o programa de política externa da Aliança Democrática, ou seja, com o general Soares Carneiro, e nunca com o candidato do PC, general Ramalho Eanes.

(1) «O Jornal», de 21-X-1980.

(2) «Diário de Notícias», de 3-1-1980.

(3) «The Real War», pág. 32.

Reacções internacionais não se fizeram esperar

As primeiras reacções internacionais de pesar à morte trágica de Sá Carneiro e de Amaro da Costa chegaram da Organização das Nações Unidas, dos Estados Unidos e da Espanha. Em telegrama enviado ao presidente Ramalho Eanes, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, manifestou o seu «profundo pesar» pela morte do Primeiro-Ministro, do ministro da Defesa e dos restantes membros da comitiva a bordo do aparelho.

O presidente Carter e o secretário de Estado Edmund Muskie enviaram por sua vez mensagens de condolências ao Governo português, tendo um informador oficial manifestado «choque e tristeza» pelo sucedido, que caracterizou como «uma desagradável surpresa», recebida com «estupefacção».

De Madrid, os Reis de Espanha enviaram um telegrama ao presidente Eanes testemunhando o «sentimento do seu profundo pesar, a que se junta o de todo o povo espanhol», e afirmando-se «profundamente impressionados pelo trágico acidente

que encheu de dor a grande Nação portuguesa».

Todos os meios de comunicação social espanhóis dão hoje ao trágico acontecimento grandes espaços de primeira página, como principal notícia, o mesmo sucedendo com as emissoras de Rádio e de TV, enquanto os meios políticos rendiam imediata homenagem ao «admirado estadista», como disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Pedro Perez Llorca.

Pouco depois de ter sido conhecida a notícia, ontem à noite, um representante da chefia do Governo

espanhol lia uma declaração pessoal do primeiro-ministro Adolfo Suárez em que este transmitia as suas «mais profundas e sinceras condolências ao Governo e ao povo irmão de Portugal», ao mesmo tempo que considerava Sá Carneiro «um dos homens que mais lutaram para forjar um Portugal democrático e livre».

Dizia Adolfo Suárez, além disso, que a trágica morte de Sá Carneiro lhe tinha provocado «um dos impactos mais profundos» de toda a sua vida, não só no campo pessoal como também no político. E acrescentava: «As nossas concepções políticas tinham muitas semelhanças e pontos em comum». O primeiro-ministro deverá presidir à delegação que o seu país enviará ao funeral de Sá Carneiro.

O ministro Perez Llorca afirmou aos jornalistas: «Devo expressar neste momento o meu pesar pelo de-

saparecimento de um amigo, de um admirado estadista que consagrou ao seu país toda a sua inteligência e toda a sua força de vontade. Nele tinha o povo português depositado as suas melhores esperanças de desenvolvimento e progresso».

Outros dirigentes espanhóis, de vários quadrantes políticos, manifestaram igualmente o seu pesar e a sua admiração por Sá Carneiro. Na Cidade do Panamá, onde se encontra, o secretário-geral do PSOE, Felipe Gonzalez, sublinhou: «Apesar de nunca me ter identificado com a sua política, devo reconhecer que, dentro de uma concepção democrática, soube conquistar uma maioria popular».

O jornal madrileno conservador «Ya» sublinhou por seu turno que a morte de Sá Carneiro cria «um vazio de consequências imprevisíveis»

vida nacional

A tragédia que enlutou o País

CNARPE apresentou condolências

A CNARPE apresentou de madrugada «sentidas condolências» às famílias de Sá Carneiro e Amaro da Costa, e ao PSD e CDS. A Comissão Nacional de Apoio à Releição do Presidente Eanes decidiu, por outro lado, suspender todas as actividades de propaganda eleitoral.

Num comunicado difundido de madrugada, a Comissão política da CNARPE, reunida de emergência, manifesta «as homenagens que se merecem devidas ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Defesa Nacional».

Por outro lado, o dirigente socialista Salgado Zenha afirmou que as mortes de Sá Carneiro e Amaro da Costa «são uma tragédia para Portugal e a democracia».

Salgado Zenha era um dos oradores do comício de apoio a Ramalho Eanes que deveria realizar-se ontem à noite, no Rossio, em Lisboa.

Em declarações aos jornalistas que se encontravam no local, o dirigente socialista exprimiu os seus pesames às famílias das vítimas bem como aos respectivos partidos.

O comício de apoio a Eanes foi cancelado.

Galvão de Melo lamentou, em Vale de Cambra, a morte do Primeiro-Ministro, e suspendeu as actividades da sua candidatura até receber instruções da Comissão Nacional de Eleições.

«Lamento tanto a morte de um adversário nestas circunstâncias, como lamentaria a morte do meu melhor amigo» — disse Galvão de Melo.

Este candidato afirmou ainda «serem impensáveis os efeitos imediatos que este acontecimento pode ter na vida política portuguesa, nomeadamente nas eleições de 7 de Dezembro».

«Desejo — disse — para bem da política e dos políticos, que este facto não venha a ser explorado de forma negativa com acusações que desde já me seriam muito difíceis de acreditar».

Galvão de Melo disse ainda que «qualquer suspeita ou acusação de acidente provocado não está de acordo com a índole, afinal pacífica e sentimental, do Povo português».

Profunda mágoa de Pires Veloso

O candidato à Presidência da República, Pires Veloso, considerou, entretanto, que «a vida política portuguesa ficou mais pobre ao perder

dramaticamente um seu líder carismático, Francisco Sá Carneiro».

Em comunicado divulgado pelos serviços da sua candidatura, Pires Veloso lembrou «os laços de amizade e respeito que o unia a Sá Carneiro, principalmente desde os duros tempos da luta contra a ameaça totalitária».

O antigo comandante da Região Militar do Norte classificou Sá Carneiro de «democrata de prestígio internacional, que com a sua inteligência e tenacidade marcou imperecivelmente a vida política portuguesa».

Pires Veloso exprimiu a mais profunda mágoa e consternação e apresentou sentidas condolências às famílias das vítimas e às forças partidárias enlutadas.

Por seu lado, Otelo Saraiva de Carvalho considerou imprevisível o tipo de influência que a morte do Primeiro-Ministro irá ter nos resultados eleitorais.

«Do ponto de vista humano, disse, lamento a morte de Sá Carneiro, como lamento a morte de qualquer pessoa».

Do ponto de vista político — acrescentou — penso que a morte do Primeiro-Ministro vai provocar alterações no xadrez político nacional e no seio da própria AD».

DIRIGENTES DA AD REÚNEM COM SOARES CARNEIRO

Exemplo dos falecidos é incentivo para continuar "projecto do futuro"

Da Redacção

«O exemplo dos dirigentes desaparecidos conforta-nos como um incentivo para continuar a Aliança Democrática como projecto do futuro português e toda a obra a que se haviam consagrado como uma missão para além deles próprios», afirma o comunicado final da reunião esta noite realizada entre os representantes das direcções dos três partidos da AD, conjuntamente com o Conselho Político do general Soares Carneiro.

Expressando «a sua dor pelo

trágico desaparecimento de tão altos expoentes do ideal e da acção que a todos nos vem congregando num esforço para mudar Portugal no sentido mais puro das aspirações de liberdade, de democracia e de justiça».

a Aliança Democrática toma o exemplo da vida dos falecidos «como um legado de firmeza, vitalidade e esperança para continuar o caminho que falta percorrer» e apela para «a serenidade, a confiança e a solidariedade» de todos os portugueses.

Noutro comunicado saído desta reunião a Aliança Democrática exige o não adiamento das eleições e anuncia o cancelamento de todas as manifestações de propaganda eleitoral. O comunicado acrescenta que os militantes da AD manifestam «redobrado empenho» na eleição do general Soares Carneiro e reafirma a «total identificação com o Governo da Aliança Democrática». Finalmente, a AD apela ao voto maciço dos portugueses nas próximas eleições.

Comissão Directiva do CDS reuniu de emergência

Da Redacção

A Comissão Directiva do CDS, órgão de que Adelino Amaro da Costa era presidente, reuniu ontem de emergência, na sequência do que fez publicar um comunicado, cujo conteúdo passamos a reproduzir.

«A morte trágica de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa priva Portugal de dois dos seus mais dedicados e esclarecidos cidadãos e governantes e deixa consternados todos os dirigentes, militantes e simpatizantes do CDS.

Francisco Sá Carneiro era o líder da Aliança Democrática e o Primeiro-

Ministro do Governo de Portugal, com o qual se reacenderam todas as esperanças colectivas.

Adelino Amaro da Costa era vice-presidente e fundador do CDS e ministro da Defesa de Portugal, estimado e querido pelas suas qualidades pessoais comumente admirado pelas suas qualidades políticas.

Ambos eram obreiros e apixonados da reconstrução democrática de Portugal e testemunhos vivos do amor à Pátria, à justiça, à liberdade que sempre assumiram como missão acima das suas próprias vidas.

A melhor homenagem de todos neste momento só pode ser a de serenidade, a do respeito comum e a da convicção ainda mais vivida na prossecução dum futuro em paz, democracia e liberdade para Portugal.

Nesta hora de luto, o CDS apela à coragem cívica, à serenidade e à elevação moral de todos os portugueses.

Reunida de emergência a Comissão Directiva do CDS de que Adelino Amaro da Costa era presidente, presta comovida homenagem à memória de todos os que pereceram em tão trágico acidente».

Comissão de Apoio a Otelo apelou à "dignidade necessária"

Jorge Serrão

Foi com palmas que a assistência ao comício de Otelo, ontem, à noite, no Pavilhão dos Desportos recebeu a notícia de que «o sr. Primeiro-Ministro e o sr. ministro da Defesa morreram num acidente».

E isto apesar do elemento da Comissão de Apoio a Otelo, que foi porta-voz da notícia, ter apelado para a «dignidade necessária» e para o facto do «inimigo estar à espera do nosso juízo».

Quando Otelo surgiu, um pouco mais tarde, de rompante, com cravo na lapela, tivemos a impressão pela

maneira como reagiu de que iria intervir, logo ali e fora do programa previsto, sobre o sucedido. No entanto, pudemos observar que, em seguida, o candidato à Presidência da República foi rodeado pelo conjunto da sua comissão de apoio, retirando-se depois do palco, no qual se sucedeu um período de canções.

Uma situação vagamente insólita ocorreria com o regresso de Otelo e do seu discurso: nem uma palavra a propósito do que intensamente se vivia lá fora e que corria de boca em boca entre os próprios participantes do comício.

Com casa meio cheia, Otelo disse que era «o único candidato que pode usar o cravo vermelho na lapela» e «que se pode reivindicar do espírito libertador do 25 de Abril, pelo menos como ele é entendido pelo povo do meus país».

«A hora é difícil: a direita está no Poder» referiu, a dado passo da sua intervenção, para acrescentar que «não podemos parar, não podemos cruzar os braços, quando tudo começa a ser difícil» e que «nós não estamos perdidos», frase que mereceu da assistência o grito «A luta continua».

Morreu um Português

Adulcino Silva

Alta madrugada fui desagradavelmente surpreendido pela triste e dolorosa notícia dada de chofre por esposa amiga: «Morreu o dr. Sá Carneiro.»

Liguei o rádio e infelizmente a má nova confirmava-se.

Há momentos em que as palavras não traduzem o que nos vai na alma mesmo aqueles que, como o autor desta nota, têm na palavra escrita o seu ofício. Tão chocante foi o acontecimento, que estou embaraçado para encontrar a interpretação exacta daquilo que sinto.

Aos poucos fui tomando conhecimento de mais pormenores do acidente. No mesmo acidente de aviação morreram também Adelino

Amaro da Costa, ministro da Defesa Nacional, António Patrício Gouveia, as esposas de Sá Carneiro e Amaro da Costa, e os dois pilotos.

Morreu um combatente, um verdadeiro democrata, um patriota, um Homem, um autêntico português de lei. Morreu Francisco Sá Carneiro. Morreu um amigo.

Político inteligente, dotado de vulgar lucidez de espírito, culto, Sá Carneiro foi arrebatado por um brutal acidente, quando ainda muito dele se esperava em prol do ressurgimento de Portugal.

Em plena campanha eleitoral, Sá Carneiro morreu a combater pela democracia, pelo bem dos portugue-

ses. O seu desaparecimento irá provocar grandes alterações no panorama político nacional e, obviamente, no Partido Social Democrata, de que o extinto era o incontestado líder.

Figura política de prestígio internacional, o Primeiro-Ministro deu tudo de si à Nação. A ela entregou a própria vida. Traçar aqui o perfil do estadista não entendo, já que outros colegas com mais capacidade e mérito o farão. Apenas consigno aqui estas palavras de amigo e admirador de Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, como preito de homenagem à memória daquele que a História há-de consagrar, e as nossas memórias respeitá-lo-ão para sempre.



Consternação no PSD

Pouco depois do conhecimento do acidente que vitimou o presidente do PSD, e por toda a madrugada de hoje, afluíram à sede daquele partido dirigentes e militantes profundamente consternados. Na foto de cima, António Capucho, secretário-geral do PSD, é o símbolo do luto vivido pelos sociais democratas. Em baixo, António Penaguão e militantes sociais-democratas têm estampados nos rostos a comoção e a dor.



A tragédia que enlutou o País

Corpos estão em câmara ardente desde o meio-dia de hoje

• Amanhã às 12 horas: solenes exéquias Teresa Gonçalves

Os corpos do Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, e do ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa, estão desde as 10 horas da manhã, expostos em câmara ardente no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

A partir das 12.00, tem início a rotagem de todos aqueles que querem prestar a última homenagem aos dois governantes ontem falecidos no trágico desastre de avião. Conforme «A Tarde» conseguiu apurar esta manhã, o desfile perante as urnas de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa será organizado em turnos de 15 minutos. Amanhã, das 10.30 às 10.45, os representantes dos órgãos de soberania, incluindo o Presidente da República, prestarão a última homenagem aos dois estadistas.

Pelas 12 horas de sábado, será rezado «Te Deum» no Mosteiro dos Jerónimos. Pelas 17 horas, estarão terminados os funerais nacionais e os corpos de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa serão entregues às respectivas famílias para a realização de funerais particulares.

O chefe de Gabinete do Primeiro-

Ministro, António Patrício Gouveia, não terá funerais nacionais.

A família de Snu Abecassis está já em Lisboa, vinda da Dinamarca, para se encarregar dos funerais da esposa de Francisco Sá Carneiro. A esposa de Amaro da Costa terá igualmente funerais particulares a cargo da sua família.

Esta manhã, os corpos do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa Nacional eram aguardados nos Jerónimos pelo ministro dos Assuntos Sociais, Morais Leitão, pelo irmão e filho mais velho de Francisco Sá Carneiro, Eurico de Melo acompanyou os corpos desde o Instituto de Medicina Legal até ao Mosteiro dos Jerónimos.

O luto nacional foi decretado por cinco dias, a partir de hoje, e amanhã, sábado, será considerado feriado nacional.



Os restos mortais de Adelino Amaro da Costa, quando eram transportados do Instituto de Medicina Legal para o carro funerário que os conduziria à Igreja dos Jerónimos

O que pensa o Povo

Adulcino Silva

A reportagem de «A Tarde» contactou com o público anónimo, em plena rua, para saber como foi sentida a morte dos governantes e políticos, bem assim como de quantos os acompanharam nesta viagem sem regresso.

Eis as opiniões que colhemos, praticamente sobre a hora de fecho desta edição.



ANTONIETA MAIA HENRIQUES - Senti profundamente. Estou comovida. Foi como se tivessem morrido pessoas minhas amigas. Não tenho palavras para lhe dizer, de facto, o que sinto. É horrível.



MADALENA NAZARÉ CARDOSO - Senti muito a morte desses grandes homens. Podiam ser meus filhos. Fiquei estarrecida ao ter conhecimento da notícia pela televisão. Tenho pena dos familiares. Lamento, como portuguesa, a perda desses homens e desses patriotas.



CARLOS FIDALGO LOPES - Embora não partilhe das mesmas ideias políticas, senti imenso esta tragédia. Eram pessoas e eram, sobretudo, portugueses. É doloroso porque todos nós os conhecíamos.



JOAQUIM LOPES SOARES - Fiquei muito chocado. Não quis acreditar, mas intelizmente para todos nós e em especial para a família foi verdade. Triste verdade que a todos os portugueses enlutou. Quem teria ficado indiferente a tão cruel acontecimento?... Ninguém que seja humano.

ADIAMENTO É IMPROVÁVEL

Data das eleições apreciada esta tarde

Da redacção

A Comissão Nacional de Eleições reúne-se hoje à tarde a pedido do Presidente da República para um parecer sobre a realização das eleições no dia 7 de Dezembro, domingo.

O seu adiamento todavia parece estar posto de parte não só por motivos legais como por desejo expresso por serviços de candidaturas de vários concorrentes a Belém.

A legislação da eleição do presidente da república não prevê o adiamento de eleições, apenas estipulando que «em caso de morte de qualquer candidato será reaberto o processo eleitoral».

A Aliança Democrática e os serviços de candidatura de Soares Carneiro já se pronunciaram contra o

adiamento e o general Ramalho Eanes, na qualidade de Presidente da República, disse ontem à ANOP que não se previam alterações para o acto eleitoral.

O presidente da Comissão Nacional de Eleições, Melo Franco, após uma reunião de ontem com Ramalho Eanes, disse aos jornalistas que a lei não prevê adiamentos, mas que em «casos extraordinários havia necessidade de interpretar a lei para suprir casos omissos».

Terminou a

campanha

Da Redacção

O acidente de ontem veio antecipar em um dia o fim da campanha eleitoral para as eleições presidenciais. Foram cancelados todos os programas previstos para hoje. Pires Veloso, Soares Carneiro, Ramalho Eanes, Galvão de Melo e o ex-candidato comunista Carlos Brito cancelaram as últimas sessões e Otelo não faz campanha

Dr. Afonso Patrício Gouveia

Atingido pelo luto brutal causado pela morte trágica de seu filho, dr. António Patrício Gouveia, encontra-se o dr. Afonso Patrício Gouveia, figura de grande relevo na vida económica e social do País e que é vice-presidente da SOSEDI, empresa accionista de «A Tarde». Nesta hora de dor, todos os que trabalham no nosso jornal estão a seu lado e de sua família, confortando-o e assegurando-lhe a lealdade e a amizade de sempre.

O dr. Afonso Patrício Gouveia é um grande amigo de todos os que trabalham em «A Tarde» e a nossa mágoa perante a tragédia que o enlutou não tem limites. Não queríamos deixar, em momento tão doloroso, de lhe dirigir estas palavras.

PORTO

Notícia foi «bomba» no Coliseu

A notícia do brutal acidente que vitimou Sá Carneiro, Amaro da Costa, Patrício Gouveia, as esposas e os dois pilotos do avião que haveria de conzuzi-los ao comício que se realizaria, ontem à noite, no Coliseu do Porto caiu como uma bomba em todos quantos se encontravam naquela sala de espectáculos - que se contavam por milhares. Primeiro, um misto de estupefação e de incredulidade; depois, a certeza de uma realidade dolorosa, estampada nos rostos de todos quantos ouviram o deputado Bento Gonçalves transmitir, conforme podia, a notícia trágica.

Lágrimas correram, mesmo nos rostos daqueles que, chegados ao Coliseu um pouco mais tarde, traziam já a notícia de casa, ouvida pela televisão.

Após tais reacções, deu-se uma revolta interior, pacífica sim, mas, mesmo assim, uma revolta, que nada tinha de violência, física ou outra, para com aqueles que poderão ser chamados de adversários.

«A vida não vale nada, a vida não vale mesmo nada», ouvimos dizer a uma jovem, vinte e poucos anos de idade, lágrimas nos olhos.

Depois de Bento Gonçalves, Miguel Veiga usou da palavra. Miguel Veiga que foi dos primeiros companheiros de Sá Carneiro no então Partido Popular Democrático. Miguel Veiga que saiu do PPD em Aveiro mas nunca aderiu a outro partido nem movimento político. O mesmo Miguel Veiga que se encontrava - e encontra - agora empenhado na vitória de Soares Carneiro.

A seguir, Alcino Cardoso fez um apelo à unidade do eleitorado da Aliança Democrática.

Falariam ainda Montalvão Ma-

Pinto Soares / Delegação

chado, Anacoreta Correia e Silca Leal. «Se Portugal ainda é o que é, deve-o a Sá Carneiro e a Amaro da Costa», disse este último.

Depois, foi a debandada. Por momentos, receou-se que alguns incidentes ousassem rebentar. O ambiente era tenso. Pela Rua de Passos Manuel abaixo, alguns grupos - onde avultavam jovens - mostravam-se bastante nervosos. Seguiram para a Praça de Liberdade, onde tinha já montada um serviço de segurança, para o que desse e viesse.

O novo comandante da PSP do Porto tinha sido empossado nessa manhã (ontem) e vinha de Viana do Castelo. Sem duvidar da sua operacionalidade, e da das forças sob o seu comando, era evidente que esta poderia vir a ser uma prova de força que redundasse numa entrada com «o pé esquerdo».

Mas não. Tinha já montado segurança, também, junto à sede da Comissão Nacional de Apoio à Recandidatura do Presidente Eanes. Não houve problemas, também ali. O nervosismo ia-se dissipando.

Cerca de uma hora da madrugada de hoje, o jornalista percorreu as principais artérias da «baixa» da cidade. Aqui e ali, um vulto que teimava em não seguir para casa, mesmo tendo em conta o muito frio que nessa altura se fazia sentir.

A cidade permanecia calma. Hoje de manhã, as bandeiras apareceram a meia-haste. O luto continua.

Chefia do Governo

Da redacção

A Constituição Portuguesa determina que o vice-Primeiro-Ministro deverá assumir as funções de chefe do Governo na ausência ou impedimento deste. Segundo a ANOP, esta conclusão tira-se necessariamente do artigo 188 da lei fundamental - que prevê que no caso de não haver vice-Primeiro-Ministro assumirá o cargo de Primeiro-Ministro o membro do Governo indicado ao Presidente da República para esse fim.

Entretanto, no caso de não haver essa indicação, caberia ao Presidente da República a escolha do membro do Governo que deveria assumir o cargo, ouvido o Conselho da Revolução. A lei orgânica do Governo contém disposições no mesmo sentido.

A ANOP recorda ainda que, na conferência de Imprensa da candi-

datura de Soares Carneiro, Freitas do Amaral afirmou que as funções de primeiro-ministro, em caso de vitória de Ramalho Eanes, deveriam ser desempenhadas por um elemento do PSD por ser o maior Partido português, isto dada a decisão tomada anteriormente por Sá Carneiro de não chefiar um Governo com Eanes na chefia do Estado.

REFLEXÕES

É curta a vida dos homens, mas pode ser imortal a sua obra e os seus ideais. Sá Carneiro, motor de um projecto político em que a maioria dos portugueses acredita desapareceu brutalmente do mundo dos vivos, deixando-nos, apenas, o estímulo de continuar, com vontade, firmeza e serenidade, a obra que tão brilhantemente soube iniciar.

Em política, não há pessoas insubstituíveis, como em tudo na vida. Mas há momentos de dor, de luto, de desgosto. São sentimentos do foro íntimo de cada um, que não devem transbordar para terrenos que com eles nada têm a ver.

Que os portugueses saibam respeitar a obra e a memória de um homem extraordinário, escusando-se de retirar proveitos ou dividendos políticos de um acontecimento trágico que prostrou num luto profundo centenas de milhares de compatriotas.

PASSAGENS
AVIÃO **COMBOIO**
BARCO **PULLMAN**
 Preços das companhias
 consulte-nos
agência abreu
 LISBOA - Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341

«A Tarde»

Apesar de ser feriado nacional obrigatório, «A Tarde» publica-se no próximo dia 8, segunda-feira, com reportagens, noticiário e todas as informações respeitantes às eleições presidenciais de domingo.

O nosso jornal destacará

para os locais de concentração dos candidatos presidenciais e para o centro de escrutínio equipas de reportagem, afim de dar a conhecer aos seus leitores todos os pormenores deste importante acto eleitoral.



Diário de Lisboa

Dezembro
Sexta-feira

ANO 60.
N.º 20 425
12\$50

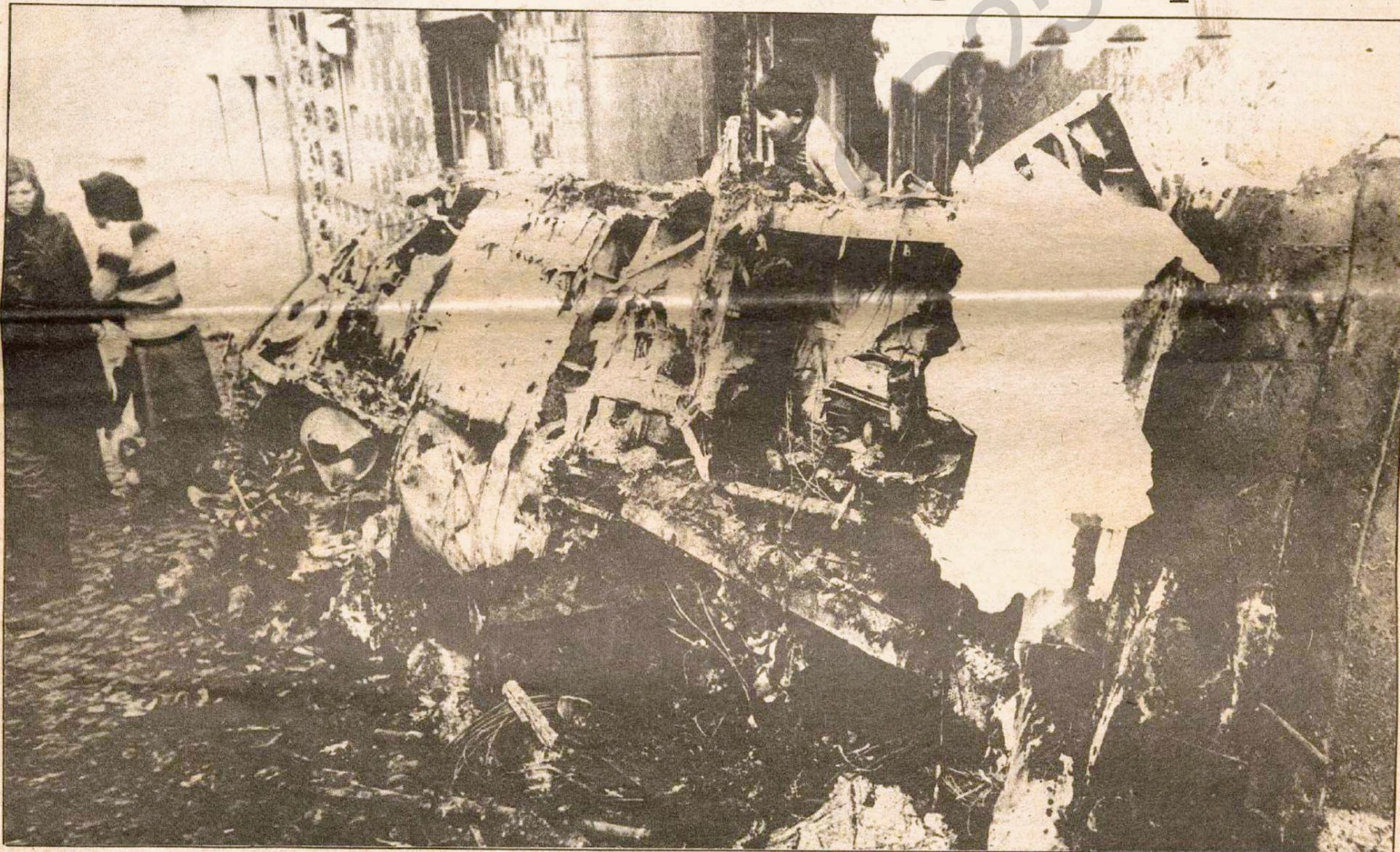
5

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruella Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

Morte de Sá Carneiro não altera calendário eleitoral

• Avião caiu quando tentava regressar à pista?



O motor da asa esquerda terá avariado, e o vento terá impedido a manobra de retorno rápido à pista

A tragédia e o voto

Do acidente em que morreram o Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, o ministro da Defesa Nacional, eng. Adelino Amaro da Costa, o dr. António Patrício Gouveia, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, nada mais há a dizer. Tudo ficou dito sobre a tragédia brutal, e com inextinguível dignidade, pelo senhor Presidente da República.

Uma vez mais, colocado perante uma situação imprevisível, da maior gravidade política e de repercussões dramáticas, o general Ramalho Eanes soube dar ao País,

Continua na pág. 20

O acidente aéreo em que morreram, ao princípio da noite de ontem, Sá Carneiro, Snu Abecassis, Amaro da Costa e sua mulher Manuela Vaz Pires, Patrício Gouveia, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, e os dois pilotos do bimotor, não deverá alterar o calendário previsto para as Presidenciais. A Comissão Nacional de Eleições dá esta tarde o seu parecer ao Presidente Ramalho Eanes a este respeito, mas tudo indica que se trata de uma mera formalidade.

Todos os candidatos suspenderam as respectivas campanhas e o Governo está a ser dirigido por Fróis do Amaral. Os funerais das vítimas deverão, em princípio, ter lugar segunda ou terça-feira, salvo o de Patrício

Gouveia, que decorre esta tarde. Os primeiros corpos a serem identificados, durante a noite, no Instituto de Medicina Legal, foram os de Sá Carneiro e o da esposa de Amaro da Costa, cujas feições eram reconhecíveis. Os restantes só puderam ser identificados através da documentação e do vestuário. Todos os cadáveres foram autopsiados. Os corpos do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa seguiram esta manhã para os Jerónimos, onde ficaram em câmara ardente.

Conhecem-se entretanto novos pormenores sobre o acidente: o bimotor acusou deficiência ainda não apurada logo no momento da descolagem, e testemunhas presenciais afir-

mam que ele esboçava uma manobra de retorno à pista no momento em que embateu contra o prédio, no bairro das Fontainhas. Encontrava-se em Portugal sob licença de importação temporária, ostentando matrícula da Venezuela. Ali tinha sido adquirido ao antigo presidente Andrés Perez por um industrial nortenho que o cederá à campanha Soares Carneiro. O facto de o bimotor ter matrícula estrangeira impedia que a Aeronáutica Civil tivesse sobre as revisões a que deveria ser sujeito o controlo rigoroso que é prática corrente.

Esta manhã, o Governo tornou público que o luto nacional será de cinco dias, e que amanhã, sábado, é feriado para todo o País.

**Dirigente
polaco
admite
intervenção
de "países
irmãos"**

Pág 14

Reportagem nas págs. 2 a 6 e 20



O acidente de ontem à noite em Camarate

Corpo de Sá Carneiro foi o quinto a ser retirado dos destroços

Corpo completamente nu, parcialmente queimado, pernas ensanguentadas, boca desmesuradamente aberta num rosto desfigurado, o Primeiro-Ministro Sá Carneiro foi o quinto cadáver a ser retirado ontem à noite do local onde tinham sido amontoados os restos calcinados das vítimas do desastre do bimotor que, ao serviço da AD, levantara voo da Portela com destino ao Porto.

Numa operação dramática, com os jornalistas violentamente mantidos à distância, o director do Instituto de Medicina Legal, dr. Sombreiro, acompanhado do director da Judiciária, dr. Lourenço Martins, comandou o levantamento dos corpos, até então tapados por cobertores trazidos pelos bombeiros do aeroporto, os primeiros a chegarem ao local.

O primeiro cadáver, quase completamente calcinado, foi posto numa maca faltavam quinze minutos para a meia-noite. Tratava-se de um dos dois pilotos do «Cessna C 421» — Martinho de Albuquerque e Alfredo de Sousa — que, pertencendo embora a um industrial de Braga, estava ao serviço da AD desde que a campanha para as Presidenciais se iniciara.

Retirado esse cadáver ficou a descoberto o que restava do ministro da Defesa, eng. Adelino Amaro da Costa. Vestia um casaco xadrez amarelo-torrado com riscas esverdeadas (tão quanto os pudemos aperceber à luz de um holofote), que, por incrível que pareça, não tinha ardido inteiramente. O dr. Sombreiro, muito atento a todos os pormenores, retirou de um bolso interior os documentos do eng. Amaro da Costa, que estavam praticamente intactos.

Depois, e com os agentes da

colocá-los no mesmo local para mais fácil identificação do cadáver.

De seguida houve como que uma paragem no levantamento dos corpos, uma vez que os que restavam pareciam entrelaçados. Foram afastadas algumas partes do quarto cadáver, cujo braço esquerdo, ensanguentado e não queimado, se encontrava quase junto da parede do prédio n.º 10 da rua principal do bairro das Fontainhas. No pulso tinha a bracelete e armação do que fora um relógio, que o dr. Sombreiro retirou para momentos depois a voltar a colocar no mesmo local. Tratava-se de uma mulher, pois, apesar do rosto irreconhecível de tão queimado, via-se com nitidez a forma do peito.

Como já referimos o quinto cadáver era o do Primeiro-Ministro, que tapava parte do corpo de uma segunda mulher. Esta tinha ainda restos de um vestido «grenat» e uma pequena mala de

foi encontrado um documento com fotografia, que nos pareceu ser algo semelhante a um passaporte. O dr. Sombreiro, que o havia retirado, voltou a pô-lo no mesmo local.

Objectos em ouro, restos de papéis com apontamentos e outros pequenos «achados» naquele monte de destroços, foram também recolhidos e mandados guardar pelo responsável do Instituto de Medicina Legal.

O desastre

Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa (acompanhados das mulheres) e Patrício Gouveia, deputado e chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, dirigiam-se para o Porto, a fim de participar num comício de apoio à candidatura do general Soares Carneiro que se efectuou no Coliseu.

Como já acontecera em vezes anteriores, o meio de transporte escolhido foi um dos três pequenos aviões que a AD tinha ao seu serviço para a campanha presidencial. Ontem foi a vez do bimotor «Cessna C 421», com a matrícula «YV 314 P», que pertencera até há um ano ao ex-presidente da Venezuela, Andrez Perez, e fora comprado há dois meses pelo bracarense Eurico Taxa, que tencionava vir a utilizá-lo num serviço de transportes aéreos do Minho.

De acordo com uma informa-

Pensei logo que ia explodir e afastei o meu carro uns metros para trás. A minha aflição foi muito grande, pois o avião ficou a arder durante minutos, e com as chamas cada vez maiores, mesmo junto da minha casa. Quando os bombeiros chegaram, no espaço de meia dúzia de minutos, então eu consegui ir a correr ver a minha mulher e os meus dois filhos, que estavam em casa de uma vizinha, e a seguir entrei em minha casa que já estava a arder.

Na sua queda o avião em chamas danificou cinco prédios daquele bairro pobre, tendo igualmente destruído três carros que se encontravam estacionados na rua: um Morris Mini, um Morris Marina e um Opel Cadete, todos pertencentes a moradores do bairro.

O bairro ficou também sem telefones e sem electricidade devido ao facto de a primeira asa do avião ter rebentado os fios.

Presidente da República esteve no local

Mal a notícia foi conhecida os telefones das redacções dos jornais não mais pararam de tocar. A pouco e pouco largas centenas de carros dirigiram-se para o bairro das Fontainhas, onde numerosos agentes da PSP, GNR e Brigada de Trânsito montaram um dispositivo para regular o trânsito e isolar a zona.

O ministro da Administração Interna, Eurico de Melo, apareceu no local pouco depois, retirando-se logo de seguida. Viana Baptista, ministro dos Transportes e Comunicações, também esteve no local. Pouco antes das dez horas chegou o Presidente da República, general Ramalho Eanes, que, visivelmente emocionado, procurou saber pormenores sobre o incidente junto do capitão da força da GNR e dos inspectores da PJ. Estes, nada puderam adiantar quanto às causas do incidente, que até ao momento continuam desconhecidas.

Ramalho Eanes, que se encontrava tenso mas em breve se dominou, disse não estar em condições de prestar declarações. Depois de ter permanecido alguns minutos junto dos corpos cobertos por cobertores, e após ter percorrido as imediações por onde se espalhavam destroços do aparelho, o Presidente da República abandonou o local cerca das 23 e 20.

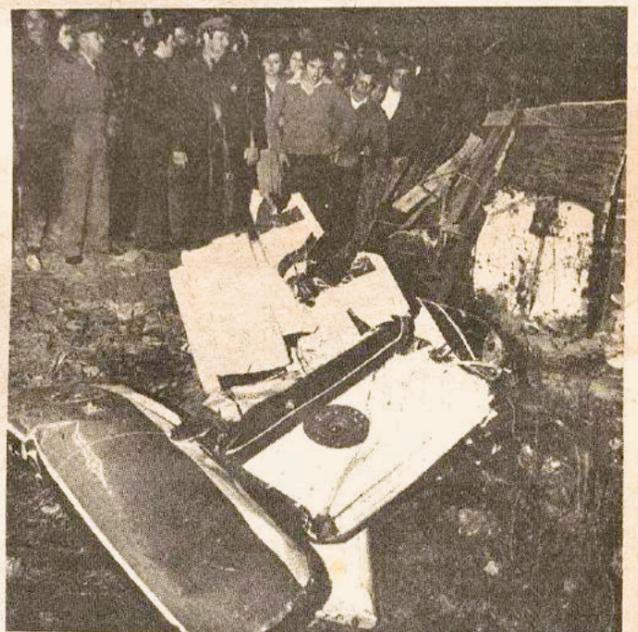
Pouco depois apareceu o presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, que se encontrava visivelmente emocionado. Jaime Neves, fardado e com boina vermelha dos comandos na cabeça, também passou pelo local por breves momentos, acompanhado por alguns dos seus homens.

Entretanto e como é hábito em situações semelhantes, as especulações não se fizeram esperar, e entre os moradores havia já quem afirmasse que o aparelho já estava incendiado mesmo antes de ter embatido no prédio. As mais desvairadas teorias passaram desde logo a correr de boca em boca. Um informador da Comissão Política Nacional do PSD declarou à ANOP ser «destituído do mais leve fundamento» que o acidente tivesse resultado de «sabotagem».

Num ponto, porém, todos estavam de acordo, na noite trágica de ontem: o facto de não ter havido vítimas entre a população do bairro das Fontainhas era considerado como um «milagre».



A chegada do Presidente da República ao local onde caiu a avioneta



A hélice e destroços da fuselagem do Cessna



Cobertores cobrem já os restos mortais do Primeiro-Ministro e seus acompanhantes

Judiciária muito activos na tentativa de descobrir jornalistas que pudessem estar a presenciar as operações, foi a vez de ser levantado o que julgamos — por exclusão de partes — ser o cadáver do dr. Patrício Gouveia, de rosto irreconhecível de queimado. Era visível, no entanto, parte do casaco e de um colete. O director do Instituto de Medicina Legal chegou a retirar a documentação que encontrou no casaco, mas, pelo que lhe ouvimos numa rápida troca de impressões com um homem de meia-idade que pensamos ser inspector da Judiciária, voltou a

mão que, aberta pelo dr. Sombreiro, continha dinheiro em notas perfeitamente intactas. Esse cadáver, cujos cabelos não estavam queimados, era de todos os que tinha o rosto menos desfigurado. Pareceu-nos Snu Abecassis, e foi o último corpo a ser retirado, passavam cerca de quinze minutos da meia-noite.

Antes, na remoção do sexto cadáver, verificou-se a cena mais arrepiante: depois de afastados alguns restos fumegantes, surgiu o rosto não queimado, mas abundantemente ensanguentado do segundo piloto. No que restava das suas roupas

ção proveniente do Movimento do Aeroporto da Portela, o avião descolou às 20 e 17 minutos, despenhando-se cerca de um minuto depois, sem ter havido tempo de a equipa de pilotagem entrar em contacto com a torre de controlo.

Segundo depoimentos que o «DL» recolheu no bairro das Fontainhas, junto do aeroporto, — onde o pequeno avião caiu — tudo indica que o aparelho estava a fazer uma manobra de retorno à pista.

Carlos Alberto Perez Sobral, um empregado de escritório de 33 anos de idade que estava na rua principal do bairro a estacionar o seu carro quando o desastre se deu, disse ao «DL» que viu o avião perder altura, bater primeiro no telhado ao lado da sua casa (n.º 10) perdendo desde logo uma asa, e de seguida bater de frente com a parede de um andar que tinha sido levantado «há coisa de dias».

O avião bateu de frente e caiu de cauda, incendiando-se logo de seguida — contou. Eu fiquei completamente atarantado, sem saber o que fazer.

Inquérito

O vice-Primeiro-Ministro, Freitas do Amaral, anunciou ontem, através da RTP, a realização de um inquérito ao acidente que vitimou o chefe do Governo e o ministro da Defesa.

A mesma iniciativa foi confirmada pela Anop no aeroporto de Lisboa, junto de uma

fonte das Relações Públicas da ANA/EP.

De acordo com essa fonte o inquérito terá sido determinado pelo ministro dos Transportes, Viana Baptista, que se deslocou ao local do acidente acompanhado pelo subdirector-geral da Aviação Civil e pelo director-geral dos Aeroportos.

Depois da queda do avião

História de acaso, colcha e fuga

Esqueirando-se por entre polícias que tinham ordens — estranhas ordens diga-se — de não deixar passar ninguém, «nem sequer jornalistas», consegui entrar na casa n.º 10, da rua principal do Bairro das Fontainhas.

A uns cinco metros da entrada jaziam, amontoados, os sete cadáveres tapados por cobertores. Lá dentro, assomando de quando em vez à janela destruída da sua casa, um homem de trinta e três anos, empregado de escritório numa firma de Lisboa, andava de um lado para o outro com o espanto dominando-lhe o rosto. Ainda não sabia como tinha escapado. E contou para o «DL»:

Não sei que lhe diga a não ser que, dentro do meu azar, tive sorte. Muita sorte. É que eu costume estacionar o meu carro mesmo ali em frente, onde o avião caiu. O que me valeu é que quando eu cheguei já lá estava o Mini Marina, que ficou completamente destruído.

Carlos Alberto Perez — assim se chama o homem que durante duas horas dialogou com este redactor do DL, apesar de elementos da Polícia Judiciária, estranhamente, terem tentado que eu sãisse daquela casa e daquela janela donde pude assistir, a par e passo, ao levantamento dos corpos — Carlos Alberto Perez, dizia, tentava estacionar a sua viatura exactamente no momento em que o avião embateu na casa situada em frente da sua. Viu tudo:

Eu nem queria acreditar no que via. O avião bateu de frente e caiu de cauda. Ficou no meio da rua a arder, com chamas enormes, de meter medo. Eu só pensei que ia explodir. Afastei-me mais um bocadinho com o meu carro. Mal pude, fui ver se a minha mulher e os meus dois filhos estavam bem, pois tinha-os deixado momentos antes em casa de uma vizinha.

O AZAR E A COLCHA

O quarto de dormir de Carlos Perez que vive naquela casa há dez anos, estava parcialmente queimado. Os destroços do avião ficaram a arder durante largos minutos, encostados à parede de sua casa. A persiana ficou derretida, os vidros partidos, os caixilhos destruídos. A alcatifa azul, esburacada. Uma colcha que estava em cima da cama ficou inutilizada. Contou a propósito.

Veja lá o azar. Essa colcha que está aí no chão saiu à minha mulher numa rifa, há relativamente pouco tempo. Foi quando a lotaria terminou em 088, lembra-se? Pois esta era a segunda vez que a punhamos na cama. Paciência.

Para além da janela também uma parede do quarto apresentava estragos, bem como uma porta. No entanto, não era

isso o que mais preocupava Carlos Perez. Ele não deixava de pensar em voz alta sobre o que lhe podia ter acontecido:

As cinco horas fui buscar a minha mulher que tem um salário de cabeleireiro. O filho mais velho, com 9 anos, já tinha vindo do colégio e às sete e meia viemos para casa. Por acaso o meu miúdo quis ir buscar a irmã, que tem dois anos, juntamente com a mãe. Por isso não parei junto da minha porta. São coincidências que não têm explicação, mas a verdade é que esse aspecto e o facto de já estarem ali estacionados carros é que me salvaram a vida.

Fuga pela retaguarda

Na casa ao lado, outra história para contar. Maria Madalena Henrique Barata apanhara o susto da sua vida.

Estava a ver televisão com os meus quatro filhos. De repente, ouvi aquele estrondo medonho. Gritei logo: Ai meu Deus, que caiu mesmo aqui um avião. Fui a correr para as escadas, acompanhada pelos meus filhos para ver se fugiamos sãos e salvos. Mas as chamas eram tão grandes que tivemos que voltar para trás. Na aflição, fugimos pelas traseiras, saltando para cima de um galinheiro.

O que valeu, na altura, foi a serenidade do filho mais velho, Fernando Augusto Henrique Barata, de 19 anos, que, saltando primeiro, ajudou a mãe e os irmãos na fuga, que só terminaria em plena pista do aeroporto. Para tanto saltaram por vários quintais e telhados de galinheiros, tendo ultrapassado até o arame farpado que separa os terrenos do aeroporto — e por isso ficaram com as mãos feridas. O Fernando, contudo, em breves minutos recuperou a serenidade e ajudou desde logo os bombeiros a apagar o fogo que já se havia iniciado na sua casa. A hora em que falaram para o «DL» ainda não queriam acreditar no que se tinha passado. De concreto, de muito real, apenas o susto e o seu automóvel — um Opel Cadete, estacionado em frente — parcialmente destruído.

Mas há-de ser o que Deus quiser. O mais importante de tudo é estarmos vivos — concluiu.

Entretanto Justino da Costa Lopes, morador numa casa perto do local onde caiu o avião, disse ao «DL» que ia de autocarro para casa quando se apercebeu de «um clarão».

«Eu vinha da maternidade, vi o clarão e a partir de certa altura deixei de ver. Passados minutos, quando já chegava aqui, começou a soar a sirene dos bombeiros».

RC

Cessna: a última opção foi a pior

O último «passo» de Sá Carneiro foi o fatal. Deu-o quando anulou a reserva efectuada num voo da TAP com destino ao Porto, que descolou do aeroporto da Portela apenas alguns minutos depois do acidente. Segundo parece, a opção do Primeiro-Ministro pelo bimotor Cessna ficou a dever-se à possibilidade que assim tinha de regressar ainda ontem a Lisboa, depois do comício em que deveria participar na capital nortenha.

Os últimos movimentos de Sá Carneiro e seus acompanhantes, entre os quais Snu Abecassis, são assinalados no aeroporto da Portela, onde chegou cerca das 19 e 15. Entretanto pela porta principal da aerogare, dirigiu-se de seguida para a sala dos VIP's, por um corredor interior do edifício.

Uma carrinha conduziu-o, dessa sala, juntamente com Snu até à avioneta que se encontrava

estacionada, como é vulgar, nas traseiras do sector militar da Portela. Amaro da Costa e sua mulher estavam, à altura, ligeiramente atrasados, tendo entrado, à pressa, pela sala dos voos domésticos, onde uma carriinha lhes facultou o transporte até ao Cessna.

Os dois pilotos tinham previamente tratado de todos os pormenores técnicos que se tornam indispensáveis para a concreti-

zação de qualquer voo. Eram eles: Jorge Albuquerque, que, por questões de segurança, se fazia acompanhar por Alfredo de Sousa, um piloto de 50 anos de idade.

O curto voo para a morte foi seguido à vista pelos técnicos da torre de controlo do aeroporto, que perceberam o acidente quando passado cerca de um minuto, um clarão serviu de denúncia.

Estava com licença de importação temporária

Avioneta escapava ao controlo das autoridades portuguesas

A avioneta que ontem caiu pouco depois de ter levantado voo da Portela, em Lisboa tinha sido comprada na Venezuela, há poucos meses, por um industrial norteno e encontrava-se com uma licença de importação temporária que, em princípio, segundo averiguámos, poderia caducar ao fim de seis meses.

O controlo apertado que a Direcção-Geral de Aeronáutica Civil mantém, relativamente a todas as aeronaves ali matriculadas, não abrangia, por essa razão, o Cessna-C 421, de matrícula venezuelana YV-314 P. A segurança da avioneta estava, de acordo com as normas internacionais vigentes, dependente da fiscalização dos serviços oficiais venezuelanos. No caso, como é evidente, ela não existia, pura e simplesmente.

Quando às hipóteses já adiantadas por alguns órgãos de Informação, relativas à possibilidade de ter falhado um dos motores, dos dois com que estava equipada, apurámos que, teoricamente e por garantia do fabricante, um bimotor pode fazer uma operação de descolagem, em condições de segurança, ainda quando uma deficiência daquele tipo ocorra.

Estas informações que obtivemos junto de um técnico autorizado não permitem por enquanto estabelecer quaisquer juízos, que seriam de qualquer forma prematuros porque já estão a ser iniciados inquéritos a todos os aspectos, segundo a Direcção-Geral de Aeronáutica Civil.

A participação de peritos estrangeiros nestes inquéritos, requerida pela AD não foi confirmada naquele departamento. O engenheiro Américo Vieira garantiu-nos, em contrapartida, que os técnicos portugueses estão perfeitamente habilitados a conduzirem todas as operações necessárias ao apuramento das circunstâncias que rodearam o acidente.

A TAP, por seu turno, desmentiu esta manhã ao «DL» que os seus serviços tenham prestado qualquer assistência à avioneta acidentada, pouco antes do início da descolagem. Essa assistência é possível, sublinhamos, desde que expressamente solicitada. A hipótese chegou mesmo a ser levantada e atribuída a

dificuldades registadas quando os pilotos tentaram pôr os motores em funcionamento.

Sabotagem não tem fundamento

A hipótese de a queda da avioneta ter ficado a dever-se a algum acto de sabotagem, visando fins políticos, terá surgido em muitos espíritos e terá ajudado a atear o fogo de muitos admiradores dos dois dirigentes falecidos. Contudo, foi o próprio PSD quem afastou essa hipótese, dizendo ser ela «destituída do mais leve fundamento».

Outras versões são, entretanto, adiantadas e para elas não nos foi possível obter quer confirmação quer desmentido. Assim, a avioneta terá sido adquirida à Presidência da República da Venezuela e não se encontraria nas melhores condições técnicas, depois de ter servido em deslocações eleitorais do ex-presidente Andrés Perez.

As mesmas fontes dão como certo que o Cessna agora acidentado já teria estado à beira de se despenhar na Gronelândia. Adianta-se ainda, nesses sectores, que as revisões habituais e exigíveis não foram efectuadas.

A mesma aeronave tinha servido na véspera, para uma deslocação do Primeiro-Ministro ao Algarve e na circunstância teria feito boa prova.

Quanto à capacidade técnica dos dois pilotos que se encontravam aos comandos da aeronave, parece não subsistirem quaisquer dúvidas, sendo ponto assente que se tratava de profissionais competentes e com largas provas dadas.

Um pormenor quanto ao proprietário da avioneta, de seu nome Eurico José Leal Marques Taxa: é um industrial norteno residente em Nogueira, perto de Braga, cidade em que possui também um estabelecimento de artigos de caça, chamado «Diana».

Recorde-se a propósito que, ainda há alguns dias, uma avioneta se precipitara perto de Braga, matando os seus três ocupantes que transportavam propaganda da candidatura do general Ramalho Eanes.

No Bairro das Fontainhas**Incompetência policial ultrapassa limites**

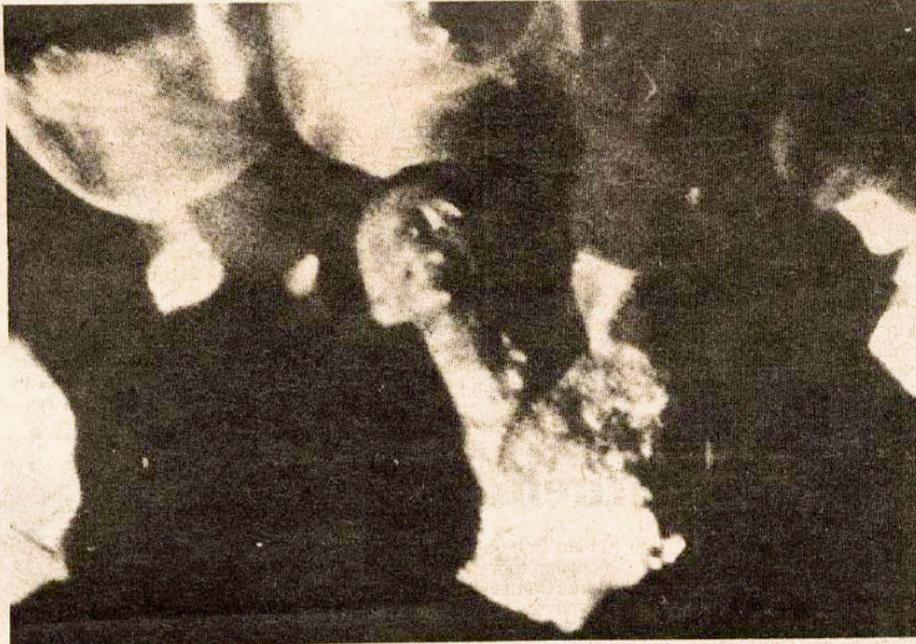
A actuação da Polícia no local onde caiu o avião que transportava o dr. Sá Carneiro e o eng. Amaro da Costa foi absolutamente inqualificável.

Dezenas de agentes da Polícia Judiciária, entidade imediatamente encarregada de investigar o acidente, circulavam na zona onde estavam os corpos e os restos calcinados do avião, a grande maioria apenas para ver e sem ter rigorosamente nada que fazer. Por outro lado, o comandante das forças da GNR encarregadas de montar um dispositivo de segurança no local mostrou-se absolutamente incompetente para se desempenhar de tal tarefa, embora tivesse o apoio de efectivos da Polícia de Segurança Pública destacados para o local.

As centenas de curiosos que se deslocaram até ao bairro das Fontainhas passeavam livremente entre os destroços do avião e apenas tinham vedado o acesso ao sítio onde se encontravam os corpos e os restos da carlinga, que era terreno exclusivo para a curiosidade policial.

Os jornalistas foram sistematicamente impedidos de trabalhar pela Polícia, cumprindo ordens dadas pela P.J. e pelo referido comandante da GNR, que se mostrou insensível aos protestos dos muitos profissionais da Informação, nacionais e estrangeiros, que acorreram ao local do acidente.

Estes protestos foram mesmo ouvidos pelo Presidente da República quando esteve ali e que garantiu aos jornalistas que muito em breve se encontrariam soluções necessárias para o trabalho infor-



Um dos dois corpos de mulher retirados dos destroços

mativo, solução a aplicar pelo comandante da GNR. Duas horas depois de o Presidente ter abandonado o local, a situação mantinha-se, ou antes tinha-se agravado, já que a Polícia se mostrava impotente para controlar as inúmeras pessoas que se juntavam à volta do avião e que dificultavam

os trabalhos das autoridades e dos jornalistas.

Grande parte das responsabilidades devem-se, verdade se diga, ao próprio ministro da Administração Interna, que foi o primeiro membro do Governo a chegar ao local e que pretendeu afastar os

fotógrafos dos restos mortais do Primeiro-Ministro e dos seus acompanhantes. Posto perante a evidência de existirem leis neste País que dão liberdade de trabalho aos jornalistas, Eurico de Melo teve o desplante de afirmar, arrogante: «Aqui quem manda sou eu, aqui a lei sou eu».

Quem zelava pela saúde do Cessna?**Duas empresas negam assistência técnica**

Duas empresas especializadas em assistência técnica a aviões civis desmentiram-nos esta manhã que o Cessna ontem despenhado estivesse à sua responsabilidade no que se refere às necessárias e obrigatórias revisões periódicas. Trata-se da Aeroavia, que, de resto, representa os aviões daquela marca no nosso país, e da Sofinare que se limitaria a fornecer o hangar para o «parqueamento» da aeronave.

No que se refere à primeira das empresas, o apoio técnico foi negado,

até porque os modelos comercializados pela Aeroavia são bastante mais recentes, o que significará um atestado de «velhice» à avioneta ontem acidentada.

Na Sofinare foi-nos igualmente negada qualquer relação com a assistência técnica do Cessna. Ali, contudo, apurámos que o avião em apreço estaria, inicialmente na Gronelândia, passando à Venezuela e, por fim, o proprietário português que procedia, de momento, a diligências conducentes à legalização no nosso país.

Drama aos olhos do filho

Um pequeno drama familiar marcou o acidente de ontem à noite, segundo nos foi possível averiguar. É o caso de um filho do piloto Alfredo Sousa, que se encontrava aos comandos da avioneta, ser assistente de controlador de tráfego aéreo no Aeroporto de Lisboa e se encontrar de serviço precisamente à hora em que tudo aconteceu.

Torna-se, desse modo, plausível que António Jorge de Sousa, o filho do piloto, tenha sido uma das primeiras pessoas a aperceber-se dos acontecimentos.

Por outro lado, cumpre aqui assinalar que o outro piloto, Jorge Albuquerque, era pai de uma criança de quatro anos e a sua mulher encontra-se, de momento, grávida.

O clima político depois de conhecida a notícia

Soares Carneiro a apoiantes, ontem à meia-noite:

A melhor homenagem a Sá Carneiro é fazer triunfar a candidatura por que ele se bateu

Soares Carneiro disse pouco depois da meia-noite de ontem, aos apoiantes concentrados diante dos seus serviços na Av. da República, que «a melhor homenagem a Sá Carneiro é fazer triunfar a candidatura por que ele tanto se bateu». Já esta manhã, no final de uma reunião que se prolongou por toda a noite, na sede do PSD, num comunicado conjunto AD/candidatura de Soares Carneiro, o mesmo tipo de aproveitamento da tragédia com fins eleitoralistas foi feito, em contraste com a atitude da maioria dos restantes candidatos que resolveu abster-se de fazer campanha em sinal de luto.

Vindo de Setúbal, onde fora participar num comício e onde soube do acidente, o candidato da AD regressou a Lisboa e passou primeiro pela reunião de emergência do Conselho de Ministros, para confirmar o sucedido. Interpelado por jornalistas, citou Sá Carneiro como «um grande estadista dificilmente substituível no futuro próximo». Depois seguiu para a sede nacional da candidatura, na Av. da República, onde o seu Conselho Político se fora agrupando a partir do momento em que foi tornada pública a notícia do desastre. Ali, perante centenas de apoiantes, e enquanto a Polícia controlava o trânsito e ambulâncias vindas de Camarate passavam diante do local, o candidato da AD fez um apelo à calma e à serenidade, sublinhando que «pensar em violência, ou em qualquer outra coisa que saia da normalidade, era, de certo modo, fazer morrer Sá Carneiro pela segunda vez».

Soares Carneiro, que fora recebido pelo grito de uma senhora de meia idade, «salva-nos!», pediu um minuto de silêncio à memória de Sá Carneiro, que elogiou, mas não se referiu a nenhum dos outros mortos no acidente. A sua intervenção, que durou escassos minutos, teve lugar pouco depois da meia-noite. Por iniciativa de um dos presentes, foi rezado em voz alta, na avenida, um «padre nosso». Logo a seguir, ouviu-se uma palavra de ordem contra os comunistas à qual a pequena multidão respondeu com um «assassinos, assassinos». Saliente-se que diante da sede do candidato da AD, e antes da intervenção deste, corria à boca pequena que a responsabilidade do acidente pertencia «a Eanes e aos comunistas». Depois da

intervenção de Soares Carneiro, alguns dos «rapazes das motos» que têm esporadicamente dado um tom violento às campanhas da AD permaneceram no local, como que testemunhando grande dificuldade em acatar os apelos à calma e à serenidade.

Antes de desmobilizar, a maioria dos apoiantes entoou, ainda, o Hino Nacional.

Suspensão da campanha

Imediatamente antes, a direcção da candidatura Soares Carneiro decidira, após a de Ramalho Eanes, suspender todas as actividades de campanha, designadamente os comícios previstos para hoje. A coordenadora distrital do Porto, no seu primeiro comunicado, recomendava «ao povo que, nas eleições, se torne digno dos incontestáveis chefes».

Cúpulas AD reunidas com o candidato

Soares Carneiro e a sua Comissão Política seguiram então para a sede do PSD na Rua de Buenos Aires, permanecendo ali em reunião permanente com os dirigentes dos partidos que compõem a Aliança Democrática.

Entre os presentes, Leonardo Ribeiro de Almeida, que passou formalmente a número um do PSD, Carlos Macedo, o casal Roseta, Lucas Pires, numerosos outros deputados do PSD e CDS, todo o grupo do PPM na Assembleia. Pinto Balsemão, vindo de avião do Porto, chegou à Rua de Buenos Aires às 03 e 45, depois de passar pela reunião do Governo. As 3 horas tinha chegado Mota Pinto, vindo de Coimbra. Soubrosa do acidente através da Televisão.

Em Setúbal: última etapa de campanha

Para uma assistência visivelmente comovida, num pesado silêncio, realizou-se rápido e com intervenções muito breves o comício de Setúbal. A notícia do acidente mortal de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa paralisara todas as iniciativas do candidato da AD e esteve mesmo previsto o cancelamento do comício da Praça do Bocage.

Houve, no entanto, ainda algumas intervenções, todas de homenagem aos dois líderes políticos. Rosado Fernandes, um dos oradores, perturbado pela comoção, dizia: «Não faço ataques políticos hoje à noite». Limitou-se a traçar o perfil de Sá Carneiro.

Num grande silêncio, Soares Carneiro o recordou a figura do Primeiro-Ministro. «Sá Carneiro morreu, mas a Pátria que somos todos nós deve-lhe a mais profunda homenagem.»

«Tinha estado com ele hoje. Interromperá a minha visita a

este distrito para nos reunirmos».

Sobre a ida ao Porto de Sá Carneiro, que inicialmente não estivera programada, disse o candidato da AD: «Francisco Sá Carneiro alterou o seu rumo por conveniências da minha candidatura».

«Acompanhar-me-á nesta decidida vontade de que o destino da nossa Pátria vai exigir, em última homenagem a Sá Carneiro, que lutemos pela constru-



Cerca da meia-noite, diante da sede da candidatura de Soares Carneiro

Ao princípio da manhã foram divulgados dois comunicados aprovados nesta reunião. Enquanto um lamenta a morte de Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia, o segundo inicia aquilo que parece ser um aproveitamento eleitoralista inqualificável do falecimento do Primeiro-Ministro, depois de todos os candidatos às presidenciais terem suspendido as respectivas campanhas, em sinal de respeito.

No primeiro comunicado, os líderes aliancistas «vem publicamente manifestar a sua profunda dor pelo trágico desaparecimento de tão altos expoentes do ideal e da acção a que todos nos vem congregando», palavras dirigidas, evidentemente, a Sá Carneiro, Amaro da Costa e Patrício Gouveia. O exemplo dos dirigentes desaparecidos é ainda, segundo afirma o documento, «um incentivo para continuar a Aliança Democrática como projecto do futuro português». As três vítimas, diz a AD, «perdurarão no nosso pensamento e na nossa acção como guias, exemplos e estímulos porque a sua mensagem era de vida, de mais vida e melhor para todos os portugueses».

O outro texto divulgado pela AD, exige que as eleições presidenciais se realizem na data prevista, para depois manifestar o empenhamento da AD na reeleição de Soares Carneiro e a confiança da coligação no Governo, agora interinamente presidido por Freitas do Amaral. Por fim, e dando um exemplo evidente de falta de civismo e de ética política, o comunicado apela a uma votação maciça no próximo dia 7 de Dezembro, «como único modo de evitar as graves ameaças que pesam sobre a nossa pátria e que Francisco Sá Carneiro... mais uma vez denunciara ainda ontem», votação que será «a melhor homenagem a quem sempre teve por primeiro empenho restituir ao povo português a plenitude da sua soberania».

O último parágrafo deste texto é claro daquilo que a AD se propõe fazer, utilizando o acidente de ontem: a coligação resolveu «alertar os portugueses para o facto de só os propósitos sãos e objectivos do general Soares Carneiro se harmonizarem com o projecto da Aliança Democrática, havendo uma profunda incompatibilidade entre os projectos da AD e do general Eanes».

Os organizadores do comício fizeram apelos à moderação e à calma, mas isso não impediu que logo à saída do Coliseu se verificassem alguns recontros entre aliadistas e grupos opositores que se encontravam na Rua de Passos Manuel. Depois, ao longo da noite, criou-se um clima denso na baixa portuense, com algumas perseguições e agressões a simples cidadãos que traziam na lapela o emblema de Eanes. «A morte de Sá Carneiro vai ser vingada» — dizia um elemento da AD. Há conheci-

mento de agressões na Rua D. João IV, na Praça Almeida Garrett e Rua Passos Manuel. Todas elas por os agredidos trazerem sinais identificativos do seu apoio a Eanes.

Para além destes incidentes a sede da USP/Intersindical foi apedrejada o que causou vários prejuízos e a Livraria «Avante!» foi alvo de uma tentativa de apedrejamento. Em face deste clima, várias patrulhas da PSP espalharam-se por diversos pontos da cidade, designadamente junto das sedes dos partidos e da CNARPE. Ouviram-se pela cidade gritos de «morte aos comunistas», ao mesmo tempo que os pequenos núcleos discutiam o trágico acidente. O «stand» da CNARPE instalado na Praça da Liberdade foi alvo de tentativa de destruição. As forças policiais tiveram que intervir mantendo-se no local durante algumas horas para evitar o pior. Cerca das 22 horas um trabalhador dos supermercados Vilaires, sito na Rua Formosa, cujo dono é apoiante da candidatura de Eanes foi agredido com uma faca, junto daquelas instalações.

Os organizadores do comício fizeram apelos à moderação e à calma, mas isso não impediu que logo à saída do Coliseu se verificassem alguns recontros entre aliadistas e grupos opositores que se encontravam na Rua de Passos Manuel. Depois, ao longo da noite, criou-se um clima denso na baixa portuense, com algumas perseguições e agressões a simples cidadãos que traziam na lapela o emblema de Eanes. «A morte de Sá Carneiro vai ser vingada» — dizia um elemento da AD. Há conheci-

mento de agressões na Rua D. João IV, na Praça Almeida Garrett e Rua Passos Manuel. Todas elas por os agredidos trazerem sinais identificativos do seu apoio a Eanes.

Para além destes incidentes a sede da USP/Intersindical foi apedrejada o que causou vários prejuízos e a Livraria «Avante!» foi alvo de uma tentativa de apedrejamento. Em face deste clima, várias patrulhas da PSP espalharam-se por diversos pontos da cidade, designadamente junto das sedes dos partidos e da CNARPE. Ouviram-se pela cidade gritos de «morte aos comunistas», ao mesmo tempo que os pequenos núcleos discutiam o trágico acidente. O «stand» da CNARPE instalado na Praça da Liberdade foi alvo de tentativa de destruição. As forças policiais tiveram que intervir mantendo-se no local durante algumas horas para evitar o pior. Cerca das 22 horas um trabalhador dos supermercados Vilaires, sito na Rua Formosa, cujo dono é apoiante da candidatura de Eanes foi agredido com uma faca, junto daquelas instalações.

“O Rei morreu” — viva quem?

A morte de Sá Carneiro levanta diversos problemas de difícil solução no Governo e no PSD.

No Governo, Sá Carneiro funcionava como o principal interlocutor com o outro parceiro da coligação, o CDS, jogando muitas vezes forte face às ambições dos centristas e, paralelamente, «segurando» o seu próprio partido onde frequentemente se manifestavam temores quanto a uma crescente influência do partido de Freitas do Amaral nas áreas governativa e parlamentar.

No partido, Sá Carneiro, fortemente apoiado pelas bases, exercia uma acção que várias vezes foi apelidada de «ditatorial», impondo normalmente os seus pontos de vista e cultivando um círculo restrito de «homem de confiança», cuja ascensão no partido era manifesta.

A sua morte levanta um sério problema de sucessão, não se vislumbrando à partida uma figura capaz de o substituir.

No Governo, a hipótese de Freitas do Amaral assumir em definitivo a chefia, embora se afigure realista, tem poucas probabilidades de vingar a médio prazo já que parece pouco provável que os sociais-democratas cedam uma posição tão importante ao líder do segundo partido da AD, bastante afastado do PSD em termos de número de assentos parlamentares conquistados nas eleições de 5 de Outubro.

Pinto Balsemão poderia ser uma das saídas, já que recentemente surge como a segunda figura social-democrata em S. Bento. Outra pos-

sibilidade reside em Eurico de Melo, o actual titular do MAI, nome já ventilado para um tal lugar quando se colocou a hipótese de Sá Carneiro abandonar o Governo caso Eanes ganhasse as próximas eleições presidenciais.

No plano partidário, a escolha poderá ser ainda mais difícil já que aqui as tensões existentes, traduzidas em diversas sensibilidades em confronto, obstaculizam uma solução rápida.

Transitoriamente, Nuno Rodrigues dos Santos ou eventualmente Leonardo Ribeiro de Almeida poderão assegurar a gestão do partido, assessorados pelo «dinâmico» secretário-geral, António Capucho, e pela Comissão Política. Uma designação com carácter definitivo poderá recair em alguns nomes, mas nenhum deles pacífico em termos de aceitação. Novamente surge o de Pinto Balsemão como reunindo algumas hipóteses. Meneres Pimentel, que já exerceu funções cimeiras, e Carlos Macedo, recém-regressado ao PSD, poderão vir a ser igualmente nomes em foco.

Registe-se, por último, que sobre Sá Carneiro recaía ainda a maior parte da responsabilidade pela manutenção da Aliança Democrática, contestada nos seus termos actuais — e com algum peso — quer por sectores sociais-democratas quer por sectores centristas. Com o desaparecimento de Sá Carneiro os problemas que esperam a direita parlamentar portuguesa são inúmeros e, a médio prazo, poderão ter consequências funestas.

Repercussões no Porto

Montalvão Machado, um dos oradores previstos para o comício do Coliseu no Porto para o qual se dirigiam Sá Carneiro e Amaro da Costa, considerou o acidente «uma tragédia nacional». Depois surgiram as lágrimas que acabariam por contagiar muitos militantes da AD que enchiam por completo aquela casa de espectáculo. As bandeiras foram enroladas uma a uma, em sinal de luto.

E em todos se estamparam sinais de dor e saudade. Em alguns, a raiva: insultos à figura de Ramalho Eanes.

Os organizadores do comício fizeram apelos à moderação e à calma, mas isso não impediu que logo à saída do Coliseu se verificassem alguns recontros entre aliadistas e grupos opositores que se encontravam na Rua de Passos Manuel. Depois, ao longo da noite, criou-se um clima denso na baixa portuense, com algumas perseguições e agressões a simples cidadãos que traziam na lapela o emblema de Eanes. «A morte de Sá Carneiro vai ser vingada» — dizia um elemento da AD. Há conheci-

O último acto político de Sá Carneiro

Uma conferência de imprensa foi o último acto político em que o dr. Sá Carneiro participou. Ontem à tarde o Primeiro-Ministro sentou-se pela derradeira vez ao lado de Soares Carneiro e Freitas do Amaral para atacar veementemente a candidatura de Ramalho Eanes.

Soares Carneiro, insistindo na tecla do apoio dos comunistas a Ramalho Eanes, afirmou que «não pode ser

qualificada de plenamente democrática qualquer candidatura objecto de apoio expresso oficial de forças políticas que abertamente desejam a instabilidade política».

Afirmando, ironicamente, que «Deus escreve direito por linhas tortas», Soares Carneiro garantiu que «os portugueses sabem de que lado estão, exactamente, os democratas e de que lado estão os outros. E assim,

será possível, sem hesitações nem dúvidas, agardarmos nova derrota popular do Partido Comunista e do seu candidato, neste caso, o senhor general Ramalho Eanes».

Esta conferência de imprensa era a reacção da AD a uma outra concedida pela Comissão Política do general Eanes a que ontem fizemos referência, em que se negou a ligação do Presidente ao

Partido Comunista. Para se encontrar com os jornalistas Soares Carneiro interrompeu mesmo a sua campanha eleitoral no distrito de Setúbal.

No texto que leu o candidato da AD disse ainda que a sua campanha «constituiu um êxito e um serviço ao regime democrático» e que «não temos dúvidas que caminhamos para a vitória».



Primeira volta das Presidenciais no domingo

C.N.E. reúne esta tarde

Eleições não deverão ser adiadas

As eleições presidenciais devem realizar-se como estava previsto no próximo domingo, apesar da morte do Primeiro-Ministro, Sá Carneiro.

Interrogado ontem à noite pelos jornalistas, no local em que se verificou o acidente, o Presidente Ramalho Eanes, a chorar, respondeu como um «com certeza» quando lhe perguntaram se se mantinha a data das eleições.

Por outro lado, Freitas do Amaral, agora a ocupar interinamente a chefia do Governo, declarou depois de uma reunião de vinte minutos com Ramalho Eanes em Belém, que o processo eleitoral se continuaria a desenrolar com normalidade.

Na mesma reunião participou o general Lemos Ferreira e o conselheiro Melo Franco, presidente da Comissão Nacional de Eleições, que convocou este órgão para reunir na tarde de hoje. A reunião destina-se a dar parecer sobre a necessidade de adiar ou não o acto eleitoral, de acordo com a lei em vigor.

Um parecer do dr. Armindo Ribeiro Mendes, citado pela ANOP e emitido pouco depois do acidente, referia que só a morte de um candidato às eleições poderia, de acordo com o texto legal em vigor, provocar o adiamento das

eleições, devendo o Presidente da República marcar nova data no prazo de 24 horas. Outra hipótese de adiamento do acto eleitoral implicaria a existência de graves distúrbios que afectassem a ordem pública.

A morte do Primeiro-Ministro não está evidentemente prevista na Lei Eleitoral, mas os membros da CNE vão debruçar-se esta tarde sobre a

questão para depois dar um parecer fundamentado a Ramalho Eanes.

Recorde-se, no entanto, que há quatro anos, quando das últimas eleições presidenciais, o então candidato Pinheiro de Azevedo foi acometido de um ataque de coração dois dias antes das eleições e ficou em estado de coma, mas, mesmo assim, o acto eleitoral realizou-se.

Mensagem de Eanes às primeiras horas da madrugada

Esqueçam-se divergências

«A todos os portugueses qualquer que seja a sua filiação partidária e a sua ideologia política, dirijo, neste momento de profundo pesar e de gravidade, para que se esqueçam divergências e se afirmem, responsável e serenamente, o respeito de que todos somos devedores perante aqueles que colocaram, acima de tudo, a missão de orientar a nossa vida política.»

Este apelo foi lançado às primeiras horas da madrugada de hoje pelo Presidente Ramalho Eanes, através da RTP. Eanes, que entretanto se havia avistado com o vice-Primeiro-Ministro Freitas do Amaral depois de se haver deslocado ao local do acidente em que pereceu Sá Carneiro e os outros elementos que o acompanhavam, anunciou que o actual Governo se mantém em funções chefiado, nos termos constitucionais, por Freitas do Amaral.

Como candidato às eleições presidenciais, Eanes

disse ainda que suspendia todas as suas actividades públicas relacionadas com a campanha a fim de assegurar o cumprimento integral das suas funções como Presidente da República.

Transcrevemos na íntegra a mensagem do general Ramalho Eanes:

«Dirijo-me a todos vós, neste momento de luto, após me ter deslocado, como era meu estrito dever, ao local do acidente onde perderam a vida o senhor Primeiro-Ministro, dr. Francisco Sá Carneiro, o senhor ministro da Defesa Nacional, eng. Adelino Amaro da Costa, o senhor chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, dr. António Patrício Gouveia, senhora Snu Abecassis e senhora de Amaro da Costa e os pilotos Martinho de Albuquerque e Alfredo de Sousa.

«Fomos há poucas horas chocados com a notícia da perda de homens que dedicaram toda a sua vontade, toda a sua capacidade, toda a sua determinação à defesa de

Portugal e dos interesses dos portugueses.

«Na minha qualidade de Presidente da República, quero, em nome de todos os portugueses, prestar a homenagem e exprimir o testemunho do respeito profundo devido à memória do dr. Francisco Sá Carneiro, do eng. Adelino Amaro da Costa e do dr. António Patrício Gouveia.

«É com profunda consternação e emoção que vos falo, pedindo-vos, sem diviões, honrem a memória destes homens recordando as suas obras, as suas convicções democráticas, a sua dedicação patriótica.

«Dirijo às famílias os meus mais sentidos pesares nesta hora de dor que vivem e em que são acompanhadas por todos os portugueses.

«Dirijo aos dois partidos a que o dr. Francisco Sá Carneiro, o eng. Adelino Amaro da Costa e o dr. António Patrício Gouveia ofereceram o melhor dos seus esforços, das suas grandes capacidades e o seu empenhamento

na realização dos seus ideais, os meus sentimentos profundos de solidariedade democrática.

«A todos os portugueses, qualquer que seja a sua filiação partidária e a sua ideologia política, dirijo o apelo, neste momento de profundo pesar e de gravidade, para que se esqueçam divergências e se afirmem, responsável e serenamente, o respeito de que todos somos devedores perante aqueles que colocaram, acima de tudo, a missão de orientar a nossa vida política.

«Os homens que morreram neste acidente merecem que os saibamos honrar com a reflexão e a dignidade que a democracia exige e que a consciência fraternal dos portugueses sempre tem manifestado em todos os momentos graves da vida nacional.

«As instituições democráticas continuam em pleno funcionamento.

«A continuidade do Estado

democrático está assegurada a todos os níveis.

«Apesar de a estrutura constitucional do Governo se basear no Primeiro-Ministro, a estabilidade das instituições do Estado democrático exige que o Governo se mantenha em funções, neste momento grave, assegurando a continuidade do normal funcionamento da vida do País, sob a presidência, nos termos constitucionais, do senhor vice-Primeiro-Ministro, prof. Freitas do Amaral.

«Nesta situação, decidi terminar todas as minhas actividades públicas de campanha eleitoral para assegurar a minha contribuição permanente, no âmbito das minhas funções específicas, como Presidente da República.

«Espero de todos os portugueses e de todos os responsáveis políticos a serenidade, a lucidez, o patriotismo e a dignidade exigidas pela nossa solidariedade nacional.»

Para apreciar situação

Presidente reuniu com conselheiros

A CNARPE foi a primeira das candidaturas a cancelar as suas actividades de campanha em sinal de pesar pela morte do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa, eng. Amaro da Costa. O anúncio desta decisão seria feito num ambiente de visível consternação perante dezenas de milhares de pessoas enchiam o Rossio para o que seria o grande comício de encerramento da campanha do general Ramalho Eanes.

Cerca das dez horas no local poucas pessoas conheciam a trágica notícia mas esperava-se pela chegada do general Ramalho Eanes que em princípio faria uma comunicação. Contudo, Ramalho Eanes, que ainda não havia chegado ao Rossio, deslocou-se imediatamente para o local do acidente.

Fialho Gouveia, que tinha a seu cargo a apresentação do comício, subiu nervosamente ao estrado e preparou previamente o público para a trágica notícia até comunicar objectivamente o que tinha acontecido.

Na vasta praça fez-se silêncio. Fialho Gouveia acrescentaria que o comício era suspenso. Pouco depois chegavam Nobre da Costa, da comissão política da candidatura do general Eanes, o eng. João Botequilha, coordenador geral da campanha, Salgado Zenha, Soares Louro e outros elementos da CNARPE.

Em breves palavras que dirigiu à multidão Nobre da Costa pediu para não serem gritadas palavras de ordem e para que fosse guardado um minuto de silêncio. O público entendeu depois o Hino Nacional e dispersou num ambiente em que pairava a consternação e ao mesmo tempo a incredulidade.

Comissão Nacional reúne de emergência

Do Rossio os elementos da CNARPE seguiram directa-

mente para a sede da candidatura do general Ramalho Eanes onde efectuaram uma curta reunião de emergência finda a qual foi divulgado o seguinte comunicado:

«A Comissão de Apoio à Recandidatura do General Ramalho Eanes ao tomar conhecimento do trágico acontecimento que determinou as mortes dos dr. Francisco Sá Carneiro e do engenheiro Adelino Amaro da Costa deliberou:

a) Apresentar sentidas condolências às famílias, ao Partido Social Democrata, ao Centro Democrático Social e ao País; b) Suspender as actividades eleitorais.

Dada a natural emoção que a todos atinge a CNARPE voltará ao contacto com os portugueses para mais detalhadamente transmitir as homenagens que sente serem devidas ao Pri-

meiro-Ministro Francisco Sá Carneiro e ao ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa.

Solidariza-se, igualmente, na dor que atinge os familiares das restantes vítimas e apresenta a expressão de sentido pesar.

Eanes na CNARPE

Depois de uma série de actos como presidente da República, relacionados com a situação decorrente do acidente que vitimou os dois membros do Governo, Eanes esteve na sede da CNARPE, como candidato, cerca das 2 da madrugada, onde teve uma reunião com a sua comissão política, que terminou às 3 horas. Ao abandonar o edifício Ramalho Eanes escusou-se a prestar quaisquer declarações à imprensa.

Na CNARPE encontrava-se também o tenente-coronel Vítor Alves que na qualidade de porta-voz do Conselho da Revolução ali se deslocara para receber indicações do Presidente da República sobre a eventual convocação de uma reunião de urgência daquele órgão de soberania, que chegou a admitir-se pudessem realizar-se durante a noite.

À saída o tenente-coronel Vítor Alves revelou que não seria provável que hoje se reali-



Fialho Gouveia quando anunciava à multidão a morte de Sá Carneiro

zasse qualquer reunião do Conselho da Revolução por não existirem imperativos constitucionais que a exigissem, uma vez que ainda não existia qualquer proposta para o eventual adiamento das eleições e o Governo continuar em funções com o prof. Freitas do Amaral no cargo de Primeiro-Ministro interino. Só o adiamento das eleições ou a substituição do Governo exigiriam a reunião do CR.

Comício do Porto também cancelado

Entretanto, ao tomar conhecimento do acidente no qual perderam a vida o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa, a Comissão Distrital do Porto da CNARPE cancelou também o comício marcado para ontem à noite, em que seriam oradores Maria de Lurdes Pintasilgo, Vítor Constâncio e Cunha Leal.

Corpos

de Sá Carneiro e Amaro da Costa

em câmara ardente

nos Jerónimos

Os funerais de Sá Carneiro e Amaro da Costa só deverão realizar-se na segunda ou terça-feira, segundo informação prestada por fontes oficiais.

Esta manhã, as urnas contendo os restos mortais do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa Nacional deixaram a morgue, no Instituto de Medicina Legal, seguindo para o Mosteiro dos Jerónimos, onde se encontram na Capela do Baptistério, aberta ao público desde as 12 horas.

Amanhã, no mesmo local, serão celebradas solenes exéquias, pelas 12 horas, após o que os corpos permanecerão em câmara ardente até às 17 horas.

Depois destas cerimónias e por vontade expressa das respectivas famílias, os corpos serão entregues a fim de promoverem funerais particulares.

Quanto ao corpo de António Patrício Gouveia está desde a manhã de hoje na Igreja das Mercês, de onde, às 15 e 30, o funeral sairá para o Cemitério dos Prazeres.

Os funerais de Snu Abecassis e Manuela Vaz Pires, bem como dos dois pilotos, estão igualmente a cargo das respectivas famílias, não tendo sido possível confirmar a data da sua realização.

Um certo

"silêncio" na RTP

Quando ontem à noite, terminado o Telegenial, os telespectadores aguardavam a programação prevista, o locutor de serviço na RTP anunciou o acidente que hoje é título de primeira página em todos os jornais, matutinos e vespertinos.

Depois da estupefacção causada por tal notícia, em todo o público persistiu um desejo: saber mais pormenores, dar-se conta de reacções, ter o ponto, enfim, da situação.

Durante horas, no entanto, o papel informativo da Televisão esteve ausente. Não se pôe em causa a homenagem aos mortos prestada através da transmissão da «Paixão Segundo S. Mateus», de João Sebastião Bach. Mas a curiosidade dos telespectadores, bem como a sua sensibilidade, exigia mais: uma informação pormenorizada que, se isenta, seria também uma homenagem aos desaparecidos.

Tal, no entanto, não aconteceu. Para além das comunicações ao País do vice-Primeiro-Ministro e do Presidente da República, e de algumas imagens do desastre, nada mais praticamente foi emitido. Reportagem houve através da Rádio, pormenorizada, variada, auscultando opiniões dos mais diversos quadras políticos, etc. — e sem que de maneira nenhuma se quebrasse a solemnidade que o trágico acontecimento exigia.

A RTP, entrando pelas casas, e quase nada noticiando em pormenor, limitou-se a criar, talvez inconscientemente, um estado de tensão que magoou bastante os telespectadores: é que a nossa democracia já tem capacidade para assimilar, e compreender, todas as notícias, por mais trágicas e desoladoras que sejam.

PORTE PAGO



PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENAASCENÇA GRÁFICA, SARL

Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade: RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA
Telefones 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade - 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1 - 1100 LISBOA
Telefones 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro - 321154
Redacção 320271/2/3
Mensagens gravadas 320229

Endereço Telefónico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO: Rua do Almada, 30-2º
Telefones 2054/5 4000 PORTO

Segundo a PSP

Não se registaram incidentes

A Polícia de Segurança Pública não teve conhecimento de nenhuns incidentes que tenham ocorrido depois de ser tornado público o falecimento do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa.

Alguns boatos que circulavam ao princípio da noite em Lisboa davam conta da existência de incidentes mais ou menos violentos em diversos locais e, nomeadamente, de assaltos a sedes de alguns partidos políticos.

Segundo informação do oficial de dia da PSP, não se registaram nenhuns incidentes e, fora do normal, a PSP apenas registou uma desusada, mas natural, nas circunstâncias, afluência de pessoas às sedes do PSD e da Comissão de Candidatura do general Soares Carneiro. Por isso foram montados dispositivos destinados a facilitar o tráfego, e nada mais.

Por outro lado, um informador do Estado-Maior-General das Forças Armadas desmentiu que tivesse sido decretado o estado de prevenção nas unidades militares.

(Hoje 28 páginas)

As reacções à morte do Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, e demais acompanhantes não se fez esperar. Num ápice, partidos políticos, órgãos de soberania, militares, candidatos presidenciais, individualidades nacionais e estrangeiras de todos os quadrantes políticos, sindicatos quiseram demonstrar unanimemente o seu pesar através de comunicados, telegramas, mensagens, declarações públicas, etc.

A Comissão Nacional de Apoio à Recandidatura do Presidente Ramalho Eanes (CNAPE), uma das primeiras a reagir, decidiu, em reunião de emergência, suspender todas as actividades de propaganda eleitoral. Assim, e após a notícia do acidente e na sequência desta decisão, a CNAPE anulou os dois comícios de apoio a Ramalho Eanes que hoje se deviam realizar no Porto e em Lisboa.

Em comunicado difundido, na madrugada de hoje, a comissão política da CNAPE apresentou «sentidas condolências às famílias, ao Partido Social Democrata, ao Centro Democrático Social», no mesmo comunicado se refere que «dada a natural emoção que a todos atinge a CNAPE voltará ao contacto com os portugueses para mais detalhadamente transmitir as homenagens que sente serem devidas ao Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro e ao ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa».

Pires Veloso cancela também actividade

O candidato presidencial Pires Veloso cancelou o programa eleitoral previsto para hoje, ao saber da morte de Sá Carneiro.

«A vida política portuguesa ficou mais pobre ao perder dramaticamente um seu líder carismático, Francisco Sá Carneiro», refere Pires Veloso num comunicado divulgado pelos serviços da sua candidatura (MAVE). No mesmo comunicado, este candidato recorda os laços de amizade que o uniam a Sá Carneiro e exprimiu a mais profunda mágoa e consternação apresentando, também, sentidas condolências às famílias das vítimas e às forças partidárias enlutadas.

Galvão de Melo afinal suspende a campanha

Em Vale de Cambra, Galvão de Melo continuou a sessão de esclarecimento que aí se realizava. Entre-

tanto e já de madrugada comunicou que todas as actividades da sua campanha estavam suspensas.

Na mesma sessão, onde todos os presentes guardaram um minuto de silêncio em homenagem aos vitimados, Galvão de Melo declarou: «Lamento tanto a morte de um adversário nestas circunstâncias como lamentaria a morte do meu melhor amigo para acrescentar «serem impensáveis os efeitos imediatos que este acontecimento pode ter na vida política portuguesa». Galvão de Melo desejou ainda que «para bem da política e dos políticos, que este facto não venha a ser explorado de forma negativa com acusações que desde já me seriam difíceis de acreditar».

Otelo não suspendeu comício

O comício de apoio a Otelo Saraiva de Carvalho marcado para ontem, no Pavilhão dos Desportos, decorreu normalmente.

Este candidato declarou, no entanto, que «do ponto de vista humano lamento a morte de Sá Carneiro como lamento a morte de qualquer ser humano. Do ponto de vista político penso que a morte do Primeiro-Ministro vai provocar alterações no xadrez da política nacional e no seio da própria AD».

A Comissão Nacional Otelo à Presidência após declarar-se contra o adiamento das eleições decidiu cancelar o programa previsto para hoje.

Dos candidatos aos partidos

Num comunicado difundido esta madrugada a Comissão Directiva do CDS afirmou que «a morte trágica de Sá Carneiro e Amaro da Costa priva Portugal de dois dos seus mais dedicados e esclarecidos governantes» apelando ao mesmo tempo para a coragem cívica e que «a melhor homenagem neste momento só pode ser a da serenidade, de respeito comum e da convicção ainda mais vivida na prossecução de um futuro em paz, democracia e liberdade».

Apoio total do PPM a Freitas do Amaral

Os dirigentes do PPM, em reunião de emergência, manifestaram «o mais completo e claro apoio a Diogo Freitas do Amaral, sobre quem pesa, nesta hora grave e dolorosa, a responsabilidade da chefia do Governo».

Um comunicado deste mesmo partido expressa «a mais profunda e sentida homenagem à memória de Francisco Sá Carneiro, uma das personalidades políticas mais notáveis do Portugal contemporâneo e o seu maior pesar pela morte do ministro da Defesa Nacional, Adelino Amaro da Costa».

JSD adverte para atitudes menos serenas

Os órgãos nacionais da Juventude Social Democrata, reunidos hoje em Lisboa, consideram num comunicado distribuído no final da reunião que «a gravidade da situação não se compadece com atitudes menos serenas ditadas por raciocínios imponderados ou emocionais». No mesmo comunicado manifestam a sua profunda e séria mágoa pela morte de Sá Carneiro.

PS associa-se ao luto nacional

Num comunicado, ontem emitido, o Secretariado Nacional do PS qualificou o falecimento de Sá Carneiro e de Amaro da Costa como «uma grande perda para a democracia portuguesa»; os dirigentes socialistas manifestaram igualmente o «seu pesar pela trágica ocorrência afirmando que o desaparecimento de líderes tão destacados é motivo de luto para todos os portugueses».

As Federações do Porto, de Évora, de Aveiro e da Madeira do PS apresentaram também as suas condolências às famílias e partidos enlutados, decidindo colocar as bandeiras das suas sedes a meia haste como sinal de pesar e luto, pela morte do Primeiro-Ministro.

No País e no Estrangeiro

Reacções imediatas à notícia da morte de Sá Carneiro

Reacções de personalidades

Entretanto, foram inúmeras as personalidades políticas e militares que em declarações públicas manifestaram o seu pesar pela morte de Sá Carneiro e dos seus acompanhantes. Entre elas, destacam-se as seguintes:

Cap. Sousa e Castro, do Conselho da Revolução, cor. Rocha Pinto, governador civil do Porto, Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP, Salgado Zenha, dirigente socialista, Bento Gonçalves, membro do Conselho Nacional PSD, gen. António de Spínola, Leonardo Ribeiro de Almeida, presidente da Assembleia da República, Mariana Perdigão, governadora civil de Évora, Alvaro Monjardino, presidente da Assembleia Regional dos Açores, cor. Lino Miguel, ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, Alcino Cardoso, dirigente do CDS, Abílio Curto, dirigente socialista e presidente da Câmara Municipal da Guarda, Jorge Medeiros, secretário-geral adjunto do PDC, Montalvão Machado, dirigente distrital do PSD.

PCP cancela campanha e apela para demissão do Governo

Numa nota, ontem divulgada, o Secretariado do Comité Central do PCP «lamentando o trágico acidente de aviação que vitimou o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa» resolveu, em face do clima criado, «cancelar todas as iniciativas da sua campanha eleitoral ainda previstas até ao dia das eleições», mantendo contudo a orientação de voto expressa na última reunião do seu Comité Central.

Entretanto Carlos Brito disse hoje à ANOP que o PCP entende que o Governo se deve demitir na sequência da morte do seu Primeiro-Ministro.

UDP alerta para possíveis intenções golpistas

Em comunicado hoje difundido a UDP, a propósito do acidente, alerta o povo português «contra possíveis atitudes revanchistas ou intenções golpistas e provocatórias de sectores da extrema-direita civil ou militar» e repudia qualquer «tentativa de coerção ou chantagem que prejudique ou dificulte o acto eleitoral de domingo».

Também o MDP/CDE, a UEDS, a ASDI, a JASD e a Juventude Reformadora manifestaram o seu pesar pela morte do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa.

O Partido Trabalhista e o PCTP/MRPP lamentaram igualmente o trágico acidente que os vitimou.

Luto na Madeira durante cinco dias

A notícia do desastre que vitimou Sá Carneiro foi conhecida na Madeira durante os trabalhos da Assembleia Regional, que foram interrompidos «sine die», guardando os presentes um minuto de silêncio, tendo o Governo Regional decretado luto por cinco dias na Região Autónoma da Madeira. O Executivo madeirense encontra-se reunido desde que tomou conhecimento do acidente.

Numa mensagem lida por intermédio da Comunicação Social, João Jardim, presidente do Governo Regional, afirmou «que mais do que nunca o País precisa da serenidade e da lucidez de todos nós».

Açores: três dias de luto

Por despacho da presidência do Governo Regional dos Açores foi determinada a observância de luto em toda a região por três dias, estando as estações de rádio e televisão restringidas, neste período à emissão de serviços informativos e a programas culturais e de música clássica, de igual forma o «jornal oficial» a publicar nesses dias virá assinalado com uma tarja negra.

Em comunicação feita à região por intermédio da RTP e da RDP, Mota Amaral, presidente da Região Autónoma dos Açores, declarou «haver alturas em que é preciso calar a dor que nos trespassa o coração para enfrentar com coragem as situações da vida». Para Mota Amaral a morte de Sá Carneiro determina o fim da campanha eleitoral em curso, afirmando

porém que «as eleições presidenciais realizar-se-ão na data prevista e a sua importância fica agora ainda reforçada».

União Sindicais tomam posição

A UGT lamentando profundamente a morte do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa apelou hoje aos trabalhadores portugueses para «mais uma vez darem provas de maturidade cívica, no momento difícil que o País atravessa».

Por seu turno, a CGTP-IN manifestou o seu pesar pela «brutal ocorrência que vitimou o Primeiro-Ministro, o ministro da Defesa, os seus restantes acompanhantes e, ainda, os dois pilotos», lembrando, no entanto, «serem condenáveis e exigem severa punição quaisquer acções que, procurando servir-se do trágico acontecimento, atentem contra a liberdade e a

segurança dos cidadãos e das suas organizações».

Reacções internacionais

Kurt Waldheim, secretário-geral da ONU, James Carter, presidente dos EUA, os reis de Espanha, Juan Carlos e Sofia, Adolfo Suarez, primeiro-ministro espanhol, são algumas das personalidades políticas estrangeiras que ao tomarem conhecimento da morte do Primeiro-Ministro e de Amaro da Costa manifestaram por várias vias o seu pesar.

Integram também o rol dessas personalidades Ramon Tamames, dirigente do Partido Comunista Espanhol, Felipe Gonzalez, secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), Robert Pontillon, dirigente do Partido Socialista Francês, Olivier Stin, secretário de Estado francês dos Negócios Estrangeiros.

A tragédia e o voto

comovido e atônito, a lição de serenidade, o exemplo da fraternidade portuguesa perante a dor de muitos, a surpresa de todos, a inquietação compreensível, a angústia, a perplexidade. Prestando inequívoca justiça aos homens de Governo e de partido que a morte ceifou impiedosamente, o Presidente da República interpretou, com nobreza, os sentimentos gerais e soube falar em nome de Portugal. Rendeu justiça ao empenhamento cívico de compatriotas que, no exercício de altas responsabilidades, serviram o País segundo o seu entendimento desse serviço, a sua consciência, a sua paixão.

Curvamo-nos perante os mortos. Aos seus familiares, amigos e correligionários, o «Diário de Lisboa» exprime, com profunda solidariedade, sinceros sentimentos de pesar.

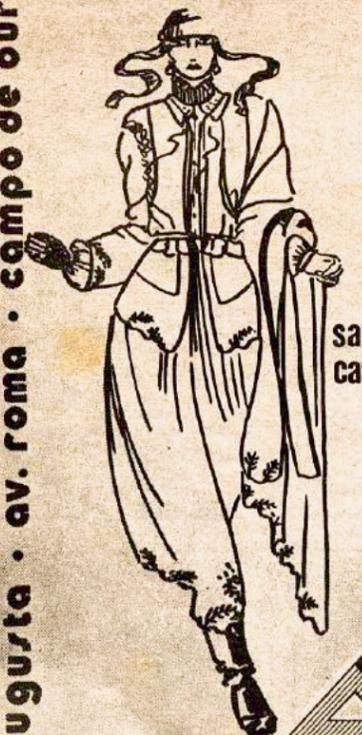
Com este acidente trágico criou-se uma situação com consequências políticas imediatas e mediatas, que exige de todos, independentemente das suas posições particulares, uma grande serenidade e o sentido das responsabilidades. O luto nacional deverá ser respeitado. E os mortos deverão ser respeitados, para além das manifestações de dor, pela manifestação de uma consciência cívica que não admita qualquer aproveitamento partidário de uma tragédia que impõe recolhimento e comovido silêncio.

Não podemos deixar de lamentar — fazêmo-lo magoadamente — que os representantes das direcções dos três partidos da Aliança Democrática, «reunidos conjuntamente com o Conselho Político do sr. General Soares Carneiro na sequência do trágico acidente...», em documento datado de hoje, 5 de Dezembro, tenham considerado oportuno, significativo do seu desgosto, correspondente aos sentimentos dos Portugueses, o directo aproveitamento político da tragédia brutal. Considerar que: «Uma votação maciça no próximo dia 7 de Dezembro será a melhor homenagem a quem teve sempre por primeiro empenho restituir ao Povo Português a plenitude da sua soberania e fazer das eleições o único critério de legitimidade» — é, pelo menos, revelador de uma lamentável insensibilidade moral. O cinismo político poderá congratular-se com esta pressurosa habilidade táctica.

Outra é a dimensão moral e política do homem que, em nome de Portugal, soube dizer da nossa estupefacção e da nossa dor.

Duas palavras só: o respeito devido aos mortos não pode silenciar a nossa magoada revolta perante o aproveitamento político da tragédia. A dignidade do Povo Português julgará de uns e de outros. Na serenidade e na dor, respeitosa e partilhada, Portugal vai votar. As escolhas estão feitas. Respeitar os que morreram é, também, um voto: o voto num país novo do qual sejam expurgados os «estratagemas dos habilidosos» e o cinismo político.

r. augusta • av. roma • campo de ourique • cascais • setúbal



gabardinas
saia e casaco-kiltes
casacões-camisolas



PINHEIROS



M. R. — MANUEL RAFAEL

MATERIAL ELÉCTRICO



TUDO EM ELECTRICIDADE

Travessa do Forno, 7-A (ao Rossio)

Tel. 371001/2 LISBOA

10. DEZEMBRO. 1980
ANO IV — N.º 206
Preço: 15\$00



o Diabo

semanário

director VERA LAGOA



SÁ CARNEIRO MORRE, ANTÓNIO EANES GANHA

UMA DESGRAÇA NUNCA VEM SÓ...

● CENTRAIS



● PÁG. 5
**ATENTADO
OU ACIDENTE?**

Pobre Povo Português

Como começar? Como começar um artigo, num dia como este, coberto de luto por dentro e por fora? Como começar a contar a minha profunda mágoa pelo "desastre" (que me recuso aceitar como tal), a minha profunda mágoa pela vitória da mediocridade, da mentira, da hipocrisia e da traição? Para eles, muito bem. Para nós, portugueses, humilhados, ludibriados, ofendidos, traídos, muito mal.

Mas derrotados? Nunca! Pelo menos eu não aceito essa vitória, por mais números que me mostrem. Calar-me? Jamais! Voltámos a 1975, por cul-

pa dos portugueses timoratos, por culpa dos que votariam Sá Carneiro, mas que com ele assassinado (perdão, morto) votaram por aquilo que julgam viria a ser a sua tranquilidade... Por culpa dos que, com o seu voto, facultaram ao antigo professor de ginástica o regresso à caça às bruxas. O regresso às perseguições, o regresso à Pintassilgo (ML).

Os portugueses que votaram Eanes daqui a pouco tempo verão o que fizeram. Recearam a guerra civil? Com Soares Carneiro, homem duma só cara, não a teriam. Com esse reequívoco que é o locatário de Belém, veremos o que vem a seguir. Não faço

ameaças. Apenas pergunto aos portugueses que repudiaram o comunismo e o marxismo como vão aceitar de novo os Melo Antunes, como vão aceitar as Pintassilgos, como vão aceitar toda a escumalha que o havia traído — a ele, Povo.

Não aceito. Era isto que queriam saber? Pois aqui está. Não aceito. Como irei lutar? Ainda não sei. Estou em ferida pela morte de Sá Carneiro.

(continua na pág. 4)

Vera Lagoa

análise política

jósé miguel júdice

A derrota póstuma de Sá Carneiro

A vitória eleitoral de Ramalho Eanes significa uma derrota póstuma de Sá Carneiro. Essa a crua constatação a fazer, não obstante se possa e deva dizer que foram factores psicológicos e não racionais os que jogaram fundamentalmente em 7 de Dezembro. Factores psicológicos contraditórios, em que no entanto sobrelevaram os que apontavam para um voto de orfanade política, no candidato que por deter o poder formal oferecia a um País em choque o refúgio de tranquilidade desejada, num momento em que com a morte trágica de Sá Carneiro o poder governamental se esfumou.

Isto dito, importa notar que fiquei convencido, em função da estrutura dos resultados, que em qualquer caso Ramalho Eanes sairia vencedor, ainda que provavelmente com resultado menos relevante. O que também significa que o analista se enganou ou não foi capaz de analisar objectivamente, o que vai dar ao mesmo, não tendo outra solução que não seja aguentar com o estoicismo possível a "vingança" dos que, como o meu amigo Mega Ferreira, provavelmente temerem um pouco que ainda desta vez me não enganasse. Como não terá outra solução o analista que não seja extrair as consequências naturais. É tempo de na nossa sociedade se assumirem responsabilidades. Como Sá Carneiro faria, se não tivesse morrido.

Os legados de Sá Carneiro

A morte de Sá Carneiro é aliás o grande problema, o grande facto político, que ultrapassa significativamente tudo o resto. Seria deslocado fazer, aqui e agora, o elogio político de um homem que foi até ao momento o mais insigne homem de Estado português dos últimos anos, talvez o único com suficientes provas dadas* Mas a morte de Sá Carneiro deixa vivos em especial dois legados fundamentais, para não falar na sua escolha presidencial, sobre cujas razões profundas não é ainda a altura de falar.

Deixou, em primeiro lugar, um projecto político estruturado, que se consubstanciou na Aliança Democrática, mas que visava mais longe do que o efémero de uma coligação eleitoral e de um governo estável. Era, e é, um projecto de autoridade democrática, a compreensão de que governar tem de ser organizar uma política de reformas consistentes e coerentes para o que é indispensável uma unidade de poder e uma autoridade indiscutida, que permita a revivificação da sociedade civil sem cair na falsa solução da feudalização e da molecularização do mando, diluindo nos conciliábulos da conciliação permanente. Era, e é, a profunda simbiose entre a modernidade reformadora e a capacidade de lançar raízes no tecido social, na força e na energia dos grupos sociais mais dinâmicos da sociedade portuguesa. Era, e é, a síntese entre um pensamento de raiz social-democrata e uma veia populista e quase neo-conservadora, com laivos de um certo justicialismo, de que foram extraídos os elementos tipicamente sul-americanos.

Em segundo lugar, Sá Carneiro deixou como legado um partido político, construído muito à sua imagem e semelhança. Um partido de massas com uma ideologia essencial de sustentação de raiz social-democrata e reformista. Um partido verdadeiramente disseminado no tecido social português, diverso como o próprio País, possuidor de uma mística interior só comparável à do PCP. Um partido sólido nas suas bases, mas que a nível de cúpulas se revela bastante mais inconsistente.

São estes dois essenciais legados que indiscutivelmente estão em riscos de se perder. Não só pela morte do homem que, ao modo iluminista, os estava a forjar (muitas vezes com a incompreensão de quase todos), mas também pela vitória de Ramalho Eanes, que objectivamente é sobretudo a derrota do projecto e do partido. Importa tentar compreender porquê, quanto mais não seja para que se possa saber os processos de evitar ou moderar os riscos de se perderem definitivamente.

O vazio de poder e a inversão de expectativas

A morte de Sá Carneiro deixou aberto um vazio de poder no PSD. Como todos os homens de excepção, Sá Carneiro não tinha um segundo, um continuador legitimado ou ungido; preocupado com a construção do Estado e do partido, Sá Carneiro nunca hesitou em impedir que focos de poder autónomo, com os quais se visse obrigado a negociar sem controle, se viessem a formar. O que resta, depois da sua morte, é uma estrutura potencialmente feudal, formada por braços nem sempre solidários, com os seus territórios e

os seus fiéis, com as suas inimizades e os seus ressentimentos.

O vazio de poder poderá implicar a abertura de um complexo processo de relações entre os vários vultos predominantes do PSD, entre si se aliando ou opondo, até que algum conseguirá cimentar o poder interno mas então forçosamente sobre uma teia de compromissos, acordos, cedências. A consequência inevitável, a acontecer o que atrás se refere, será a desagregação crescente do PSD, que passaria a ser apenas o quadro formal onde se inscreveriam inúmeros e contraditórios grupos políticos, cada um deles falando em nome de Sá Carneiro, mas todos eles destruindo o essencial do seu legado, precisamente pelo facto de existirem com essa contextura.

Por outro lado, a morte de Sá Carneiro, aliada à vitória de Ramalho Eanes, vai criar as condições que tornam impossível a curto prazo o essencial do projecto da Aliança Democrática, ou seja a reconstrução do Estado e a revivificação da sociedade. Vai ser impossível realizar a autoridade democrática, que supõe unidade de direcção e independência, vai ser impossível realizar a recuperação económica acelerada, dado que é indiscutível que se processou a inversão de expectativas dos agentes económicos de que falei aqui há quinze dias, vai ser impossível implementar o conjunto de reformas sociais ousadas que estavam no pensamento de Sá Carneiro para os próximos quatro meses, pois não haverá a força política para as impor aos diversos interesses que inevitavelmente iriam lesar em maior ou menor medida.

Dir-se-á que a análise que aponta para a impossibilidade de realização a curto prazo do projecto AD, com a vitória de Eanes, é excessivamente pessimista. A questão não é porém essa. Seja pessimista ou não, foi essa a análise que foi apresentada aos portugueses por Sá Carneiro e por todos os que, com ele, solenemente afirmaram que seria impossível governar com Ramalho Eanes. A resposta que foi dada nas urnas implica que os dirigentes políticos que assim pensaram se retirem da direcção política e governamental, e isso por duas ordens de razões.

Por um lado, porque é tempo de em Portugal se instituir o princípio da sanção política, não só como processo de moralização da vida pública, como também como único meio de se gerar a credibilidade popular dos dirigentes políticos. Por outro lado, porque esses homens, que foram capazes de fazer um governo que sem dúvida com defeitos foi o melhor governo português dos últimos anos, não podem colaborar no arrastamento sem condições e até à inanição das políticas em que se empenharam. Seria a destruição política pessoal de cada um e, o que é mais importante, a destruição dos projectos políticos em que se empenharam. Com o inconveniente acrescido de que, se realmente têm razão e é impossível governar com Ramalho Eanes, dentro de alguns meses isso será perfeitamente visível. E se os que o disseram a tempo não estiverem fora dos conciliábulos em que a área do poder se arrastará e, por isso, não mantiverem o prestígio intacto, só o deserto existirá quando a crise essencial rebentar.

A passagem do testemunho

O que se acaba de dizer não significa que, numa óptica de PSD e de Aliança Democrática, tudo esteja perdido. Significa apenas que nem tudo é possível e, por outro lado, que se as decisões correctas não forem tomadas a prazo curto e de modo decidido, não será possível evitar a degradação.

A questão central decorre do que atrás fica dito sobre o princípio da sanção política e decorre também do facto de que após a morte de Sá Carneiro, e ao menos nos tempos mais próximos, não haverá por certo nenhum dirigente responsável de partidos da AD que queira sacrificar a maioria existente à procura de qualquer miragem.

Assim sendo, será a altura de que o testemunho seja passado, no interior da AD, dos que entendiam como Sá Carneiro que não é possível governar com Eanes para os que não pensavam assim e só por disciplina partidária apoiaram o general Soares Carneiro. O que deverá ser feito não só pelas razões que decorrem do que ficou dito mais atrás, mas também pela circunstância essencial de que, goste-se ou não, Ramalho Eanes foi eleito para um mandato de cinco anos. Seria altamente vantajoso para o País que fosse possível entre a AD e o general Eanes um entendimento — que não sacrificasse o projecto AD. Mas para isso só os homens que sempre pensaram que isso seria viável estão em condições políticas suficientes.

Ao mesmo tempo é urgente que no PSD se resolva a questão da liderança. E deverá dirigir o partido, nes-

ta conjuntura particularmente difícil, alguém que tenha capacidade para, a curto prazo, se impor internamente e, ao mesmo tempo, seja capaz de se entender com o Primeiro-Ministro "new style" ou, em alternativa, que possa ser a mesma pessoa.

Em minha opinião só existe no PSD um homem em condições para, em função do que atrás fica referido, assumir a chefia do Governo. E esse homem é Mota Amaral. Dotado de uma capacidade política já bem testada, com prestígio fora do círculo restrito dos adeptos, afastado de guerrilhas partidárias, desde sempre defensor da tese de que seria possível à AD governar com Eanes mas tendo, com correcção e disciplina indiscutíveis, apoiado Soares Carneiro, Mota Amaral pode e deve vir para Lisboa. Assim o queira, e os indícios são infelizmente no sentido de que se não quer vir meter no que já ouvi chamar "o vespeiro" político lisboeta.

Qualquer outra alternativa, em minha modesta opinião, é um erro político que poderá ser decisivo. Ninguém mais no PSD — e o Primeiro-Ministro tem de ser um dirigente político do PSD — detém possibilidades paralelas. E não foi por acaso que a generalidade dos olhares se voltaram para os Açores: mesmo os olhares daqueles que não se podem considerar adeptos do estilo de fazer política de Mota Amaral.

O tempo não está para análises

Seja ou não assim, é indiscutível que os homens que apoiaram firmemente a estratégia política de Sá Carneiro não poderão e não deverão continuar em posições de direcção política e governamental. Homens como Morais Leitão, como Cavaco Silva (que poderia ser um bom Primeiro-Ministro com Soares Carneiro), Freitas do Amaral, Alvaro Barreto, Eurico de Melo, José Luís Vilaça, Pulido Valente, Carlos Macedo e, por outras razões, a própria Helena Roseta (que fez na Televisão, na noite de 7 de Dezembro, uma intervenção de excepcional nível político), não poderão "queimar-se" ingloriamente a tentarem aquilo em que não acreditam, têm de manter as condições para poderem dentro em breve, se for necessário, recordar ao País a palavra de Sá Carneiro e o bem fundado das razões que o levaram a não aceitar pactuar com Ramalho Eanes.

E o mesmo se passa com todos os independentes que apoiaram Soares Carneiro, precisamente porque eram de opinião de que seria um bom Presidente da República e estavam convictos de que seria catastrófico para o País a reeleição de Eanes, que em regra bem conheciam. Esses homens e o próprio candidato derrotado devem, em minha modesta opinião, aguardar a evolução dos acontecimentos, não contribuindo para a desagregação do sistema, mas também não pactuando agora com aquilo que, quando era fácil para eles pactuarem, não aceitaram.

A derrota de Soares Carneiro não o deslustrou, nem aos que no plano da acção política o apoiaram. É indiscutível que os sectores activos da AD esmagadamente optaram por apoiar Soares Carneiro, tendo sido eleitores socialmente menos relevantes aqueles que, em grande medida por razões de carácter psicológico, votaram no Presidente da República (que não no candidato Eanes).

Em 8 de Dezembro, dia em que esta crónica está a ser escrita, a atmosfera não pressagia nada de particularmente bom. E o estilo caudilhista do discurso e das respostas de Eanes, na conferência de imprensa dada de madrugada, bastaria para retirar as dúvidas dos mais crédulos ou ingénuos. Todos aqueles que, de um modo ou outro, acreditaram em Sá Carneiro e no projecto que dirigia, não podem desmobilizar. Essa será a única forma de honrar a sua memória, como espontaneamente o fizeram os que seguiram o seu funeral.

O tempo não está pois para análises frias, objectivas, indiferentes a valores, feitas do ponto de vista de Sirius. E se calhar este analista já nem seria capaz de as fazer. É pois a última vez que como analista escreverei esta coluna. Mas não me retiro; a memória de Sá Carneiro, o seu projecto que há tanto tempo percebi, a recordação do lutador, não me permitiriam. Continuarei a escrever, com a preocupação de ser rigoroso e honesto, mas também com a preocupação de contribuir, com esta página, para preservar o legado de Sá Carneiro, para defender o que de essencial existe na Aliança Democrática. O analista cederá o lugar a um comentador empenhado na defesa de certos valores. O leitor, como é de regra, fica avisado.

(*) Como deslocado seria fazer o elogio, bem merecido, de Amaro da Costa, talvez o mais brilhante político português do seu tempo, de quem mais de uma vez discordei, mas que sempre encarei com admiração e amizade. Ou de Patrício Gouveia, que há pouco tempo conhecia, mas a quem já podia chamar amigo.

A CHUVA E O BOM TEMPO

Bravo, Sá Carneiro

HA qualquer coisa de irónico, de mordaz, por vezes de justo, na implacabilidade do acaso. Milhares de pequenos nada, de pormenores insignificantes, de parafusos que cedem um quarto de milímetro aqui e ali, de diálogos inesperados que roubam um minuto mais além, milhares de pequenos nada acumularam-se pacientemente, inflexivelmente, para que sete pessoas tomassem lugar no pequeno "Cessna" que às oito e dezassete minutos da passada quinta-feira rolou na pista da Portela. Milhares e milhares de minúsculas razões rendilhando, pacientemente, mais um trágico "puzzle" para o livro da História...

TIVESSE Marcelo Caetano encontrado em 1973 o "Cessna" que lhe faltou e seriam seus o desgosto e a pompa dos funerais nacionais. Tivesse-se Salazar cremado no explodir de um "Boeing" em vez da mesquinha queda de uma cadeira pífia, e por ele teriam corrido as lágrimas do povo que hoje o esquece ou vitupera.

Tivesse Sá Carneiro vivido ainda muitos e cheios anos (e que bom seria para Portugal) e talvez viesse a ter, na hora do enterro, a companhia desolada duma dezena de amigos fiéis...

NÃO o quis assim o acaso, o destino, a Mão que nos domina a todos. No rendilhar dos pequenos nada levou-o até às 8 e 18 da noite de quinta-feira e, brutalmente, terminou com tudo.

Merecia Sá Carneiro a esmagadora homenagem que o povo português lhe prestou? O facto de a ter tido é a maior prova que sim. As lágrimas que brotaram de tantos olhos, o desespero que se venceu em tantas faces, o estoicismo com que

tantos milhares aguardaram a hipótese de lhe fazerem um último e desesperançado adeus, garantem que sim...

MAS aos homens não é dado escolherem nem o nascimento nem a morte. Milhões de pequenos nada, de ínfimos parafusos, permitem-lhes, ou não, calcorrear o caminho que percorrem com o autodomínio possível.

Sá Carneiro morreu. E eu, como a esmagadora maioria dos que me lêem, senti também uma revolta íntima contra a brutalidade do acaso, desesperei, deixei que algumas lágrimas aliviasses a injustiça de tal morte. Mas não haverá em tudo isto um grande egoísmo da nossa parte?

DE alguma forma, a Morte foi meiga com ele. Colheu-o cedo, pujante de vida, imprescindível ao país, mas quase numa homenagem ao seu vigor e dinamismo. Levou-o como o empresário que retira a sua vedeta no momento em que os aplausos são mais quentes, para que o público sinta ainda mais vontade de a ver.

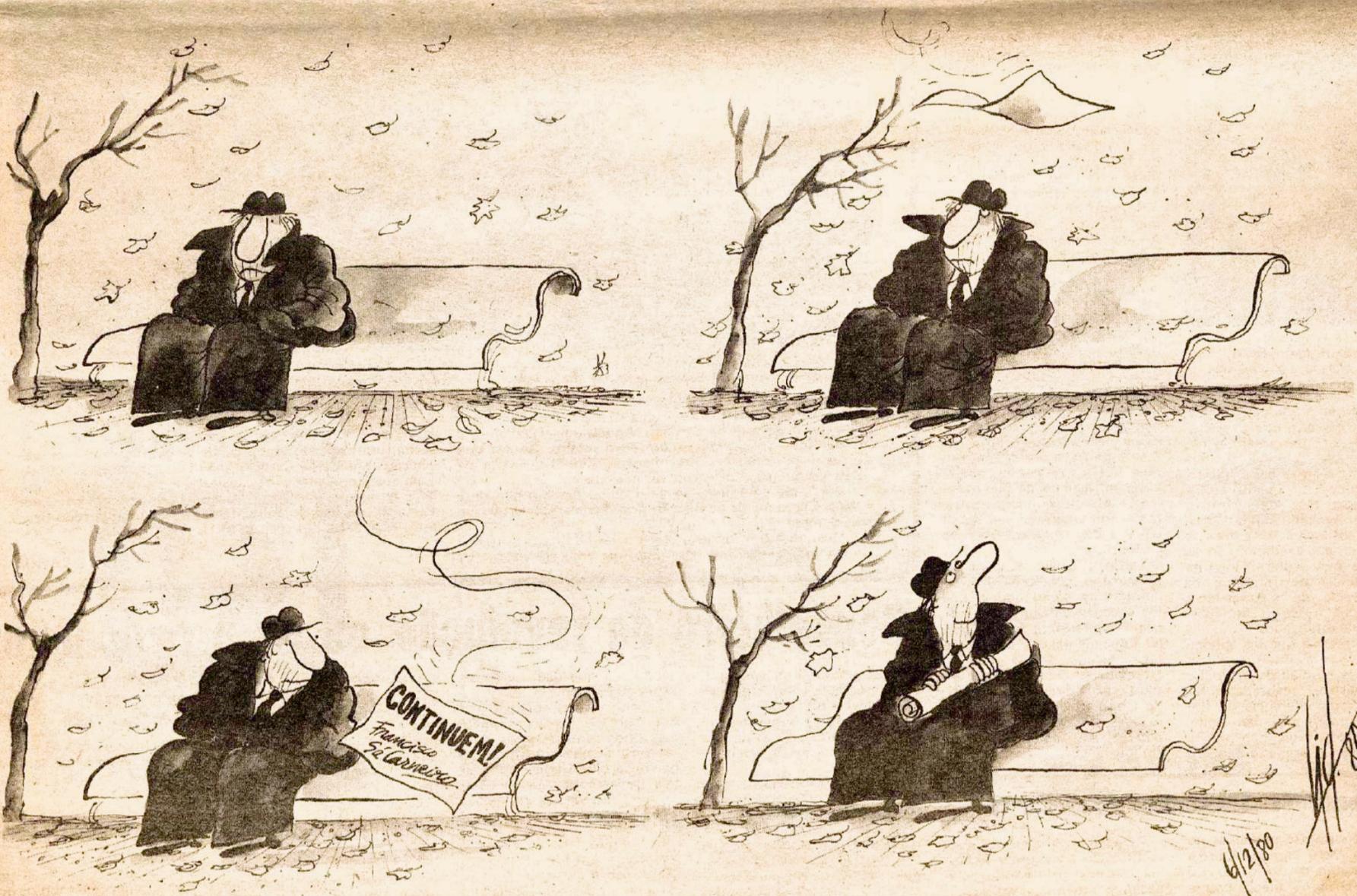
Ao ver uma cidade inteira chorar, tão órfã, tão saudosa, tão desesperada, sinto nascer em mim um certo conforto, uma solidariedade quente com o que, dentro do caixão, restava de um lutador.

Bravo, Sá Carneiro! Sais da vida como um vencedor!

Que mais podemos desejar quando o tecer do acaso nos chamar a nós?

João Fernando

bicas & bocas



Pobre Povo Português

(continuação da pág. 1)

Pobre povo, pobre povo! Que vai ser de ti agora?

Sim, porque aquelas hordas ululantes que de imediato passaram a provocar, a agredir e a insultar quem passa na rua, de punho erguido, não é o povo português. Eu vi esses marginais, eu vi esses profissionais do ódio, em pleno luto nacional, a cantar, de punho cerrado, a "Grândola, Vila Morena". Eu vi os apoiantes de Eanes, esses que o povo aparentemente derrotara em 75, de novo a sair das alforjas. Isto não te diz nada, pobre povo português? Foi com eles que tu votaste?

Queria falar longamente do assassinato, perdão, do desastre... que matou Sá Carneiro, Snu, Sua Mulher, Amaro da Costa, Manuela Sua Mulher, Patrício Gouveia e os dois pilotos. E mais. Que matou o filho de Amaro da Costa que ia nascer. De que ninguém falou para não te revoltar mais ainda, pobre povo.

Queria dizer-te da raiva e da dor com que chorei os nossos mortos, da raiva e da determinação com que me disponho de novo a lutar contra os traidores e o inimigo que regressa.

Enganando mais uma vez o povo, Eanes sobe novamente ao poder, agora descaradamente aos

ombros dos comunistas que de há muito o apoiam na sombra.

O candidato do ódio e da divisão aí está. E agora sem ter que disfarçar, porque a lei não lhe permite terceiro mandato. Ei-lo, assim, livre para todos os ajustes de contas, já sem a máscara mortífera de homem inofensivo que outros lhe afivelaram no facies sem expressão.

Isso foi visível nas declarações que fez logo após o resultado das eleições. O revanchismo latente contra o adversário — em especial a imprensa independente — saltou-lhe da boca em mal disfarçada ameaça.

A caça às bruxas vai começar. Vão ver as cargas de processos que de novo se irão abater sobre os jornais e jornalistas independentes e a crítica livre!

As ameaças, os insultos salivados odientamente, em público e através do televisor, por conselheiros que, sentindo-se de novo seguros no seu antidemocrático pelouro, abusam da própria imunidade para acirrar ódios antigos e açular os seus cães de fila contra aqueles que não se submetem ao seu ilegítimo império.

Pois bém. Cá estamos de novo, senhores! E contem conosco! Com todos os patriotas. Mesmo com aqueles que tornaram a ser enganados e que em breve reconhecerao o seu trágico erro.

Em breve verão — agora já sem reboço — os comunistas alargarem o seu poder e controle no aparelho do Estado. Em breve verão o terror regressar ao Alentejo; a inviabilização da economia; as protecções mais escandalosas; as perseguições mais revoltantes; o encobrimento das mais repulsivas traições; a promoção dos apaniguados; a marginalização e perseguição dos adversários; o alargamento e fortalecimento do sinistro "brain-trust" das negociações de toda a ordem, em especial na área político-militar; o meter na gaveta e a camuflagem dos casos mais escandalosos; o ressurgir do ódio no seio da sociedade portuguesa.

Não sou mulher que vire as costas à luta, nem aos adversários. E muito menos aos inimigos, em especial se o forem também da Pátria.

Por isso, repito: aqui me têm senhores! A mim e ao "Diabo"!

Eanes (oficialmente) ganhou? O Partido Comunista ganhou? Os marxistas ganharam? Ganham, sem dúvida. Esta batalha. Batalha que não foi ganha pelos portugueses enganados que de novo votaram Eanes.

Mas não ganharam a guerra. Essa vencê-la-ão, custe o que custar, os patriotas que insistem em proclamar "Eanes, nunca mais!".

VERA LAGOA

Não serão toleradas intromissões do Presidente da República em áreas de competência governamental



Freitas do Amaral: «É de receber que Ramalho Eanes não cumpria a promessa»

em exercício, após anunciar que o Governo iria, naturalmente, apresentar a sua demissão, mantendo-se em funções até à designação de um novo chefe do Executivo, denunciou aquela atitude de Ramalho Eanes como sendo o que na verdade foi: mais uma intromissão numa esfera do Poder que não é da sua competência.

Péssimo sintoma, com efeito, que leva o prof. Freitas do Amaral, "a recear que Ramalho Eanes não cumpra a promessa de respeitar as atribuições do Governo". Desse receio temos todos nós motivos fortes para partilhar. Seria deplorável — embora já esperado — que o reeleito Presidente da República repetisse no seu segundo mandato as atitudes de irregularidade constitucional que cometeu no primeiro, embora nem sempre às claras. Para já, não é menos deplorável que Ramalho Eanes, à semelhança dos seus festivos apoiantes, pareça estar convencido de que a reeleição alterou o quadro institucional, ou anulou os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro.

Tanto o Governo agora demissionário por força das circunstâncias como aquele que lhe suceder têm uma linha de rumo, duplamente traçada pela lei fundamental e pela vontade do eleitorado; dela se não afastarão. Por isso, e tal como acentuou o prof. Freitas do Amaral, "o Governo não tolerará intromissões do Presidente da República em matérias da sua competência".

Esta afirmação, rigorosamente transcrita, foi feita através da RTP, em plena noite de eleições, perante milhões de telespectadores, após ser conhecida a vitória do recandidato Eanes, pelo capitão de artilharia Sousa e Castro, que goza e abusa dos privilégios de ser membro do democrático conselho da revolução.

Bombeiros Voluntários da Charneca

Na reportagem publicada no nosso número anterior sobre a manifestação patriótica do 1.º de Dezembro, mencionou-se por lapso a presença da Banda dos Bombeiros Voluntários do Campo Grande, quando, na verdade, se tratava da Banda dos Voluntários da Charneca.

Aproveitamos o ensejo desta rectificação para juntar às nossas desculpas pelo lapso o agradecimento mais uma vez devido à participação da Banda dos Bombeiros Voluntários da Charneca naquela inesquecível jornada.

Em louvor de Snu



A presença da Mãe, dos irmãos e dos filhos do falecido líder do PSD e Primeiro-Ministro no funeral de Snu foi a mais justa e bela homenagem prestada à memória da Mulher que na vida e na morte foi a permanente e solidária companheira de Francisco Sá Carneiro

Eu pouco a conhecia. Mas sabia que era Uma Senhora. Eu pouco a conhecia, mas sabia que era a verdadeira, a autêntica mulher de Sá Carneiro. Aquela que ele escolheu e apresentou a presidentes, a um povo inteiro. Aquela que esmagou, por amor, os preconceitos. Aquela que com ele viveu e, suprema vitória, com ele morreu.

Curvo-me de admiração pela dignidade com que ele a impôs. Curvo-me de admiração pela dignidade com que ela soube impor-se.

Quando o que escrevo estiver a ser lido, terei já assistido ao funeral de Snu. Por amor ela com ele viveu. Por

amor, ela com ele morreu. Neste mundo de lama, neste mundo de egoísmos, de jogos sujos e de torpezas, uma figura se ergue, luminosa, honesta, inteligente e digna da maior admiração e respeito: Snu Abecassis, como era conhecida. Snu de Sá Carneiro como dentro de pouco tempo (não fossem os matadores) passaria a assinar. Apenas Snu. Três letras que chegam. Três letras que chegam para, em Portugal, quando se quiser falar de alguém que tudo deu, até a vida, basta que se diga: SNU.

VERA LAGOA

Conselheiro da revolução ou da provocação?

"O governo AD fez uma política de caceteiro na Comunicação Social o que possibilitou a instalação de determinadas zonas de "gangsters" dentro da Comunicação Social estatizada".

Esta afirmação, rigorosamente transcrita, foi feita através da RTP, em plena noite de eleições, perante milhões de telespectadores, após ser conhecida a vitória do recandidato Eanes, pelo capitão de artilharia Sousa e Castro, que goza e abusa dos privilégios de ser membro do democrático conselho da revolução.

Não se sabe, porém, se o conhecido artilheiro bolsou tamanha bojarada como simples cidadão, se na qualidade de conselheiro revolucionário.

Sabe-se é que, em qualquer dos casos, o heróico capitão, cuja lenda começou a ser escrita, como se sabe, em África, debaixo de uma Berliet, ao fazer tais declarações está corajosamente ciente da sua imunidade e impunidade.

Por muito menos, jornais e jornalistas têm ido parar a tribunal, sob a alegação de ofensas à honra das conselheiras figuras que ainda ornamentam esta bananal república e que o reeleito vai manter ao transe.

O grave da situação é que a reacção do sobredito sr. Sousa funcionou em paralelo com

outras declarações do recandidato, a que o Prof. Freitas do Amaral já deu, aliás, devida resposta. Coincidência que faz prever também como vai ser cultivada e posta a funcionar harmonia entre os órgãos de soberania por Eanes e sua corte.

Conselheiro, pois, da provocação e do insulto, o celebrado artilheiro lamentou-se ainda pelo facto de a TV não o ter solicitado ultimamente a exhibir-se no pequeno écran pensamos que a substituir o Nico, num programa que a todos os portugueses faria partir o respectivo coco e poderia bem chamar-se "Eu Show Shousa".

"Infelizmente, talvez desde há seis meses ou oito meses,

nenhum jornalista me fez nenhuma pergunta" — lamentou-se ainda o capitão, para acrescentar: "Foi preciso agora o presidente ser reeleito para que a televisão passasse agora também a ser de todos os portugueses".

Quer dizer: Sousa é "todos os portugueses" e o presidente eleito não é o presidente reeleito. Porque, como ficou provado, o conhecido cabo de guerra não podia vir à televisão com o presidente que havia, mas agora já pode, com o presidente que passou a haver.

Venha mais vezes à televisão, ó Sousa! É que, você, mesmo a insultar é um cómico!

ATENTADO OU DESASTRE?

É PRECISO SABER-SE A VERDADE!

Até ao momento em que escrevemos, a comissão de inquérito às causas da tragédia em que perderam a vida o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa ainda nada explicou. Por nada ter ainda averiguado ou por ainda não ter averiguado tudo? A esta pergunta pode acrescentar-se outra: qual o motivo de se não ter pedido a imediata colaboração de peritos da «Cessna», que melhor do que quaisquer outros estão aptos a pronunciar-se sobre o que poderá ter acontecido no avião sinistrado e que certamente teriam dado essa colaboração da melhor vontade, se ela houvesse sido solicitada?

Gostaríamos que tais perguntas já se encontrem respondidas quando esta edição de «O Diabo» chegar às mãos dos leitores — de leitores que, como todo o País, se interrogam com a maior e mais justificada apreensão acerca de um chamado acidente que na opinião de vários comentadores da imprensa estrangeira, a começar por Pascal Aubert, do «France Soir», foi demasiadamente «providencial» do ponto de vista político para poder ser considerado «um caso honesto».

A mesma insinuação se formulou nos comentários que a Televisão francesa dedicou ao acontecimento e o «Corriere della Sera», com todo o peso que tem junto do público italiano, chamou-lhe «um misterioso desastre».

Com efeito, não é só em Portugal que se suspeita de um atentado; em várias Imprensa estrangeira está a ter eco a versão de que o avião foi sabotado, embora não falem jornais, como o madrilenho «El País», que perfilham a tese do desastre e recolhem os argumentos até agora desenvolvidos nesse sentido, segundo os quais o aparelho não estaria em boas condições de funcionamento.

A verdade, contudo, é que tais argumentos, ou já foram postos de parte por não corresponderem a factos reais, ou se apresentam muito contestáveis, principalmente se se tiver em conta que os dois malogrados pilotos eram profissionais competentes, conforme tem sido afirmado. Não se tratava de amadores e nem Alfredo de Sousa nem Jorge de Albuquerque teriam comunicado estar prontos a levantar voo sem terem concluído as verificações de rotina ou se estas houvessem detectado qualquer anomalia.

- Os pilotos eram competentes e experimentados
- Os motores eram novos (200 horas de funcionamento)
- O aparelho era de boa qualidade
- A pista dispunha de extensão mais do que suficiente para o aparelho levantar e voltar a aterrar sem demora, se algo estivesse a correr mal.
- O «Cessna» pode voar sem grandes problemas apenas com um motor a funcionar

A prova de se não descurarem as condições de segurança, está, entre outras, em se não ter excedido a lotação do aparelho, tendo ficado em terra a senhora de Patrício de Gouveia.

Tem-se especulado muito com a necessidade que houve de recarregar a bateria, recorrendo a baterias do aeroporto, bem como com a demora registada no «aquecimento» dos motores. Ambos os factos devem ser considerados perfeita-

mente normais e não permitem a dedução de que o «Cessna» estava avariado. O frio e a humidade daquela noite explicam o tempo gasto em pôr os motores a funcionar. Atribuir-se o desastre à falha de um dos motores, o esquerdo, também parece um critério excessivamente simplista, porquanto, como se sabe, o «Cessna 421» é um bi-



motor e nenhum destes aparelhos sai da fábrica sem a garantia avalizada pela Aeronáutica Civil norte-americana de que ambos os motores estão em condições; um só motor, contudo, é o bastante para a avioneta voar com segurança. Se os pilotos tivessem verificado avaria em um dos motores durante o escasso minuto em que estiveram no ar procederiam, naturalmente ao «circuito de emergência» para regressarem à pista.

O espaço de deslocação oferecido pela pista 358 não é assunto que valha a pena referir-se; é, como as restantes do aeroporto da Portela, uma pista para grandes aviões; por seu turno as pessoas que se admiraram por ter ficado na pista uma grande mancha de resíduos de gasolina deveriam saber que isso nada tem de estranho, sendo, pelo contrário, naturalíssimo. Não se vê, portanto, inventar complicações e mistérios onde eles não existem.

Para mistério basta, por enquanto, o que envolve o desastre, o motivo que levou a avioneta a despedaçar-se ainda antes de ganhar altitude. Um desastre como este — é ocioso dizê-lo — pode ser devido a qualquer destas quatro causas: avaria mecânica, sabotagem, falha humana ou uma intempérie. Não houve intempérie e se um dos pilotos se tivesse sentido subitamente indisposto, ou até gravemente doente, ou até acometido de uma síncope mortal, lá estaria o outro para assegurar o circuito de emergência; não é crível que ambos os pilotos fossem vítimas, simultaneamente, de «falha humana». Restam, pois, as duas primeiras hipóte-

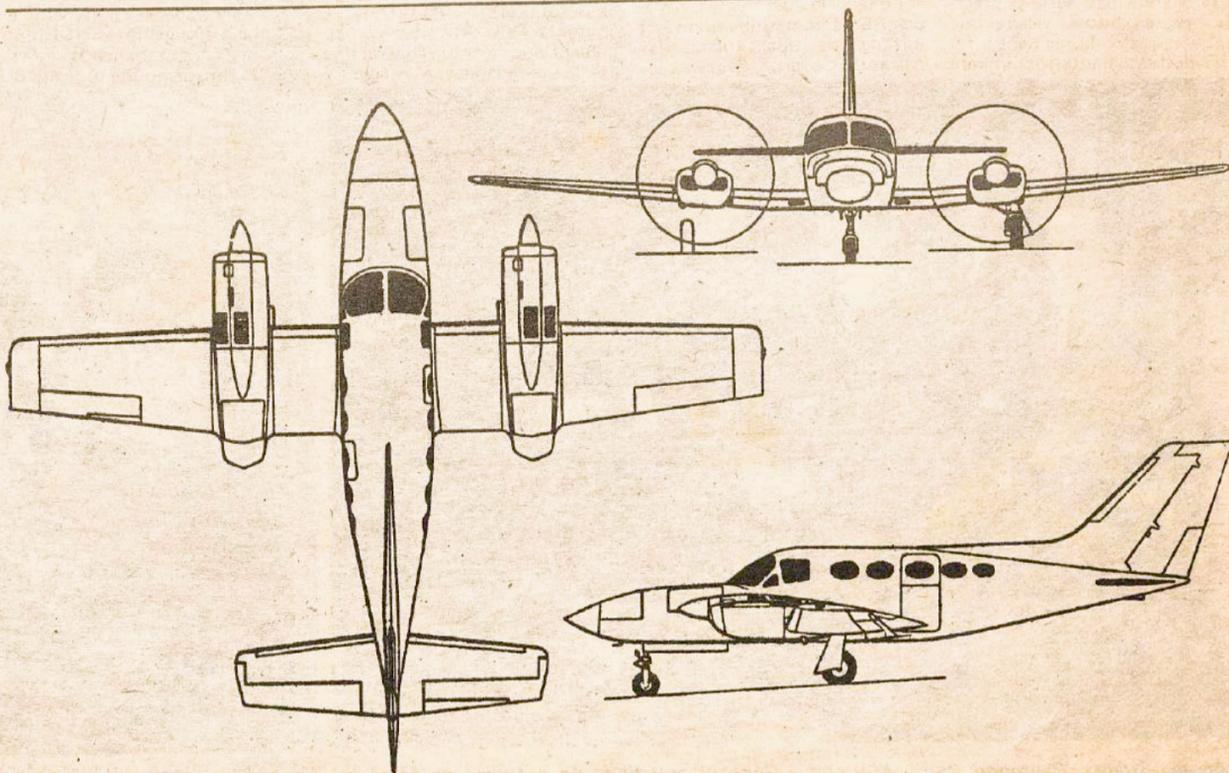
- Porque não foi pedida a colaboração indispensável de peritos da «Cessna»?
- Que peça caiu do aparelho antes do desastre?
- Por que razão ficou o aparelho sem contacto com a torre logo após a descolagem, contacto que necessariamente estivera estabelecido segundos antes, quando os pilotos pediram e obtiveram licença para levantar voo?

ses e é entre elas que a comissão de inquérito terá de se pronunciar com a rapidez que se menciona no comunicado governamental que a instituiu. O País precisa de ser esclarecido completamente sobre a tragédia de 4 de Dezembro.

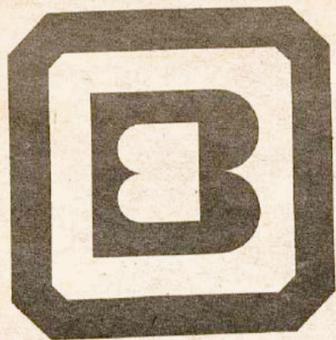
Há algum fundamento na versão de que a avioneta foi sabotada, para um atentado que tanto podia visar o primeiro-ministro como qualquer dos outros eventuais utentes de um aparelho posto ao serviço da candidatura presidencial de Soares Carneiro? O que há de verdade quanto à queda de uma peça do «Cessna 421», relatada por uma testemunha ocular? Se assim foi, talvez se confirme o que uma fonte digna de todo o crédito nos afirmou ser muito provável: que no alvéolo do trem de aterragem tenha sido

introduzido um pequeno dispositivo detonador, que este, disparando por contacto quando o trem foi recolhido (a recolha do trem processou-se exactamente no curto espaço de tempo entre o avião levantar voo e cair) provocasse uma pequena ou pequenas explosões, suficientes para motivar a fractura da longarina da asa ou qualquer outra ruptura de estruturas, criando o descontrolo inevitável e completo, com as terríveis consequências que se conhecem. De resto, trata-se de uma forma de sabotagem que já não é virgem e se considera uma das mais eficazes e difíceis de detectar.

Seja como for, temos o direito à verdade e não podemos nem devemos abdicar desse direito.



Cessna 421



BATTAGLIA - BOUTIQUE

CARLOS BATTÁGLIA

DESEJA

BOAS FESTAS

e participa que reabriu a sua loja na Rua Rosa Araújo, 59, para homem e senhora

LISBOA — Rua Rosa Araújo, 59 — Tel. 53 20 23
 Drugstore Apolo 70 — Lojas 43/44 — Tel. 77 34 56
 Centro Comercial Imaviz — Loja 42 — Tel. 54 78 25
 MADEIRA — Casino Park Hotel — Loja 6 — Tel. 3 10 60 — Funchal

Sá Carneiro presente

- Agora, para além das eleições
- Sempre, até onde for Portugal

O FOGO CARBONIZOU OS CORPOS DO PRIMEIRO-MINISTRO E DO MINISTRO DA DEFESA MAS UMA CHAMA MAIS ALTA — A DO SERVIÇO DA PÁTRIA — FICA A ILUMINAR O CAMINHO.

Por muitos anos que passem, por maiores que sejam as mutações de cena no palco da política portuguesa, por mais diferente que seja do Portugal de hoje o Portugal das primeiras décadas do Século Vinte e Um — do Século dos nossos filhos e dos nossos netos — dificilmente se apagarão da memória dos jovens de hoje as imagens do funeral de Francisco de Sá Carneiro. Viram-nas, face a face, as centenas de milhar de lisboetas que durante cinco horas e ao longo de quase dez quilómetros assistiram à passagem do préstito fúnebre; viram-nas os milhões de portugueses que seguiram o relato televisivo dessa espantosa jornada, duplamente marcada pela dor e pela firmeza combativa, pela saudade e pela esperança. E no espírito de todos ficou gravada a certeza de que esta manifestação será inesquecível.

Presentia-se que o funeral do primeiro-ministro iria constituir um acontecimento histórico de proporções invulgares. Tivemos a noção disso logo aos primeiros passos da reportagem, quando ainda começava a divulgar-se a notícia da tragédia em que haviam perdido a vida Sá Carneiro e Snu Abecassis, Amaro da Costa e sua mulher, Patrício Gouveia e os pilotos Alfredo de Sousa e Jorge de Albuquerque; tivemos sobretudo essa noção quando, pouco depois, chegámos à sede da candidatura do general Soares Carneiro e vimos a multidão que ali se aglomerava; às comovidas palavras que Soares Carneiro lhe dirigiu, prestando homenagem à memória das vítimas, exortando à serenidade e apontando o único caminho a seguir por quem queira ser digno do legado político do falecido primeiro-ministro, a multidão respondeu não apenas entoando o hino nacional mas também rezando em coro o "Pai Nosso"; pode cantar-se o Hino Nacional levado por uma emoção momentânea, mas não se reza um "Pai Nosso", naquelas circunstâncias, sem que tal signifique algo de muito transcendente, algo de muito profundo e muito autêntico.

Aquela prece rezada ao ar livre na Avenida da República e arpepiamente acompanhada pelo grito das sereias das ambulâncias que seguiam para o Instituto de Medicina Legal transportando os restos carbonizados das vítimas, seria o prelúdio da espantosa velada que vinte e quatro horas depois faria desfilar ininterruptamente

até ao romper do dia, perante as urnas de Sá Carneiro e de Amaro da Costa, milhares e milhares de pessoas e que daria à Praça do Império — espectáculo nunca visto — o lucilante aspecto das procissões das velas no santuário de Fátima.

Sem comparação possível

Cada hora que passa não leva consigo uma quebra — que seria naturalíssima — de fervor, de elevação espiritual, de vibração patriótica; muito pelo contrário: cada hora que chega traz mais gente, vibra mais alto, torna maiores do que tudo o que seria lícito esperar os horizontes da confiança, do respeito e da estima que Sá Carneiro ganhara entre o povo português. Não se sabe, não se consegue distinguir que pormenor, que facto, que presença melhor poderá simbolizar nesta manhã de sábado e nesta igreja de Santa Maria de Belém, o que significou para Portugal a morte do seu primeiro-ministro, precisamente um ano depois das eleições legislativas que lhe deram a chefia do governo. Aproximase o início da missa solene de "requiem"; já o Cardeal-Patriarca tomou lugar no seu sôlo pontifical; com vozes veladas, com vozes que também estão de luto, locutores da Rádio e da Televisão repetem os nomes das personalidades ilustres que se encontram a assistir à cerimónia ou que passaram durante a noite pelos Jerónimos; sucedem-se os nomes dos ministros estrangeiros, dos titulares das pastas do Governo, das altas pa-



Todo o Governo reunido em vigília, frente às urnas do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa. Hora de luto, mas também hora de unidade

tentes das Forças Armadas, do Corpo Diplomático, da magistratura, dos líderes partidários — mas todos esses nomes nos parecem insignificantes postos a par de um grande nome, que é o nome de todos, que é o nome do Povo.

A cerimónia litúrgica decorre com uma solenidade invulgar, mas não será mais impressionante de que todo o cerimonial e apontamento humaníssimo que nos é dado por aquela autêntica "mater dolorosa" que está ali, amparada pelo neto mais velho, e que é a mãe de Francisco Sá Carneiro?

Uma velha senhora, para nós inteiramente anónima, uma daquelas pessoas que viveram muito e que precisam de contar a alguém algo do muito que viveram, dir-nos-ia mais tarde, quando o cortejo fúnebre passou pela Praça do Marquês de Pombal, a caminho do Alto de S. João:

— Foi também em Dezembro. Eu era ainda criança: não tinha mais de doze anos e hoje tenho setenta e quatro, mas lembro-me perfeitamente do que foi o enterro do presidente Sidónio Pais. Até hoje não tinha havido nenhum funeral que se lhe comparasse. Mas agora é

o funeral do Dr. Sá Carneiro que não tem comparação possível...

Comportamentos repugnantes

A expressão luto nacional não foi, agora, uma expressão formalizada. Foi uma realidade plena. Luto nacional — luto de uma nação inteira, luto que cada um decretou a si próprio e de que todos os portugueses partilharam, sem reserva, independentemente das suas convicções políticas. Mas se é em momentos como estes que a pátria ganha todo o seu absoluto significado e em que todos a sentem e vivem, se é em circunstâncias como esta que as pessoas dignas dão testemunho do seu carácter e da sua nobreza de alma, é também em alturas como esta que certa espécie de lodo humano vem à tona da água e em que se confirma, infelizmente, esta triste verdade: há gente que se diz portuguesa e que o não é, há gente cuja dignidade a exclui do nosso convívio e lhe nega o direito a qualquer espécie de respeito e há, para essa gente, uma ideologia de feroz bestialidade, de sinitro fanatismo, de activo cul-

to do ódio, a que é preciso dar combate sem tréguas, tal como se combate um flagelo social. Foi com efeito uma impressão de lodo humano aquela que nos deram, imediatamente após haver sido conhecida a tragédia, os grupos de apoiantes da candidatura de Ramalho Eanes, que se ficaram pelo Rossio ou que subiram a Avenida da Liberdade em direcção aos edifícios do PC e da CNARPE, dando largas à satisfação que a notícia lhes causara. Entretanto, no Barreiro, cafés e tabernas serviam de cenário a repugnantes manifestações de regozijo. Estralejaram foguetes em várias localidades da área chamada "cintura industrial" perante o pismo e a indignação da maioria das pessoas; durante o dia seguintes frequentes telefonemas recebidos na nossa redacção deram-nos conta de casos semelhantes e dos protestos por eles motivado; salpicos de lama enodoaram, aqui e ali, a pureza do sentimento nacional.

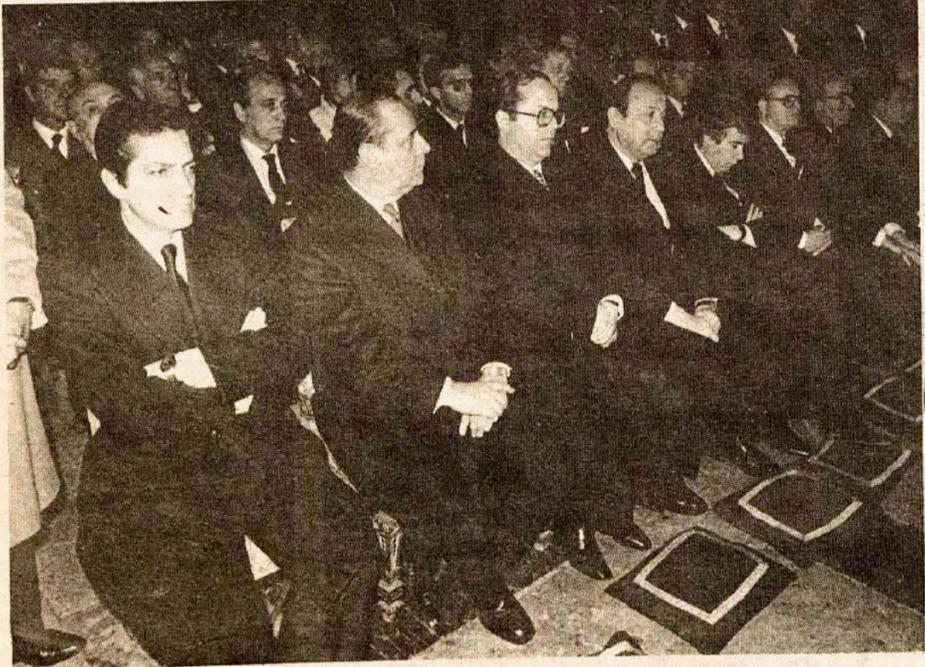
É certo que os dirigentes do PC, os seus aliados de velha ou fresca data e todos os demais "companheiros de luta" e denodados "combatentes das amplas liberdades", se apressaram a publicar comunicados e decla-

rações de condolências — com excepção da descarada UDP, que essa nem uma simples palavra de pesar balbuciou. Mas toda essa hipócrita cortezia se pulveriza nos comportamentos repugnantes e tipicamente marxistas que nos foi dado observar ou conhecer durante estes dias de luto.

Pouquíssimos casos, sem dúvida. Pouquíssimos e rapidamente desaparecidos, submersos pela vaga enorme de emoção popular. Não podemos, contudo, deixar de os referir, realisticamente, ainda que com uma espécie de nojo. Temos de ser, de facto, realistas. Temos de encarar a verdade tal como ela é. E a verdade é que, à margem da enorme grandeza moral que o povo português revelou neste momento histórico houve comportamentos repugnantes que, por muito raros que tenham sido, não poderão deixar de ser apontados e severamente condenados.

Não só ele...

A maneira como Portugal inteiro reagiu à catástrofe em que morreram o seu primeiro-ministro e o seu ministro da Defesa teve, sem dúvida uma motiva-



Adolfo Suarez, Raymond Barre, Martens e Gensher assistindo às exéquias no Mosteiro dos Jerónimos



A mãe o filho mais velho de Francisco Sá Carneiro. Dois rostos que o País inteiro fixou com um profundo sentimento de respeito e carinho

agora e sempre



Saudade e esperança no adeus do povo a Sá Carneiro



Dois gerações. Uma pátria a continuar

ção de ordem política, por se tratar de quem se tratava e por aquela catástrofe ter sido o dramático e inesperado remate de uma campanha eleitoral. Desaparecer assim, em vésperas da eleição presidencial, o homem que chefiava o Governo, que conduziu há um ano à vitória a Aliança Democrática e que personificava mais do que ninguém um projecto de recuperação nacional, é razão mais do que suficiente para impressionar o País inteiro; mas a emoção dolorosamente vivida nestes dias de luto nacional passou muito além de todas as fronteiras de

ordem política e foi, sobretudo, um fenómeno de cristianíssima solidariedade e envolveu tanto a figura de Sá Carneiro como as dos que o acompanharam na morte. A chegada a S. Martinho das Amoreiras das urnas com os restos de Adelino Amaro da Costa e de sua mulher, assim como o funeral de Patrício Gouveia da igreja das Mercês para o cemitério dos Prazeres, com a multidão que o acompanhou, tal como os funerais das restantes vítimas, são páginas de um mesmo livro — um livro escrito pela mágoa do povo mas também pela sua ex-

trema sensibilidade humana.

... mas sobretudo ele

As lágrimas destes dias de luto repartiram-se por todos os que morreram na noite de 4 de Dezembro a bordo de um "Cessna 421" misteriosamente destruído. Sim — mas foram sobretudo por Sá Carneiro, pelo que ele representava de esperança. No dia seguinte ao do seu sepultamento — dia de eleições — continuava a romagem dos que na véspera não haviam podido

entrar no cemitério do Alto de S. João, mas que não desistiam de honrar a memória do Primeiro-ministro com uma coroa fúnebre, ou um simples ramo de flores.

As flores vão secar. Dos brados vibrantes que de mistura com centenas de bandeiras agitaram a tarde lisboeta no passado sábado, um deles, porém, não terá o destino das flores nem das lágrimas — não secará, não se perderá: "Sá Carneiro presente agora e sempre". Agora é sempre; agora, para além das eleições; sempre, até onde for Portugal.

PORTO QUINTA DO NOVAL

VINHOS. S. A. R. L.

RUA CANDIDO DOS REIS, 575—V. N. DE GAIA—TELEF. 391161—TELEX 25158

FOMOS OS PRIMEIROS a utilizar garrafas pinta-

das (1920), a exportar Vinhos do Por-

to do tipo VINTAGE (1953), a lançar

nos mercados vinhos com 20 ANOS e

MAIS DE 40 ANOS de envelhecimen-

to em casco (1964) e, como empresa inteiramente

portuguesa, a conseguir um prestígio internacional

ímpar na produção e exportação de VINTAGES.

SOMOS OS MAIS IMITADOS, mas não receamos

comparação com quaisquer outras marcas, na quali-

dade e na apresentação dos nossos VINHOS DO

PORTO.



COM SERVIÇO DE ENTREGAS A DOMICILIO NO ESTRANGEIRO
DISTRIB. NO NORTE: J. A. PEREIRA, LDA. — PORTO

PROCURA DISTRIBUIDORES DISTRITAIS NO CENTRO E SUL
(INCLUINDO LISBOA) E ALGARVE

LANGS SUPREME

scotch whisky

da Escócia para si...



(engarrafado na origem)

Importadores exclusivos
Caves Dom Teodósio

Beiarie 1/80

LONDRES 1 SEMANA

FÉRIAS OU NEGÓCIOS

PARTIDAS SEMANAIS EM

AVIÃO ESPECIAL

SÉRIE A - Domingos (todo o ano)

Preços excepcionais desde * 11.400\$

* a vantagem dos voos especiais

Viaje agora! Beneficie das

reduções especiais

de Baixa Estação nos Hotéis!

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

Fundada em 1840

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA

E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 371341

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 317901

COIMBRA Rua da Serralva, 2 Telef. 270112

FARO Av. das Recolhas, 124 Telef. 250358

FUNCHAL Rua do Corral, 1 Telef. 310778

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

ROÇADORES E

MOTOCEIFEIRAS

TAUNUS

8 Modelos para reparar mato

caifar na agricultura

e para jardinagem

SOC. TAUNUS DE IMPORTAÇÕES LDA.

R. BERNARDIM RIBEIRO, 28-B-1100 LISBOA 1535061

Pergunte-nos qual o agente local

Quando o problema é escolha de Brinquedos-jogos-adornos ou artigos para brindes para o seu estabelecimento ou Festa da sua Empresa.



J. GONÇALVES & FERNANDO, LDA. — ARMAZENISTAS - IMPORTADORES
RUA DA ALEGRIA, 647 — TELEF. 312859 — 4000 PORTO



A lição duma derrota

Pois creio que o resultado final não ofereça a menor dúvida: gastou-se ingloriamente o homem certo na ocasião errada. Verdade tanto mais trágica quanto surge na imediata sequência da perda irreparável de Sá Carneiro, único político universalmente aceite do quadrante ideológico não marxista em cuja lucidez havia razões de sobra para acreditar. Em tempo de desgraças, não colhe o gracejo. Fra Diávoles deixará hoje à solta a sua veia reflexiva e dar-se-á à meditação sensata da lição recém-proferida no veredicto popular. Um facto é evidente: pela vontade maioritária dos eleitores portugueses o candidato Eanes vai ser o próximo Presidente da República. E podemos acrescentar que tal só se tornou possível por nele ter votado uma considerável fracção do eleitorado AD.

As conclusões impõem-se: apesar dos seus defeitos de pronúncia, da sua incongruência política, da evidente mediania do seu espírito, do seu projecto de poder pessoal e sobretudo do terrífico apoio de Cunhal, muita gente o preferiu a Soares Carneiro.

Todas as características do candidato agora triunfante foram largamente publicitadas em jornais, televisores, cómicos, etc. Por outro lado, não creio que os primores da sua campanha eleitoral tenham chegado para "vender" eficazmente uma figura tão claramente conotada com a negatividade comunista, nem para inverter uma tendência de votação pró-ocidental que se vai verificando por esse mundo fora.

Certamente que ouviremos bater com força a conhecida tecla do apoio sistemático do eleitorado a quem está no poder e, o que é curioso, preferentemente por quem a esse respeito possui a negativa experiência da votação de Tomás contra Delgado ou (mais recentemente) da derrota da maioria socialista. Aliás, a própria confirmação da passada efectivação de fraudes eleitorais demonstra a inconsistência do argumento. Com efeito, para que o recurso a tais manobras se fosse verdade que o povo vota sempre com quem está no poder? Mas adiante, e deixemos as mentalidades fracas e teimosas às voltas com a pastilha elástica dos seus sofismas.

Também não faltará quem queira atribuir à catástrofe que feriu a sensibilidade dos portugueses a razão da vitória de Eanes, tal como a mesma razão serviria, com sinal contrário, para justificar a maioria que Soares Carneiro tivesse hipoteticamente obtido. Estou mesmo a ouvi-los: "Um aproveitamento hipócrita e indecoroso dum acontecimento que consternou todos os homens de bem: tal a vil motivação da vitória fascista etc."

E certo que, quando morre o Pai, os irmãos desavindos se tendem a reconciliar logo de início e em geral se tentam acolher à sombra do mais forte. Parece-me fraco o raciocínio e sobretudo desajustado ao volume da vitória eanista.

Nenhum destes argumentos me convence, sobretudo quando recorro que muito antes do início da campanha eram bem visíveis as restrições que parte das esferas de influência PSD opunham à hipótese Soares Carneiro. E a partir deste conceito é fácil chegar à conclusão que, muito mais do que um triunfo da dubia linha política de Eanes, aconteceu pura e simplesmente a derrota de Soares Carneiro.

Lamento profundamente e aceito-o na medida em que a democracia é um facto irreduzível no destino português.

Lamento, porque para mim Soares Carneiro sempre me pareceu um homem de extrema validez intelectual e política, tal como eu convenciado da irreduzibilidade atrás mencionada e disposto a nela colaborar de forma efectiva, praticando a vivência de uma democracia ocidental coerente com os princípios fundamentais que podem alicerçar o digno porvir da nossa pátria. Lamento, porque, longe de o adaptar à grosseira imagem dum crasso carcereiro, via-o como definitiva garantia dum futuro civilizado e intensamente europeu. Lamento, porque homens da sua estatura não são frequentes e este foi ingloriamente desperdiçado. Sabe Deus a falta que ainda nos fará.

Aceito, porque aceito viver em democracia e quero que me reconheçam o direito de não gostar de Eanes, nem da maneira como politicamente actua, nem da forma irritante como pronuncia, nem nada.

Mas, mais importante do que tudo isto, é que reflectamos sobre as causas e consequências de todos estes acontecimentos e que saibamos deles extrair a profunda lição. O país é neste momento constituído por mais ou menos trinta e cinco por cento de marxistas irreduzíveis, trinta e cinco por cento de outros irreduzíveis anti-marxistas e por um resto de população que não quer nem oito nem oitenta, nem Cunhal nem o "antigamente".

E, confiando talvez em que Eanes, como tem sido seu hábito, uma vez mais não pague a factura (agora ao PCP), votaram contra Soares Carneiro, declarando "ipso facto" que o "antigamente" é que também não.

Façam-me Vossas Excelências a fineza de pensar muito bem nisto tudo.

BRISA

AUTO ESTRADAS DE PORTUGAL S.A.R.L.

AUTO ESTRADA DA COSTA DO SOL

CONSTRUÇÃO DOS VIADUTOS DE BARCARENA - LAJE - CAPARIDE

ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 22 de Janeiro de 1981 pelas 15 h na Sede da BRISA, AUTO-ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.R.L., na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 6-3º em Lisboa, se procederá ao acto público de concurso para adjudicação das empreitadas de construção dos Viadutos de BARCARENA, LAJE e CAPARIDE na Auto-Estrada da Costa do Sol.

São serão admitidos os concorrentes nacionais que sejam titulares dos alvarás classe 4B, III categoria (ou alvarás actualizados classe 6 e 7 consoante o montante das propostas) e os estrangeiros que satisfaçam as condições expressas no programa de concurso.

A caução provisória para cada um dos Viadutos será:

Empreitada de construção do Viaduto de Barcarena	- 4.500 c.
Empreitada de construção do Viaduto da Laje	- 3.500 c.
Empreitada de construção do Viaduto de Caparide	- 5.500 c.

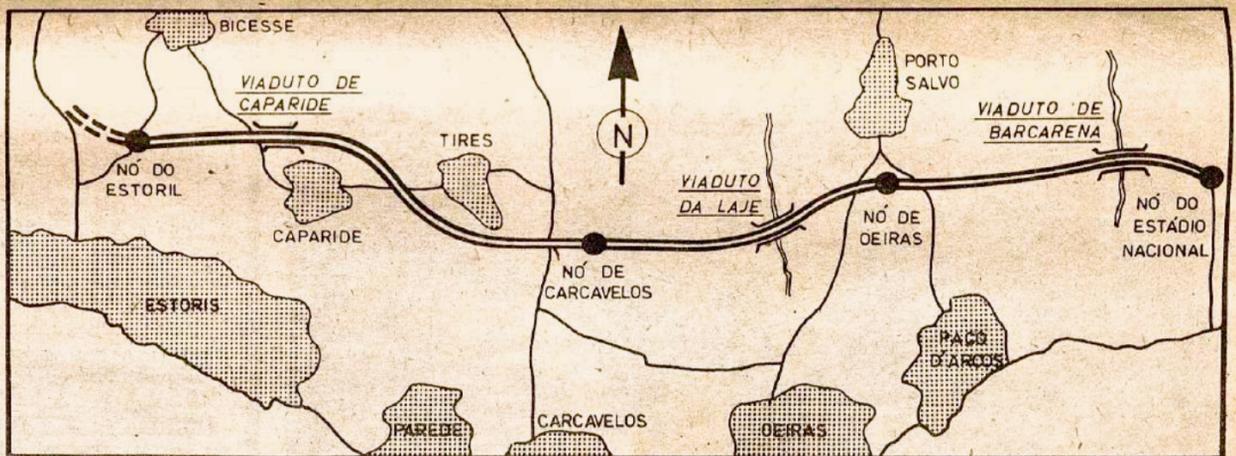
Os concorrentes poderão apresentar propostas isoladas para qualquer número de viadutos ou propostas para qualquer grupo de obras, indicando neste caso, o custo de cada uma delas e caucionando estas propostas nos termos do programa de concurso.

As propostas serão apresentadas até às 12 h do dia 21 de Janeiro de 1981 na Sede da BRISA, na Direcção de Pessoal e Coordenação Administrativa, na morada supracitada.

Os processos de concurso estarão patentes todos os dias úteis, a partir do próximo 15 de Dezembro de 1980, durante as horas de expediente na Direcção de Pessoal e Coordenação Administrativa, igualmente na morada supracitada, onde poderão ser examinados e adquiridas cópias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSE FRANCISCO PEREIRA MACHADO DRAY

Lisboa, 4 de Dezembro de 1980



TERRENO

VENDO PARA VIVENDA no Aldeamento da Verdizela, com 1120 m2, local muito agradável em pinhais, sossegado, e saudável, autêntico paraíso, tem ruas alcatroadas, carreiras de camionetas, água canalizada, electricidade, parque recreativo com vários campos de jogos, está urbanizado e pode construir. Perto da Praia da Fonte da Telha e de outras praias da zona da Caparica e a 6 quilómetros da estrada Setúbal para Cacilhas. Preço 990 contos sujeito a oferta. Só atendo próprio. Carta ao Apartado 1935, Lisboa 1001 ou telefone 539773 e 549914 dias úteis, 9,30 às 12,30 e 14,30 às 18,30.

PASSAPORTES

Aviso Importante

Os passaportes tirados há cerca de 5 anos ou mais deverão ser-nos enviados para obtenção de novos.

agencia abreu

PORTO - Av. dos Aliados, 207 - Tel. 31921

Royal Insurance



Para melhor servir os seus estimados clientes e colaboradores transferiu os serviços centrais em Portugal para

RUA CASTILHO, 50, 1.º - APARTADO 2614
1116 LISBOA CODEX

Telefones 57 48 13/57 54 11/57 56 34

Telex 12 216 (provisório)

End. Telegráfico «ROYALINCO»



Centro de
Documentação

25 de Abril

Universidade de Coimbra

R. Augusta, 25 r/c d.to
3000 COIMBRA — PORTUGAL

RECORTES DE IMPRENSA

DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
19/12/80	O JORNAL	F. SÀ CARNEIRO

CD25A

All we need is love

(para Francisco e Snu)



Natalia Correia*

Voluntariamente serei a menos apta para juntar ao pranto político pela morte de Francisco Sá Carneiro mais uma toada de dolorido panegírico. O que nele me atraía era da ordem de uma maior grandeza que só pisa as uvas do chão político para delas extrair o sumo embriagante de situações incomuns, despistadas, se possível, convulsivas. Como podia este homem de relâmpagos afeiçoar-se a durações enfadonhas? Isto registei em 12 de Outubro de 1974 num diário que veio a ser publicado em 1978 com o título **Não Percas a Rosa: «O sentido estético aplicado mesmo à vida política, é susceptível de lhe inspirar resoluções de signo negativo na esfera da luta pelo poder. Aventuro um exemplo: um dia, ouvindo a Tocata e fuga em fá bemol de Bach, poderá dizer-se 'e ando eu a perder tempo com a canalha'. E abandonará o podium com a alegria súbita de ter descoberto que Bach é mais importante que a fanfarra política.»**

Os tempos posteriores não desmentiriam esta minha suspeita de um impaciência estética de Sá Carneiro perante as consumações políticas. Desencadear os factos era-lhe deleite de encantador de situações que, uma vez consumadas, perdiam a cor com que as aformoseara a sua imaginação. Daí a provocação do mais difícil. E, nesta tensão para o menos possível, apresenta-se, por ventura, a dramaturgia por ele concebida de um candidato pouco real à Presidência da República. A politologia terá outra palavra a dizer sobre este assunto. O meu alcance é outro. O único que merece a grandeza de Sá Carneiro, projectada em veemências aliadas do tudo ou nada; e, no auge



Francisco Sá Carneiro e Snu Abecassis. Morte na «flor da paixão»

deste jogo com as totalidades, num grande amor dramatizado pela sua necessidade de absoluto.

Como vereis, a paixão e morte deste homem, é antes um assunto de poetas.

Ele por ela, ela por ele

«Senhores... escutai como, com grande alegria e pesar eles se amaram e morreram no mesmo dia; ele por ela, ela por ele.» Assim começa o conto de Tristão e Isolda. Mas podendo este pórtico servir de introdução às penas e júbilos de todos os amantes eternos, a história agora é portuguesa. Por isso terá de ser contada à luz das tochas que iluminaram a coroação de Inês. A de que depois de morta foi rainha.

Circunstâncias que me dispõem a chamar ao lume desta história, permitiram-me que eu testemunhasse a forma encantatória que anunciou os amores de Francisco e Snu:

— Uma bela adormecida num esquife de gelo que espera o teu beijo de fogo. Só ele poderá derreter a clausura glacial que encerra a alma que se ajusta à tua como se fora de cera quente.

Isto disse alguém num momento em que se falava da linda editora escandinava que, entre os seus editados, tinha o próprio Francisco. Mas só haviam comunicado pelo telefone. Daí a sua curiosidade:

— Como é ela?
Já vimos qual foi a resposta. Deu-a quem de ambos conhecia o que, em singela tradução popular, nos indica que «são um para o outro».

Passionalmente predisposto



a procurar a capital das tempestades, como era seu jeito. Francisco foi ao encontro da bela adormecida. E derretendo-lhe o sono glacial com seu beijo flamejante, vieram as tempestades. Porque ela era casada como Isolda. E ele era casado como Pedro. Mas se os laços conjugais que a prendiam eram dissolúveis, aos que o atavam, acresciam obstáculos maiores que, na gíria dos deveres públicos, são cruelmente entendidos como razões do Estado. E rangeram os gonços da puritanidade política. E granaram as comadres dos moralismos partidários que se endomingaram de esposas para executar o mais belo nome que um português pode dar a uma mulher: amada. Mas tomando-a pela mão, abriu ele caminho por entre os urros e os bramidos desta luta contra Eros. E a cada esguicho de lama que saltava do charco agitado pela pedrada de um amor inconsciente, Francisco respondia: tudo com ela. Nada sem ela. E foi assim até à morte.

Morreram ambos na flor da paixão, enlaçados num abraço de chamais. Desastre tremendo, diz-nos a crónica. Mas vem a pergunta que a terrível magnificência da paixão nos inspira: tremenda resposta do destino à provocação do absoluto que ele adoptou como estrela? Se acreditarmos na história invisível — e nisto eu estou com Abelio que a aceita — vislumbramos, no trajecto para o desenlace medonho, relevos que nos fazem pensar numa conjuração da tragédia. Dias antes, a perspectiva dramática da derrota num perigoso jogo eleitoral; talvez escolhido para perder. Recordemos estas suas palavras ditas a uma jornalista: «As notícias são dramáticas sabe? Corremos o risco de perder à 1.ª volta.» E, (com um sorriso íntimo de gozador de calafrios, que lhe adivinho): «Vim aqui para dizer muito claramente que me vou embora da política.»

Depois vem a inevitável preferência pelo risco. As reservas feitas no voo TAP 110 que chegaria ao Porto antes do Cessna fatal foram preteridas pela es-

colha de um pequeno avião particular nem sequer legalizado em Portugal, com deficiências técnicas e avarias que seriam motivo de alarme para a mais elementar precaução. Mas não queria ele abandonar o podium com os tímpanos massacrados pela fanfarra política que desencadeara com o seu gesto de dramaturgo de situações exaltantes? Degradadas contudo quando chegado o momento de serem encenadas na praça pública.

Não foi, como julguei prever em 1974 ao som da **Tocata e fuga em fá bemol de Bach** que Francisco Sá Carneiro descobriu a imperiosa exaltação estética de voltar as costas às desafiâncias da tuná política. Os sons que lhe cortejaram a partida tanjeu-os o fado dos concitadores do absoluto na lira chamante que celebra os amantes que morrem abraçados. E, como era desejo das suas almas conjugadas num amor ardente, repousam ao lado um do outro.

Perdoai-me, senhores; se por romantismo peço, desalinhando dos que de Francisco Sá Carneiro consagram o perfil político, medalhando-o no que reputo excelência menor comparada com a assustadora grandeza dos amantes que desafiaram o mundo e juntos partem na nuvem dourada de um abraço eternizador. Não duvido de que será o seu nome justamente comendado nos anais dos sucessos políticos de que foi espectacular protagonista. A mim cumpre-me recomendar-lo à balada, como fogoso herói de um lindíssimo caso de amor e morte. Porque são estes casos que entram nos corações dos homens que os transmitem de geração em geração, no respeito pelos seres que a paixão torna sagrados.

O verdadeiro legado

A balada. Com ela reentro na história invisível. A verdade é que esta me pede uma paragem de atenção provocada por uma sobressaltante sincronia. Sincronia? Eu acho que sim. Não eram passados quatro dias sobre o desenlace trágico dos amores de Francisco e Snu quando nos chega a notícia da violência assassina que varou com sete balas John Lennon. Com a imagem dos amantes-fosforescentes, atravessada na minha comoção, invoquei, do rapaz de Liverpool, a amorosa mística cantante que desenca-

deou a filosofia hippie do «faz amor, não faças a guerra». E logo, do testamento poético-musical desse jogral de Eros ressaltou este apelo em forma de canção: **All we need is love.**

Seria fortuita esta combinação de mortes que nos deixam, como legado, a meditação nos decretos supremos do amor? Não aceito o acaso. A não ser o acaso objectivo, como Breton. Por isso aqui impugno essa questão do legado de Sá Carneiro tal como o reivindicam os seus pressupostos herdeiros políticos. Que legado?, pergunto. Não por certo o do fascinante apostador no menos verosímil. Isso é estilo irrepelível em práticas políticas. Não também o da derrota num jogo eleitoral em que tudo apostara, desde que a vitória do candidato em que exaustivamente se empenhara era o remate lógico e imprescindível do seu projecto. E tanto era assim que, a verificar-se a derrota, abandonaria o podium, como declarou (e não só) à jornalista do «Expresso». Não será portanto este ainda o legado, posto que, reconfirmado Eanes nas suas competências, não pode a AD remeter-se à omissão, mas reciclar o eztilo da sua afirmação.

Qual então o legado de Sá Carneiro? Para mim é claro. Não falei de outra coisa nesta meditação sobre a sua paixão e morte. É o legado do amor apaixonadamente vivido e fulgurantemente consumado no júbilo tremendo dos amorosos que se esvaem abraçados. Esta é a moral maior da história de um homem que, mesmo na tenda das guerras políticas, favoreceu o amor como réplica da eternidade. Enaltecendo-o, enalteceu-se na morte, nela entrando, com a amada, pela porta de cristal que os Grandes Transparentes abrem aos seres incandescentes do Amor. O legado é este: **All we need is love.** Tal é, quanto a mim, a mensagem revelatória da associação invisível das mortes de Francisco, Snu e John Lennon. Aqueles no terrível fulgor da paixão que o anjo da morte toma nos braços. Este, crucificado na sua pregação do Amor.

Saibam, os que se reclamam de herdeiros do legado de Sá Carneiro cumprir o que um homem, que morreu como amante, nos quis dizer no último acorde da sua vida apaixonada: **Façam amor. Não façam a guerra.**

* Escritora e poetisa. Deputada pelo PSD.

DESTINATÁRIO

JORNAL	DATA	ASSUNTO
A CAPITAL	23-2-81	



Repórteres fotográficos da Anop editam colectânea de imagens sobre Sá Carneiro

DOIS repórteres fotográficos da agência Anop publicaram uma colectânea com imagens dos últimos anos de vida de Francisco Sá Carneiro. Trata-se de uma obra de 115 páginas que retrata facetas da vida de Sá Carneiro como homem e político.

Em prefácio, Marcelo Rebelo de Sousa escreve que «não é muito frequente em Portugal a prática da publicação de antologias fotográficas cobrindo a existência e actividade de figuras destacadas da cena nacional».

«Por isso — prossegue — foi acolhida com particular interesse a iniciativa de Alfredo Cunha e Luís Vasconcelos, tanto mais significativa quanto nenhum deles jamais se apresentou como alinhado pessoal ou politicamente pelas posições que Sá Carneiro defendeu.»

Alfredo Cunha, de 28 anos, é repórter da Anop desde 1977, tendo estado anteriormente no «Século Ilustrado», «Vida Mundial», «Mulher» e «O Século».

Luís Vasconcelos, de 33 anos, está na Agência Noticiosa Portuguesa desde 1979, depois de ter exercido a profissão na «Gamma» (como correspondente) e nas Edições Germinal (Paris).

Trata-se da quarta obra em conjunto dos dois repórteres, depois de «Eanes e a Constituição», «Mário Soares» e «Cem Anos de Socialismo».

im "Revista Progresso Social e Democracia"
 nº especial 51 Sá Carneiro - Junho 84

PSD

43

Factos relevantes

O texto que a seguir se publica não pretende ser um itinerário exaustivo da actividade politico-partidária de Francisco Sá Carneiro mas tão só uma breve listagem dos actos mais relevantes.

Este trabalho de pesquisa foi realizado por Luís Nandin de Carvalho e António Palma Ramalho com a colaboração de Conceição Monteiro e Luísa Castro bem como do Sector de Documentação do PSD.

- A 6 de Maio de 74, após várias reuniões preparatórias, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota anunciam publicamente a criação do Partido Popular Democrático e as suas linhas pragmáticas de inspiração social democrata.
- A 12 de Maio de 74, é inaugurada em Lisboa, no Largo do Rato, a primeira sede do Partido. Entretanto, Francisco Sá Carneiro havia sido convidado para o I Governo Provisório. O Primeiro Ministro, Adelino Palma Carlos, nomeia-o seu Ministro Adjunto e Sá Carneiro instala-se no Palácio de São Bento.
- A 9 de Julho de 74, Palma Carlos pede a demissão. Sá Carneiro e Magalhães Mota solidarizam-se e demitem-se também.
 O PPD estará presente no II Governo Provisório, mas Sá Carneiro não: "Entendo que neste momento sou mais útil ao País e ao meu partido, trabalhando exclusivamente neste, como Secretário-geral". (1) Como Secretário-geral do PPD Sá Carneiro desenvolve esforços na implantação do Partido. Ao nível internacional, desloca-se a Bruxelas a convite do Vice-Presidente da CEE Scarscia Mugnozza e janta em Bona com parlamentares europeus.
- A 28 de Setembro de 74, o PPD demarca-se da manifestação promovida pela "maioria silenciosa". Em consequência dessa manifesta-

ção, o Presidente da República, General António de Spínola, demite-se.

- A 25 de Outubro de 74, seis meses após o 25 de Abril, o PPD realiza em Lisboa no Pavilhão dos Desportos o seu primeiro grande comício, precedido de uma colagem massiva de cartazes. É um enorme sucesso.
 - A 23 de Novembro de 74, tem lugar, também no Pavilhão dos Desportos, o primeiro Congresso do PPD. É aprovado o Programa do Partido e Sá Carneiro é eleito Secretário-geral, numa lista única de consenso. O seu discurso de encerramento é um texto importante e profundo sobre a social democracia.
 - A 29 de Novembro de 74, decorre o primeiro comício no Porto, arranque para um conjunto de grandes manifestações do Partido no Norte do país. Entretanto, começam a registar-se vários boicotes a comícios do PPD.
 - A 1 de Fevereiro de 75, Sá Carneiro fala em Aveiro, último comício onde esteve presente antes de adoecer (estava anunciada a sua presença para Coimbra mas Sá Carneiro já lá não poderá estar). O seu discurso de Aveiro, por alguns considerado o seu "testamento político", é um violento aviso a todos os democratas.
- "Estamos, repito, num ponto crítico.
 Há que rejeitar terminantemente aventuras revolucionárias qualquer que seja o seu fim.
 Elas mergulhariam o país na desordem no caos e no sangue, pois nenhuma acção de força deixará de enfrentar força oposta.
 Há que proclamar claramente que nenhum partido ou movimento pode continuar a impôr a sua vontade, que nenhuma força militar política e ideológica tem a possibilidade de impôr o seu domínio e de instalar a sua opressão.
 Se isso sucedesse entraríamos numa fase de perseguições, de repressão de caos que mergu-*



lhariam o País no terror, retornaríamos à ditadura e ao despotismo" (2).

Um mês depois, seria o 11 de Março. Sá Carneiro, retido em casa bastante doente, seguirá os acontecimentos sem poder intervir.

- A 21 de Março de 75, envia uma mensagem aos militantes. A sua saúde vai obrigá-lo a prolongado tratamento em Inglaterra. A 29 de Março segue para Londres. Vem a Portugal apenas para votar nas eleições de 25 de Abril, regressando imediatamente.

- A 13 de Abril de 75, na ausência de Sá Carneiro, o PPD assina o pacto MFA/Partidos. Nas eleições de 25 de Abril, o PPD consegue 26,39% na votação para a Assembleia Constituinte.

- A 6 de Maio de 75, um ano após a fundação do PPD, Sá Carneiro escreve uma carta a Nuno Rodrigues dos Santos, Presidente do Congresso, pedindo a sua substituição interina no cargo de Secretário-geral.

- A 24 e 25 de Maio de 75, reúne-se no 7.º andar da Duque de Loulé, com a presença de Sá Carneiro, vindo directamente de Londres, o Conselho Nacional, convocado para eleger um Secretário-geral interino. A 25 de Maio, é tornado público um comunicado do PPD, anunciando a substituição de Sá Carneiro por Emídio Guerreiro.

Sá Carneiro regressa a Londres seguindo mais tarde para Espanha, onde continua a sua convalescença.

- A 28 de Agosto de 75, o "Jornal Novo" publica uma entrevista com Sá Carneiro. Na entrevista antevê-se uma crítica aos órgãos do partido, se bem que se lhes reconheça o trabalho desenvolvido:

"Integrado nos acontecimentos, vivendo a realidade política da altura e procurando corresponder às suas responsabilidades, os órgãos do partido, já sem a minha presença, antes e depois da designação do Dr. Emídio Guerreiro, como Secretário-geral substituto, enveredaram por um caminho diverso do que eu defendia e defendo, adoptando as posições que se lhe afiguravam mais recomendáveis para o Partido" (3).

Uma semana mais tarde, a 4 de Setembro, o "Tempo" publica nova entrevista em tudo semelhante.

- A 23 de Setembro de 75, Sá Carneiro volta a Portugal convoca uma conferência de Imprensa onde afirma o seu propósito de retomar as funções de Secretário-geral.

- A 27 e 28 de Setembro de 75, num Conselho Nacional na Estalagem da Via Norte e após longa discussão, Sá Carneiro volta a liderar o partido.

- A 12 de Outubro de 75, Sá Carneiro está presente em Lisboa no primeiro comício que o PPD realiza no Campo Grande. Este comício integra-se numa fase de intensa actividade partidária de apoio ao VI Governo Provisório e às instituições democráticas, com relevo especial para a manifestação de apoio a Pires Veloso, Comandante da Região Militar Norte.

- A 25 de Novembro de 75, a tentativa de golpe totalitário apanha Sá Carneiro a caminho de Bona. Volta rapidamente, condena os militares e civis revoltosos, exigindo o apuramento das responsabilidades.

- A 6 e 7 de Dezembro de 75, realiza-se em Aveiro o II Congresso do PPD. Após uma discussão sobre questões estatutárias, abandonam o Partido 4 membros do Governo e 17 deputados que se mantêm no hemiciclo como independentes. Sá Carneiro é confirmado na liderança do Partido. Emídio Guerreiro está entre os dissidentes.

Após o Congresso, multiplica-se a actividade de Sá Carneiro em termos partidários. Comícios em todo o país, viagens a Bruxelas, Washington, Toronto, Ottawa e Bona.

- A 25 de Abril de 76, realizam-se as eleições legislativas. O PPD consegue 24,38%. Sá Carneiro aposta num governo maioritário, de preferência com os socialistas, mas Mário Soares prefere governar sozinho.

- A 9 de Maio de 76, Sá Carneiro é eleito líder do grupo parlamentar do PPD. Entretanto há que escolher um candidato presidencial. O PPD, pela mão do seu líder, antecipa-se ao PS e declara o apoio ao General Eanes.

- A 23 de Julho de 76, toma pose o I Governo Constitucional formado exclusivamente pelo Partido Socialista.

- A 2 e 3 de Outubro de 76, num Conselho Nacional em Cascais, o Partido Popular Democrático muda o seu nome para Partido Social Democrata.

- A 30 e 31 de Outubro de 76, realizam-se em Leiria os III e IV Congressos do Partido. Sá Carneiro é eleito Presidente, após uma profunda alteração estatutária preparada durante os denominados encontros de Seteais. É confirmada a linhas política e a alteração da designação partidária.

- A 13 de Dezembro de 76, realizam-se as primeiras eleições autárquicas que consagram a força do PSD em todo o País. (O PSD elege 50% dos presidentes de Câmara).

- A 12 de Janeiro de 77, Sá Carneiro está em Espanha. Encontra-se em Madrid com Francisco Fernandez Ordoñez, chefe dos sociais democratas espanhóis e em Barcelona com Jordi Pujol futuro presidente do Generalitat da Catalunha. Dá uma célebre entrevista ao "El País" na qual critica severamente o Governo de Soares. A entrevista é mal entendida em Portugal e merece o protesto do Governo e a crítica do CDS. Sá Carneiro, no entanto, é recebido em Lisboa por militantes do PSD que o apoiam incondicionalmente.

- A 30 de Fevereiro de 77, o Governo está perante a Assembleia da República para ser interpelado a requerimento do PSD sobre política económica. Até aqui, a interpelação ao Governo era desconhecida na prática parlamentar portuguesa.

Sá Carneiro reforça uma linguagem de oposição, enquanto propõe a constituição de um novo executivo maioritário.

- A 30 de Maio de 77, integrado num projecto de constituição de uma maioria, formada pelos três partidos democráticos. ("Um Governo de Salvação Nacional"), Sá Carneiro e Freitas do Amaral criam a Convergência Democrática. Mas Mário Soares continua a apostar num executivo exclusivamente socialista.

- A 22 de Julho de 77, o PSD vota favoravelmente a lei de Bases da Reforma Agrária. Sá Carneiro, porém, não está presente visto discordar da posição do Partido.

Por outro lado, mostra-se, em declarações públicas, cada vez mais duro em relação ao Governo PS.

- A 16 de Outubro de 77, no Conselho Nacional de Bragança, Sá Carneiro declara que o discurso que o Presidente da República proferiu na Assembleia, no início da sessão legislativa, não ficará na História.

- A 5 de Novembro de 77, surge no "Jornal de Notícias" a informação de que Sá Carneiro ha-

via sido derrotado na Comissão Política, por altura da votação da Lei da Bases da Reforma Agrária. Dois dias depois, Sá Carneiro demite-se do Partido e no dia 9 vai à sede nacional despedir-se dos funcionários. Segue-se um Conselho Nacional realizado no Altis em Lisboa. Sá Carneiro aceita ficar no Partido, mas não como seu líder. Sousa Franco fica a presidir a uma Comissão Permanente.

- A 14 de Novembro de 77, inicia a sua colaboração quinzenal no "Povo Livre" órgão oficial do PSD. Escreve quatro artigos, mas o último — "Indiferença" — não é publicado.

- A 23 de Dezembro de 77, cai o I Governo socialista. A moção de confiança que põe ao Parlamento é rejeitada.

- A 3 de Janeiro de 78, Mário Soares toma posse como Primeiro Ministro de um Governo PS que inclui individualidades do CDS.

- A 28 e 29 de Janeiro de 78, realiza-se no Porto o V Congresso. Sá Carneiro concorre apenas para o Conselho Nacional e a sua lista consegue uma vitória significativa. À frente da Comissão Política fica António Sousa Franco. A moção de estratégia vencedora foi apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa e aprovada com a abstenção de Francisco Sá Carneiro.

- A 2 de Abril de 78, participa num encontro de sociais democratas no Vimeiro, onde expõe as teses que tem vindo a defender: falta de confiança no Presidente da República, necessidade de Revisão Constitucional e, pela primeira vez, apresenta a hipótese de um referendo constitucional. No dia seguinte demite-se a Comissão Política.

É convocado o Conselho Nacional de emergência onde Menéres Pimentel ficará à frente de uma Comissão Permanente até à realização de novo Congresso.

- A 1 e 2 de Julho de 78, realiza-se no cinema Roma o VI Congresso. Sá Carneiro consegue 2/3 dos votos e volta à liderança do Partido. Os proponentes das "Opções Inadiáveis" são vencidos.

Em Novembro convidará para o "gabinete-sombra" alguns dos subscritores desse documento.

- A 28 de Julho de 78, Mário Soares é exonerado pelo Presidente da República. O III Governo chefiado por Nobre da Costa toma posse em



Centro de
Documentação
25 de Abril
Universidade de Coimbra
R. Augusta, 25 r/c d to
3000-1 COIMBRA PORTUGAL

DATA	JORNAL (REVISTA)	ASSUNTO
18 NOV. 2000	PÚBLICO	SÁ CARNEIRO



Homenagem conta com Mário Soares e Freitas do Amaral

PÚBLICO 18 NOV. 2000

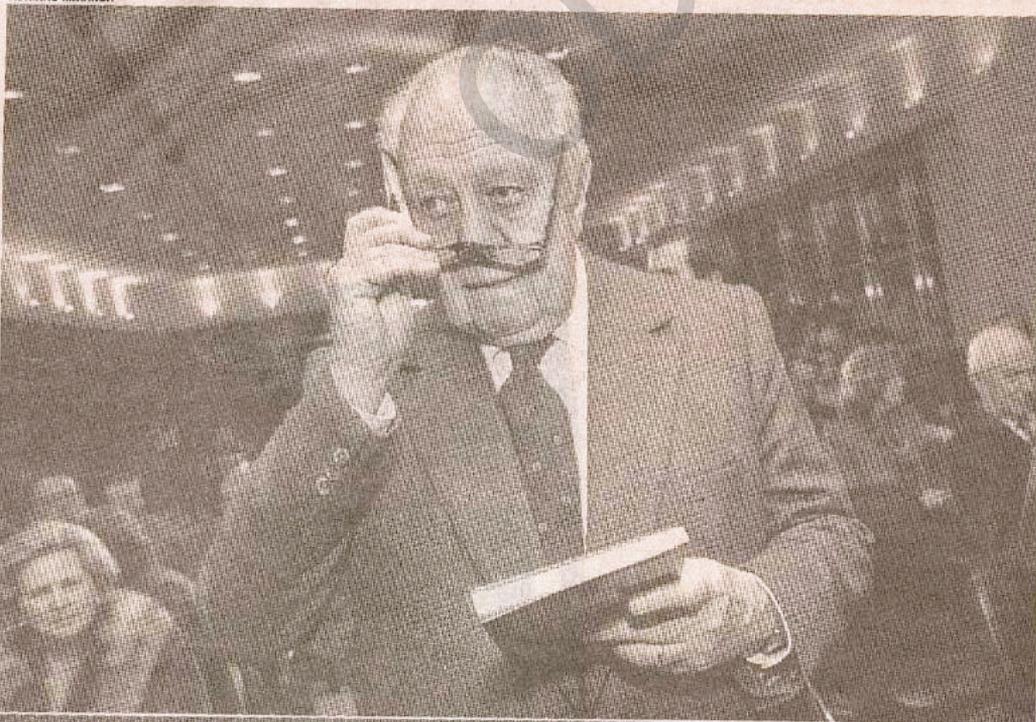
Sá Carneiro, património de todos

HÁ 26 ANOS atrás, num encontro numa embaixada, Mário Soares questionou Francisco Sá Carneiro se era mesmo verdade que este queria fundar um novo partido. Sá Carneiro confirmou a intenção e Soares, surpreendido, perguntou-lhe por que razão não se juntava ao PS. O antigo deputado à Assembleia Nacional argumentou que o programa dos socialistas era demasiado radical. O fundador do PS ainda tentou convencê-lo, explicando que mais importante do que o programa eram as pessoas. Em vão. A 6 de Maio de 1974 nascia o PPD-PSD.

O ex-Presidente da República Mário Soares contou esta história, ontem, durante uma conferência que assinalou o arranque das comemorações dos vinte anos da morte de Sá Carneiro. O PSD quis organizar uma primeira sessão aberta a toda a gente e não apenas aos sociais-democratas. Para oradores, convidou, além de Soares, o fundador do CDS-PP, Freitas do Amaral. Francisco Pinto Balsemão fez-se representar pela mulher.

Numa sala do Centro Cultural de Belém, que não chegou a encher, Soares falou daquilo que o uniu e que o separou de Sá Carneiro. Se as suas divergências com o ex-líder do PSD foram claras, menos públicos foram os seus gostos comuns. "O seu temperamento coincidia com o meu nas circunstâncias de gostar da vida, de ser capaz de apreciar um bom vinho e uma boa comida, de gostar de pintura. Encontrava-o muitas vezes na gale-

ADRIANO MIRANDA



Mário Soares foi ontem uma das várias personalidades políticas que elogiaram Sá Carneiro

ria que há por baixo da minha casa", afirmou.

Depois da formação da AD, os combates tornaram-se mais agudos, acrescentou, "com algumas coisas desagradáveis que por um lado me penitencio e é possível que do lado social-democrata alguns possam igualmente penitenciar-se".

"Razão no tempo certo"

Soares, tal como Freitas do Amaral e Mercedes Balsemão, destacaram as qualidades de homem de Estado de Sá Carneiro, que de "um militante com saltos de humor", enquanto mais jovem, passou a um "primeiro-ministro sereno".

"Sá Carneiro soube lutar pelo poder, mas foi ainda me-

lhor a exercê-lo", afirmou Freitas, realçando as qualidades de coragem política, capacidade federadora e serenidade.

Pinto Balsemão, pela voz da mulher, considerou que Sá Carneiro foi um homem que teve "razão no tempo certo". Homem de Estado, pai fundador do regime democrático, exemplo para as novas gerações. Tudo isto foi destacado na sessão, ao final da tarde de ontem. Conceição Monteiro, secretária do fundador do PPD-PSD, fez questão de estar presente, tal como Leonardo Ribeiro de Almeida, Dinah Alhandra, Miguel Veiga, Eurico de Melo e Barbosa de Melo, históricos do PPD-PSD. Lá estavam ainda Marques Mendes, Mira Amaral, Ferreira do Amaral, Torres Couto, do PS, também. Apesar de supra-parti-

dária, a iniciativa não reuniu muitas pessoas fora do círculo social-democrata.

Na sessão, de que foi cicerone o presidente do PSD, Durão Barroso, e Eurico de Melo, como não podia deixar de ser, o mistério sobre as causas do desastre de Camarate, em que o ex-primeiro-ministro morreu a 4 de Dezembro de 1980, acabaram por ser lembrado. Foi Freitas do Amaral o único a fazê-lo, ainda que de forma discreta. "Deliberadamente omitirei aqui qualquer referência ao processo de Camarate porque não quero estragar o ambiente especial desta comemoração com referências a uma das maiores vergonhas da justiça portuguesa contemporânea", afirmou, suscitando um forte aplauso da assistência. ■

Helena Pereira



Centro de
Documentação

25 de Abril

Universidade de Coimbra

R. Augusta, 25 r/c d.to
3000-1 COIMBRA PORTUGAL

DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
4 Dez. 2000	PÚBLICO	SÁ CARNEIRO

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Missa
do 20º Aniversário



**A COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL
DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
MANDA CELEBRAR, HOJE, ÀS 19 HORAS,
NA BASÍLICA DA ESTRELA, EM LISBOA,
MISSA DO 20º ANIVERSÁRIO DA
MORTE DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO.**



PÚBLICO 4 Dez. 2000



Centro de
Documentação

25 de Abril

Universidade de Coimbra

R. Augusta, 25 r/c d.to
3000 COIMBRA — PORTUGAL

RECORTES DE IMPRENSA

DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
16/08/03	Público	SÁ CARNEIRO

Público 16/08/03

Snu e Sá Carneiro



A nórdica no país dos marialvas

Francisco Sá Carneiro, primeiro-ministro do governo da Aliança Democrática na sequência das eleições legislativas de Dezembro de 1979, foi o protagonista de uma questão pessoal que acabou por ser extrapolada para o plano político: a sua relação com Snu Bonnier, conhecida por Snu Abecasis. Sá Carneiro não estava formalmente divorciado da sua mulher Isabel e assumia a sua união com Snu. Uma situação que serviu de pretexto para contestar a liderança de Sá Carneiro, no seio do seu próprio partido, e que foi também utilizada pelo Partido Socialista para desacreditar o primeiro-ministro.

A imprensa social da época, representada apenas pela revista "Nova Gente", não deixou passar em claro esta questão e a abordagem escolhida foi a de por um lado elogiar a elegância de Snu, mas, por outro lado, questionar os contornos da situação. "Situação absolutamente vulgar num cidadão comum, mas sustentada por um primeiro-ministro, líder de um partido defensor da família, é dúbio ou revela firmeza e absoluta distinção entre o homem e o político?", questionava a revista, num artigo não assinado em 1980. Referindo-se a uma situação "que não é carne nem peixe", a publicação referia no mesmo artigo os problemas protocolares levantados pela situação.

Num registo completamente diferente, a "Nova Gente" publicou, no mesmo ano, um artigo sobre Snu, quando esta assistia a uma intervenção de Sá Carneiro na Assembleia da República. Nessa ocasião, o artigo não assinado e ilustrado com diversas fotografias, descrevia "a serenidade de uma mulher confiante" e "a distinção nata de quem o tem



Sá Carneiro foi criticado pela sua relação com Snu

por nascimento e por condição". A "Nova Gente" via em Snu "uma mulher de personalidade forte" e concluía que "atrás de um homem ilustre há sempre uma mulher."

Snu Bonnier, nascida dinamarquesa e educada na Suécia, conhecida pelo apelido do seu primeiro casamento com Vasco Abecasis, foi proprietária e gestora da Editorial D. Quixote, um projecto que procurou romper com o clima de censura, publi-

cando autores de esquerda. Segundo a biografia escrita pela sua mãe, publicada em Portugal recentemente, não foi fácil para aquela "mulher num país marialva" — uma "nórdica numa sociedade latina", como Marcelo Rebelo de Sousa a descreve no prefácio do livro — lidar com as repercussões públicas daquele amor, que terminaria com a morte de Snu e Sá Carneiro, a bordo do Cessna que caiu em Camarate. ■ A.C.C.



DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
25/05/05	PÚBLICO	SÁ CARNEIRO

PÚBLICO • QUARTA-FEIRA, 25 MAI 2005

MEMÓRIA 30 ANOS DE PREC

SÁ CARNEIRO ABANDONA CARGO



ADELINO GOMES

O PPD vai ter novo secretário-geral. "Nem o tempo nem as forças me permitem conviver por mais tempo. Não sei quando poderei fazê-lo", declarou Francisco Sá Carneiro de uma das varandas da sede do PPD, em Lisboa, para elevado número de manifestantes que o vitoriavam após o seu regresso de Londres. O político portuense acrescentou ainda, segundo o *Jornal de Notícias*: "Ao PPD darei as minhas forças em luta pela social-democracia, pela liberdade. (...) Havemos de conseguir para nós e nossos filhos um Portugal livre e democrático, liberto de ditaduras de minorias." Sá Carneiro participou

aparelho de Estado, e para que as discriminações feitas ultimamente contra o Partido Socialista cessem".

Numa entrevista a um enviado especial de *O Globo*, Raul Rego disse que nem no tempo de Salazar sofreu tamanha pressão e acusou os militares de não levarem em conta "o peso dos votos nas últimas eleições".

O conselho de redacção do *Jornal de Notícias* rejeita, em comunicado, afirmações de Mário Soares segundo o qual os únicos jornais independentes seriam o *República* e o *Jornal Novo*. Existem militantes de todos os partidos, "nomeadamente do Partido Socialista", no *JN*, diz a estrutura representativa da redacção do matutino portuense, que se assume como "independente de qualquer partido político". O Governo nomeou uma equipa militar para gerir a Câmara Municipal do Porto, que tem vivido num "impasse gestor" e sofre as consequências de uma prolongada greve dos seus trabalhadores. Em Lisboa, a

gere o município acordou com o Governo, as freguesias e várias estruturas militares e policiais a requisição de todos os fogos vagos "em favor da população mais necessitada". Discussões acaloradas marcaram dois encontros de carácter profissional: dos trabalhadores de vestuário, divididos entre as 42,5 e as 45 horas semanais (chegou a haver agressão física no Teatro da Feira do Palácio de Cristal); e, em Coimbra, dos delegados do procurador da República, que rejeitaram o actual sistema de concursos. Viaturas blindadas do Exército escoltaram a transferência, durante a madrugada, de 358 agentes da ex-Pide, da cadeia de Monsanto para a de Alcoentre.



no conselho nacional do seu partido que este fim-de-semana escolhe o seu substituto. Numa decisão de última hora, Mário Soares acabou ontem por partir para França, onde participará numa cimeira socialista dos países da Europa do Sul. À imprensa francesa Soares classificou de "muito boa e longuíssima conversação" a reunião havida na véspera entre o PS e o Conselho da Revolução. "Estamos a negociar — disse — para que o pluralismo seja assegurado a todos os níveis da vida política, no domínio da informação e do

CD 25A

CLARIFICAÇÃO NECESSÁRIA

1. No seu último Conselho Nacional o PSD deu mais um passo na tentativa de contribuir para a urgente clarificação política do País.

Em relação ao Governo entendemos necessário que ele vá definindo o bloco social, político e partidário em que se apoia, sendo a nossa atitude tomada de acordo com essa definição e as conveniências nacionais.

Quanto aos demais partidos democráticos julgamos oportuno e necessário reatar conversações que o Conselho Nacional de Vila Real, de Setembro de 78, entendera não deverem ter lugar antes da passagem na Assembleia da República de um novo Governo. Por isso mesmo, recusámos conversações que pública ou particularmente outros partidos nos propuseram depois da reunião de Vila Real. Mas, como no comunicado então emitido se salientou, o PSD mantém-se aberto ao diálogo com todas as forças democráticas.

Assim, após a passagem do Governo Mota Pinto, reatámos coerentemente contactos com o PPM, com o CDS e com o PS, aos quais propusemos conversações,

Artigo de Sá Carneiro

através de delegações, com vista a tentar explorar um eventual consenso entre formações políticas democráticas sobre pontos essenciais da vida política portuguesa numa perspectiva voltada para o médio prazo.

X Ao fazê-lo não privilegiamos nenhum dos três partidos, nem vamos à procura de alianças imediatas. Muito menos nos move o intuito de tentar qualquer coligação de oposição contra o actual Governo.

O Conselho Nacional entendeu, e bem, que essas conversações eram úteis e oportunas, com vista ao início da definição de uma política de alianças e de um programa de Governo, e que elas deveriam incidir sobre as seguintes áreas:

X «Deverão ser iniciadas conversações com todos os partidos democráticos e personalidades, com a finalidade fundamental sobre a revisão constitucional, grandes reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento da democracia e da justiça social e ainda sobre o programa do Governo».

X Nesses contactos, o PSD deverá ser sublinhado a urgência de uma definição clara quanto à futura candidatura à Presidência da República, incluindo condições políticas e programáticas».

(Continua na página 2)

CLARIFICAÇÃO NECESSÁRIA

—por Francisco Sá Carneiro

(Continuação da página 1)

2. É necessário que os partidos se vão pronunciando sobre estes pontos e entre eles esclarecendo posições. E não é por falta de insistência nossa que o Presidente da República e o Governo deixarão de efectuar igual esclarecimento, com todo o respeito devido à sua autonomia face aos partidos e à sua qualidade de órgãos de soberania.

A actual indefinição da política portuguesa só aproveita aos «pescadores de águas turvas», o que quer dizer que não serve a democracia nem o País.

Ora as conversações interpartidárias são um meio de clarificar posições a respeito daqueles grandes temas e de outras questões nacionais que nefas venham a ser incluídas.

Não se trata de procura imediata de alianças interpartidárias, governamentais ou eleitorais.

X Isso poderá surgir a médio prazo, em função da consonância que se revelar entre os partidos sobre os temas em causa. Nunca nos moveu nem move a preocupação de assumir o Governo em quaisquer condições ou circunstâncias. Pelo contrário, já muito claramente proclamamos que o PSD não estará no Governo antes de novas eleições legislativas, posição que mantemos integralmente.

X Tão pouco se trata de momento de negociações entre os partidos. Não porque recusamos a negociação, mas sim porque não estamos ainda nessa fase.

X O que procuramos nesta altura é clarificar as áreas de consenso nacional e interpartidário acerca dos grandes temas nacionais.

Uma questão que se levanta no âmbito da Constituição. Nesse âmbito, o PSD não se opõe a qualquer proposta de revisão que possa permitir que do futuro se crie a base para a definição de posições a definirem-se em relação a propostas concretas de alteração.

Suberão e poderão os partidos democráticos formar aí um largo consenso em ordem a encontrar uma Constituição que una os Portugueses, permita a convivência política de todos e possibilite uma real escolha de programas e de linhas políticas através das eleições, sem amarrar os Portugueses a caminhos pré-fixados?

Da resposta a tal questão dependerá em muito o futuro do regime e do País, pelo que importa pô-la desde já e para ela buscar resposta.

Uma coisa é certa. Aí, como nos demais aspectos não procura o PSD impor a «sua Constituição» mas sim buscar, através do consenso partidário democrático, a Constituição de todos os Portugueses.

X 3. É inegável que a questão da candidatura à Presidência da República está já hoje colocada com intensidade. A hipótese de renúncia do actual Presidente da República seguida da sua recandidatura foi de resto por ele próprio colocada numa conferência de imprensa de 24 de Agosto de 1978. Não se diga pois que estamos longe do fim de 1980 e da eleição presidencial.

X Há também aí que assumir posições claras. Pela minha parte entendo que a renúncia e recandidatura do actual Presidente da República não seria útil nem clarificadora e que correria, pelo contrário, o risco de aumentar a indefinição, abalando a confiança dos portugueses no regime democrático. Penso também, e já o disse publicamente, que qualquer candidatura à Presidência da República tem de assentar num compromisso formal e claro do candidato com o partido ou partidos que o apoiam, desengajando-o quanto a um projecto concreto de revisão da Constituição, a um programa de Governo que contenha as opções em matéria de construção do Estado Democrático, de economia e finanças, de política salarial e social e de

política externa, só para mencionar alguns temas.

X Creio, por último, e também já o disse publicamente, que na próxima eleição presidencial não deverá nem poderá haver um candidato das Forças Armadas, seja ele civil ou militar. Não poderá sob essa forma, pelo menos com o PSD, ressuscitar-se qualquer tipo de pacto MFA-Partidos.

Aqui também o PSD não quer impor um Presidente da República ou controlá-lo ou apropriar-se dele. Mas deverá quanto a mim rejeitar uma candidatura pessoal, desenvolvida à margem dos partidos ou contra eles. Não é mais possível, parece-me, aceitar o apoio dos partidos repudiando simultaneamente qualquer compromisso com eles. Se rejeitamos o monopólio da vida política pelos partidos, se recusamos que um ou mais partidos monopolizem e colonizem o Estado, tão pouco aceitamos, a qualquer nível, uma solução ou um regime apartidário, militar ou civil, que de democrático só teria o nome e a aparência.

4. E não será necessário falarmos do Governo e clarificarmos posições? Falaremos, de tudo isto, entre partidos e com o Governo e com o Presidente da República, se eles o quiserem. É patente que subsistem dúvidas e perplexidades quanto à política do Governo. Haverá ou não novas impostos? São ou não eles necessários? E quem os pagará? E será legítimo pedir esse sacrifício aos mais necessitados quando por detrás se esconde a falta de clareza política e a ausência de coragem de enfrentar

que não são atreçados? Será verdade que empresas cobram milhares de contos de imposto de transacção e os não entregam ao Estado? E as dívidas à Previdência? E as finanças locais?

És uma mão cheia de questões das inúmeras que, quanto à política fiscal do Governo, importa esclarecer para que todos possam formar o seu juízo e julgar.

X De resto este Governo nasceu e passou com a missão de conseguir a curto prazo um acordo interpartidário que dispense o recurso a eleições legislativas antecipadas. Como vão os Partidos e como vai o Governo sair-se dessa situação? Poderá ele manter-se para bem dos portugueses no equilíbrio e transigência até 1980? Ou devemos encerrar desde já, para bem do País e do próprio Governo, a necessidade de antecipar as eleições legislativas? Não correrá este Governo o risco de, continuando sem apoios definidos, estar politicamente exausto daqui a poucos meses? E nessa altura o que se lhe seguirá? Mais um Governo de curta duração, mais uma crise, mais um descrédito, ou eleições?

Não são estas interrogações fabricadas nem visam elas a pôr em causa o Governo. Nem isso seria necessário, pois ele nasceu politicamente frágil e ainda se não fortificou. Os seus curtos meses de vida não permitem responsabilizá-lo sobretudo a ele. Mas é certo que todos nós não sentimos nem temos estabilidade política, nem económico-financeira, nem social, e, o que é mais grave, não sabemos se podemos vir a tê-la no actual quadro político existente. Será

mas se este Governo cair por não ser aprovado o seu Orçamento. É cedo para sobre ele nos pronunciarmos porque o não conhecemos, como não sabemos ao certo o que vai passar-se em matéria de finanças locais. Mas se a queda do Governo se der, terá de ficar claro que ela se deve à sua própria fraqueza política e aos eventuais erros das suas propostas orçamentais e não a quaisquer combinações partidárias.

As conversações interpartidárias que propusemos vão realizar-se quer o Governo se mantenha quer caia. Elas estão para além disso. Inserem-se numa perspectiva de médio prazo e não tem intuídos imediatos.

Visam o consenso nacional, a estabilidade política, a clarificação e o desanuiamento do País.

X E quando chegarmos à fase das negociações e de eventuais alianças todos podem estar certos que o PSD não procurará impor-se nem impor os seus pontos de vista, mas também de que não transigirá nos princípios que defende, respeitando sempre os alheios.

O que se pretende é encontrar plataformas de entendimento para avançar com segurança nas direcções certas de harmonia com as circunstâncias históricas do País, sem rupturas não democráticas e sem convulsões sociais.

De todos se exige seriedade, serenidade e transparência de intenções.

Requer-se também a humildade de saber tirar das experiências e erros passados as lições para o futuro. Ainda aí estamos bem à vontade.

O PSD não se comprometerá em negociações e alianças contrárias aos seus princípios e aos interesses do País. Por tal responderá o nosso comportamento e o nosso passado.

CLARIFICAÇÃO NECESSÁRIA

—por Francisco Sá Carneiro

(Continuação da página 1)

2. É necessário que os partidos se vão pronunciando sobre estes pontos e entre eles esclarecendo posições. E não é por falta de insistência nossa que o Presidente da República e o Governo deixarão de efectuar igual esclarecimento, com todo o respeito devido à sua autonomia face aos partidos e à sua qualidade de órgãos de soberania.

A actual indefinição da política portuguesa só aproveita aos «pescadores de águas turvas», o que quer dizer que não serve a democracia nem o País.

Ora as conversações interpartidárias são um meio de clarificar posições a respeito daqueles grandes temas e de outras questões nacionais que nelas venham a ser incluídas.

Não se trata de procura imediata de alianças interpartidárias, governamentais ou eleitorais.

X Isso poderá surgir a médio prazo, em função da consonância que se revelar entre os partidos sobre os temas em causa.

Nunca nos moveu nem move a preocupação de assumir o Governo em quaisquer condições ou circunstâncias. Pelo contrário, já muito claramente proclamamos que o PSD não estará no Governo antes de novas eleições legislativas, posição que mantemos integralmente.

X Não pouco se trata de momento de negociações entre os partidos. Não porque recusamos a negociação, mas sim porque não estamos ainda nessa fase.

X O que procuramos nesta altura é despertar áreas de consenso nacional e interpartidário acerca das grandes temas mencionados.

Ugo aprofundar o tema da revisão da Constituição. Nesse sentido, apresentei ao partido e à opinião pública um projecto de revisão que pode servir que do assunto se debata em termos abstractos, passando as posições a definirem-se em relação a propostas concretas de alteração.

Saberão e poderão os partidos democráticos formar aí um largo consenso em ordem a encontrar uma Constituição que una os Portugueses, permita a convivência política de todos e possibilite uma real escolha de programas e de linhas políticas através das eleições, sem amarrar os Portugueses a caminhos pré-fixados?

Da resposta a tal questão dependerá em muito o futuro do regime e do País, pelo que importa pô-la desde já e para ela buscar resposta.

Uma coisa é certa. Aí, como nos demais aspectos não procura o PSD impor a «sua Constituição» mas sim buscar, através do consenso partidário democrático, a Constituição de todos os Portugueses.

X 3. É inegável que a questão da candidatura à Presidência da República está já hoje colocada com intensidade. A hipótese de renúncia do actual Presidente da República seguida da sua recandidatura foi de resto por ele próprio colocada na conferência de imprensa de 24 de Agosto de 1978. Não se diga pois que estamos longe do fim de 1980 e da eleição presidencial.

X Há também aí que assumir posições claras. Pela minha parte entendo que a renúncia e recandidatura do actual Presidente da República não seria útil nem clarificadora e que, pelo contrário, o risco de aumentar a indefinição, abalando a confiança dos portugueses no regime democrático. Penso também, e já o disse publicamente, que qualquer candidatura à Presidência de República tem de assentar num compromisso formal e claro do candidato com o partido ou partidos que o apóiam, despendendo energia a um projecto concreto de revisão da Constituição, a um programa de Governo que contenha as opções em matéria de construção do Estado Democrático, de economia e finanças, de política salarial e social e de

política externa, só para mencionar alguns temas.

X Creio, por último, e também já o disse publicamente, que na próxima eleição presidencial não deverá nem poderá haver um candidato das Forças Armadas, seja ele civil ou militar. Não poderá sob esta forma, pelo menos com o PSD, ressuscitar-se qualquer tipo de pacto MFA-Partidos.

Aqui também o PSD não quer impor um Presidente da República ou controlá-lo ou apropriar-se dele. Mas deverá quanto a mim rejeitar uma candidatura pessoal, desenvolvida à margem dos partidos ou contra eles. Não é mais possível, parece-me, aceitar o apoio dos partidos repudiando simultaneamente qualquer compromisso com eles. Se rejeitamos o monopólio da vida política pelos partidos, se recusamos que um ou mais partidos monopolizem e colonizem o Estado, tão pouco aceitamos, a qualquer nível, uma solução ou um regime partidário, militar ou civil, que de democrático só teria o nome e a aparência.

4. E não será necessário falarmos do Governo e clarificarmos posições? Falaremos, de tudo isto, entre partidos e com o Governo e com o Presidente da República, se eles o quiserem. É patente que subsistem dúvidas e perplexidades quanto à política do Governo. Haverá ou não novos impostos? São ou não eles necessários? E quem os pagará? E será legítimo pedir esse sacrifício aos mais beneficiados quando por detrás se falta de capacidade política em milhares de centros de trabalho

que não são arrecadados? Será verdade que empresas cobram milhares de contos de imposto de transacção e os não entregam ao Estado? E as dívidas à Previdência? E as finanças locais?

Eis uma mão cheia de questões das inúmeras que, quanto à política fiscal do Governo, importa esclarecer para que todos possam formar o seu juízo e julgar.

X De resto este Governo nasceu e passou com a missão de conseguir a curto prazo um acordo interpartidário que dispense o recurso a eleições legislativas antecipadas. Como vão os Partidos e como vai o Governo sair-se dessa situação? Poderá ele manter-se para bem dos portugueses no equilíbrio e transição até 1980? Ou devemos encerrar desde já, para bem do País e do próprio Governo, a necessidade de antecipar as eleições legislativas? Não correrá este Governo o risco de, continuando sem apoios definidos, estar politicamente exausto daqui a poucos meses? E nessa altura o que se lhe seguirá? Mais um Governo de curta duração, mais uma crise, mais um descrédito, ou eleições?

Não são estas interrogações fabricadas nem visam elas a pôr em causa o Governo. Nem isso é necessário, pois ele nasceu politicamente frágil e ainda se não fortificou. Os seus curtos meses de vida não permitem estabilizá-lo sobretudo a ele. Mas é certo é que todos nós não podemos nem temos estabilidade política, nem económico-financeira, nem social, e o que é mais grave, não sabemos se podemos vir a tê-la no actual quadro político-parlamentar. Será

X mau se este Governo cair por não ser aprovado o seu Orçamento. É cedo para sobre ele nos pronunciarmos porque o não conhecemos, como não sabemos ao certo o que vai passar-se em matéria de finanças locais. Mas se a queda do Governo se der, terá de ficar claro que ela se deve à sua própria fraqueza política e aos eventuais erros das suas propostas orçamentais e não a quaisquer combinações partidárias.

As conversações interpartidárias que propusemos vão realizar-se quer o Governo se mantenha quer caia. Elas estão para além disso. Inserem-se numa perspectiva de médio prazo e não tem intuídos imediatos.

Visam o consenso nacional, a estabilidade política, a clarificação e o desanuviamento do País.

X E quando chegarmos à fase das negociações e de eventuais alianças todos podem estar certos que o PSD não procurará impor-se nem impor os seus pontos de vista, mas também de que não transigirá nos princípios que defende, respeitando sempre os alheios.

O que se pretende é encontrar plataformas de entendimento para avançar com segurança nas direcções certas de harmonia com as circunstâncias históricas do País, sem rupturas não democráticas e sem convulsões sociais.

De todos se exige seriedade, serenidade e transparência de intenções.

Requer-se também a humildade de saber tirar das experiências e erros passados as lições para o futuro. Ainda aí estamos bem à vontade.

O PSD não se comprometerá em negociações e alianças contrárias aos seus princípios e aos interesses do País. Por tal respondem o nosso comportamento e o nome partido.

SÁ CARNEIRO ACUSOU O PS DE «IMPOR UMA DITADURA»

Personalizando em Mário Soares um ataque ao socialismo o Partido Popular Democrático lançou, ontem à noite, no Pavilhão dos Desportos do Palácio de Cristal — a multidão que encheu o recinto por mais de uma vez apelidou o líder do PS de «palhaço»... — os primeiros dados da corrida eleitoral.

Iniciando ali uma autêntica maratona que inclui 42 comícios em 22 dias, o PPD traçou quais as linhas que orientarão a sua campanha com vista à Legislativa, afinal com vista ao alcance do Poder, tantas vezes gritado com muito entusiasmo numa sessão que se caracterizou, repita-se, por atas duras ao Partido Socialista provenientes de quase todos os oradores. Com constantes apelos (sempre entusiasticamente, dellrantemente mesmo, apoiados pelo público) às figuras carismáticas do partido, o PPD, isto é, os seus militantes deram a ideia de que estão fortemente unidos em torno da figura do seu secretário-geral, Francisco de Sá Carneiro.

Logo no início dos discursos, o jovem Manuel Moreira (JSD) disse que «o PS não pode ser um partido totalitário no aspecto económico e ao mesmo tempo preconizar uma democracia política pluralista» e que, portanto, «mais tarde ou mais cedo um partido deste tipo tenta ficar sozinho na cena política a governar e a implantar como sequência uma ditadura».

Este aspecto que se dirá pelo menos curioso foi mais tarde reforçado por outros oradores, nomeadamente o dr. Montalvão Machado, da Comissão Política Distrital, e pelo secretário-geral, Sá Carneiro, ao dizer que «punhos cerrados com cerrados punhos se juntam». Chamando-se, portanto, a si próprio o defensor da liberdade, da democracia, o PPD caracterizou a sua acção no futuro.

Sempre que o PCP foi referido, diga-se, assobiadas «monstras e pataeadas enormes, fizeram-se ouvir. Eram jovens mulheres, crianças, gente de todos os estratos sociais que ali estavam a apoiar Francisco de Sá Carneiro. E se a intervenção do bancário Dias Ferreira não teve repercussão, tal como a do metalúrgico Evaristo Oliveira, o mesmo não sucedeu com João Silva Carvalho, que dirigiu todo o seu discurso ao dr. Mário Soares, declarando que, embora respeitando o seu passado de lutador antifascista, não podia subscrever

eternamente esse respeito, «pois o país não vive de imagens de antifascismo». Acusando Mário Soares de ser ou pretender ser um «latifundiário do poder e um monopolista das relações internacionais» o jovem da JSD venceu que o líder do PS comete um «erro histórico» ao não admitir pós-eleições um Governo PS/PDD. Essa recusa será um sério obstáculo, disse, à consolidação da Democracia. Porque, acrescentou, «o social-fascismo não se pactua, não se colabora, não se transige». Esta clara alusão ao possível compromisso de Esquerda (PS com apoio do PC) foi um pouco atenuada, a princípio, pelo dr. Montalvão Machado que afirmou que o PPD «não tem a pretensão de governar sozinho».

Aludindo aos ataques que de todo o lado surgem sobre o PPD, o dr. Montalvão Machado afirmou que muitos deles provinham de sectores que não «tinham pudor nem vergonha» mas que esse era o sinal evidente da presença do seu partido e um claro indício que têm medo do PPD».

Acrescentou depois focalizando o PS que o PPD «não despe o fato vermelho em Vilar Formoso «por outro cor de laranja. Apontando a coerência do PPD, aquele advogado sublinhou que apesar de «não serem figuras de pau com pés de barro, sentem a gravidade do momento e que por isso têm consciência de que o primeiro governo definitivo vai precisar de um fortíssimo apoio do povo português» e que «um governo de um só partido chama-se ditadura», acrescentando logo a seguir que «o partido que quer governar sozinho (alusão ao PS) faz uma chantagem ao povo português em vésperas de eleições». E então, em breve ataque ao CDS, que pela voz do seu presidente disse que o PPD não era um partido de Esquerda: «Ninguém quer ser Direita» — disse Montalvão Machado, que falando das Forças Armadas sublinhou não deverem ser «um partido político e muito menos podem sequer ajudar um partido ou um sector político».

O PS foi acusado de assaltar o aparelho de Estado, de manipular os órgãos da informação», em suma o Partido Socialista foi o privilegiado nestes ataques pré-eleitorais do PPD.

Helena Roseta, a jovem arquitecta, tocou muito pontos de forma linear, dizendo que «era preciso falar verdade». «Os hospitais, as escolas, os retornados, o ensino livre e não sob novos catolicismo» — apontou: E, por fim declarou que há só duas alternativas «ou capitalismo de Estado que conduz à opressão ou a social-democracia». E pera Helena Roseta é a Social-Democracia que pode fazer o país viável em Portugal».

Ao prof. Sousa Franco poucos o ouviram. De um discurso sem calor, apenas destacou este facto: em Portugal há 400 mil desempregados e esse número pode elevar-se a 600 mil. Disse mais: «O projecto da economia comunista foi vencido, deixou o país na penúria». E assinalou que «os empréstimos são auxílios à pobreza». Um quadro derrotista, mas em que a esperança está no projecto económico da social-democracia que ainda não foi experimentado entre nós — acentuou.

Por fim, sob o delírio dos aplausos, do entusiasmo vibrante, Francisco de Sá Carneiro falou durante 45 minutos. Sem discurso, ao sabor das ideias.

Para os que defendem que só há uma saída autoritária para a crise, Sá Carneiro acusou-os de estarem errados. O PPD continuará firme e unido na defesa da Democracia. Realisticamente. Embora declarando que «não tem medo do socialismo», o secretário-geral do PPD viria a defender apenas a social-democracia porque ela será apenas a única a conduzir à «libertação do homem pelo homem».

Renegando o social-marxismo e a «ditadura militar terceiro-mundista», Sá Carneiro declarou que após o 25 de Novembro a Revolução Portuguesa é democrática e não socialista como quiseram impor ao povo, porque, salientou, «socialismo pluralista nega a liberdade», conduz a estados — disse — como os dos países do Leste campos de concentração, hospitais psiquiátricos, enfim, «à ditadura do partido único».

Falou a seguir do «Pacto». Uma plataforma em que o poder civil dominará sobre o poder militar; ainda que os militares tenham um papel a desempenhar no período de transição.

Recordou que é preciso vincar a importância do Programa do MFA (o de 25 de Abril) para a seguir apontar a urgência que há em que se corham os relatórios verdadeiros do 28 de Setembro, do 11 de Março e do 25 de Novembro. Esses golpes «contra-revolucionários — disse Sá Carneiro — são fundamentais para uma esclarecimento total do povo português. «É preciso fazer justiça».

E não será com «amplas amnistias» que tal se verificará. Afirmando que as FA foram instrumentalizadas, Sá Carneiro fez-o igualmente, defendendo que elas usufruem de certas regalias por virtude dos seus baixos salários. «Não podemos sustentar um Exército de guerra em tempo de paz» — disse. Falou das eleições. Defendeu ali, como anteriormente, que as eleições para o Parlamento e para a Presidência da República deviam ser simultâneas ou, pelo menos, próximas. E, sem mencionar, citou que apesar de ter de ser um militar o próximo presidente, não poderá ser o general Costa Gomes ou quem como ele defende que o PS e o PC são os partidos que apoiam a construção do socialismo.

Do futuro Governo, que «podrá ser de coligação», Sá Carneiro repeliu os ataques feitos ao Partido Socialista. Ainda que, acrescentou, urge evitar erros antigos e novos agravos.

Lançou um subtil ataque ao Movimento Social Democrata, que, como Helena Roseta dissera «não pode ser o MDP do PS».

Apontou a importância da ligação à Europa. Definiu que o futuro português «está na condução de uma política de um projecto coerente e realista. Pelo PPD, que vai lutar e vencer, porque «quer o poder».

O Poder — é isso que nesta maratona pré-eleitoral se joga. O PPD já começou a jogar. No Porto.

«A acção do ministro Cardia tem merecido o nosso apoio» — afirmou em Coimbra o dr. Sá Carneiro

COIMBRA — «O único sector em que o Governo tem demonstrado eficácia e decisão governativa e operacionalidade, é o MEIC. A acção do ministro Sottomayor Cardia tem merecido o nosso apoio, que não temos regateado. Infelizmente é uma excepção e quem nos dera que o Governo em bloco agisse como o seu ministro da Educação.» Esta, uma das afirmações do dr. Sá Carneiro aos jornalistas, que o aguardavam na sede do Partido Social Democrático, quando o mesmo ali dava entrada, na sua qualidade de secretário-geral, a fim de tomar parte na reunião da Comissão Política para análise da situação política do País e outros assuntos.

A outras perguntas, como a de uma possível crise no Governo ou só no seio do Partido Socialista, respondeu o dr. Sá Carneiro: «A crise no Governo passa mais pela demonstração da sua competência, que a nível geral até agora não foi dada, do que por crise interna do PS, das quais não acho que se deva falar da nossa parte, pois só falámos do nosso partido. Mesmo quando esses partidos falam mais dos problemas inventados no nosso, não retribuímos», retorquindo de imediato, na sequência da pergunta, «se o PSD ganharia algo com a crise governamental», com as seguintes palavras:

«O que nos deve preocupar, dada a situação dramática em que estamos, é se o País ganha ou se perde. Os problemas são, sobretudo, na esfera política, portanto, civis, e quaisquer problemas militares que possam surgir, mais não são do que a repercussão

desses problemas civis.» E continuando: «Quando não temos uma democracia estabilizada aos níveis político-civil, quando não temos um Governo operacional, competente e eficaz, corremos o risco de ter problemas, mesmo na esfera militar. Quando se diz que este ou qualquer outro Governo é uma última alternativa da democracia, está-se a fazer um convite a um poder militar ou uma qualquer força não democrática. Insurjo-me sempre contra esta expressão, pois a democracia não se identifica com o Partido Socialista, não se identifica com o Governo socialista. Se o Governo vier a falhar, há outras alternativas democráticas.» E concluiu o seu pensamento: «A situação portuguesa aponta para a necessidade de um acordo fundamental e nisto não vejo apenas um Governo de coligação entre os partidos democráticos. Vamos a ver como a situação evoluirá, pois não gosto de fazer futurologia.»

Relativamente às eleições para as autarquias locais, o dr. Sá Carneiro disse: «Uma proposta pública de coligação para as autarquias locais tendo já o PSD afirmado que apresentava listas do partido para as Câmaras Municipais e na maior parte das freguesias, isto independentemente de, num ou noutro caso particular, apoiar listas de freguesia não partidárias. O que nos interessa é que estas eleições sirvam para a construção da democracia em Portugal». E mais concretamente: «Em Portugal nunca houve democracia local autêntica, não apenas nestes últimos cinquenta anos, pois a democracia, mesmo no tempo do liberalismo, serviu para um pogo político eminentemente lisboeta de personalidades políticas, pois sempre faltou a decisão e a coragem e tempo de construir a democracia local, o que ora está ao nosso alcance e constitui um dos deveres fundamentais da revolução democrática do 25 de Abril. Se não aproveitarmos, poderemos pôr em causa a própria democracia no futuro. Se soubermos com honestidade encetar esse passo, será decisivo para a transformação da democracia local.»

A propósito da mudança de sigla e da acusação do PSD tentar captar algumas bases do PS, respondeu: «Se essa acusação é feita, traduz um grande despeito de quem a faz, da parte de alguns socialistas ou centristas, para já não falar do MSD, porque esse não tem importância que mereça uma referência específica. Ao mudarmos a sigla, não mudámos nada no partido, pois ela não corresponde mais do que à sinceridade

programática e de acção. O nosso programa tem como título a socialdemocracia para Portugal que tem características diversas em relação a um socialismo que se deseja acompanhado dos qualificativos de personalismo ou humanismo, que é um socialismo eminentemente marxista. Traduzimos o que somos, nada mais.»

«Somos sociais-democratas desde o início — prosseguiu o secretário-geral do PSD, perante a hipótese de não ter sido uma cartada de avanço aos dissidentes — e só circunstâncias ocasionais levaram a ser outro o nome do partido, pois os próprios estatutos consagram a Juventude Social-Democrática, designação que foi estabelecida desde o início. Se causamos algum prejuízo às conveniências e oportunismos internacionais do Partido Socialista, o mal não é nosso, é deles. Se se quer jogar num campo em que se aparece como marxista no interior e social-democrata no exterior, quem o faz é que terá de suportar as consequências.»

Sobre a existência de uma corrente nortenha, que se diz ter como figura central o brigadeiro Pires Veloso, descontradadamente, o dr. Sá Carneiro, responderia: «Como nortenho penso que do Norte tudo o que vier é bom e considero o brigadeiro Pires Veloso um militar democrata, um dos grandes deste País, de onde não advém qualquer perigo para a democracia.»

E a terminar, considerando dramática a uma pergunta de O SECULO, a situação económica, respondeu quanto ao Ministério da Agricultura com as seguintes palavras: «Creio que não se pode isolar o ministro do Governo, pois se trata de um problema de orientação governativa, portanto não se pode falar de Lopes Cardoso isoladamente de uma política agrícola socialista. É um problema grave em relação ao qual temos divergências profundas.»

Congresso do «PSD» (em parte) será aberto aos jornalistas

Ao princípio da noite, o dr. Sá Carneiro deslocou-se às piscinas municipais, para o que abandonou por algum tempo a reunião da Comissão Política do Partido, a fim de presidir ao encerramento das Jornadas Sociais Democráticas Sobre o Ensino, promovidas pela Juventude Social Democrática, concedendo nesse local e ao retirar-se, algumas informações aos jornalistas sobre a reunião política do partido. Pois, os trabalhos estavam a decorrer em privado, acrescentando somente que «a Comissão Nacional ultimou já um dos pontos da ordem dos trabalhos respeitante à organização do Congresso, que vai decorrer em Leiria nos dias 30 e 31 e a aprovação do respectivo regulamento. Haverá o congresso extraordinário para que se complete a revisão dos estatutos, havendo já um projecto-base, aprovado na reunião em Cascais e que será publicado na próxima semana. Seguir-se-á o congresso ordinário com a eleição dos responsáveis dos órgãos nacionais e com o debate da situação política e definição do partido sobre essa mesma situação, que será aberto aos representantes dos jornais.»

Quanto a outros problemas ou outros pontos da reunião, nada acrescentou, pois diz respeito à vida interna do partido, serão limitados aos congressistas e demais membros. «A Comissão Executiva — acrescentou — analisou a situação política actual, que é mais uma reflexão interna e para efeitos internos, do que propriamente para divulgar».

O ministro austríaco regressa a Viena

Terminada uma visita não oficial de dois dias a Portugal, regressou a Viena o ministro federal dos Negócios Estrangeiros da Austria, dr. Willibald Pahr.

Falando aos jornalistas, momentos antes de embarcar, o dr. Willibald Pahr disse que nos contactos que teve com as autoridades governamentais portuguesas, além de se informar da actual situação política no nosso País, tratou de problemas de cooperação a nível internacional, especialmente os relacionados com o desenvolvimento económico e a cooperação luso-austriaca no campo do turismo.

O SECULO 18.10.76

Empresa Pública dos Jornais SECULO e POPULAR (EPSP)

● REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS EM LISBOA-2

— Rua de «O Seculo», 41 a 63 —

● Telefones — 36 27 51 a 36 27 55

● Telegramas — SECULO — LISBOA

● Telex — 12 372 — SECULO — LISBOA

★

● REDACÇÃO NO PORTO (DELEGAÇÃO)

— Rua Sá da Bandeira, 5, 1.º —

● Telefones — 2 29 67 - 2 36 03 - 2 68 72 ● Telex — 22 799

● ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA NO PORTO

— Rua Miguel Bombarda, 221 —

● Telefones — 38 00 51 - 31 95 26

★

● REDACÇÃO EM COIMBRA (DELEGAÇÃO)

— Rua da Sota, 2-A, 1.º —

● Telefones — 2 41 20 - 2 88 72 - 7 13 36

● ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIDORA DE COIMBRA

— Av. Fernão de Magalhães, 458, 1.º —

● Telefone — 2 27 29

★

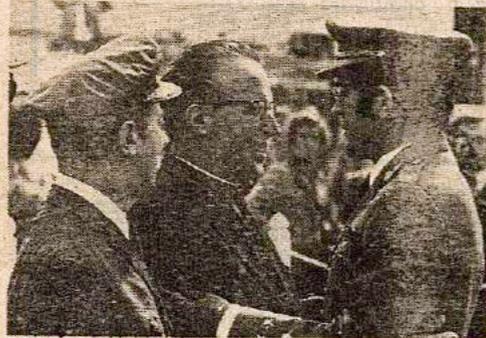
Tiragem média de O SECULO no mês de Setembro

31 000 exemplares



2 - JULHO - 77

Presidente



...a profissão religiosa...



...a visita mais imp Rei de Espanha...

Das palavras aos actos

No capítulo da mobilização do país, há muita gente que já acusa o Presidente de inoperância e não lhe leva a bem que faça discursos que são "barra pesada", para depois se remeter ao silêncio dos gabinetes onde se tecem as combinações. Apontam-se, como exemplos mais significativos, o discurso do 25 de Abril último e as críticas feitas à televisão na Guarda.

Há quem responda a estas acusações, que se começam a ouvir por aqui e acolá, que o Presidente não pode ultrapassar os limites do seu mandato explicitado na Constituição. Que ele não é o Governo, sendo melhor credenciar as instituições para a acção que substituir-se a elas, substituição que, no fim e ao cabo, acabaria por ser de momento impossível. Que há que deixar agir as pessoas que para isso foram deputadas e que as intervenções do Presidente são um empurrão e um sinal e marcam um caminho que se vai desenvolvendo.

Bonapartismo

Desenvolvendo até ao bonapartismo ou ao golpe de Estado?

Parece que ninguém duvida, nem nos meios militares nem nos meios civis, que nas actuais circunstâncias a única pessoa com força para dar um golpe de Estado seria o Comandante Chefe das Forças Armadas, general Ramalho

Eanes. Mas também ninguém duvida na sua "entourage" que a sua personalidade é tal que o torna escarvo da palavra. Com ele, a Constituição será respeitada naquilo que tem de óbvio (pomos de parte o largo espaço opinativo que o texto permite).

Pareceu-nos importante encaixar aqui a história do golpe de Estado ou do bonapartismo, dado que nos "mentideros" lisboetas é conversa de todas as sobremesas.

25 de Novembro

A personalidade política de António Ramalho Eanes ficou bem vincada por alturas do 25 de Novembro em que ele aparece como o cérebro das operações que levaram à derrocada do gonalvismo. Afirmou-se, então, na prática, como na altura se exprimiu um dos seus grandes amigos, o tenente-coronel Aventino Teixeira, anti-fascista e anti-social-fascista.

Uma democracia intransigente contra todo e qualquer projecto pecepista para a sociedade portuguesa e contra todo e qualquer projecto de extrema-direita. Foi, neste sentido, que o MRPP lhe deu o seu apoio, embora, actualmente, comece a ser criticado no seu órgão "Luta Popular". Não é que Ramalho Eanes alguma vez tenha aderido às teses daquele movimento, apenas o movimento de Arnaldo Matos, seu amigo, o considerava como oficial democrata.

MUNDIAL
 Visitando Istambul, Islime, Efeso e Pergamo, Atenas e Corinto. Preço excepcional. Partidas de Junho a Outubro. Peça programa a **MUNDIAL**. AGENCIA MUNDIAL DE VIAGENS, R. de S. Maria, 33-A, tel. 579306, Lisboa.

PASSAGENS
 AVIAO · COMBOIO · BARCO · PULLMAN.
 Preços das companhias consulte-nos
agência abreu
 LISBOA — Av. da Liberdade, 160 • Telef. 371341

MADEIRA
 viagens semanais de JUNHO a OUTUBRO
 em voos especiais TAP desde 3 710\$00
 bons hotéis, visitas, transfers, guia permanente, etc...
 NÃO PERCA TEMPO INSCREVA-SE já! preços especiais para grupos
EUROPEIA

VIVA ITALIA
 ROMA · ASSIS · POMPEIA · SORRENTO · NÁPOLES · CAPRI · FLORENÇA · PISA · ETC.
 Partidas todas as 5.ª Feiras até 20 de Outubro
 EM COLABORAÇÃO COM A ALITALIA
MUNDIAL
 AGENCIA MUNDIAL DE VIAGENS, R. de S. Maria, 33-A, tel. 579306, Lisboa.

já eleito, embora não empossado, visitou a primeira cooperativa agrícola no Alentejo e se misturou com os trabalhadores: era uma cooperativa de conotação PS. Em dada altura, os trabalhadores gritaram "morte ao PC". Ramalho Eanes subiu para cima de uma mesa e discursou alto: "Morte, não. São portugueses como nós e têm lugar na sociedade portuguesa. Devem é cumprir as regras do jogo." E toda a gente concordou.

Quando sectores vários queriam eliminar politicamente o major Melo Antunes, em virtude das suas posições de esquerda, Eanes soube não o deixar cair e sabe ouvi-lo, como ouve outras zonas, e não cede, como recentemente se viu na Lei sobre a delimitação entre o sector público e privado. Nada disto é fruto do acaso: determinado (mesmo teimoso quando está convencido), Eanes vai definindo o seu rumo prudentemente — mas sem incoerências, sem recuos.

em virtude da correlação de forças, tinha de ser um Eanes, se não substantivo pelo menos adjectivo.

Em conversa a que há dias assistimos, um notável comentador político da nossa praça, que acredita caminharmos para o bonapartismo, dizia que o mal do nosso país está em ter um Presidente da República que é um general português e um primeiro-ministro que é um político internacional.

A expressão é de eleito, mas parece-nos que peca por demasiado linear. Contudo dá para meditar.

Queria com isso o comentador político dizer que o executivo não cura dos problemas nacionais, que a inoperância do governo e por aí abaixo é uma evidência e que o general, sendo o homem nacional, não resolve os problemas, embora pareça que os sinta criando-se objectivamente uma situação de bonapartismo. Que visitar fábricas, abraçar este ou aquele, beijar dezenas de crianças, criticar esta ou aquela instituição, não



SÁ CARNEIRO FALOU A «O PRIMEIRO DE JANEIRO»

PITEIRA. 5

«PARA A URSS É INDISPENSÁVEL E PORTUGAL SEJA CONTROLADO»

DO a partir das eleições de 2 de Dezembro do ano passado, nas eleições a Aliança Democrática alcançou a maioria absoluta dos lugares na Assembleia de República, o Governo do Dr. Sá Carneiro viria à tona, bem se pode dizer, o primeiro «não provisório» desde 25 de Abril de 1974. Provisório foram, de facto, e naturalmente, todos os do período provisório. E provisórios acabariam por ser, também, os governos do Parlamento e os ditos de independentes de inspiração presidencial, por isso em nunca deixou de pairar a eventualidade do derrube parlamentar, aconteceu. E mesmo o II Governo, formado pela coligação entre o PSD, o PCP e os ditos de independentes de inspiração presidencial, por isso em nunca deixou de ter as marcas indeleveis da provisioriedade, dado um paralelo com os acordos — mais ou menos informais, mas com a sua actividade — que os socialistas gostam de manter à sua

do que, e a despeito de ser o 12.º desde 1974, o Governo da Aliança é o primeiro «não provisório», numa acepção que vai buscar a sua não tanto ao rigor das palavras — mas ao significado dos factos: no Parlamento, é coerente nos princípios programáticos e, mais do escolhido a partir de um programa de acção.

mente (embora não inesperadamente), é, também, de todos, o que mais oposição — mais peculiar. Porque tem contra si, como se compreende, o Parlamento e porque é contestado pelas forças sociais que uma oposição desde sempre controla. Mas também porque outros órgãos abertamente o enfrentam: não poderá esquecer-se que o presidente iniciou a sua oposição ao VI Governo Constitucional no exacto que lhe conferiu posse.

este contexto, traduz muito das particularidades em que se desenvolve o processo político português. O primeiro «não provisório» — Democracia —

primeira vez em 25 de Abril de 1974 (primeiro «não provisório» — Democracia —

Dr. Sá Carneiro presidente. Argumento cinco meses depois como avalia o Sr. Primeiro-ministro a acção governativa desen-

Quando oihamos em 1978 e 1979, vemos a crise imediata, a sucessão dos vários momentos de descontentamento — justificadas — a instabilidade política e as condições de vida. Vencendo a incapacidade de a Assembleia de República, com a sua composição presidente da República, Conselho da Revolução, em

de se constituiu um Governo que, com legitimidade e determinação, assumiu o poder, fazendo que se respeitassem os limites constitucionais entre ele e o Presidente, que não tem poderes executivos, nem em matéria de política interna, nem em questões internacionais, a não ser em casos específicos e mesmo assim sujeitos a referendo do Governo.

E, o que é fundamental, a partir de 25 de Abril, o PC deixou de ser poder. Estabilidade, determinação e competência são as características do exercício do poder que o eleitorado nos confiou, com base num programa claro e que mantemos do a quem doer, por mais manifestações, calúnias, obstruções e usurpações que contra nós sejam ensaiadas.

Só comparando o actual estado de coisas com aquele que vivemos no segundo semestre de 1978 e no ano de 1979 se pode com justiça avaliar os progressos feitos e a realidade do novo poder político, que, voltando-se, não para a luta político-partidária, mas para os problemas nacionais, os foi tentando resolver pacientemente

no qual são visíveis as marcas impostas pela acidentada luta entre projectos irremediavelmente divergentes — confere à actividade do actual Governo condições igualmente peculiares. E a menos importante não é, por certo, esta: sendo maioritário, nada o impediria de realizar o seu programa; mas, realizando-o como que multiplica a contestação dos que se lhe opõem e têm ao seu dispor, no ordenamento constitucional, os instrumentos pré-constitucionais aí deixados muito a propósito.

Cinco meses depois — que balanço? O primeiro-ministro acedeu amavelmente ao convite de «O Primeiro de Janeiro» para passar em revista os aspectos mais marcantes. Foi um Francisco Sá Carneiro em excelente forma e disposição, porventura cada vez mais sólido nas suas convicções e no conhecimento dos negócios do Estado, quem se dispôs a gastar algum do seu tempo na abordagem dos problemas que, constituindo princípios de governo, correspondem igualmente a opções concretas. Diante de nós, para além de um caso inulduvível de vocação política, esteve sempre um homem de Estado: veemente, directo, frontal, sem os complexos que (parece poder dizer-se) sucessivamente têm contribuído para tirar clareza à política portuguesa. E com a superior vantagem de, para além de quaisquer jogos sectários, ter autoridade para se assumir desse modo.

Dai o importante depoimento que «O Primeiro de Janeiro» tem hoje o gosto de oferecer aos seus leitores. Cinco meses depois de entrar em funções, o primeiro-ministro passa em revista todos os principais tópicos da actividade do seu Governo — com uma franqueza e abertura que merece ser sublinhada. E isso acontece a quatro meses do início de um ciclo eleitoral que será decisivo para o futuro dos Portugueses.

Ninguém poderá ler as palavras de Francisco Sá Carneiro sem ter essa circunstância em especial atenção.

os Portugueses acreditam hoje mais no seu País, no seu futuro e nas suas instituições do que em 1979. Nova confiança e nova esperança alicerçadas em melhores condições de vida. E mais se poderia ter feito se não fosse a obstrução que desde o início a oposição parlamentar e extraparlamentar tentou criar ao Governo, pelos mais variados e reprováveis meios.

«Os nossos adversários não queriam, nem querem, o que quiseram os eleitores»

«PJ» — O Governo vem defrontando, no próprio dizer do Dr. Sá Carneiro, dois tipos de oposição: a parlamentar, traduzida designadamente nas interpeleções já efectuadas e nas anunciadas, e extraparlamentar, em que avultam, além das movimentações sindicais, a obstrução do Conselho da Revolução às iniciativas legislativas e as declarações avulsas dos respectivos conselheiros. Sem prejuízo de apreciar ponto por ponto alguns casos de maior interesse, não querera traçar um quadro interpretativo, sobretudo quanto ao significado e à consonância destas contestações?

S. C. — Sabe, prefiro, até, não apreciar os pormenores e dar-lhe apenas a minha interpretação da situação desde o início deliberadamente criada ao Governo.

A vitória da AD em 2 de Dezembro, a existência de uma maioria parlamentar e de um Governo que não procuram afrontamentos, mas não se acobardam, que respeitam os poderes dos outros órgãos de soberania, mas exigem que se respeitem os seus, em suma, a existência de um verdadeiro poder político, destróu os planos de muita gente. Dai o tentarem desacreditar o Governo para executarem os seus planos de poder.

Os nossos adversários, e aqui englobo toda a oposição parlamentar e extraparlamentar, não acreditavam que a AD tivesse a maioria. Projectavam, portanto, que se mantivesse o Governo Pintassilgo, ou outro equivalente, para que se mantivesse o esquema de poder delineado em 1975 e que perdurou com alguns acidentes até às eleições de 1979.

ganistão, Irão, Jogos Olímpicos e, de um modo geral, o chamado desanuviamento) à luz dos desenvolvimentos posteriores?

S. C. — Portugal deve ter, por interesse seu e por situação geo-estratégica, uma posição empenhadamente pró-occidental, europeia e atlântica. Dai decorre a necessidade de claramente combater o expansionismo comunista soviético, que põe em causa a paz e a segurança mundiais e constitui o maior risco para o mundo ocidental, sua liberdade, maneira de viver e interesses. Dai que o nosso Governo tenha, desde o início, tomado atitudes claras e firmes nos vários casos que referiu. Assim continuaremos a fazer, assumindo totalmente as responsabilidades exclusivas que nos pertencem na condução da política externa.

O desanuviamento (a détente), tal como foi praticado até à invasão do Afeganistão pela União Soviética, conduziu a um aumento da expansão soviética no mundo sem comparação desde o pós-guerra. A URSS saiu prestigiada da II Guerra Mundial, combatendo o nazismo ao lado dos aliados. E gozava, nos meios intelectuais e naqueles que se preocupavam seriamente com a justiça social, da reputação de pátria do socialismo, do progresso e da ascensão dos trabalhadores a melhores condições de vida. Os factos demonstraram a falsidade de tudo isso. Cito dois, a que atribuo a

sões da «Pravda» em 1956, e da Checoslováquia, em 1968; o relatório Krutchev e a publicação do Arquipélago do Goulag, de Soljenitsyn. A partir daquele relatório e do avolumar do processo dos dissidentes e das suas narrações, a URSS apareceu claramente como potência totalitária, hegemónica e expansionista, que esmagava sem piedade a resistência interna e externa, sem curar dos direitos do homem nem dos interesses e nível de vida dos trabalhadores. Os intelectuais e todos quanto prezam a progresso da Humanidade voltaram-se contra a União Soviética.

Surge, então, o desanuviamento. E não obstante todo o conhecimento do que é o comunismo soviético e da ameaça que representa, a URSS passa a ser considerada e requestada por políticos e homens de negócios ocidentais, com destaque para os europeus.

Assim, a URSS é aceite em pé de igualdade política, comercial e cultural: aí tem uma grave consequência negativa do desanuviamento, que foi da maior conveniência para os soviéticos, cuja «boa fé, empenhamento pela liberdade e pelos direitos do homem» foram tacitamente reconhecidos pelos países ocidentais ao assinarem com a URSS a acta final da conferência de Helsinquia, em 1 de Abril de 1975.



FOTOS DE RUI HOMEM



O desanuviamento ali consagrado era, na prática, restrito à Europa. Por isso a União Soviética ficou à vontade para se expandir com o maior à-vontade e impunemente no resto do mundo: aí a temos, em força, associada ou não às forças armadas cubanas, em África, no Médio Oriente, na Ásia e, cada vez mais, na América Latina.

Os países ocidentais respeitaram e fomentaram o desanuviamento em todo o mundo. A União Soviética restringiu-o à Europa, onde aumentou a sua influência por meios políticos e comerciais acarinhados pelos países ocidentais, entre os quais Portugal, e expandiu-se pela força no resto do mundo. A invasão do Afeganistão culminou este processo e foi feita impunemente, com tropas regulares soviéticas. Mas o expansionismo soviético não se detém: o que se passa no Médio Oriente e na Ásia Central, designadamente os incidentes em Meca e a evolução do Irão, o que continua a suceder em África e o que se desenvolve na América Central, são sinais claros e que deviam ser inquietantes para o mundo ocidental.

que Portugal seja controlado e, tanto quanto possível, neutralizado. E a verdade é que o conseguiu em maior ou menor grau até ao nosso Governo. Para tanto, o instrumento soviético privilegiado é o PCP, partido soviético e estalinista como não se encontra outro. Mas são úteis todas as forças, pessoas e instituições que intencionalmente ou não favorecerem a conciliação e o compromisso com a URSS.

A política externa portuguesa foi, no passado, pelo menos ambigua. Visitas, discursos, elogios ao PCP, posições dialogantes e compromissórias com o comunismo interno e internacional, acordos culturais, comerciais e de cooperação ajudaram muito a URSS e o seu agente interno, o PC. Disso é exemplo acabado a posição assumida pela Eng.º Pintassilgo, como primeira-ministra, sobre o Afeganistão.

Para que esta linha de ambiguidade continuasse era necessário que se mantivessem o projecto e o esquema políticos que há pouco lhe descrevi. Dai a unidade de luta contra nós que existe entre o PC, a imprensa soviética e a restante oposição parlamentar e extraparlamentar. Como noutros países, os comunistas conseguiram difundir os seus slogans identificando anticomunismo a fascismo, com o que intimidaram muita gente. E tentam denegrir a imagem do nosso Governo e do nosso País, exaltando a imagem e a figura do presidente da República, general Eanes.

É evidente que a política externa que seguimos constitui a causa dos maiores ataques e da sistemática campanha de descrédito que interna e externamente nos é movida. Para além de contrariar os interesses soviéticos, nós assumimos a política externa como únicos responsáveis pela sua condução. Ora os nossos adversários querem por força que o presidente da República tenha, ou pelo menos partilhe, essa responsabilidade, e o que lhes convém. Dai as teses nesse sentido de início expendidas pelo PCP e depois retomadas por membros do Conselho da Revolução e consubstanciadas no documento Garcia dos Santos.

Mas a Constituição é clara. As competências do presidente da República nas relações internacionais são apenas as do art.º 138.º e, mesmo assim, sujeitas a referenda do Governo. Uma coisa é praticar actos com relevância nas relações internacionais, o que sucede com o presidente da República, com a Assembleia da República e com o Conselho da Revolução, outra a condução da política externa, que ao Go-

«Parece haver quem considere as relações com as ex-colónias como a missão da sua vida política»

«PJ» — Neste contexto, é de considerar o recente discurso do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa. Muitos observadores pensam que ao longo destes últimos anos a administração americana privilegiou as concepções políticas ditadas presidencialmente, nomeadamente quanto às relações com as ex-colónias, e também, de uma forma nem sempre subtil, os governos socialistas.

Pensa que as declarações do embaixador dos EUA significam uma mudança da atitude e que isso contém alguma mensagem especial no momento em que se aproximam as eleições em Portugal?

S. C. — Por maior interesse que tenha o referido discurso, e tem-no, não podemos por ele julgar a política dos EUA ou tirar dele ilações de mudança de orientação. Qualquer governo dos EUA tem de ter em conta os factos que acabei de referir, bem como as seguintes conclusões: a de que não há desanuviamento efectivo que não seja mundial, pois falhou a «détente» limitada à Europa, a qual favoreceu o expansionismo soviético no resto do mundo; a de que, assim sendo, desanuviamento e dissuasão são inseparáveis, não se podendo deixar esta apenas aos EUA.

Os países ocidentais têm, pois, que lutar por impedir à URSS o desanuviamento mundial mediante forte dissuasão de que todos partilhem.

Tal me parece ser um imperativo não só dos EUA, como dos países ocidentais que não queiram deixar-se neutralizar ou finlandizar pela URSS e Portugal não quer.

«O Conselho da Revolução fez triunfar mais uma vez a tese do PC»

«PJ» — Ainda sobre política externa. Parece a muitos portugueses que o Governo tem falado pouco das relações com as ex-colónias. Acontece até que recentemente surgem alguns indícios, de Luanda e também de Maputo, de que estarão em curso modificações sensíveis na orientação geral da política destes países. Fala-se, quanto a Angola, de apelos à iniciativa privada e individual e parece que de novo se deseja a colaboração de portugueses. Pergunta-se: como aprecia o Governo o assunto e que planos tem para a normalização das relações e eventual reforço da cooperação com as ex-colónias?

S. C. — Diz bem quando refere que o Governo tem falado pouco das relações com as ex-colónias. Aí, como em tudo, preferimos os actos às palavras, ao contrário dos nossos adversários. Portugal foi, nos últimos anos, governado por faladores. Nós temos sido realizadores.

As relações com as ex-colónias foram, no passado, transformadas em questão transcendente. Parece haver mesmo quem as considere a missão da sua vida política.

«PARA A URSS É INDISPENS... QUE PORTUGAL SEJA CONTRO

FORMADO a partir das eleições de 2 de Dezembro do ano passado, nas quais a Aliança Democrática alcançou a maioria absoluta dos lugares da Assembleia de República, o Governo do Dr. Sá Carneiro viria a tornar-se, bem se pode dizer, o primeiro «não provisório» desde 25 de Abril de 1974. Provisório foram, de facto, e naturalmente, todos os do período pré-constitucional. E provisórios acabariam por ser, também, os governos do Partido Socialista e os ditos de independentes de inspiração presidencial, por isso que sobre eles nunca deixou de pairar a eventualidade do derrube parlamentar, que, aliás, aconteceu. E mesmo o II Governo, formado pela coligação entre o PS e o CDS, não deixou de ter as marcas indeléveis da provisoriedade, dado que existiu em paralelo com os acordos — mais ou menos informais, mas reflectidos na sua actividade — que os socialistas gostam de manter à sua esquerda.

De modo que, e a despeito de ser o 12.^o desde 1974, o Governo da Aliança Democrática é o primeiro «não provisório», numa acepção que vai buscar a sua razoabilidade não tanto ao rigor das palavras — mas ao significado dos factos: é maioritário no Parlamento, é coerente nos princípios programáticos e, mais do que isso, foi escolhido a partir de um programa de acção.

Curiosamente (embora não inesperadamente), é, também, de todos, o que enfrenta uma oposição mais peculiar. Porque tem contra si, como se compreende, a Oposição parlamentar e porque é contestado pelas forças sociais que uma parte dessa Oposição desde sempre controla. Mas também porque outros órgãos de soberania abertamente o enfrentam: não poderá esquecer-se que o presidente da República iniciou a sua oposição ao VI Governo Constitucional no exacto momento em que lhe conferiu posse.

Uma oposição, portanto, traduz muito das particularidades em que se desenvolve o processo político português...

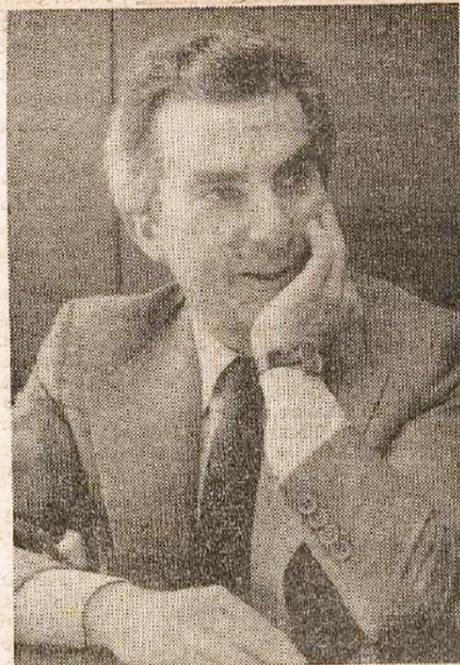
«Pela primeira vez desde 25 de Abril o PC deixou de ser poder»

«O PRIMEIRO DE JANEIRO» — A Aliança Democrática apresentou-se aos Portugueses com um programa assente no pressuposto de que era urgente criar um novo poder político democrático capaz de pôr termo à crise de identidade e à desorientação em que o País mergulhara a partir do 11 de Março.

O eleitorado compreendeu essa necessidade e votou o projecto que lhe foi apresentado. Daí o Governo a que o Dr. Sá Carneiro preside. Agora, exactamente cinco meses depois da posse, como avalia o Sr. Primeiro-Ministro a acção governativa desenvolvida nesse plano de objectivos globais?

DR. SA CARNEIRO — Quando olhamos para os anos de 1978 e 1979, vemos a crise política constante, a sucessão dos vários governos, o descontentamento justificado das pessoas face à instabilidade política e ao agravamento das condições de vida. Vemos, ainda, a incapacidade de a Assembleia da República, com a sua composição de então, e do presidente da República, assistido pelo Conselho da Revolução, em conseguirem resolver a crise. Falharam as várias hipóteses e tentativas. Assistimos mesmo a cisões partidárias influenciadas e relacionadas com órgãos de soberania desejosos de «dividir para reinar». Tivemos, por fim, um Governo presidencial da área PS-PC para preparar as eleições, que ignorou os seus resultados e se manteve no poder tomando decisões de fundo depois da vitória da AD e vendo os seus diplomas promulgados pelo presidente da República. Durante a própria campanha, a primeira-ministra Pintassilgo e o presidente da República não se coibiram de intervir de modo favorável ao PS.

Não havia poder político executivo que durasse. O PC era o poder oculto, mas real. Alguns tentavam encaminhar-nos para um presidencialismo de palácio, em que o Governo aparecia como uma repartição às ordens de Belém e se pretendia conferir poderes executivos ao presidente da República. Ainda hoje encontro a cada passo vestígios dessa mentalidade e dessas práticas, que provavelmente perdurarão até Dezembro, as quais sistematicamente vou combatendo. Para acabar com esta lamentável situação se criou a AD. E a partir da nova maioria resultante da vontade do eleitora-



do se constituiu um Governo que, com legitimidade e determinação, assumiu o poder, fazendo que se respeitassem os limites constitucionais entre ele e o Presidente, que não tem poderes executivos, nem em matéria de política interna, nem em questões internacionais, a não ser em casos específicos e mesmo assim sujeitos a referendo do Governo.

E, o que é fundamental, a partir de 3 de Janeiro, e pela primeira vez desde o 25 de Abril, o PC deixou de ser poder.

Estabilidade, determinação e competência são as características do exercício do poder que o eleitorado nos confiou, com base num programa claro e que mantemos do a quem doer, por mais manifestações, calúnias, obstruções e usurpações que contra nós sejam ensaiadas. Só comparando o actual estado de coisas com aquele que vivemos no segundo semestre de 1978 e no ano de 1979 se pode com justiça avaliar os progressos feitos e a realidade do novo poder político, que, voltando-se, não para a luta político-partidária, mas para os problemas nacionais, os foi tentando resolver, pacientemente, apresentando ao fim de pouco tempo resultados positivos.

Muito há ainda para fazer. E fá-lo-emos, não haja dúvidas. Mas forçoso é reconhecer que muito se realizou já e que

no qual são visíveis as marcas impostas pela acidentada luta entre projectos irremediavelmente divergentes — confere à actividade do actual Governo condições igualmente peculiares. E a menos importante não é, por certo, esta: sendo maioritário, nada o impediria de realizar o seu programa; mas, realizando-o como que multiplica a contestação dos que se lhe opõem e têm ao seu dispor, no ordenamento constitucional, os instrumentos pré-constitucionais aí deixados muito apropriadamente...

Cinco meses depois — que balanço?

O primeiro-ministro acedeu amavelmente ao convite de «O Primeiro de Janeiro» para passar em revista os aspectos mais marcantes. Foi um Francisco Sá Carneiro em excelente forma e disposição, porventura cada vez mais sólido nas suas convicções e no conhecimento dos negócios do Estado, quem se dispôs a gastar algum do seu tempo na abordagem dos problemas que, constituindo princípios de governo, correspondem igualmente a opções concretas. Diante de nós, para além de um caso iniludível de vocação política, esteve sempre um homem de Estado: veemente, directo, frontal, sem os complexos que parece poder dizer-se) sucessivamente têm contribuído para tirar clareza à política portuguesa. E com a superior vantagem de, para além de quaisquer jogos sectários, ter autoridade para se assumir desse modo.

Daí o importante depoimento que «O Primeiro de Janeiro» tem hoje o gosto de oferecer aos seus leitores. Cinco meses depois de entrar em funções, o primeiro-ministro passa em revista todos os principais tópicos da actividade do seu Governo — com uma franqueza e abertura que merece ser sublinhada. E isso acontece a quatro meses do início de um ciclo eleitoral que será decisivo para o futuro dos Portugueses.

Ninguém poderá ler as palavras de Francisco Sá Carneiro sem ter essa circunstância em especial atenção.
ANTONIO FREITAS CRUZ

os Portugueses acreditam hoje mais no seu País, no seu futuro e nas suas instituições do que em 1979. Nova confiança e nova esperança alicerçadas em melhores condições de vida. E mais se poderia ter feito se não fosse a obstrução que desde o início a oposição parlamentar e extraparlamentar tentou criar ao Governo, pelos mais variados e reprováveis meios.

«Os nossos adversários não queriam, nem querem, o que quiseram os eleitores»

«PJ» — O Governo vem defrontando, no próprio dizer do Dr. Sá Carneiro, dois tipos de oposição: a parlamentar, traduzida designadamente nas interpelações já efectuadas e nas anunciadas, e extraparlamentar, em que avultam, além das movimentações sindicais, a obstrução do Conselho da Revolução às iniciativas legislativas e as declarações avulsas dos respectivos conselheiros. Sem prejuízo de apreciar ponto por ponto alguns casos de maior interesse, não querará traçar um quadro interpretativo, sobretudo quanto ao significado e à consonância destas contestações?

S. C. — Sabe, prefiro, até, não apreciar os pormenores e dar-lhe apenas a minha interpretação da situação desde o início deliberadamente criada ao Governo.

A vitória da AD em 2 de Dezembro, a existência de uma maioria parlamentar e de um Governo que não procuram afrontamentos, mas não se acobardam, que respeitam os poderes dos outros órgãos de soberania, mas exigem que respeitem os seus, em suma, a existência de um verdadeiro poder político, destruiu os planos de muita gente. Daí o tentarem descreditar o Governo para executarem os seus planos de poder.

Os nossos adversários, e aqui englobo toda a oposição parlamentar e extraparlamentar, não acreditavam que a AD tivesse a maioria. Projectavam, portanto, que se mantivesse o Governo Pintassilgo, ou outro equivalente, para que se mantivesse o esquema de poder delineado em 1975 e que perdurou com alguns acidentados até às passadas eleições, esquema que é, em síntese, o seguinte: Governo é socialista, seja do PS, seja de alguém por ele, mas sempre articulado e inspirado por um certo sector político-militar. A conciliação ou o consenso

com o PC são regra e os outros são a menor parcela de poder real. Foi por nem eu, nem o partido, aceitarmos este projecto que se deram as crises do PSD de Aveiro, a de 1977 e, em parte, a de 1979. Foi para impedir a sua continuação, que estava a arruinar o País e a minar a Democracia, que se constituiu a AD e se formou o actual Governo. Assim o quiseram os eleitores. Mas não o queriam, nem querem, os nossos adversários. Logo, pois, programaram os seus ataques para, aparecendo sucessivamente primeiro e cumulativamente depois, tentarem desacreditar, desmoralizar, dividir e se possível derrubar o nosso Governo. Mas falharam até agora e falharão no futuro.

A consciência que desde o início temos dos designios e dos métodos dos nossos adversários, e sobretudo a responsabilidade que o eleitorado nos confiou de governar um Portugal destruído e desanimado que quis e quer a estabilidade e a eficácia de um Governo competente, permitem-nos resistir a todos os ataques e manobras daqueles que sucederam ao «gonçalvismo».

As vezes é até patético verificar como se desenvolvem os ataques ao Governo e as dificuldades que lhe são criadas. Não é pelo facto de não lhes respondermos no mesmo plano que ignoramos tudo isso. Mas é tempo de deixar bem claro que o Governo está ao par dessas manobras e intrigas, que mais não visam que desprestigiar a escolha democrática do eleitorado e lançar o País para nova e grave crise. Que não se iludam os nossos adversários, que oportunamente serão julgados pelo eleitorado.

O que está, no fundo, em causa é a escolha entre o projecto e o Governo da AD, baseado na maioria democrática, e o plano, dos sucessores do «gonçalvismo», que continua a beneficiar o PC e a desenvolver o seu projecto. Desde o 25 de Abril que esta luta se vem desenvolvendo. Vencemos em 2 de Dezembro e estou convencido que este ano teremos novas vitórias, que o são, de facto, da Democracia sobre o PC e seus satélites.

«O Governo é o único responsável pela política externa»

«PJ» — Deixando de lado as pequenas questões da pequena política, poderíamos passar em revista as grandes áreas sucessivamente escolhidas para as críticas à acção do Governo. Seguindo a ordem por que se manifestaram, aparece em primeiro lugar a política externa. Quer o Dr. Sá Carneiro reanalisar as posições assumidas nos casos mais expressivos (Afe-

«NEIRO»

«ÁVEL
LADO»



FOTOS DE RUI HOMEM

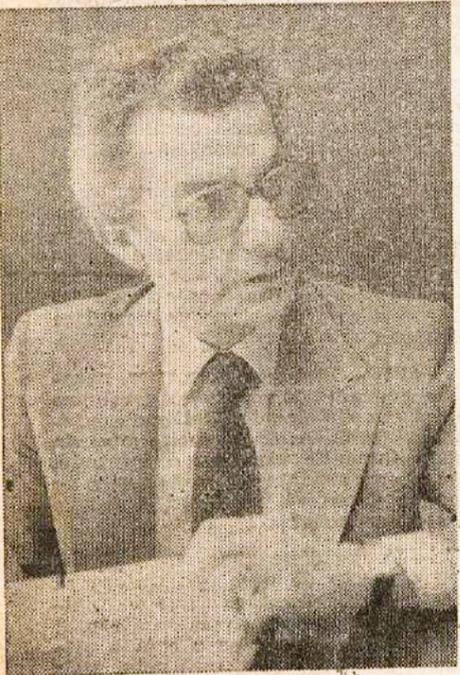
ganistão, Irão, Jogos Olímpicos e, de um modo geral, o chamado desanuviamento) à luz dos desenvolvimentos posteriores?

S. C. — Portugal deve ter, por interesse seu e por situação geo-estratégica, uma posição empenhadamente pró-occidental, europeia e atlântica. Daí decorre a necessidade de claramente combater o expansionismo comunista soviético, que põe em causa a paz e a segurança mundiais e constitui o maior risco para o mundo ocidental, sua liberdade, maneira de viver e interesses. Daí que o nosso Governo tenha, desde o início, tomado atitudes claras e firmes nos vários casos que referiu. Assim continuaremos a fazer, assumindo totalmente as responsabilidades exclusivas que nos pertencem na condução da política externa.

O desanuviamento (a détente), tal como foi praticado até à invasão do Afeganistão pela União Soviética, conduziu a um aumento da expansão soviética no mundo sem comparação desde o pós-guerra. A URSS saiu prestigiada da II Guerra Mundial, combatendo o nazismo ao lado dos aliados. E gozava, nos meios intelectuais e naqueles que se preocupavam seriamente com a justiça social, da reputação de pátria do socialismo, do progresso e da ascensão dos trabalhadores a melhores condições de vida. Os factos demonstraram a falsidade de tudo isso. Cito dois, a que atribuo a maior importância, sem esquecer as invasões da Hungria, em 1956, e da Checoslováquia, em 1968; o relatório Krutchev e a publicação do Arquipélago do Goulag, de Soljenitsyne. A partir daquele relatório e do avolumar do processo dos dissidentes e das suas narrações, a URSS apareceu claramente como potência totalitária, hegemónica e expansionista, que esmaga sem piedade a resistência interna e externa, sem curar dos direitos do homem nem dos interesses e nível de vida dos trabalhadores. Os intelectuais e todos quanto prezam a progresso da Humanidade voltaram-se contra a União Soviética.

Surge, então, o desanuviamento. E não obstante todo o conhecimento do que é o comunismo soviético e da ameaça que representa, a URSS passa a ser considerada e requestada por políticos e homens de negócios ocidentais, com destaque para os europeus.

Assim, a URSS é aceite em pé de igualdade política, comercial e cultural: aí tem uma grave consequência negativa do desanuviamento, que foi da maior conveniência para os soviéticos, cuja «boa fé, empenhamento pela liberdade e pelos direitos do homem» foram tacitamente reconhecidos pelos países ocidentais ao assinarem com a URSS a acta final da conferência de Helsínquia, em 1 de Abril de 1975.



O desanuviamento aí consagrado era, na prática, restrito à Europa. Por isso a União Soviética ficou à vontade para se expandir com o maior à-vontade e impunemente no resto do mundo: aí a temos, em força, associada ou não às forças armadas cubanas, em África, no Médio Oriente, na Ásia e, cada vez mais, na América Latina.

Os países ocidentais respeitaram e fomentaram o desanuviamento em todo o mundo. A União Soviética restringiu-o à Europa, onde aumentou a sua influência por meios políticos e comerciais acarinados pelos países ocidentais, entre os quais Portugal, e expandiu-se pela força no resto do mundo. A invasão do Afeganistão culminou este processo e foi feita impunemente, com tropas regulares soviéticas. Mas o expansionismo soviético não se detém: o que se passa no Médio Oriente e na Ásia Central, designadamente os incidentes em Meca e a evolução do Irão, o que continua a suceder em África e o que se desenvolve na América Central, são sinais claros e que deviam ser inquietantes para o mundo ocidental.

Para a União Soviética é indispensável que Portugal seja controlado e, tanto quanto possível, neutralizado. É a verdade e que o conseguiu em maior ou menor grau até ao nosso Governo. Para tanto, o instrumento soviético privilegiado é o PCP, partido soviético e estalinista como não se encontra outro. Mas são úteis todas as forças, pessoas e instituições que intencionalmente ou não favorecerem a conciliação e o compromisso com a URSS.

A política externa portuguesa foi, no passado, pelo menos ambígua. Visitas, discursos, elogios ao PCP, posições dialogantes e compromissórias com o comunismo interno e internacional, acordos culturais, comerciais e de cooperação ajudaram muito a URSS e o seu agente interno, o PC. Disso é exemplo acabado a posição assumida pela Eng.ª Pintassilgo, como primeira-ministra, sobre o Afeganistão.

Para que esta linha de ambiguidade continuasse era necessário que se mantivessem o projecto e o esquema políticos que há pouco lhe descrevi. Daí a unidade de luta contra nós que existe entre o PC, a imprensa soviética e a restante oposição parlamentar e extraparlamentar. Como noutros países, os comunistas conseguiram difundir os seus slogans identificando o anticomunismo a fascismo, com o que intimidaram muita gente. E tentam denegrir a imagem do nosso Governo e do nosso país, exaltando a imagem e a figura do presidente da República, general Eanes.

É evidente que a política externa que seguimos constitui a causa dos maiores ataques e da sistemática campanha de descrédito que interna e externamente nos é movida. Para além de contrariar os interesses soviéticos, nós assumimos a política externa como únicos responsáveis pela sua condução. Ora os nossos adversários querem por força que o presidente da República tenha, ou pelo menos partilhe, essa responsabilidade. É o que lhes convém. Daí as teses nesse sentido de início expendidas pelo PCP e depois retomadas por membros do Conselho da Revolução e consubstanciadas no documento Garcia dos Santos.

Mas a Constituição é clara. As competências do presidente da República nas relações internacionais são apenas as do art.º 138.º e, mesmo assim, sujeitas a referenda do Governo. Uma coisa é praticar actos com relevância nas relações internacionais, o que sucede com o presidente da República, com a Assembleia da República e com o Conselho da Revolução, outra a condução da política externa, que ao Governo, e só ao Governo, pertence. Mas depois do que disse compreende-se melhor porque os nossos adversários insistem tanto em negar que o Governo, seja, como é, o órgão responsável pela política interna e externa de Portugal.

«Parece haver quem considere as relações com as ex-colónias como a missão da sua vida política»

«PJ» — Neste contexto, é de considerar o recente discurso do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa. Muitos observadores pensam que ao longo destes últimos anos a administração americana privilegiou as concepções políticas ditas presidenciais, nomeadamente quanto às relações com as ex-colónias, e também, de uma forma nem sempre subtil, os governos socialistas.

Pensa que as declarações do embaixador dos EUA significam uma mudança de atitude e que isso contém alguma mensagem especial no momento em que se aproximam as eleições em Portugal?

S. C. — Por maior interesse que tenha o referido discurso, e tem-no, não podemos por ele julgar a política dos EU ou tirar dele ilações de mudança de orientação. Qualquer governo dos EU tem de ter em conta os factos que acabei de referir, bem como as seguintes conclusões: a de que não há desanuviamento efectivo que não seja mundial, pois falhou a «détente» limitada à Europa, a qual favoreceu o expansionismo soviético no resto do mundo; a de que, assim sendo, desanuviamento e dissuasão são inseparáveis, não se podendo deixar esta apenas aos EU.

Os países ocidentais têm, pois, que lutar por impor à URSS o desanuviamento mundial mediante forte dissuasão de que todos partilhem.

Tal me parece ser um imperativo não só dos EU, como dos países ocidentais que não queiram deixar-se neutralizar ou finlandizar pela URSS. E Portugal não quer.

«O Conselho da Revolução fez triunfar mais uma vez a tese do PC»

«PJ» — Ainda sobre política externa. Parece a muitos portugueses que o Governo tem falado pouco das relações com as ex-colónias. Acontece até que recentemente surgem alguns indícios, de Luanda e também de Maputo, de que estarão em curso modificações sensíveis na orientação geral da política destes países. Fala-se, quanto a Angola, de apelos à iniciativa privada e individual e parece que de novo se deseja a colaboração de portugueses. Pergunta-se: como aprecia o Governo o assunto e que planos tem para a normalização das relações e eventual reforço da cooperação com as ex-colónias?

S. C. — Diz bem quando refere que o Governo tem falado pouco das relações com as ex-colónias. Aí, como em tudo, preferimos os actos às palavras, ao contrário dos nossos adversários. Portugal foi, nos últimos anos, governado por faladores. Nós temos sido realizadores.

As relações com as ex-colónias foram, no passado, transformadas em questão transcendente. Parece haver mesmo quem as considere a missão da sua vida política. E, no entanto, os nossos adversários, se falaram muito, também aí realizaram muito pouco.

Parece-me que na política de relações com as ex-colónias, a qual não esgota a nossa política africana, há algumas coisas

que se devem evitar, o que nem sempre aconteceu no passado: não devemos tentar integrar-nos em esquemas de cooperação de outros países, traçados segundo as suas concepções e interesses, sejam eles comunistas ou escandinavos; não devemos encerrar Angola e Moçambique como países de emigração portuguesa; não devemos tentar aparentar na Europa e no Mundo uma posição africana, designadamente naqueles dois Estados, que na realidade não temos.

É esse um aspecto importante das nossas relações externas a que temos dado, desde o início, a devida atenção, com alguns progressos realizados quanto a Angola e Moçambique e tendo ampliado a cooperação e o intercâmbio já existentes com a Guiné e Cabo Verde. Mas esse é um processo moroso e difícil, que leva tempo. Aí, como no restante, não se espere que façamos em cinco meses o que os nossos adversários não fizeram em cinco anos, ou que reconstruamos naquele período o que eles destruíram desde Julho de 1974, data do primeiro governo de Vasco Gonçalves.

«Adesão à CEE vai pedir grande esforço a todo o país»

«PJ» — A política económica foi a segunda frente de contestação aberta pela Oposição. Ela é, evidentemente, uma preocupação principal do Governo e interessa a todos os portugueses. Por outro lado, é neste domínio que mais se vem exercendo a obstrução do Conselho da Revolução às medidas de fundo, como é o caso sintomático das recusas sucessivas da lei da limitação dos sectores económicos. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro situasse este tema e perspectivasse a evolução futura da política de desenvolvimento económico face à indisponibilidade de instrumentos fundamentais para a sua execução.

S. C. — O caso da lei dos sectores demonstrou bem que não vivemos em democracia plena. O Governo insistiu, até que a Comissão Constitucional deu parecer favorável ao decreto-lei reconhecendo-o conforme a Constituição. O Conselho da Revolução, mesmo assim, rejeitou-o por razões políticas.

Esse ponto constava do nosso programa eleitoral e do programa do Governo, que o eleitorado e a Assembleia da República aprovaram. O Conselho da Revolução, cuja legitimidade nem sequer é revolucionária, mas derivada dos partidos políticos, sobrepos a sua vontade à do eleitorado, à da Assembleia da República e à do Governo. Mantemos o nosso projecto de abolição de fronteiras entre sectores público e privado e realizá-lo-emos após as vitórias eleitorais deste ano.

Até lá foi o País privado de um instrumento essencial ao relançamento do investimento, ao combate do desemprego e à elevação do nível de vida dos portugueses. De facto, o Conselho da Revolução fez triunfar, mais uma vez, a tese do PC: a de não alteração dos limites das formações económicas.

Durante os meses em que vivermos com a actual lei de sectores — ou seja, o mais tardar até ao início de 1981 — procuraremos desenvolver o investimento privado através das sociedades de investimentos, da mobilização dos títulos de indemnização a entregar em breve, dos incentivos fiscais já em execução, de novos projectos industriais já em curso e a iniciar, da devolução ao sector privado de algumas empresas, dos planos de apoio à agricultura anunciados no 25 de Abril. Além disso, tomar-se-ão medidas para racionalização e melhor gestão do sector público, estudando-se desde

(Continua na pag. seguinte)



DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
11/10/80	EXPRESSO	F. SÁ CARNEIRO

A FIGURA

DA
SEMANA

Francisco Sá Carneiro

COMO não podia deixar de ser na semana em que a Aliança Democrática conquistou maioria parlamentar reforçada, que serve de base sólida ao seu Governo constitucional, Francisco Sá Carneiro, principal líder da Aliança, tem de ser considerado a "Figura da Semana".

Politicamente muito intuitivo, corajoso e disposto a arriscar tudo nas apostas estratégicas e táticas que faz, Sá Carneiro viu essas suas qualidades recompensadas nos resultados do acto eleitoral do passado domingo.

Primeiro-Ministro sereno e com uma imagem de competência e de capacidade executiva, o seu perfil de governante ajudou também muito à construção da vitória da AD.

Aliás, são os próprios adversários que muitas vezes reconhecem os seus principais méritos.

Lembre-mo-nos de ter ouvido a Mário Soares elogiar Sá Carneiro por essa grande virtude política que é a de "nunca ter tido medo de se encontrar sozinho a defender uma determinada posição". Que o mesmo é dizer de ter tido a força interior suficiente para continuar a lutar, mesmo quando as condições pareciam as mais adversas.

Nesta semana de triunfo da AD, aqui fica feita a justiça a que Francisco Sá Carneiro tem direito, ele que foi o maior triunfador do dia 5 de Outubro de 1980.

Fazemo-lo, aliás, com o mesmo à-vontade com que, noutras circunstâncias, apontámos o que considerávamos ser erros, lacunas ou falhas na sua actuação política.

Porque não há homens infalíveis, mesmo quando acabam de vencer os mais difíceis embates eleitorais.

Assim saiba Sá Carneiro, que por formação é um democrata, compreender os

méritos da livre crítica à sua dimensão política, com a mesma independência de pontos de vista que sempre fez questão de demonstrar.

MRS

P.S. — Já depois de escrita esta "Figura da Semana" viemos a saber que, pela terceira vez desde que é Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro recusou uma entrevista pedida pelo EXPRESSO, tudo indica que atendendo a discordâncias passadas quanto a atitudes tomadas pelo jornal ou seus responsáveis relativamente ao Governo ou àquele que o preside.

Como é evidente, não é o facto de um político tomar uma atitude desta natureza que nos leva a deixar de o considerar a figura central da semana que passou.

Só dignifica o jornalista não afectar o juízo analítico de qualquer tipo de ressentimento pessoal ou discordância funcional relativamente ao político analisado, do mesmo modo que só dignifica o político não sobrepor recriminações e queixas da mais diversa índole ao reconhecimento dos méritos do livre exercício da expressão do pensamento.

De outro modo, poderá haver provas de força ou teimosias (teste esse a que o EXPRESSO nunca se furtou nem cedeu facilmente), mas não haverá vantagem substancial, antes pelo contrário, para o esclarecimento da opinião pública.

O que fica dito aplica-se a qualquer político e a qualquer jornal, ainda que seja o mais antigo e porventura o mais influente semanário nacional e ainda que se trate de um Primeiro-Ministro de um Governo que tem condições para governar durante os quatro anos que se seguem.



Relatórios sobre Camarate serão publicados em breve

• *Tribunal Criminal vai investigar os pontos tidos como suspeitos*

O Governo repudia «alguns reparos» que lhe foram feitos pela Comissão Parlamentar de Inquérito a ocorrência de Camarate, onde perderam a vida Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e seus acompanhantes. Em nota oficiosa ontem distribuída, o Gabinete do primeiro-ministro sublinha que o Governo não tem poderes para intervir na investigação criminal e que não regateou colaboração e meios que lhe foram solicitados. O Governo anuncia, ainda a publicação, para breve, dos relatórios parciais e outras peças do processo consideradas relevantes para o esclarecimento público.

E' do seguinte teor a referida nota oficiosa:

«1. O Governo tomou conhecimento do relatório final do inquérito que, no uso da sua competência constitucional e parlamentar, a Assembleia da Republica promoveu e levou a termo acerca da ocorrência de Camarate. O Governo regista com agrado que, limitando o âmbito do inquérito à investigação da diligência e do zelo com que se houveram o Governo e os diversos órgãos da administração publica empenhados no total esclarecimento da referida ocorrência, a Assembleia da Republica, através da comissão que para o efeito

designou, tenha respeitado as limitações das suas competências e tenha alcançado levar a termo o seu trabalho, pela primeira vez em procedimentos semelhantes.

2. A maioria da Comissão de Inquérito formula alguns reparos ao Governo que este não pode deixar de repudiar, essencialmente pelas razões apontadas pelo ministro da Justiça nas suas declarações prestadas para a televisão no dia 27 do mês corrente e que, em síntese, foram as seguintes:

— O Governo não tem poderes para intervir na investigação criminal e não regateou nem demorou a colaboração e a concessão de meios financeiros que lhe foram solicitados, antes tudo facultou integral e rapidamente.

— O Governo não publicou qualquer nota oficiosa, pertinente ou não, na data indicada no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. A nota oficiosa que publicou em 14 de Outubro de 1981, correspondeu ao pedido de colaboração que lhe foi formulado pelo procurador-geral da Republica, no sentido de obter o interesse publico para a colaboração na investigação, sem que seja visível o inconveniente que possa ser apontado e que efectivamente a Comissão se dispensou de indicar.

— O Governo não levantou qualquer obstáculo ou entrave às famílias das vítimas, quanto a qualquer diligência sugerida para a descoberta da verdade. Pelo contrário, sempre facilitou a colaboração desejada.

— Não existiu qualquer omissão no que respeita a normas sobre segurança no transporte aéreo de «personalidades do Estado», mas, como é elementar, essas determinações não foram publicitadas.

— Não existiu descoordenação entre as actividades da Comissão de Inquérito da Direcção-Geral da Aviação Civil e as da Policia Judiciária.

3. Todavia, o Governo não enjeita o dever de considerar as sequelas naturais do inquérito parlamentar, e assim:

a) O ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes determinou o esclarecimento técnico dos defeitos apontados ao parecer da comissão de peritos constituída por determinação do Governo, logo após a ocorrência de Camarate.

b) Também o ministro da Justiça determinou o esclarecimento das imputações feitas pela referida comissão à actuação da Policia Judiciária.

c) Está em fase final de preparação a publicação do volume que, conforme proposta do Procurador-Geral da Republica, apresentada e apro-

vada antes da conclusão do relatório da Comissão Parlamentar conterá integralmente os relatórios periciais produzidos e algumas peças do processo consideradas relevantes ou significativas para esclarecimento público.

d) Serão publicados também, tão depressa quanto possível, os esclarecimentos referidos nas alíneas a) e b).

4. Entende ainda o Governo dever referir ter sido informado pelo Procurador-Geral da Republica de que apenas aguarda que lhe seja assegurada a disponibilidade do relatório em apreço, para, nos termos do último despacho que proferiu no processo, promover a remessa do mesmo ao Tribunal de Instrução Criminal. Assim se possibilitará que, sob a direcção do juiz de instrução, sejam investigados os pontos tidos por suspeitos ou menos claros, depois de objectivados e concretizados por parte dos responsáveis pelo mesmo relatório, como se afigura indispensável.

5. Não pode o Governo, finalmente, deixar de manifestar a sua estranheza por a Comissão Parlamentar de Inquérito não ter considerado necessário ouvir, para se esclarecer convenientemente, o magistrado que exercia ao tempo da investigação o cargo de director-geral da Policia Judiciária».

31 MARÇO 1984

NACIONAL

O DIA



O novo embaixador de Portugal em Londres, Hall Thémido, entregou já as cartas que o acreditam como representante do Governo português junto da Corte de St. James. Na foto, o diplomata, acompanhado de sir John Richards, do Foreign Office, ao entrar no coche real que o levou da Embaixada portuguesa, na Belgrave Square, ao Buckingham Palace, onde entregou as credenciais à Rainha-Mãe e à Princesa Ana, devido à ausência de Isabel II

(Telefoto UPI/INP para «O DIA»)

Cid falou a estudantes

Governo silencia “caso Camarate”

Augusto Cid, autor do polémico livro “Camarate”, reiterou ontem, na Faculdade de Direito de Lisboa, a tese de que o acidente que provocou a morte de Sá Carneiro, Amaro da Costa, Patrício Gouveia e demais pessoas na noite de 4 de Dezembro de 1980, em Camarate, foi provocada e não acidental.

Falando no auditório três, sob os olhares de interessada e participativa assistência, Augusto Cid, cujo livro “Camarate” acabou esta semana de entrar na terceira edição, sublinhou, nomeadamente, que o “Governo está preocupado”, o que justificaria o encontro que teve há dias com o ministro da Justiça, Rui Machete. Não revelando o conteúdo da conversa, Cid assinalou que do Governo Pinto Balsemão, ao actual nada se tem feito para “apurar toda a verdade dos factos”.

Cid acusou o Governo de manter o silêncio sobre o “caso Camarate”, já que não dá seguimento à exumação do corpo do piloto Jorge Albuquerque, cujos pés, recordou, desapareceram misteriosamente. Saliente-se que residia nos pés do piloto Jorge Albuquerque uma parte fundamental da investigação.

Augusto Cid, que começou por dizer aos presentes que não é nenhum perito em aviação nem em patologia, afirmou que,

em virtude de se encontrar na primeira linha do combate para descobrir a verdade, não deverá certamente ser dos alvos preferidos para qualquer atentado, por actualmente ser demasiado incómodo a muita gente, tal como em outras ocasiões se verificou.

No meio de perguntas e respostas, Augusto Cid foi especialmente visado por um jornalista desportivo da RTP que assistia ao debate e que pediu a palavra. Na ocasião desferiu um violento ataque à pessoa de Cid, nomeadamente em relação às suas apti-

dões profissionais para julgar um caso como o de Camarate.

Repetindo que o resultado do livro “Camarate” não é a sua opinião pessoal, mas, antes, a de um conjunto de peritos e técnicos que expressaram as suas ideias sobre a tragédia, Cid sublinharia ainda que acompanhou encapotadamente o programa “Grande Reportagem” sobre o “Caso Camarate” (com troca de identificação) e que o jornalista Artur Albarran assinou um documento revelando que o mesmo não teria passado de uma “gigantesca manipulação da opinião pública”.



TRAGÉDIA DE CAMARATE FOI HÁ QUATRO ANOS

Amaro da Costa, a Democracia-Cristã e a Aliança Democrática

por Francisco Lucas Pires

Quatro anos depois da sua morte, o Adelino Amaro da Costa continua a ser não apenas uma saudade, mas a obra e o exemplo de um dirigente marcante da História contemporânea portuguesa. A sua própria personalidade vale já como exemplo e desafio, continuamente férteis para a vida política portuguesa e que cumpre evocar, não apenas ritualmente, mas com o sentido de assim contribuir para um sentido mais útil, moral e renovador da acção política em Portugal.

1. Em primeiro lugar, o Adelino era um homem com a paixão da política. Da política em si mesma e não só pelo que ela pode trazer consigo. Da política como vida e como a procura do mais alto e mais vasto sentido de uma comunidade.

Talvez até como Paixão e Missão. A política não era só a profissão de Adelino. Era antes disso a sua vocação. Ele não desprezava ou ignorava o que a política tinha de menos nobre e não era, pois, um Quixote, mas isso era o conjunto dos aspectos menores, compreendidos na sua tolerância, na sua delicadeza e no seu virtuosismo político. Gozava aliás, não só da direcção e concepção, mas do que se chamava o trabalho político e foi a maior das "agulhas" entre as que teceram a organização e as ligações do CDS pelo País fora. Esta "paixão" e esta "missão" da política eram ainda mais importantes para quem tinha de agir e convencer num quadro eleitoral de Direita e de Centro que aprendera a ignorar ou até criticar a política e os políticos durante tantos anos.

2. Em segundo lugar, o Adelino era o homem do diálogo. Não era, pois, o homem do discurso enfático e oficial, da distância carismática ou individualista ou das concepções dogmáticas. A capacidade dialogal do Adelino não tinha fronteiras e a sua disponibilidade para o Diálogo significava que este não era uma via de propaganda mas uma forma de aceitar de boa-fé todos os contributos úteis para com um comum entendimento da situação. Constante no essencial, ele sabia assumir o combate de cada hora. Homem de diálogo, aliás, no sentido moderno da comunicação e da pedagogia política — que fez dele, em alturas muito difíceis, uma espécie de "órgão" de comunicação de massas do CDS.

3. Em terceiro lugar, o Adelino era um homem de Unidade, de Lealdade e de Disciplina. Unidade do CDS e unidade da AD, que curiosamente, e talvez, também por isso, nunca tiveram em sua vida, problemas de grave desentendimento interno ou ameaça de ruptura, ao contrário do que sempre aconteceu com todas as restantes formações partidárias e coligações democráticas. A sua proverbial lealdade em relação à liderança do partido na pessoa do seu amigo Diogo Freitas do Amaral

4. Em quarto lugar, o Adelino era um Homem de Oprimismo e Entusiasmo que não cedia ao desânimo ou à crítica persistente. Por isso, mais do que ninguém, ele podia ajudar a passar os grandes túneis escuros do partido e do País. Fazia a política com alegria como se a procura de um bem superior para todos só pudesse, por isso mesmo, ser feita com alegria. Não desfalecia e, pelo contrário, sabia que o poder não se espera, persegue-se. Isso o levava, também, a uma excepcional actividade prática. Sendo um homem de diálogo, não era um homem que se ficasse pela conversa. Multiplicava as iniciativas e transformava os conselhos em acções práticas. A política era para ele uma actividade viva, de vivos e para o bem e alegria dos homens vivos.

5. Em quinto lugar, o Adelino era um homem de responsabilidade. Preocupavam-no mais do que a virtude, a eficácia e a felicidade política do que a glória. Havia em toda a sua actividade a luz de um apelo moral que podia descer com os hábitos políticos, mas não renunciava a encontrar o caminho de uma melhor sociedade. A sua própria ansia tinha a ver com esta generosa necessidade de melhores dias, não pela via heróica, mas pela via do esforço. O Adelino Amaro da Costa era, portanto, um activista, mas não se consumia no imediato. As convicções que alicerçavam a sua actividade eram moralmente sólidas, embora comportassem uma margem de indagação, dimensão prática e mesmo de dúvida.

PODER E MORAL

Para além desta forma de ser pessoal, o Adelino foi muito um homem do CDS e da AD. Mas era, também, um homem da área do humanismo reformista e liberal que a revolução político-militar socialista fizera um combatente. Era um homem do Centro no sentido de desejar exprimir na política o que há de melhor no homem comum português e aquilo que é a sua grande demanda política, mas não no sentido de uma contemporização geométrica com todos os hemisférios da política portuguesa.

Infelizmente, este humanismo reformista continua hoje por organizar e, em grande parte, porque é o quadro ideológico criado pela Revolução que continua a ser o dominante. A própria AD foi, também, vítima disso, ou, como se queira, colaborou, também, com isso.

O combate do Adelino e do próprio CDS traduzia, porém, este drama essencial: — colocado à direita, titular de uma bandeira ideológica precisa que a própria Revolução lhe fizera empunhar, o CDS, por dentro, queria ser e não podia renunciar a ser, mais do que isso, o partido dos homens do centro moral do País que, para lá do fren-

derização democrática e europeia.

É claro que o Adelino e o próprio CDS deram a esta missão mais vasta um acento especial — o da Democracia-Cristã. Julgo que a experiência do Adelino seria mesmo uma boa base de reflexão sobre um tema como «o cristão e a política». Também neste plano a sua vida foi um acto decisivo. De facto, um complexo de compromissos vindo de trás geraria, depois da Revolução, um «complexo de não compromisso» que desarmaria completamente a prática política dos homens de Fê, ou a colocaria desfocada e obrigatoriamente, em terrenos que não os da Democracia-Cristã. O Adelino, porém, deu um exemplo de novo claro — assumiu o seu compromisso político de cristão no único terreno natural deste compromisso — o democrata-cristão. E eis senão quando, por exemplo, questões como a do Aborto a de corrupção e de solidariedade social nos mostram como esse terreno natural da prática política de um cristão. As questões

Por outro lado, o próprio CDS evitou sempre a confusão entre a política e os compromissos e instituições puramente religiosos e morais a estes associados. Nem sequer a sua designação alude à Democracia-Cristã. Mas, por outro lado, seria incompreensível que este problema fosse um tabu. É mesmo inexplicável que num País de maioria cristã que quer implantar a Democracia se ignore o problema das relações entre os valores políticos e religiosos ou morais. Num País em que a raiz do centro e do centro-direita é cristão, é também estranho que este problema quando aparece é pela esquerda. Num País em que o cristianismo é popular, é igualmente estranho que este problema seja posto normalmente em termos intelectuais. Quem é que está interessado e porquê em ocultar não só a solução natural do problema, mas o próprio problema da relação entre o cristão e a política em Portugal? Apece mesmo perguntar: é uma elite política ou uma elite cristã que estão interessados nisso?

cia que concedeu há tempos a vários dirigentes democrata-cristãos entre os quais nos encontrávamos, afirmava mesmo que o objectivo primordial de um dirigente democrata-cristão era o bem-comum. O conceito de bem-comum tornou-se hoje mais distante e pode parecer revestido de um moralismo cujos excessos em geral se rejeitam. Mas continua a haver nele algo de essencial a ter em conta: a política não pode ser só um jogo nem uma luta, nem uma correlação de forças, nem uma agência de interesses, muito menos uma teia de intrigas e tem de respeitar um apelo que permita sacrificar interesses particulares a um bem-maior. Quantos de nós não fomos acusados de governar menos em função do bem-partidário e mais do bem-comum? E porque pode isto ser uma acusação? O bem-comum no entanto tem de continuar a ser o nosso objectivo. Sem se acreditar nisto não se é democrata-cristão. O que está em causa para um dirigente democrata-cristão não é, pois, nunca apenas o bem do partido, ou, muito menos, o partidarismo, mas um bem partidário e solidário, conduzido pela capacidade e pela inspiração de uma procura moralmente preocupada com o Homem, quer na economia, quer na política.

Tudo isto tem muito a ver com o Adelino e com o carácter que a sua prática procurou imprimir ao CDS. É, talvez, por isso, que nos podemos orgulhar de ser mesmo o menos partidário dos partidos portugueses e de, também sob este aspecto, estarmos exactamente nos antipodas do Partido Comunista que é, sem dúvida, o mais partidário dos partidos portugueses. E é este mesmo espírito que nos continua hoje a obrigar à renovação, abertura e solidariedade, contra a crescente partidarização, fulanização e corporativização da vida portuguesa.

NÃO À VINGANÇA SIM À LIBERTAÇÃO

Não se pode evocar o Adelino sem evocar também a Aliança Democrática, parte, aliás, do seu sentido de unidade. De resto, a AD era a primeira tentativa de organização política da sua geração, uma geração de reforma e renovação nacional, uma geração-alavanca que há muito rema contra a maré, mas continua a ter pressa. Adelino Amaro da Costa pertencia a essa geração, a uma geração que continua, hoje, a esperar a sua hora. É uma geração que não foi fascista nem, necessariamente, antifascista, porque não pensava em termos do imediato pós-guerra europeu de há quarenta anos, como acontece ainda com os principais dirigentes da esquerda portuguesa. Pensava e pensa sim em termos de fazer de Portugal um País solidamente moderno, ab-

guerra ou de 1945. É uma geração que sofreu amargamente a crise real (e não só a política) do regime anterior — na emigração e na guerra em África — e pensava em termos de uma superação liberal e não de uma contradição revolucionária e socialista. Não se tratava de uma vingança, mas de uma libertação que ainda não houve. Defendíamos perante o regime anterior uma moralização, uma democratização e uma liberalização e é sintomático que este combate continue hoje a ter o mesmo sentido. Não era a geração que tinha medo da Revolução e se defendia dela. Não era uma geração contra-revolucionária. Era a geração que queria outra revolução, uma revolução convertida a ideias liberais e estava disposta a jogar tudo nisso. Não era sequer, necessariamente, uma geração de herdeiros, económica e politicamente falando, ou sequer de continuadores quando já nada continuava, aliás.

Olhando para o passado a História que Sá Carneiro e Amaro da Costa exprimiram dolorosamente, a AD parece mesmo ter sido o projecto da nossa juventude. O que hoje temos de construir é diferente. Tem mesmo que ser algo de novo. Mas a sua procura é aproximação tem algo a ver com a maioridade do projecto que ficou pelo caminho. A AD foi no fundo a infância ou a juventude daquilo que é preciso fazer no futuro mas Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa tornaram-se os fundadores desse esforço por completar.

Tudo isto continua a ter sentido e mais até do que antes. E está à vista, para quem ainda não o sabia, que não é nas actuais condições políticas, com a actual hierarquia de forças políticas que é possível reerguer uma tal vontade e um tal objectivo. Enquanto o PS e o PSD não forem derrotados, não se abrirá uma via alternativa que dê sentido, ainda que um sentido renovado, à saga que o Adelino empreendeu, viveu e sofreu.

O que há a fazer de momento é fortalecer as posições que existem e, nomeadamente, o CDS, cuja unidade e crescimento serão pois garantidas e implementadas — não como unidade fechada que passa por dentro, mas como unidade alargada que passa por fora e está, ainda, mais além. O nosso objectivo é uma grande unidade do centro e da direita democrática, mas isso passa pelo alargamento do CDS e fortalecimento da única base sólida de alternativa existente.

Foi assim, afinal, que o Adelino também avançou do CDS para a AD, erguendo uma unidade nova mas sobre a unidade real já construída. Mas hoje a nova maioria democrática será nova também no sentido de que parte hoje de um único princípio de alternativa e Oposição — O CDS. É esta hoje a única maneira de fazer dos nos-



Lívio Borges ontem na Câmara Municipal de Lisboa: «Só ridando um século»

Evocação de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Realizam-se hoje várias cerimónias evocativas de Francisco de Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e acompanhantes que faleceram no acidente aéreo há quatro anos em Camarate. Na igreja da Amadora, por iniciativa do CDS, o major padre Rui Castro Alves, capelão da Força Aérea Portuguesa, celebra hoje missa pelos falecidos, às 19 horas.

A sede concelhia do CDS ao Campo Grande, 19, em Lisboa, organiza uma cerimónia a propósito de Adelino Amaro da Costa, na qual usam da palavra o dr. José Ribeiro e Castro e o engenheiro Nuno Krus Abecasis.

Também no Largo do Caldas, em Lisboa, e no cemitério de São Martinho das Amoreiras, em Odemira, há missa por Adelino Amaro da Costa — aquele que foi considerado um dos maiores parlamentares após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

Uma romagem ao cemitério do Alto de São João, pelas 13 horas, também lembrará o ex-Primeiro-Ministro Sá Carneiro.

Em comunicado, a distrital de Faro do PSD à «coragem, responsabilidades e decisões que o momento justifica, mas, sobretudo, para que se decida numa perspectiva de construção do futuro conforme a política de Sá Carneiro». Segundo os sociais-democratas algarvios, Sá Carneiro «nunca cedeu à tentativa de aceitar ser poder pelo poder, nem aceitou ser poder para fazer frente pela negativa ao PCP e a certos poderes militares».

«HAVIA UMA LIDERANÇA»

Na reunião de ontem da Câmara Municipal de Lisboa, o vereador Lívio Borges, em representação dos sociais-democratas daquela Câmara, leu uma declaração subscrita também pelos vereadores Renato Miranda e Alberto Seguro Dias, recordando Sá Carneiro.

Segundo o documento alusivo a Francisco de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, «sob estas mortes parece ter corrido um século. Em verdade, onde havia um programa e um projecto de mudança de socie-

derança natural, em queza e a coerência imp restou a indecisão por Onde a coordenação partidos e a coordenação estes e as bancadas p res se desenvolviam estável e disciplinado to mútuo, quedou-s do excusado ou pro descoordenação cor impasse como fim»

Para Lívio Borges, subscritores da declaração, «o critério vitimou Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, acompanhantes da por explicações, para que os tribunais, feita, têm corção e a calúrnio um director do jornalismo figura de Faro. Além de dependentes nacional de Miguel Ugues, directorista O



A «revolução» Camarate

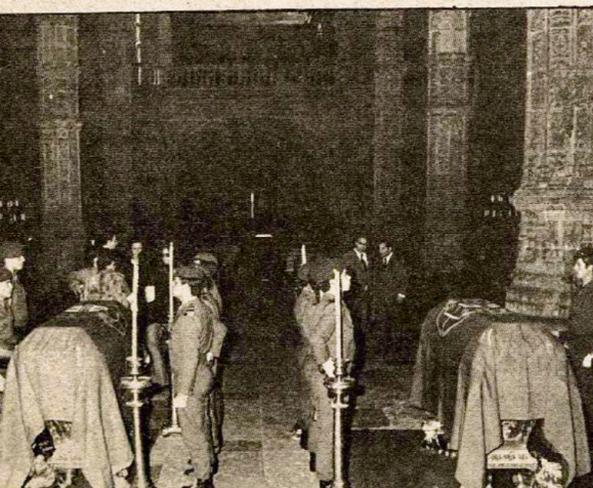
«morte» da AD

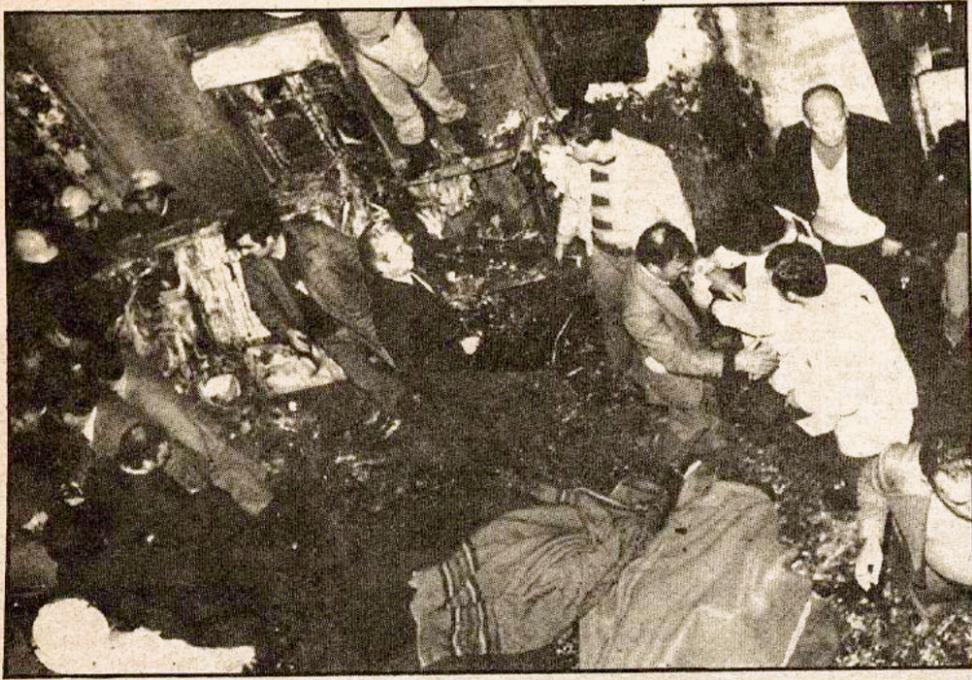
anos que Nesse dia As revoluções por revolução violentamente culturais, da comunidade também pode contrário. ser um o a manifestações que está em

cidade portuguesa, com consequências na comunidade internacional em matéria de equilíbrio de forças entre os dois blocos. Se não tivesse acontecido Camarate, as estruturas sociais, culturais, económicas e políticas da comunidade nacional teriam sido alteradas, por força da trílogia geral Soares Carneiro, Sá Carneiro e maioria parlamentar AD. É nesta medida que Camarate foi uma revolução destinada a manter o sistema, destinada a evitar a alteração. Morreram «apenas» sete pessoas. Não houve violência generalizada. Mas foi uma revolução.

ue as re-ecessaria-gerali-ada erra- Política, interpreta-Fancesa. ão bolche- ar este ra- certo. A mpre é as- tentou a u pacifista, e Abril de s golpe m- no entan- ento adveio ção na so-

Isto não significa obrigatoriamente a acusação de que houve sabotagem no pequeno avião onde viajava Sá Carneiro e Amaro da Costa. Como disse-ram, as revoluções podem acontecer por omissão. Mas também não significa o contrário. Com efeito, a dúvida persiste. Deve-se, em grande medida, a Augusto Cid a realização do primeiro inquérito parlamentar. Não será por acaso que, há poucos dias, o Governo determinou um segundo inquérito. As razões deste segundo inqué-





A «revolução» Camarate

Na «morte» da AD

Faz hoje quatro anos que aconteceu Camarate. Nesse dia houve uma revolução. As revoluções podem acontecer por omissão. O que é uma revolução? É um acontecimento violento que altera profundamente as estruturas sociais, culturais, económicas e políticas da comunidade onde esse acontecimento se verificou. Mas também pode ser exactamente o contrário. Uma revolução pode ser um acontecimento destinado a manter as estruturas sociais, culturais, económicas e políticas da comunidade, quando está em risco a sua alteração.

É um erro pensar que as revoluções implicam, necessariamente, violência física generalizada. Esta ideia, ensinada erradamente em Ciência Política, nasceu talvez com a interpretação da Revolução Francesa. Mais tarde, a revolução bolchevique pareceu confirmar este raciocínio, dado como certo. A verdade é que nem sempre é assim. Ghandi, na Índia, tentou a revolução pacífica, ou pacifista, e conseguiu. O «25 de Abril de 1974» foi um simples golpe militar, sem violência e, no entanto, desse acontecimento adveio uma autêntica revolução na so-

cidade portuguesa, com consequências na comunidade internacional em matéria de equilíbrio de forças entre os dois blocos.

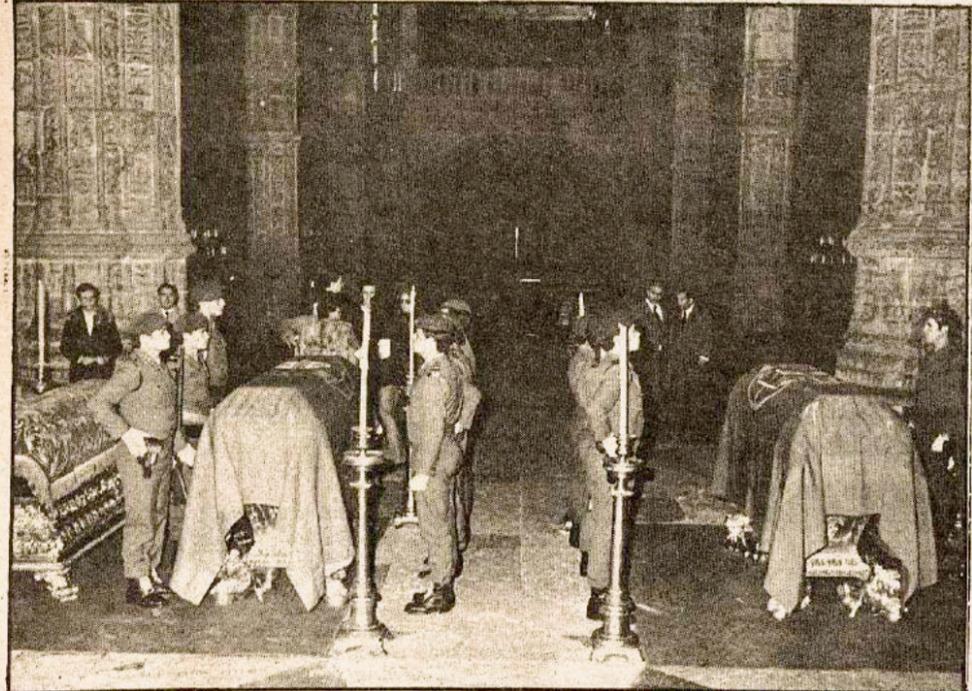
Se não tivesse acontecido Camarate, as estruturas sociais, culturais, económicas e políticas da comunidade nacional teriam sido alteradas, por força da trilogia general Soares Carneiro, Sá Carneiro e maioria parlamentar AD. É nesta medida que Camarate foi uma revolução destinada a manter o sistema, destinada a evitar a alteração. Morreram «apenas» sete pessoas. Não houve violência generalizada. Mas foi uma revolução.

Isto não significa obrigatoriamente a acusação de que houve sabotagem no pequeno avião onde viajava Sá Carneiro e Amaro da Costa. Como dissemos, as revoluções podem acontecer por omissão. Mas também não significa o contrário. Com efeito, a dúvida persiste. Deve-se, em grande medida, a Augusto Cid a realização do primeiro inquérito parlamentar. Não será por acaso que, há poucos dias, o Governo determinou um segundo inquérito. As razões deste segundo inqué-

rito poderão ser apenas eleitoralistas. Supõe-se que o povo ficará grato ao Governo.

Não pretendemos dar a chave do mistério e já muito foi adiantado por Cid. Mas há uma investigação muito simples que sugerimos à nova Comissão Parlamentar. Poucos dias após a tragédia houve um mini-Conselho de Ministros, no qual o ministro da Justiça da época, Mário Raposo, informou os colegas de que o piloto do avião estava embriagado. Ficava assim tudo esclarecido. Só que as análises de alcoolémia revelaram exactamente o contrário: não existiam quaisquer vestígios de álcool, nem no piloto, nem nos restantes cadáveres.

Mário Raposo deu certamente a informação cheio de boa fé. Mas há que perguntar ao antigo ministro da Justiça quem o informou disso. Foi «fulano», dirá o ex-ministro. Então «fulano» deverá explicar como obteve a informação. Responderá que a obteve de «cicrano». E assim, de pessoa em pessoa, poderia chegar-se ao último elo da informação: poderia chegar-se a quem estava interessado que constasse que o piloto estava embriagado...



Amaro da Costa, a e a Aliança

por Francisco

Quatro anos depois da sua morte, o Adelino Amaro da Costa continua a ser não apenas uma saudade, mas a obra e o exemplo de um dirigente marcante da História contemporânea portuguesa. A sua própria personalidade vale já como exemplo e desafio, continuamente férteis para a vida política portuguesa e que cumpre evocar, não apenas ritualmente, mas com o sentido de assim contribuir para um sentido mais útil, moral e renovador da acção política em Portugal.

1. Em primeiro lugar, o Adelino era um homem com a paixão da política. Da política em si mesma e não só pelo que ela pode trazer consigo. Da política como vida e como a procura do mais alto e mais vasto sentido de uma comunidade.

Talvez até como Paixão e Missão. A política não era só a profissão de Adelino. Era antes disso a sua vocação. Ele não desprezava ou ignorava o que a política tinha de menos nobre e não era, pois, um Quixote, mas isso era o conjunto dos aspectos menores, compreendidos na sua tolerância, na sua delicadeza e no seu virtuosismo político. Gostava aliás, não só da direcção e concepção, mas do que se chamava o trabalho político e foi a maior das «agulhas» entre as que teceram a organização e as ligações do CDS pelo País fora. Esta «paixão» e esta «missão» da política eram ainda mais importantes para quem tinha de agir e convencer num quadro eleitoral de Direita e de Centro que aprendera a ignorar ou até criticar a política e os políticos durante tantos anos.

2. Em segundo lugar, o Adelino era o homem do diálogo. Não era, pois, o homem do discurso enfático e oficial, da distância carismática ou individualista ou das concepções dogmáticas. A capacidade dialogal do Adelino não tinha fronteiras e a sua disponibilidade para o Diálogo significava que este não era uma via de propaganda mas uma forma de aceitar de boa-fé todos os contributos úteis para com um comum entendimento da situação. Constante no essencial, ele sabia assumir o combate de cada hora. Homem de diálogo, aliás, no sentido moderno da comunicação e da pedagogia política — que fez dele, em alturas muito difíceis, uma espécie de «órgão» de comunicação de massas do CDS.

3. Em terceiro lugar, o Adelino era um homem de Unidade, de Lealdade e de Disciplina. Unidade do CDS e unidade da AD, que curiosamente, e talvez, também por isso, nunca tiveram em sua vida, problemas de grave desentendimento interno ou ameaça de ruptura, ao contrário do que sempre aconteceu com todas as restantes formações partidárias e coligações democráticas. A sua proverbial lealdade em relação à liderança do partido na pessoa do seu amigo Diogo Freitas do Amaral era a forma de uma disciplina esclarecida e de uma noção de unidade, como trabalho conjunto e ordenado.

4. Em quarto lugar, o Adelino era um Homem de Optimismo e Entusiasmo que não cedia ao desânimo ou à crítica persistente. Por isso, mais do que ninguém, ele podia ajudar a passar os grandes túneis escuros do partido e do País. Fazia a política com alegria como se a procura de um bem superior para todos só pudesse, por isso mesmo, ser feita com alegria. Não desfalecia e, pelo contrário, sabia que o poder não se espera, persegue-se. Isso o levava, também, a uma excepcional actividade prática. Sendo um homem de diálogo, não era um homem que se ficasse pela conversa. Multiplicava as iniciativas e transformava os conselhos em acções práticas. A política era para ele uma actividade viva, de vivos e para o bem e alegria dos homens vivos.

5. Em quinto lugar, o Adelino era um homem de responsabilidade. Preocupavam-no mais a virtude, a eficácia e a felicidade política do que a glória. Havia em toda a sua actividade a luz de um apelo moral que podia condescender com os hábitos políticos, mas não renunciava a encontrar o caminho de uma melhor sociedade. A sua própria ânsia tinha a ver com esta generosa necessidade de melhores dias, não pela via heróica, mas pela via do esforço. O Adelino Amaro da Costa era, portanto, um activista, mas não se consumia no imediato. As convicções que alicerçavam a sua actividade eram moralmente sólidas, embora comportassem uma margem de indagação, dimensão prática e mesmo de dúvida.

PODER E MORAL

Para além desta forma de ser pessoal, o Adelino foi muito um homem do CDS e da AD. Mas era, também, um homem da área do humanismo reformista e liberal que a revolução político-militar socialista fizera um combatente. Era um homem do Centro no sentido de desejar exprimir na política o que há de melhor no homem comum português e aquilo que é a sua grande demanda política, mas não no sentido de uma contemporização geométrica com todos os hemisférios da política portuguesa.

Infelizmente, este humanismo reformista continua hoje por organizar e, em grande parte, porque é o quadro ideológico criado pela Revolução que continua a ser o dominante. A própria AD foi, também, vítima disso, ou, como se queira, colaborou, também, com isso.

O combate do Adelino e do próprio CDS traduzia, porém, este drama essencial: — colocado à direita, titular de uma bandeira ideológica precisa que a própria Revolução lhe fizera empunhar, o CDS, por dentro, queria ser e não podia renunciar a ser, mais do que isso, o partido dos homens do centro moral do País que, para lá do frenesim da Revolução, eram e são fiéis à permanência moral e cultural do País, na via, porém, da sua nova abertura para a mo-

dernização democrática e europeia.

É claro que o Adelino e o próprio CDS deram a esta missão mais vasta um acento especial — o da Democracia-Cristã. Julgo que a experiência do Adelino seria mesmo uma boa base de reflexão sobre um tema como «o cristão e a política». Também neste plano a sua vida foi um acto decisivo. De facto, «um complexo de compromisso» vindo de trás geraria, depois da Revolução, um «complexo de não compromisso» que desarmaria completamente a prática política dos homens de Fé, ou a colocaria desfocada e obrigatoriamente, em terrenos que não os da Democracia-Cristã. O Adelino, porém, deu um exemplo de novo claro — assumiu o seu compromisso político de cristão no único terreno natural deste compromisso — o democrata-cristão. E eis senão quando, por exemplo, questões como a do Aborto a de corrupção a de solidariedade social nos mostram como é esse o terreno natural da prática política de um cristão. As questões



«Bem fez o Adelino quando o partido procurasse uma valor mande de um bem comum à solidariedade e ao espírito»

do poder e da moral não se devem misturar, mas também não se podem isolar ou muito menos opor. O divórcio entre o poder e a moral é o caminho de inhumanidade. Para um homem de fe, como a questão do aborto mostra, a política tem de ser sempre mais do que uma simples prática de poder, de luta ideológica ou de promoção e distribuição de lugares.

A questão é saber, evidentemente, se este «mais» exigido à prática política dos cristãos vale ou não uma inteira unidade política, de tipo partidário, por exemplo. Pode-se perguntar se, em suma, o pensar cristamente a política implica ou não a organização política e até partidária desse pensamento. Mas é, pelo menos, verdade que, se a prática de um cristão pode não ser assumida como uma «missão», também é verdade que não se pode deixar cair tal prática numa irreligiosidade ou numa completa despreocupação pela acção moral dos partidos, por exemplo, em questões como o aborto.

Democracia-Cristã Democrática

Lucas Pires

Por outro lado, o próprio CDS evitou sempre a confusão entre a política e os compromissos e instituições puramente religiosos e morais a estes associados. Nem sequer a sua designação alude à Democracia-Cristã. Mas, por outro lado, seria incompreensível que este problema fosse um tabu. É mesmo inexplicável que num País de maioria cristã que quer implantar a Democracia se ignore o problema das relações entre os valores políticos e religiosos ou morais. Num País em que a raiz do centro e do centro-direita é cristão, é também estranho que este problema quando aparece é pela esquerda. Num País em que o cristianismo é popular, é igualmente estranho que este problema seja posto normalmente em termos intelectuais. Quem é que está interessado e porquê em ocultar não só a solução natural do problema, mas o próprio problema da relação entre o cristão e a política em Portugal? Apelece mesmo perguntar: é uma elite política ou uma elite cristã que estão interessados nisso?

cia que concedeu há tempos a vários dirigentes democrata-cristãos entre os quais nos encontrávamos, afirmava mesmo que o objectivo primordial de um dirigente democrata-cristão era o bem-comum. O conceito de bem-comum tornou-se hoje mais distante e pode parecer revestido de um moralismo cujos excessos em geral se rejeitam. Mas continua a haver nele algo de essencial a ter em conta: a política não pode ser só um jogo nem uma luta, nem uma correlação de forças, nem uma agência de interesses, muito menos uma teia de intrigas e tem de respeitar um apelo que permita sacrificar interesses particulares a um bem-maior. Quantos de nós não fomos acusados de governar menos em função do bem-partidário e mais do bem-comum? E porque pode isto ser uma acusação? O bem-comum no entanto tem de continuar a ser o nosso objectivo. Sem se acreditar nisto não se é democrata-cristão. O que está em causa para um dirigente democrata-cristão não é, pois, nunca apenas o bem do partido, ou, muito menos, o partidarismo, mas um bem partilhado e solidário, conduzido pela capacidade e pela inspiração de uma procura moralmente preocupada com o Homem, quer na economia, quer na política.

Tudo isto tem muito a ver com o Adelino e com o carácter que a sua prática procurou imprimir ao CDS. É, talvez, por isso, que nos podemos orgulhar de ser mesmo o menos partidário dos partidos portugueses e de, também sob este aspecto, estarmos exactamente nos antípodas do Partido Comunista que é, sem dúvida, o mais partidário dos partidos portugueses. E é este mesmo espírito que nos continua hoje a obrigar à renovação, abertura e solidariedade, contra a crescente partidarização, fulanização e corporativização da vida portuguesa.

NÃO À VINGANÇA SIM À LIBERTAÇÃO

Não se pode evocar o Adelino sem evocar também a Aliança Democrática, parte, aliás, do seu sentido de unidade. De resto, a AD era a primeira tentativa de organização política da sua geração, uma geração de reforma e renovação nacional, uma geração-alavanca que há muito rema contra a maré, mas continua a ter pressa. Adelino Amaro da Costa pertencia a essa geração, a uma geração que continua, hoje, a esperar a sua hora. É uma geração que não foi fascista nem, necessariamente, antifascista, porque não pensava em termos do imediato pós-guerra europeu de há quarenta anos, como acontece ainda com os principais dirigentes da esquerda portuguesa. Pensava e pensa sim em termos de fazer de Portugal um País solidamente moderno, aberto, europeu e democrático.

A nossa geração não quer reeditar as divisões do tempo da

guerra ou de 1945. É uma geração que sofreu amargamente a crise real (e não só a política) do regime anterior — na emigração e na guerra em África — e pensava em termos de uma superação liberal e não de uma contradição revolucionária e socialista. Não se tratava de uma vingança, mas de uma libertação que ainda não houve. Defendíamos perante o regime anterior uma moralização, uma democratização e uma liberalização e é sintomático que este combate continue hoje a ter o mesmo sentido. Não era a geração que tinha medo da Revolução e se defendia dela. Não era uma geração contra-revolucionária. Era a geração que queria outra revolução, uma revolução convertida a ideias liberais e estava disposta a jogar tudo nisso. Não era sequer, necessariamente, uma geração de herdeiros, económica e politicamente falando, ou sequer de continuadores quando já nada continuava, aliás.

Olhando para o passado a História que Sá Carneiro e Amaro da Costa exprimiram dolorosamente, a AD parece mesmo ter sido o projecto da nossa juventude. O que hoje temos de construir é diferente. Tem mesmo que ser algo de novo. Mas a sua procura é aproximação tem algo a ver com a maioria do projecto que ficou pelo caminho. A AD foi no fundo a infância ou a juventude daquilo que é preciso fazer no futuro mas Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa tornaram-se os fundadores desse esforço por completar.

Tudo isto continua a ter sentido e mais até do que antes. E está à vista, para quem ainda não o sabia, que não é nas actuais condições políticas, com a actual hierarquia de forças políticas que é possível reerguer uma tal vontade e um tal objectivo. Enquanto o PS e o PSD não forem derrotados, não se abrirá uma via alternativa que dê sentido, ainda que um sentido renovado, à saga que o Adelino empreendeu, viveu e sofreu.

O que há a fazer de momento é fortificar as posições que existem e, nomeadamente, o CDS, cuja unidade e crescimento serão pois garantidas e implementadas — não como unidade fechada que passa por dentro, mas como unidade alargada que passa por fora e está, ainda, mais além. O nosso objectivo é uma grande unidade do centro e da direita democrática, mas isso passa pelo alargamento do CDS e fortalecimento da única base sólida de alternativa existente.

Foi assim, afinal, que o Adelino também avança do CDS para a AD, erguendo uma unidade nova mas sobre a unidade real já construída. Mas hoje a nova maioria democrática será nova também no sentido de que parte hoje de um único princípio de alternativa e Oposição — O CDS. É esta hoje a única maneira de fazer dos nossos maiores mortos pontes reais do futuro e não apenas mitos sacrificados da História.



Lívio Borges ontem na Câmara Municipal de Lisboa: «Sobre a sua morte parece ter decorrido um século»

Evocação de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa

Realizam-se hoje várias cerimónias evocativas de Francisco de Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e acompanhantes que faleceram no acidente aéreo há quatro anos em Camarate.

Na igreja da Amadora, por iniciativa do CDS, o major padre Rui Castro Alves, capelão da Força Aérea Portuguesa, celebra hoje missa pelos falecidos, às 19 horas.

A sede concelhia do CDS ao Campo Grande, 19, em Lisboa, organiza uma cerimónia a propósito de Adelino Amaro da Costa, na qual usará a palavra o dr. José Ribeiro e Castro e o engenheiro Nuno Krus Abecasis.

Também no Largo do Caldas, em Lisboa, e no cemitério de São Martinho das Amoreiras, em Odemira, há missa por Adelino Amaro da Costa — aquele que foi considerado um dos maiores parlamentares após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

Uma romagem ao cemitério do Alto de São João, pelas 13 horas, também lembrará o ex-Primeiro-Ministro Sá Carneiro.

Em comunicado, a distrital de Faro do PSD à «coragem, responsabilidades e decisões que o momento justifica, mas, sobretudo, para que se decida numa perspectiva de construção do futuro conforme a política de Sá Carneiro». Segundo os sociais-democratas algarvios, Sá Carneiro «nunca cedeu à tentativa de aceitar ser poder pelo poder, nem aceitou ser poder para fazer frente pela negativa ao PCP e a certos poderes militares».

«HAVIA UMA LIDERANÇA»

Na reunião de ontem da Câmara Municipal de Lisboa, o vereador Lívio Borges, em representação dos sociais-democratas daquela Câmara, leu uma declaração subscrita também pelos vereadores Renato Miranda e Alberto Seguro Dias, recordando Sá Carneiro.

Segundo o documento alusivo a Francisco de Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, «sobre estas mortes parece ter decorrido um século. Em verdade, onde havia um programa e um projecto de mudança de sociedade, ficou o vazio da permanente definição da indefinição. Onde havia no Governo uma li-

derança natural, em que a clareza e a coerência imperavam, restou a indecisão programada. Onde a coordenação entre três partidos e a coordenação entre estes e as bancadas parlamentares se desenvolviam de forma estável e disciplinada no respeito mútuo, quedou-se o diferendo excusado ou provocatório, a descoerência como hábito, o impasse como fim».

Para Lívio Borges e outros subscritores da evocação de Sá Carneiro, «o crime nefando que vitimou Sá Carneiro e os seus acompanhantes encontra-se ainda por explicar ao povo português, para que justiça seja feita. Os tribunais, honra lhes seja feita, têm condenado a difamação e a calúnia que um jornal, um director e alguns pseudojornalistas bolsaram sobre a figura de Francisco Sá Carneiro. Além de outros processos pendentes do Tribunal Correcional de Lisboa, recordamos a última sentença proferida: o réu Miguel Urbano Tavares Rodrigues, director do jornal comunista *O Diário*, foi condenado

como autor material do crime de calúnia e como cúmplice dos crimes de calúnia e difamação; o réu José Daniel Caldas Gomes Ricardo, pseudojornalista, foi condenado como autor material do crime de difamação; o réu José dos Santos Cabral, também pseudojornalista, foi condenado como autor material do crime de calúnia e o jornal *O Diário*, que inseriu a difamação e a calúnia, foi condenado em pena de multa».

A terminar, Lívio Borges disse que «esta é a hora da nova esperança, a que o PSD estará obrigado para continuar a obra iniciada, para prosseguir no combate político, para reafirmar a mudança da sociedade na via humanista, personalista e reformista social-democrata. Por isso, recordamos hoje Francisco de Sá Carneiro. A História de Portugal recordá-lo-á».

Refira-se que a Assembleia da República aprovou recentemente a formação de segunda comissão de inquérito para apurar as causas da tragédia de Camarate.



CDS

Missa do 4.º Aniversário da morte do

ENG.º ADELINO AMARO DA COSTA
Hoje às 17.30 horas

Capela do Largo Adelino Amaro da Costa, 5
(SEDE NACIONAL DO C.D.S.)



is que a prática política do seu
ação moral da política, como de-
pregnado de valores e vinculado

Bem fez, aliás, o Adelino quando quiz que a prática política do seu partido procurasse uma valorização moral da política, como demanda de um bem-comum impregnado de valores e vinculado à solidariedade e ao espírito. Todas as restantes opções partidárias estão mais voltadas para uma lógica que, ou parte da análise da situação relativa das classes sociais, ou toma mesmo partido nessa luta e todos se mostram mais dominados pelas questões económicas da necessidade do que pelas questões morais da liberdade ou da identidade cultural na Nação. A opção do CDS tornou-se assim em relação ao sistema uma «outra» opção, uma opção alternativa, não só no objectivo mas também na filosofia e no modelo que é de solidariedade humana e não de relações de classe; que é de supremacia dos valores morais e não mera estratégia económica de classe.

A laicidade substancial da vida política não impede isto e o Papa João Paulo II em audiên-

Tragédia de Camarate: o avião explodiu no ar

Carlos Soares

O avião em que viajavam Sá Carneiro, Amaro da Costa e os seus acompanhantes, no dia 4 de Dezembro de 1980, de Lisboa em direcção ao Porto, começou a arder no ar — declarou na comissão de inquérito parlamentar o chefe da PSP Alberto Costa, que nos últimos dias tem estado a ser interrogado.

O chefe Alberto Costa era o responsável pela segurança do primeiro-ministro e nessa qualidade acompanhou-o até ao Aeroporto da Portela. Segundo as declarações que tem prestado, o facto do avião começar a arder no ar não foi resultante de ter sido atingido por qualquer tiro, garante também o chefe Costa.

Na mesma comissão de inquérito foi ouvido também o controlador de serviço na ocasião em que o Cessna levantou voo e de certo modo corroborou as afirmações do chefe Alberto

Costa, ainda que por outras palavras.

Um experimentado piloto de aviões do tipo do que caiu em Camarate, o comandante Gouveia, foi inquirido pela comissão na passada terça-feira e ontem continuou a ser interrogado o chefe Alberto Costa.

Entretanto, um caso insólito junta-se a este caso que, pelos vistos, ainda vai dar muito que falar. Com efeito, fragmentos metálicos, retirados do corpo de um dos pilotos por altura da autópsia, que se encontravam à guarda do Instituto de Medicina Legal, desapareceram.

Estes fragmentos, segundo algumas pessoas que atentamente têm seguido o desenrolar de todas as fases deste complicado processo, poderiam constituir a prova de que o avião teria explodido por deflagração de



A tragédia de Camarate: quatro anos e meio depois, o mistério permanece

bomba. Como se sabe, o «Cessna» é todo construído em alumínio e desde o primeiro ins-

tante que a existência dos fragmentos de aço, constituem enigma — enigma que se adensa

agora com o seu desaparecimento de um estabelecimento oficial.

Seis anos depois da morte de Sá Carneiro ninguém sabe ainda o que aconteceu. Ainda há muito que fazer para chegar à verdade. No entanto na Assembleia da República, tudo parece crescer rapidamente, como uma bola de neve. Rola e arrasta o que toca.

Caso Camarate –testemunhas perderam o medo

O que aconteceu em Camarate na noite de 4 de Dezembro de 1980 tanto pode ter sido um inocente desastre aéreo como um crime macabro.

Há seis anos que os portugueses estão à espera de saber o que aconteceu. Não é amanhã nem depois que a verdade ficará a nu. Mas o certo é que nunca se esteve tão perto. Tudo se está a precipitar. Um atrás de outro vão-se desfazendo os nós. O fio da meada vai ficando mais solto.

Tudo começou com o inquérito da Judiciária. E tudo piorou com o relatório do Governo Balsemão. Era a falta de rigor das peças processuais. As contradições evidentes. As lacunas.

Entre 1982 e 1983 esteve em funções a I Comissão Parlamentar de Inquérito. O seu único objectivo era avaliar as investigações feitas até aí. A Comissão termina o seu trabalho e deixa no ar a certeza de que os relatórios oficiais não foram correctamente elaborados. Podia ter sido mesmo um acidente, como pretendia o Governo. Não tinha era sido o acidente que o Executivo de Balsemão retratava.

Por essa altura o processo entra no Juízo de Investigação Criminal do Tribunal de Loures. É a época em que os familiares das vítimas travam uma luta enorme para que sejam feitos novos exames radiológicos aos corpos. Especialmente aos pés do piloto Jorge Albuquerque.

Deputados alarmados

Constitui-se a II Comissão de

Inquérito em S. Bento. Desta vez já tomam parte nela os familiares das vítimas. Com a queda do Governo do Bloco Central e a dissolução do Parlamento a Comissão perde o mandato. Apresenta o seu relatório a 30 de Outubro de 85 e aconselha a constituição de nova Comissão Parlamentar. De 83 a 85 a generalidade dos deputados que compunham a Comissão iam, a pouco e pouco, ficando alarmados com os dados novos que se iam juntando ao processo.

A 11 de Dezembro de 85 era criada a III Comissão Parlamentar de Inquérito. O espólio deixado pelas comissões anteriores tinha, nada mais nada menos, que onze mil páginas. Inúmeras testemunhas estavam ainda por ouvir. Constituída, na sua maior parte, por deputados que já tinham estado na II Comissão, o grupo aproveita toda a embalagem e reúne quase diariamente. Ouve testemunhas. Pedê relatórios e peritos. Faz testes.

Todos os dias há coisas novas. Peça a peça tudo se junta para formar pistas.

Pode ter sido um acidente. Quem sabe o que foi? Há, no entanto, em Camarate, mistérios ainda por esclarecer.

O que foi que aconteceu dentro do avião? Oito testemunhas oculares viram-no transformar-se em bola de fogo, antes da queda. Estas pessoas não se conhecem umas às outras, ignoram os seus nomes. Estavam colocadas em vários pontos, em círculo à volta do



Destruções de Camarate. Com um ritmo impressionante a Comissão Parlamentar procura a verdade que foge há seis anos

avião e todas viram a mesma coisa. Têm as mais diversas profissões, idades e formação cultural. Entre elas está o chefe Costa, responsável pela segurança de Sá Carneiro. Em qualquer acidente de aviação o testemunho da autoridade que o presenciou tem uma força enorme. Em Camarate ninguém deu importância àquilo que o chefe Costa viu, senão agora.

Ameaças de morte

Quando o programa «Grande Reportagem» foi para o ar o País ficou boquiaberto. Se era aquilo que havia para mostrar, então, estava tudo visto. Do primeiro ao último minuto o programa «vendeu» a tese go-

vernamental. E que nem tudo pode ser mostrado. Dois minutos de filme continham o depoimento do prof. Mason. Mas foram mandados cortar. E que o perito inglês levantava a hipótese de uma explosão de gás dentro do avião. Não convinha que os portugueses soubessem. Podia alguém pegar nessa pista.

Outra bobine nem chegou a ser vista pela equipa do programa. As ameaças de morte por parte das FP's eram diárias. Menos frequentes as da CO-DECO. No entanto, há um encontro que é combinado entre o principal dirigente desta organização e José Barata Feyo. Uma equipa de filmagem é posta no telhado do prédio fronteiro ao do encontro. A filmagem é feita mas nunca ninguém a viu. Barata Feyo fez saber que a conversa não tinha qualquer interesse. Ponto final, assunto esquecido. Se não tinha interesse porque desapareceu? Terá sido mandada a alguém, juntamente com as cópias da «Grande Reportagem», feitas pelo dito jornalista?

Testemunhas perderam o medo

Da actual Comissão o pouco que se sabe é suficiente para ilustrar o bom andamento dos trabalhos. Pela primeira vez foi ouvido o dr. Sombreiro. Ele é o médico-legista responsável pelas autópsias. E aliás o único. Embora a lei obrigue à presença de dois médicos em todas as autópsias, só ele esteve presente. Um outro colega assinou o documento para cumprir formalidades. É prática corrente nas morgues portuguesas. E inadmissível na autópsia de um

primeiro-ministro de quem se desconhece a causa directa da morte...

A entrar um pouco o andamento está o juiz do JIC de Loures. A Comissão tem-lhe solicitado frequentemente elementos sobre o processo de Camarate. Mas o juiz acena-lhe com a independência dos tribunais e não fornece informações.

A compesnar há um volume crescente de elementos. Cada nova testemunha menciona nomes de outras pessoas. Indica factos. De repente, as pessoas perderam o medo de ir ao Parlamento dizer o que sabiam sobre Camarate. Ameaça por ameaça o melhor é contar o que se sabe. José Moreira sabia de mais e morreu dois dias antes de depor na Comissão. Ninguém quer que isso se repita.

Ao abrigo do segredo de justiça, os membros da Comissão não podem contar nada do que se passa dentro daquela. Fogem dos jornalistas. Mesmo, ao telefone uns com os outros tomam precauções. Outros estão tão acostumados que já nem ligam.

Pode ser desta vez se levante o véu que envolve Camarate. Pode ser que o frente a frente entre Pedro Amaral e o seu subalterno Sousa, perante a Comissão, tenha feito luz.

A 4 de Dezembro de 1980 o corpo de Sá Carneiro foi entregue aos portugueses. Estamos hoje perto da verdade. Que poderá, consta, ser diferente daquela que era dada como adquirida.

Maria João Vieira

CAMARATE - A SABOTAGEM-I

Explosão e incêndio prévios a bordo do avião fatídico

JOÃO ROSA

CONFORME anunciámos na última edição, iniciamos hoje a publicação de uma série de artigos, baseados nas investigações e relatório da III Comissão Eventual de Inquérito ao Acidente de Camarate (CEIAC), na sua parte em que se demonstra que a queda do *Cessna* em que seguiam Sá Carneiro e seus acompanhantes, no dia 4 de Dezembro de 1980, em Camarate, não se terá devido, afinal, a acidente, mas sim a um (ainda indecifrável) acto de sabotagem.

Trata-se da parte do relatório daquela comissão parlamentar que foi apresentada pelos deputados do PSD e que também mereceu a concordância dos parlamentares do CDS, mas que não foi considerada no relatório final e oficial aprovado por força da superioridade de votos (12-10) dos deputados do PC, MDP, PRD e PS. As conclusões impostas pelos dois votos a mais deste grupo da Esquerda menosprezaram, pois, esta demonstração da sabotagem, preferindo consignar que, no entender destes partidos, a antiga tese de acidente deveria continuar a ser aceite oficialmente.

Todavia - e tal como também anunciámos na última edição - os deputados do Partido Socialista vieram a decidir-se, entretanto, por entregar, na Mesa da Assembleia da República, uma declaração de voto, em que reconhecem, afinal, que «há factos não cabalmente esclarecidos, impondo-se a reabertura do processo». O que levará a que, na discussão a haver, em breve, no Plenário da AR, o PS se junte ao PSD e ao CDS na exigência dessa reabertura, pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o que deverá levar de novo o caso a ser reinvestigado pela Polícia Judiciária (PJ).

Entretanto - e apesar de outro semanário já ter procedido à transcrição, que prometemos antes fazer, da parte do relatório em causa - *TEMPO* será o primeiro jornal de grande circulação a divulgar esse documento efectivamente histórico, com início na edição de hoje, para que o resultado da votação (política) verificada na comissão parlamentar não prive a opinião pública do conhecimento desta bem plausível demonstração de que o caso de Camarate foi um caso de sabotagem, conforme adiante se verá.

A velha tese

De recordar e registar, previamente, que a III CEIAC (em funções desde Dezembro de 1985 a 22 de Janeiro pp) herdou da I CEIAC (Nov. 82 a Abr. 83) e da II CEIAC (Dez. 83 a Out. 85) todo o trabalho e volumes de documentação destas, o essencial dos quais era já suficiente, no entanto, para desautorizar credivelmente as investigações e conclusões iniciais das Investigações Operacionais da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil (DGAC) e do Inquérito da própria PJ.

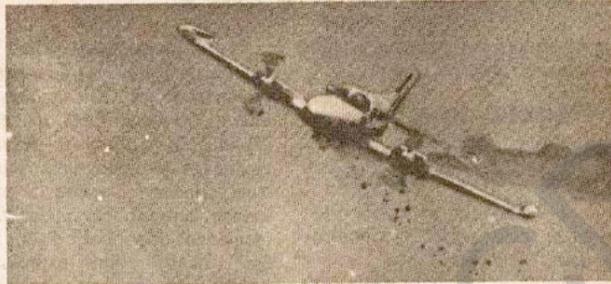
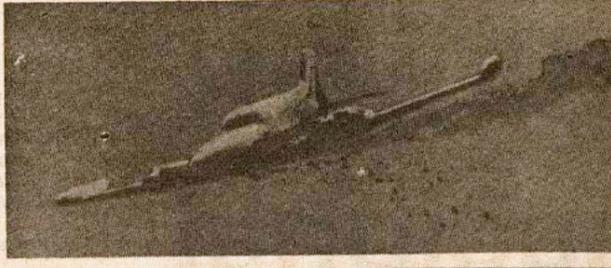
Estas tinham sido, como se sabe, que a causa provável do evento (fls. 81 e 82, relatório DGAC) fora «a perda de potência de propulsão do motor es-

querdo, devido a um esgotamento inesperado do combustível dos depósitos da asa do mesmo lado, na fase crítica de subida após descolagem, com a consequente perda de velocidade, agravada pelos efeitos de resistência aerodinâmica produzidos, cumulativamente, pela rotação passiva da hélice do mesmo lado, pela incompleta recolha dos 'flaps' e pela desfavorável distribuição de pesos (...); o acidente poderia ter sido evitado, se tivessem sido cumpridos os procedimentos correntes da preparação do voo, da inspeção de aeronave antes do voo, da lista de verificações antes da descolagem (...) ou eventualmente diminuídas as suas consequências se houvesse sido utilizado todo o comprimento disponível da pista para a manobra de descolagem». Teria contribuído, ainda, para o desastre «a tensão psíquica vivida pelo piloto, a precipitação da partida e a fadiga psíquica» (fls. 82, *ibidem*). No mesmo sentido, remetendo para a DGAC, concluiu, por sua vez, a PJ (fls. 23 do respectivo relatório de 9.10.81). Por outro lado, o PGR, no seu despacho de 12.10.81, concluindo no mesmo sentido, refere ainda «avarias» detectadas no aparelho e considera que o «piloto Jorge Manuel Moutinho de Albuquerque (...) seria seguramente objecto de acusação por homicídio, cometido por negligência, se a sua responsabilidade criminal não tivesse ficado extinta com o seu próprio decesso», (...) impuntado-lhe «a violação dos deveres gerais e especiais de diligência».

Tese desmascarada

Ora, a verdade é que, repetimos, já as I e II CEIAC tinham concluído pela inconsistência flagrante destas presumidas causas do «acidente», conforme consta dos respectivos relatórios, frequentemente citados por esta terceira comissão. A qual, entretanto, foi capaz de confirmar, cabalmente, a inconsistência de todas e cada uma dessas causas e, além disso, de «reunir e verificar uma série de dados novos e decisivos», segundo os autos do presente relatório, exhaustivamente demonstrativos disso mesmo.

Com efeito, a III CEIAC atesta, neste seu relatório, que «ouvindo numerosas testemunhas; efectuando interrogatórios detalhados; esclarecendo quaisquer dúvidas que se suscitassem na compreensão dos testemunhos; procedendo a acareações, sempre que surgiram contradições aparentes entre testemunhas dos mesmos factos; ouvindo todos os que espontaneamente se apresentaram a depor; convocando a depor todos aqueles de que, por vias diversas, havia notícia de que tinham algo de relevante a declarar ou a esclarecer; reanalizando várias vezes o processo; estudando e confrontando criticamente as suas múltiplas peças; ouvindo técnicos; solicitando pareceres a peritos qualificados sobre matérias que reclamavam análise e estudo rigoroso; e procedendo a observações directas do aeroporto (pista 18/36), das zonas que o avião sobrevoou, dos locais de embate e dos destroços



As gravuras imaginadas para a sequência da explosão e incêndio testemunhados (In «Camarate» - Augusto Cid)

remanescentes - a Comissão pôde reunir e verificar uma série de dados novos e decisivos, ainda que muitos deles constassem já, nos seus indícios, do processo e houvessem sido apenas insuficientemente investigados.

«Por outro lado - ouvindo técnicos e convocando a depor e a esclarecer numerosas dúvidas, quase todos aqueles que participaram ou tiveram a responsabilidade das averiguações iniciais a cargo da DGAC e da PJ - a Comissão pôde também (como já a primeira CEIAC havia feito em 28.4.83 e a segunda CEIAC confirmara por remissão, nas suas conclusões de 30.10.85), verificar e concluir pela inconsistência absoluta ou relativa dos dados considerados para a versão de acidente, com a concordância, em muitos casos, de alguns dos seus autores, manifestada no decurso das diligências dirigidas à respectiva análise crítica, quer comparando entre si dados que já eram conhecidos (mas contraditórios ou insuficientes), quer confrontando os dados conhecidos com os novos dados que foi reunindo e apurando».

Exhaustivamente, de facto, conforme atestam vários capítulos dos autos que agora elaborou e *TEMPO* assim divulga - só não fazendo deles transcrição por serem demasiado extensos, técnicos e complexos - a III CEIAC neles deixa provado que nem houve falta de combustível (nem por roubo, como chegara a ser aventado), nem incompleta recolha dos «flaps», nem falhas na preparação de voo e inspeção do avião, nem falta de comprimento de pista para a descolagem, nem tensão, precipitação ou fadiga do piloto. Tal como deixa ainda provado não se terem verificado quaisquer avarias. Tal como, também, que, ao contrário do que argumentavam os relatórios da DGAC e da PJ, não tinha sido impossível (pelo contrário) a preparação e execução de um

acto de sabotagem. Tal como, ainda, que os pareceres obtidos do NTSB dos EUA tinham sido, comprovadamente, fundamentados em anteriores dados e, portanto, desactualizados, errados e incompletos.

Incêndio e explosão em pleno voo

A partir disto e entretanto, a III CEIAC fora reanalisando alguns dos dados que anteriormente não o tinham sido em termos devidamente sistematizados e conclusivos, o primeiro e principal dos quais foi o facto de ter ocorrido um incêndio e uma explosão a bordo do fatídico *Cessna* ainda em pleno voo, eventualmente causadores da respectiva queda.

Com efeito, aliás, já as anteriores comissões parlamentares puderam ouvir e confirmar de modo exaustivo, ao longo de interrogatórios demorados, detalhados e esclarecedores, «diversas testemunhas oculares que observaram, algumas destas, o clarão corresponde à deflagração inicial do incêndio em pleno voo da aeronave e, todas destas, o avião embate nas casas do Bairro das Fontainhas transportando já um incêndio a bordo».

Assim:

O depoente 22, guarda do PSP e, à data do sinistro, elemento da segurança do Primeiro-Ministro, que se encontrava na placa do aeroporto junto ao edifício do Movimento, «afirma ter acompanhado a descolagem do avião e ter observado um súbito clarão ('explosão') no ar no fim da pista» (fls. 4044 e segs., - 9.º vol. II CEIAC).

A depoente 23, que se encontrava junto a um pequeno chafariz perto de sua casa em Camarate, «declarou ter visto um clarão de chamas no ar, não tendo observado quaisquer luzes de presença da aeronave, e ouvido momentos depois o estrondo de um embate, vindo, mais tarde, ao saber da queda do avião, a relacionar o que viu no ar com o avião sinistrado» (fls.

4703 a 4781 - 10.º vol. II CEIAC).

O depoente 24, professor universitário e antigo oficial de Artilharia, que na altura chegava de automóvel a Lisboa pela auto-estrada do Norte e se encontrava na elevação de terreno antes da portagem, «afirmou ter visto o súbito clarão de uma explosão no ar sobre o aeroporto de Lisboa, que assemelhou ao 'efeito luminoso de uma granada anti-aérea', vindo, mais tarde, já em Lisboa, ao ter conhecimento da tragédia e da hora a que ocorreu, a relacionar a explosão que viu no ar com a possível causa do sinistro (fls. 5808 a 5942 - 13.º vol. II CEIAC).

O depoente 2, controlador de tráfego aéreo, em serviço na altura do sinistro, afirmou ter visto claramente o avião interromper a subida por altura da intersecção das pistas 18/36 e 03/21, planchar nitidamente sobre a direita e seguir-se «uma explosão». Foi ainda peremptório, quando chamado a esclarecê-lo, (fls. 7338 e 7339) a distinguir, quer no tempo quer no espaço, o primeiro clarão da «explosão» e o clarão do incêndio local da colisão (fls. 7317 a 7379 e p. 8606 a 8662 - 16.º vol. II CEIAC).

O depoente 3, chefe da PSP, e à altura chefe de segurança do Primeiro-Ministro, que se encontrava na placa do aeroporto, observou toda a sequência de descolagem do aparelho, «tendo visto distintamente uma explosão no ar, que comparou a uma 'bola de fogo', continuando a acompanhar visualmente o avião em chamas até o mesmo desaparecer no seu horizonte, já que, no local onde estava não tinha visibilidade para o bairro onde se produziu o embate final». Resulta também provado, em conformidade com o depoimento de outra testemunha válida para o efeito (fls. 1 a 3 29/4/86, III CEIAC) que o aludido depoente, «apresentou sempre esta descrição do sinistro, desde o dia em que se verificou e o observou» (fls. 2429 a 2561 - 5.º vol., fls. 2571 a 2719 e fls. 2938 a 3117 - 6.º vol. II CEIAC).

A depoente 25, que se encontrava dentro de um carro num largo que dista cerca de 100 metros do local da colisão em Camarate, tendo sido alertada por um «ruído muito estranho de motores de avião», observou «distintamente, ao sair do carro para verificar do que se tratava, o avião passar à sua frente envolto em chamas antes de colidir no Bairro das Fontainhas, colisão que identificou pelo estrondo do embate, já que não via o seu local» (fls. 3770 a 3832 - 8.º vol., II CEIAC).

O depoente 26, irmão da precedente, encontrava-se perto da mesma referida viatura e «viu a aeronave aproximar-se em chamas - 'bola de fogo' - e progredir na direcção das casas onde viria a embater» (fls. 3832 a 3942 - 8.º vol. II CEIAC).

O depoente 27, que circulava na direcção de Lisboa, na via rápida, a seguir já à portagem da auto-estrada do Norte, «declarou ter visto o avião envolto subitamente em chamas, localizando o fogo na frente do avião,

tendo-o visto ainda progredir em chamas até que desapareceu do seu horizonte». Declarou ainda ter verificado que «o avião ficou sem luzes de posição depois da deflagração» (fls. 7243 a 7316 - 16.º vol. II CEIAC).

O depoente 28, que se encontrava à porta de sua casa, no Bairro das Fontainhas, na rua onde o avião se imobilizou, «declara ter distinguido chamas no nariz do avião, quando o mesmo cruzou a rua antes de colidir contra a Vivenda Zeca, referindo também um rasto de fumo cinzento na cauda do avião» (fls. 986 a 994 - 5.º vol. I CEIAC e fls. 6545 a 6627 14.º vol. II CEIAC).

A depoente 28, que se encontrava junto à porta de sua casa, no Bairro de Camarate, declarou que, tendo a sua atenção sido atraída por um trabalho estranho de motores de avião em voo, observou, a seguir, «o avião passar em direcção ao Bairro das Fontainhas, vindo a arder claramente e ouvindo, de seguida, o estrondo do embate com as asas» (fls. 4762 a 4815 - 10.º vol., II CEIAC).

Facto provado

«Face aos testemunhos oculares, ao seu número e à valorização relativa entre si e em conjugação com outros elementos do processo, conclui-se existir prova testemunhal bastante sólida de que o avião se incendiou em pleno voo» - regista este relatório da III CEIAC, citando que são relevantes nesse sentido:

a) O número de testemunhos oculares, dez num total de catorze, que distintamente o observaram e o descreveram de forma essencialmente coerente entre si.

b) A especial consistência dos depoimentos 2, controlador da Torre em serviço, e 3, que sendo chefe da segurança do Primeiro-Ministro e tendo-a acompanhado ao embarque, expressamente voltou à placa do aeroporto quando, estranhando a demora na descolagem, quis averiguar o que se passava, verificando nesse momento que o avião já se encontrava a entrar na pista 18/36 e tendo seguido a sua trajectória como a descreveu para os autos.

c) A diversa formação dos referidos dez testemunhos e o facto de todos descreverem os acontecimentos do mesmo modo substancial.

d) O facto de estes mesmos dez testemunhos se situarem em pontos de observação distintos, os quais significativamente se situam em círculo relativamente à trajectória descrita pelo *Cessna*, isto é, à sua esquerda, à sua direita, atrás e à frente.

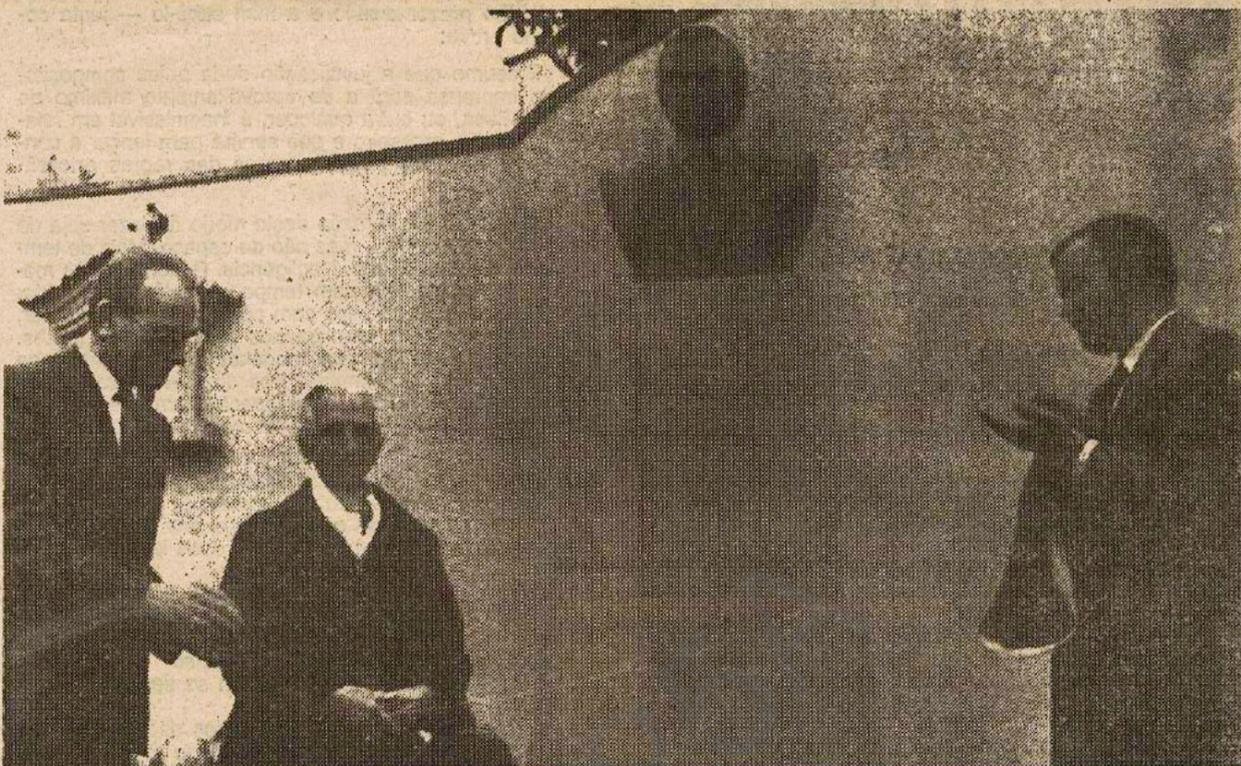
Segundo esta comissão, neste seu relatório «chumbado» pelos dois votos a mais dos deputados comunistas, «anistas» e do PS, «é de realçar também que muitos destes testemunhos constam já desde o início dos autos, mas não foram devidamente esclarecidos, nem investigados na altura, no sentido de se clarificar aquilo que havia sido observado e que pode estabelecer-se».

Na próxima edição:
O AVIÃO DEIXOU
NO SOLO
UM RASTO
DENUNCIADOR

OITO ANOS APÓS TRÁGICO ACIDENTE

**Debate em Lisboa
e busto descerrado
em Gaia**

**«PROGRESSO
MATERIAL
E LIBERDADE»
ERA LEMA
DE SÁ CARNEIRO**



O busto de Sá Carneiro ontem descerrado em Gaia por sua mãe, na passagem do 8.º aniversário do antigo primeiro-ministro

A figura, o pensamento e a herança política de Sá Carneiro foram evocados ontem, em Lisboa, durante um debate organizado pela comissão política distrital de Lisboa do PSD, onde o ministro Eurico de Melo recordou que os seus principais lemas eram «progresso material e liberdade» e «juntar espírito às coisas».

No debate, destinado a assinalar o 8.º aniversário da morte do antigo líder do PSD, participaram os jornalistas Maria João Avilez e Vitor Cunha Rego e o dirigente social-democrata Eurico de Melo.

Entre as dezenas de pessoas presentes na sala destacavam-se os dois líderes partidários que acompanharam Sá Carneiro na Aliança Democrática, Freitas do Amaral (CDS) e Gonçalo Ribeiro Teles (PPM).

«Saudade e não sebastianismo», foi como o presidente da comissão distrital do PSD definiu o espírito da homenagem. António Pinto Leite referiu-se a Sá Carneiro como alguém que «saiu da política para entrar na cultura política» e elogiou «a sua grandeza, vontade férrea e dimensão humana».

A jornalista Maria João Avilez falou sobre os últimos dias da vida de Sá Carneiro, durante os quais o líder social-democrata, «ao contrário do que era seu hábito, estava tenso, agreste, preocupado, obcecado».

«Sá Carneiro não compreendia porque é que o povo português não lhe dava a terceira vitória, aquela de que ele mais necessitava para o seu projecto político», disse, referindo-se à campanha de Soares Carneiro nas eleições presidenciais de 1980.

Maria João Avilez disse que soube da morte de Sá Carneiro num telefonema para casa de Mário Soares, quando, com um grupo de amigos, se preparava para «convidar» o então líder socialista a interceder a favor de Soares Carneiro (que defrontava Ramalho Eanes nas presidenciais).

As relações entre Mário Soares e Sá Carneiro foram tema abordado pelo director do «Semanário», Vitor da Cunha Rego. Contou que, a seguir ao Verão de 1975, Mário Soares e Sá Carneiro se reuniram para estudar a possibilidade de uma aliança.

«O encontro, que deveria ter demorado 3 horas, acabou por durar apenas 12 minutos, porque Sá Carneiro, muito secamente, recusou qualquer aliança com o PS, por o considerar responsável pela situação que se viveu em 75», disse. Vitor da Cunha Rego classificou Sá Carneiro como «um liberal mas não um espectador da história».

O dirigente social-democrata Eurico de Melo preferiu não falar do passado, mas disse que «se um dia me nascer a veia para a escrita» poderá escrever um livro sobre as suas relações com Sá Carneiro e adiantou mesmo um título possível: «O que eu nunca disse».

Eurico de Melo afirmou que o projecto político de Sá Carneiro

continua a ser construído e acrescentou que ele passa pela liberdade, desenvolvimento, bom relacionamento institucional, solidariedade e justiça. «Progresso material e liberdade» e «juntar espírito às coisas», foram dois lemas de Sá Carneiro, citados por Eurico de Melo.

Ainda a assinalar o 8.º aniversário da morte de Sá Carneiro, a comissão política do PSD mandou celebrar uma missa em que estiveram presentes, entre outras entidades, o Primeiro-Ministro, o vice-presidente do PSD, Correia Afonso, o presidente da Assembleia da República, a ministra Leonor Beza, o secretário-geral Dias Loureiro e o presidente distrital de Lisboa, António Pinto Leite.

Durante a tarde de ontem a distrital de Lisboa do PSD organizou uma romagem ao túmulo de Sá Carneiro.

Descerrado busto em Gaia

O ministro da Justiça disse ontem, em Vila Nova de Gaia, que a morte de Sá Carneiro «foi uma tragédia brutal que causou um enorme trauma na sociedade portuguesa, no PSD e nos seus próprios adversários políticos».

«Sá Carneiro será sempre uma referência fundamental na história de Portugal», frisou Fernando Nogueira, que falava durante o descerramento de um dos dois bustos gémeos, esculpidos em bronze, representando o falecido primeiro-ministro, na Rua Francisco Sá Carneiro e ainda na sede concelhia de Gaia do PSD.

O busto, da autoria do coronel Mário Seixas, foi descerrado pela mãe do falecido estadista, Francisca Sá Carneiro, saudada por pessoas que acabavam de assistir à missa em memória do antigo primeiro-ministro, na capela do Colégio de Nossa Senhora da Bonança.

O busto está situado num recanto, entre o hospital de Gaia e a sede local do PSD, onde foi também descerrada uma cópia, no átrio da entrada.

Na sede concelhia de Gaia do PSD, o presidente da comissão política distrital do PSD, Fernando Brochado Coelho, anunciou a promoção de um monumento em memória de Sá Carneiro, já maquetado e projectado para a capital nortenha.



1.02.989

A morte de Sá Carneiro

Quando se examina, numa visão total de filosofia e prática política, o chamado "caso Cadilhe" coloca-se diante do analista uma panóplia de problemas e de interrogações pertinentes.

O primeiro facto — e talvez o mais importante — é a reacção oficial à denúncia pública do escandaloso procedimento do ministro das Finanças. Longe de aconselhar o ministro a pedir a demissão como única atitude lógica perante a evidente utilização do poder em proveito próprio e da distorsão capciosa da lei, tem-se assistido a uma resposta de alforreca, em que se denuncia a esperança de que o tempo e a intimidação autoritária consigam silenciar a indignação nacional. O primeiro-ministro deu o mote e o tom numa infelicíssima nota oficiosa, em que pretendeu com a autoridade do Estado deitar poeira para os olhos dos outros, e numa brevíssima referência oratória à campanha organizada de "calúnias" da Comunicação Social.

Não discriminou as calúnias. Porque não é calúnia que o preço do andar das Amoreiras é falso (ou de favor, o que é pior), que a isenção da sisa foi prevista para aquisição de casas modestas por estratos populacionais economicamente débeis, e nunca para adquirir apartamentos de luxo, e que estreitar, com falseação de valores, a margem de preço entre dois apartamentos para tornar a obrigação fiscal, é um procedimento pouco digno de um ministro das Finanças. E também não é calúnia que um ministro não tem o direito de utilizar como empresa de mudanças uma corporação pública, nem utilizar os próprios serviços do seu Ministério para avaliar actos ilegais de benefício particular.

Nada disto é calúnia. Não é a Comunicação Social que tem a responsabilidade da cadeia de ilegalidades cometidas por Miguel Cadilhe. E não me parece que seja honroso para o Estado, que com palavras de autoridade ou de desprezo sobranceiro, se queira justificar o injustificável, e tornar intangível a actuação dos membros do Governo.

Esta reacção oficial é lamentável e põe em jogo toda a credibilidade ética da acção governamental e dos seus processos. A multiplicação de situações similares cobertas com o manto do silêncio insolente ou da indiferença do Estado, liquida a transparência que há o direito de exigir a um Estado democrático, e transforma a maioria que se deseja como factor de estabilidade, num processo ditatorial de legalizar a prepotência e de corromper o carácter dos seus membros.



por
Francisco
de Sousa
Tavares

Posto perante a ameaça de um inquérito, a reacção do prof. Cavaco Silva parece ser a de que se Cadilhe prevaricou, isso não tem importância, porque os outros também. Para um pensador político é uma triste reacção: equivale a uma confissão de imoralidade política consentida e aceite, e agora erigida em forma de actuação autorizada aos "sacrificados do poder".

Já tínhamos, antes deste, muitos outros factos, e não se pode esquecer entre toda a história tenebrosa da montagem do Hospital de S. Francisco Xavier, feita pelo secretário de Estado Costa Freire, até hoje sustentado pela ministra Beleza — que glorificada em Congresso do partido, conduziu com mão de ferro, ao fim de três anos de governação, a problemática da saúde a um beco sem saída, sem ideia global, sem solidariedade médica, e sem possibilidade de entendimento por ninguém. Mas há qualquer coisa de inédito no

dolorosa que durou o tempo de uma vida, acusou sonhar o Estado de Direito, o Estado de governação transparente e limpa, ou como um dia me disse Francisco Sá Carneiro, um Estado em que os cidadãos olhassem o governo como um aliado e não como um inimigo.

Não é em vão que invoco aqui Sá Carneiro; tanto ruído se fez à roda da sua morte física, tantas comissões se votam para estabelecer que morreu assassinado — deve ser desta vez que vamos ter finalmente o assassínio por maioria! — que ninguém atenta na forma como ele está sendo assassinado em cada dia, e a sua herança transformada lentamente nos mostros contra os quais se insurgiu em vida.

Porque Sá Carneiro não sacrificou a sua vida por uma "eficiência pragmática do governo". Não fundou um partido para que fosse uma ressurreição do "bem comum" salazarista — assente na eficácia e na palavra de

Sá Carneiro não sacrificou a sua vida por uma "eficiência pragmática do governo". Não fundou um partido para que fosse uma ressurreição do "bem comum" salazarista, assente na eficácia e na palavra de ordem, mas para defender um ideal e um conjunto de opções sobre a sociedade e a vida que constituíam a sua visão da social-democracia

caso Cadilhe: perante factos provados e indiscutíveis, perante uma hábil fuga à obrigação que se pretende efectivar duramente em relação a todos, o Governo, os deputados, os "Cavacos de segunda" do Parlamento e do partido, acusam, tudo e todos de caluniarem o coitado, e parece pretenderem — tal a ânsia em desmentir a sua eventual demissão — que sobre esse processo dúbio de podridão e de negócio, se continue a processar uma política financeira, desautorizada nos factos e nas pessoas, e duvidosa nos resultados e nos métodos. A protecção a Cadilhe toma aspectos de desafio à nação, ou pelo menos àquela parte da nação que continua teimosamente a exigir independência de pensamento e de critério, e não aceita a palavra de ninguém como evangelho de uma nova crença colectiva. E que através de uma experiência

ordem — mas para defender um ideal e um conjunto de opções sobre a sociedade e a vida, que constituíam a sua visão de social-democracia.

Não imaginou jamais que fosse um dia possível no seu próprio Partido, discutir a sério a inexistência duma ideologia própria, e um deputado confessar publicamente que as razões que o levaram a ser PSD eram no fundo similares às que conduz alguém a ser do Benfica — "o amor à camisola". Faltava a Portugal, neste cair do século, a amarga experiência do partido dominante dos que se querem, ou sabem, amanhara na vida. Repetiremos democracia a "União Nacional", a prosopopeia pomposa e oca da "sala do Risco" construída de lugares-comuns e de negações ideológicas, não foi certamente o ideal de Sá Carneiro, nem dos fundadores do PSD. Honra seja feita a Pedro Roseta, capaz de se

insurgir contra um pseudo-cultura de "vulgata" jornalística, e de proclamar o primado eterno do Verbo sobre o arrebanhamento interessado e interesseiro, onde não tem lugar nem a inteligência, nem o ideal, e pelo caminho que as coisas levam, nem sequer a limpeza e a seriedade de carácter. Chegou a hora de perguntar que país se deseja construir ou relançar, que tipo de homens se pretende gerar, que caldo de cultura se prepara para aquecer Portugal. Interessa a todos nós, e interessa primordialmente ao que resta do PSD de Sá Carneiro, saber que social-democracia existe na visão do doutrinador Pacheco Pereira, do "pensador" Dias Lourenço, ou do taumaturgo Montalvão Machado. Interessa saber qual o ideal de campo e de terra, de país e cidade, que domina a actuação de Álvaro Barreto, ou de Valente de Oliveira, qual a noção de defesa e de portugalidade que preside à política de Deus Pinheiro ou de Eurico de Melo, que serviço nacional de saúde pretende impor a ministra Beleza. Ou será que nada disto interessa, porque apenas interessa o que em cada momento e em cada problema seja ditado pelo prof. Cavaco Silva, ou se enquadre na estratégia do poder pelo poder do deputado Pacheco Pereira?

E não vale a pena falar do ideal financeiro do Dr. Cadilhe. Esse ao menos ficou conhecido: fugir aos impostos e utilizar o poder para fins particulares. Mas não creio sinceramente que fosse esse o ideal de Francisco Sá Carneiro.

E por isso julgo que o problema maior que agora se situa em Portugal, não é o da "negação das ideologias", mas, pelo contrário, o do regresso às ideologias, e esse é o problema fulcral do PSD, como também é o do PS, ou do PCP, ou até do CDS.

O regresso da ideia. A demonstração do nada político da tecnocracia, e o primado do homem. A noção do homem, da sua realização e da sua liberdade, do seu trabalho e da sua qualidade de vida, do seu enquadramento numa natureza limpa ou numa cidade viva, do seu lugar ao sol na areia mortífera do Estado e do equilíbrio do destino de cada um, no destino colectivo.

E se a social-democracia repudiou há muito o berço com que a pariu Rosa Luxemburgo, conservou viva a obrigação de proporcionar a cada homem um caminho na vida, um lugar na sociedade e uma consciência na partilha da beleza e do Verbo. Não podemos admitir que se transforme no andaime de todas as ambições e na escadaria para as almofadas fofas do Poder.

Eleitos e bem amados

Sá Carneiro

A perpétua possibilidade

Foi Deus e Diabo, amado, odiado e quantas vezes criticado pelos seus adversários e pelo próprio partido. Quem outro senão ele foi apelidado de louco e mentecapto, temido pela sua frontalidade e acusado pela sua determinação. Francisco Sá Carneiro foi o homem, o político que mais sentimentos contraditórios despertou. Vasco Pulido Valente escreveu: «Só em Sá Carneiro se reuniram as qualidades clássicas do herói: a obstinação que parecia cega e era lúcida; a obscuridade do percurso que anunciava um insondável desígnio; o exílio voluntário; o triunfo súbito; o desejo latente da morte; o fim inominável com que os deuses costumam punir quem os desafia. Só ele, para lá da importância efectiva do que fez ou não fez, se nos revelou com a sombria forma do sobrehumano e, por isso, viveu (e vive) muito mais na imaginação do que na realidade».

Nascido a 19 de Julho de 1934, na velha casa da família, no Porto, foi o quinto filho de Maria Francisca Judite Pinto da Costa Leite e do jurista José Gualberto Sá Carneiro. Bébé robusto, de quatro quilos e meio, Francisco em nada veio alterar a vida no solar da Picaria.

Muito cedo se revelou como um menino exemplar, «quase não era preciso ralhar-lhe» - costumava dizer sua mãe. Foi sempre uma criança calma,

atenta ao seu dever e cumpridora. Logo nos bancos da escola se lhe começa a notar uma teimosia e um orgulho, por vezes, excessivos. Quando jovem também não era de trato fácil. Tinha herdado a frontalidade e a segura da mãe. Apesar de tímido, era-lhe reconhecido o dom da palavra. Colegas da Faculdade de Direito de Lisboa recordam-lhe alguns diálogos bril-

hantes com os professores. De olhar duro e firme, sempre se distinguiu por uma postura discreta e ponderada. Amigos íntimos não os tinha e aos adversários políticos respeitava-os. «Nunca a incompatibilidade política questionou uma amizade sua. Era pessoa de grande sensibilidade, que tentava disfarçar a sua timidez. Nem a todos se revelava desta forma. Muito

poucos são os que se podem gabar de ter sido amigos íntimos de Sá Carneiro» - conta-nos Conceição Monteiro, a secretária, a amiga que durante seis anos e meio acompanhou o líder carismático do PSD na suas lutas políticas. «Foi um período que se viveu intensamente. Ele sabia que havia muito para fazer por uma democracia não tutelada e não queria perder tempo» - diz-nos.

Tinha uma meta e cada momento era pensado nesse sentido. Um dia, ele próprio confessou: «Tenho o pressentimento de que morrerei cedo. É uma das razões porque faço política desta maneira, porque vivo deste modo».

Chegou à política em 1969, era um dos candidatos das listas da União Nacional às eleições de Outubro desse ano. Via a política como um desafio onde se jogava tudo ou nada. Não era um homem de meios caminhos e rejeitava a indiferença. «Pelas suas características levava as pessoas ao extremo: ou se gostava ou se detestava» - afirma Conceição Monteiro.

O partido criticou-o várias vezes. Acusava-o de provocar crises, de fazer birras, de ser autoritário e de odiar perder. Em 1975 fez-lhe uma oposição cerrada. Sá Carneiro regressava do estrangeiro, onde permaneceu largos meses em convalescência de uma intervenção cirúrgica, e encontra o partido desmem-



brado. Em 1977, não satisfeito com o destino traçado para o então PPD, entrega a Magalhães Mota o cartão número um de militante.

«Preferia cortar, a aceitar um status quo que não queria para o partido. Não compreendiam que era a sua liberdade pessoal que estava em causa. E a sua actuação política baseava-se em dois grandes vectores: no Homem e na Liberdade» - recorda Conceição.

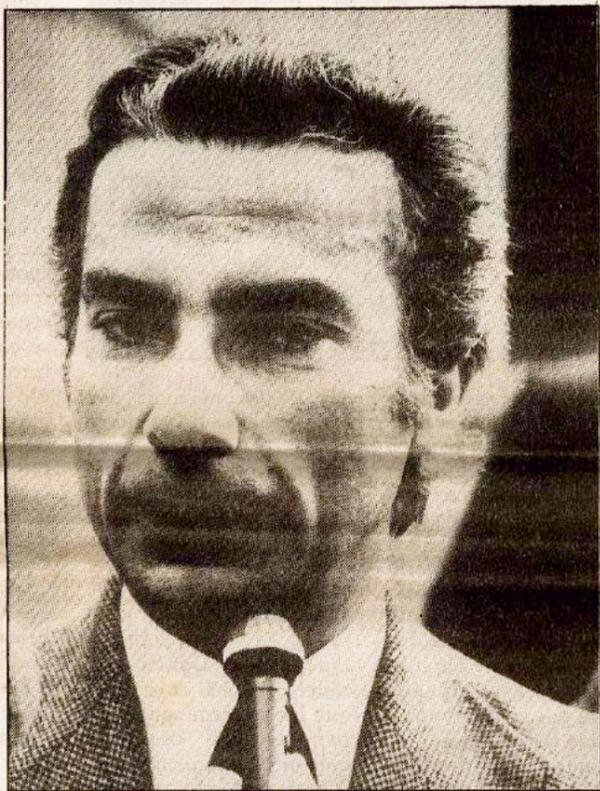
Como político fez a sua grande aposta na AD, o projecto que nasceu de muitas reflexões e no qual, depois de muitas contas, acreditou que o poderia levar ao poder. Assim foi. E Sá Carneiro é hoje considerado o homem a quem a direita portuguesa

deve a ascensão ao governo.

Para Paulo Portas, fã confesso, «Sá Carneiro era objectivamente o líder da direita portuguesa, o homem que bipolarizou o país. Ele vencia sempre, demorasse o tempo que fosse necessário. Era bestialmente misterioso, um luxo absoluto do ponto de vista humano e político. Tinha qualquer coisa de trágico».

Morreu aos 46 anos. Criou lealdades, conheceu vitórias, derrotas e sempre tentou ser igual a ele próprio, coerente. Talvez por isso admirasse tanto Álvaro Cunhal. Não chegou a ser derrotado e, como escreveu Vasco Pulido Valente, «dele ficou uma perpétua possibilidade...».

Ana Mafalda Inácio



Amado e odiado como só um herói

Gastaram-se as palavras de tanto falar de Otelo, herói da Revolução dos Cravos. Foi amado e odiado. Venceu e perdeu. Agora, está mais cauteloso, e age com outra maturidade. Um ano depois de ter saído da prisão, continua a gostar de olhar e respirar «os grandes espaços de liberdade».

A Serra da Arrábida, o Tejo e a praia do Guincho (no Inverno), são locais que procura com frequência. «Tenho necessidade de espaços amplos, para reflectir. Dão-me tranquilidade. Era das coisas que mais ambicionava fazer, durante os cinco anos e meio que estive preso», diz.

Tem-lhe faltado tempo para realizar aquilo que considera imperioso: escrever sobre o processo revolucionário - o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975. Descobrir as causas que o levaram à prisão, sob a acusação de envolvimento nas FP-25, é outra das tarefas adiadas. Ultimamente, tem sido muito requisitado para conferências, no país e no estrangeiro. Facto que demonstra a sua popularidade.

«Fui sempre uma pessoa querida, na escola primária, no liceu, na vida militar e na família. Por algum motivo os meus camaradas confiaram em mim para dirigir as operações do 25 de Abril. E é reconfortante verificar que, passados 16 anos, as pessoas não se afastaram», conta-nos Otelo.

O apoio que então sentia, levou-o a concorrer às eleições presidenciais, em 1976 e 1980. Mas, não foi por ambição que o fez, antes porque isso lhe foi quase exigido. Foi pressionado pelas pessoas», justifica. É por isso que, se esse clima se repetir, poderá voltar a candidatar-se. Não em 1991, ou até 1996. Apenas «quando eu e o povo eleitor estivermos com maturidade suficiente».

Otelo teve uma vida pessoal e militar agitada, incluindo três prisões: Em 19 de Janeiro de 1976, acusado de implicação nos acontecimentos do 25 de Novembro. No mesmo dia em que foi distinguido pela revista espanhola «Mundo», como uma das personalidades internacionais mais destacadas. Nove

meses depois, fica preso 22 dias em Caxias, por alegada intervenção política num encontro dos GDUP. A 22 de Julho é novamente detido (envolvimento nas FP-25), sendo libertado em 17 de Maio de 1989.

A par do seu optimismo, o apoio familiar tem sido precioso «para suportar todas as vicissitudes». A mulher começou a trabalhar quando da última prisão do marido, facto que a ajudou a suportar melhor os cinco anos de separação.

O filho mais velho estuda engenharia mecânica, a filha está no último ano de sociologia.

O rapaz, que lhe deu recentemente uma neta, já uma vez lhe disse que ele é que parecia o pai e Otelo, com a sua irreverência e o hábito de se atirar para a frente das coisas, o filho. «É uma gente muita acisada», comenta o «herói de Abril».

Otelo diz que sempre se regeu, nos bons e maus momentos por duas palavras: coerência e dignidade. «Além de sentimentos humanos, como a camaradagem, que

me levaram a escolher a vida de militar», acrescenta.

Escolha efectuada em 1955, tinha 12 anos quando entrou para a Escola do Exército, actual Academia Militar. Fez três comissões em Angola e

Guiné, entre 1961 e 1973. Foi o representante máximo do COPCON no mesmo ano em que rejeitou a Presidência da República, em 1975. Pertenceu à Coordenadora do MFA, integrou o Conselho dos 20 e

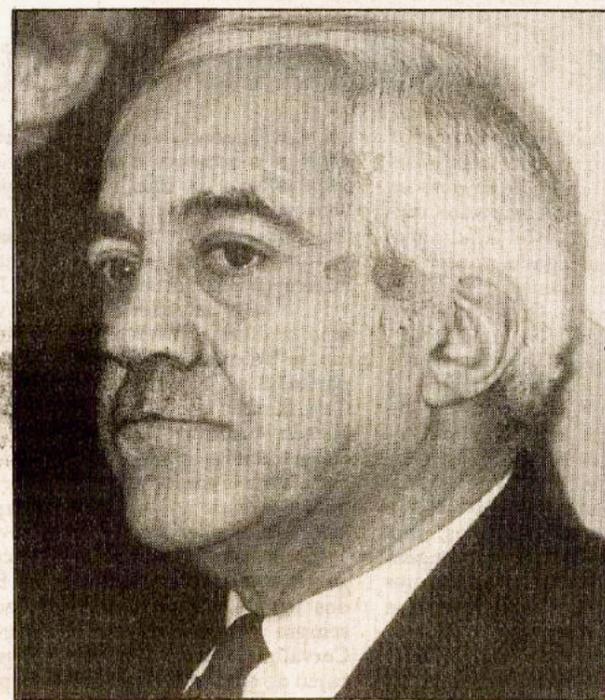
o Conselho da Revolução. Em 1980 passou para a situação de reserva compulsiva (na origem deste procedimento está a publicação do livro «Alvorada em Abril»), foi reintegrado em 1983. Actualmente, com 53 anos, é tenente-coronel no activo, sem exercer, no entanto, a actividade.

Situação que se manterá enquanto estiver dependente dos tribunais.

Otelo Saraiva de Carvalho apresentou uma queixa à Comissão dos Direitos Humanos que, entre outras coisas, protestava o facto do juiz que elaborou a causa, ter sido o mesmo a apresentar a acusação.

O protesto foi aceite. Cabe agora ao Estado português provar que teve razão: Aliás, a comunidade internacional, particularmente a França, tem estado atenta ao processo que envolve Otelo.

Por iniciativa do cantor Renaud, diversos artistas, incluindo Chico Buarque e Jacques Higelin, dedicaram-lhe um álbum.



Céu Neves

DESTACÁVEL

Evocar Sá Carneiro

«O Pensamento Político de Sá Carneiro — Diálogos para um Portugal Moderno», foi a designação escolhida para um Ciclo de Conferências com que se assinala o 10.º Aniversário da Morte de Francisco Sá Carneiro. Na passada quinta-feira realizou-se a primeira Conferência, pronunciada pelo Prof. Mário Pinto, e que publicamos na íntegra neste Destacável.

Seguem-se as palavras de Cavaco Silva na Abertura e no Encerramento desta iniciativa

Cavaco Silva na abertura do Ciclo de Conferências

Caros amigos, completam-se no dia 4 de Dezembro próximo dez anos sobre a morte de Sá Carneiro. Para assinalar a data, decidi o PSD promover um conjunto de iniciativas que marquem a homenagem dos social democratas, e dos portugueses em geral, a um dos maiores estadistas do século XX.

Para organizar as celebrações foi constituída uma Comissão Executiva presidida pelo Dr. Brochado Coelho. As celebrações não terão carácter partidário, embora Sá Carneiro seja o fundador número um do PSD e o grande obreiro da afirmação do Par-

tido como grande Partido nacional, ocupando um lugar de destaque na memória e no coração dos sociais democratas. Entendemos que Sá Carneiro é hoje parte do património histórico da Nação Portuguesa. O PSD não quer, assim, guardar exclusivamente para si a riqueza da memória de Sá Carneiro, mas antes, partilhá-la com todos os Portugueses. As celebrações terão âmbito nacional. Praticamente em todos os Distritos do País, em múltiplos Concelhos, realizar-se-ão sessões de reflexão e debate para marcar o X Aniversário da morte de Sá Carneiro.



Esta Sessão, hoje, em Lisboa, marca o início das celebrações, o orador é o Prof. Mário Pinto a quem eu agradeço a colaboração. Amanhã terá lugar uma sessão no Porto no Palácio da Bolsa. O Encerramento será marcado por uma Sessão Solene, que terá lugar no Coliseu do Porto, no dia 4 de Dezembro. Antes realizar-se-á a inauguração do Monumento de Sá Carneiro no Porto.

As iniciativas que se irão desenvolver visam prestar justa homenagem ao homem e ao político. Ao homem e político de invulgar estatura que foi Francisco de

Sá Carneiro. Recordar o lutador de grande coragem que foi, pela liberdade e pela democracia, antes e depois do 25 de Abril. O defensor intransigente da dignidade humana. O homem coerente e vertical que trouxe para a política nacional o sentido das convicções porque vale a pena lutar. O político de inegável capacidade de líder. O político que definiu um projecto de liberdade, de desenvolvimento e de justiça, tendo o Homem por objecto e por medida. Que suscitou a adesão entusiasta de milhares e milhares de portugueses. O político com pro-

fundo sentido de Estado, quer como governante, quer como líder de oposição. Nunca confundindo a arquitectura da Nação, que queria bastante sólida, com a luta partidária. O governante rigoroso que soube traçar um rumo para o País, restituir confiança aos portugueses e perspectivar as mudanças estruturais, indispensáveis à modernização de Portugal.

Não se pretende que as celebrações sejam voltadas para o passado, mas antes uma ponte entre o pensamento de Sá Carneiro e o Portugal do futuro. Daí que o Ciclo de Conferências que hoje se inicia se intitule «Diálogos para o Portugal Moderno».

Pensamos que o pensamento de Sá Carneiro, o seu exemplo, as suas qualidades políticas podem servir de inspiração e estímulo para traçar os caminhos do futuro. Para construir o Portugal moderno e com níveis de prosperidade próximos da Comunidade Económica Europeia, o Portugal de maior justiça e solidariedade social, onde cada um independentemente das suas capacidades possa ter uma vida digna. O Portugal da igualdade de oportunidades, onde à partida, independentemente da sua herança, todos tenham iguais possibilidades de se afirmar, só temos que ganhar em revisitar Sá Carneiro.

Nem tempo com tão grande desafios, como aqueles que nos chegam da CEE. De tão grandes mudanças, como aquelas que ocorrem hoje na Europa do

Centro e na Europa do Leste. Num tempo de tão grandes incertezas, em resultado da crise do Golfo, as qualidades de Francisco Sá Carneiro e a sua acção como governante são forças estimulantes para delinear as linhas do nosso futuro colectivo.

Vamos pois, amigos, homenagear Sá Carneiro com os olhos no Portugal Moderno que queremos construir.

NO ENCERRAMENTO

Antes de declarar encerrada esta Conferência, integrada no Ciclo sobre Sá Carneiro, o seu pensamento e a projecção na construção do mundo moderno, eu queria, mais uma vez, agradecer ao Prof. Mário Pinto ter aceite o nosso convite para hoje, aqui, nos falar sobre «A Perenidade e Mudança no Mundo do Trabalho». Penso que ele mostrou de uma forma muito clara a ligação entre a preocupação forte do social em Sá Carneiro e a actualidade do tempo. Ficou feita a ponte. E, ficou feita com uma competência indiscutível. Mário Pinto, como todos nós sabemos, é um mestre nestas matérias. Por isso, todos nós hoje aprendemos aqui alguma coisa.

Sobre a actualidade do tema, nem vale a pena acrescentar mais porque ele está aí perante os nossos olhos. Perante os nossos olhos vindo da Comunidade Europeia, mas também brotando do próprio País. Por isso, Mário Pinto, o meu muito obrigado.

Perenidade e mudança no mundo do trabalho

I — INTRODUÇÃO

Homenagear Sá Carneiro, na passagem do 10.º aniversário da sua morte, é um acto de gratidão; mas também de justiça; é um acto de amizade, mas também de cultura. E se as vozes do coração de todos os que estiveram com ele na vida e na política não precisam do renovado apelo da memória, porque são elas quem melhor resistem ao tempo, já as razões da justiça e da cultura mais carecidas são do testemunho simbólico e do discurso demonstrador.

É porém por tudo isto que estamos aqui hoje: por imperativos de gratidão e de justiça; de amizade e de cultura. Os sentimentos da gratidão e da amizade, queremos vivê-los e gozá-los na comunhão do nosso encontro; os imperativos da justiça e da cultura, queremos demonstrá-los e testemunhá-los na abertura sobretudo às novas gerações. E assim nos sentimos unidos, por de cima das naturais diferenças.

Nos tempos que correm, (como sempre, aliás), os ac-

— Intervenção do Prof. Mário Pinto

tos e motivos de comunhão cordial e espiritual são sempre o apelo para o reencontro dos homens entre si. E este desígnio não teria sido indiferente a Sá Carneiro.

Por tudo isto, então, não poderia eu negar-me ao contributo que para este acto me foi pedido, sem cuidar de saber mais do que o sentido que assim ele assume.

Dito isto, quero deixar expressa a profunda convicção de que homenageamos hoje sem dúvida um dos maiores vultos políticos portugueses, desaparecido prematuramente numa forma brutal, quando em plena batalha política. Num País onde não têm faltado homenagens e louvores a personalidades políticas, medi bem as minhas palavras. E se fosse necessário (que não é, e por isso constituiria mau uso do nosso tempo), fazer aqui a justificação do que afirmo sobre Sá Carneiro, bastaria demonstrar as duas provas decisivas da sua enorme estatura de homem político: a prova da actualidade e do acerto das

linhas mestras do seu pensamento político, e a prova de que, tendo sido lutador implacável («intratável», lhe chamaram os que dele desejavam acomodações), nunca usou, nem defendeu o uso (ainda mesmo quando se tratava de defender a liberdade e os direitos fundamentais), de violências ofensivas dos direitos do homem (por contraditórios com a sua concepção personalista da democracia e da fraternidade humana); nem usou de descortêsias ou ataques grosseiros (por incompatíveis com a sua apurada educação de carácter).

Quanto ao seu pensamento, compartilhado por aqueles (e numerosos foram), os que com ele coincidiram num combate social, cultural e político que é hoje inequivocamente o grande triunfador na Europa e no mundo, necessário é que a sua vitória não conduza à perda do profundo sentido das suas razões de-ser; ao esquecimento das suas raízes vivificadoras. Grave risco pode transportar no seu seio

a vitória de uma doutrina quando é consensualizada pelos ventos políticos das «raísons du siècle». Se bem que disso pode ser causa o seu mérito, também isso pode ser causa da perda da sua alma. Motivo, portanto, para que às alegrias triunfantes se juntem as solitudes vigilantes.

Se queremos celebrar o pensamento cultural e político da social-democracia de Sá Carneiro, que no essencial comungamos e defendemos com ele, e continuamos a comungar e a defender hoje, necessitamos de cultivar uma atitude espiritual, isto é, um regresso contínuo e sempre renovado ao espírito desse pensamento. Não apenas para dele tomarmos memória, mas também e sobretudo para nele reencontrarmos as raízes e a seiva de uma verdadeira coerência.

Sinal de que é assim que entendemos as coisas, é este momento, incluído na nossa cerimónia de homenagem, destinado a reflectir, a analisar, a criticar, e porque não a

prescrutar o futuro? É que a atitude de celebração que assumimos não é a de recordar um pensamento passado; mas é sim a de repensar o pensamento vivo de Sá Carneiro, ao encontro das realidades de hoje. Por isso tomamos um tema actual, e em intenção de diálogo, sobre ele por alguns minutos todos nós nos debruçamos, num esforço de coerência com os valores e princípios que nos inspiram; com o rigor e a independência de espírito que sempre cultivámos; e olhando o futuro, porque ele é da nossa responsabilidade.

Cumprir-me dar para isso um contributo. É o que farei, tomando o tema escolhido para esta sessão, sob a ideia de PERENIDADE E MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO, e propondo a seu propósito algumas considerações.

II — O MUNDO DO TRABALHO NO PENSAMENTO DE SÁ CARNEIRO

Nas preocupações de Sá Carneiro, como de todos os que com ele fizeram uma ca-

minhada geracional, os problemas do trabalho, melhor será dizer, dos homens enquanto trabalhadores, tiveram sempre um lugar de evidência. Creio bem que foi sobretudo por este eixo de preocupação que os conteúdos doutrinários relativos às questões sociais e da organização da produção defendidos por Sá Carneiro, provindos radicalmente da doutrina social católica (em que ele fundamentou a sua formação de homem culto e de homem de intervenção política), se vieram a explicitar preferentemente, em termos políticos ideológicos, pela adesão a um projecto social-democrata.

Quando ele, em 1971, em entrevista a um jornal vespertino, se definiu como de uma linha social democrata, num tempo em que todos conheciam o seu percurso de militante católico no domínio das questões políticas e sociais, e em que por outro lado se atribuía o rótulo de liberal ao grupo com que ini-

(continua na pág. 8)



Evocar Sá Carneiro

(continuação da pág. 7)

ciou a sua intervenção parlamentar. Sá Carneiro disse muitíssimo mais do que aquilo que aparentemente dessa declaração se tirou. Lutando, então, primordialmente por uma liberalização política, com essa declaração desejava ele dizer que o seu projecto era político, sim, mas também social e económico. E ao contrário do que os menos atentos puderam então pensar, e do que alguns continuaram a querer pensar mesmo depois do 25-de-Abril, não se tratava de renunciar em nada às raízes da sua formação; mas tão simplesmente de lhes dar a expressão política adequada. Com efeito, num tempo pós-conciliar, assumindo todos os desenvolvimentos das últimas encíclicas sociais, e tendo presente as várias experiências europeias, Sá Carneiro defendia que o pensamento social católico solicitava então, em Portugal, uma experiência de formulação social democrata de bases humanistas e personalistas. Foi isso o que, depois, veio a ser inequivocamente consagrado no Programa do PSD (3.1), que «a finalidade última da sociedade e de todas as instituições sociais é constituída pelo livre desenvolvimento da personalidade integral de cada ser humano, considerado em si mesmo como valor único absoluto e insubstituível nas suas relações com os outros».

Velho e novo mundo do trabalho.

O mundo do trabalho é, *tout court*, o mundo do homem, porque o homem é por natureza um homem trabalhador, e o trabalho é prerrogativa humana. Daí que o mundo do trabalho seja um mundo velho, tão velho como o homem trabalhador. Assim, a perenidade, no mundo do trabalho, é a perenidade dos valores do homem, pura e simplesmente. Do homem que tem a preeminência da dignidade, face a todas as coisas na vida do estado e da sociedade. Diz-se no programa do PSD (3.1), que «a finalidade última da sociedade e de todas as instituições sociais é constituída pelo livre desenvolvimento da personalidade integral de cada ser humano, considerado em si mesmo como valor único absoluto e insubstituível nas suas relações com os outros».

Difícil seria dizer melhor! Eis aqui doutrina velha; velha mas perene. Não é senão em referência a este luziêro que toda a doutrina sobre o trabalho se estrutura. Seja sobre o salário ou o emprego, o tempo de trabalho ou o despedimento; seja sobre a participação na empresa ou o sindicalismo, sobre a segurança social ou a greve. As propostas que sobre estas e outras questões se contém no programa do PSD, lidas hoje, impressionam pela sua actualidade. Não que, aqui ou além, não revelem os sinais dos tempos, há que admiti-lo; mas sim porque mantêm válidos os sentidos das próprias soluções que afirmam.

E contudo, vai muita mudança pelo mundo do trabalho.

Não admira; as grandes mudanças económicas, tecnológicas, sociais, culturais, sempre foram também mudanças no mundo do trabalho. E hoje, mais uma vez poderemos comprovar este fenómeno, neste dobrar de milénio, em que assistimos a importantes transformações que colocam problemas agudos aos trabalhadores, aos empregados e aos governantes, particularmente incidentes nos paradigmas do direito do trabalho e das relações colectivas de trabalho, dos sistemas sindicais e até do próprio estado social.

Esta problemática tem estado na ordem do dia de teóricos e de práticos; e o próprio homem comum se dá conta, não raro surpreso e indefeso, de como o mundo laboral à sua volta se revolucionava: umas vezes arrancado brutalmente aos seus quadros tradicionais de trabalho e de vida; outras vezes ainda poupado, mas já inquietado pela sorte dos demais e pela perda da sua segurança.

Quem for capaz de sinceramente sentir o que para cada homem e cada família representa a estabilidade da perspectiva de uma carreira profissional, de certo se dará conta do alcance não apenas económico e social, mas ver-

dadeiramente humano, do que vai sucedendo e reclama socorro e controlo. Quem não for autista perante os sinais nacionais e os sinais comunitários, e reparar bem no que pode vir a ser o volume de consequências das transformações no leste, seguramente concluirá que não estamos simplesmente vogando por rotas já conhecidas, sob ventos brandos e favoráveis, guiados por constelações imutáveis.

Ao encontro destas constatações, que poderei eu propor aqui hoje, como contributo para um diálogo reflexivo sobretudo sobre as mudanças que vamos sentindo, um pouco por toda a parte, no mundo do trabalho?

quer colectivas quer individuais.

Avançarei algumas observações sobre cada um destes cinco tópicos, aliás estreitamente relacionados e interdependentes.

1 — A crise económica e as suas incidências sociais

Em primeiro lugar, a crise económica e as suas incidências no social.

É por demais sabido como a crise económica, desencadeada quase logo no início dos anos 70, interrompeu o ciclo de progresso económico-social que vinha desde o pós guerra (os «gloriosos trinta anos», como se lhe chamou), e que permitiria no

da garantia que assim era dada à protecção dos interesses dos trabalhadores e das suas formas de representação e de intervenção.

Todos nos recordamos muito bem que este movimento se articulou com outro, de contestação ao sistema e à cultura dominante, sobretudo entre a juventude, que então parecia recusar os bens da sociedade rica, acusada de consumismo e de materialismo, para defender padrões utópicos de não compromisso.

Não faltou então quem visse neste processo global o sintoma de uma sociedade que, (por aquilo que reinvidicava radicalmente, como por aquilo que ao mesmo

A melhoria dos salários e das condições de trabalho, travada em termos severos, passou a questão relativizada pela luta contra a inflação e pela prioridade dada à preservação do tecido produtivo e dos postos de trabalho. A intervenção dos trabalhadores na empresa, anteriormente institucionalizada para exercer um controlo político-económico inimigo sobre o empregador (o mítico controlo operário, ou controlo de gestão), passou a ser usada para negociar compromissos com o fim de salvar as empresas ou de evitar a redução dos postos de trabalho.

Nesta intenção, as próprias leis e convenções colectivas estabelecidas para proteger os trabalhadores foram algumas vezes flexibilizadas, mas mais frequentemente violadas com o expreso acordo dos próprios trabalhadores, como entre nós ficou exemplificado com algumas cláusulas do conhecido acordo social da Lisnave; e os poderes públicos de alguns países chegaram ao ponto de erigir em critério o de aceitarem ilegalidade lá onde ela estivesse sancionada por um acordo colectivo entre o empresário e os seus trabalhadores.

Reduziram-se, portanto, as reivindicações laborais segundo a lógica típica dos anos sessenta (em que os «parti pris» sindicais propunham uma dissociação entre o económico e o social, quando não uma contestação política e ideológica ao sistema económico). E o que a crise económica veio gerar foram claríssimas manifestações de uma lógica de integração entre o económico e o social na empresa surge como verdadeira novidade na história do sistema sindical e de negociação colectiva. E não raro ela põe em causa, ou pelo menos em dificuldade, a coerência da acção sindical ao nível de sector e ao nível nacional.

A função sindical ganha, deste modo, uma maior complexidade e descentralização, com risco, segundo alguns, de séria desvalorização, na medida em que o papel da mediação sindical fenece e é substituído pelas relações directas empregador-trabalhadores nas empresas. Alguns famosos casos ilustram esta tese, como a do estrondoso conflito da Fiat, em que os sindicatos, depois de luta enérgica, tiveram finalmente de render-se ao acordado directamente entre a empresa e os trabalhadores quanto à redução do pessoal.

Sobre tudo isto, a pressão do desemprego, sem perspectivas de erradicação a curto prazo, e a pressão das formas precárias de trabalho (trabalho temporário; trabalho a tempo parcial; formas híbridas de utilização dos contratos de prestação de serviços e do contrato de empreitada; etc., etc.) — (para não falar do trabalho negro da econo-

e até de participação.

(Continua na pág. 13)



Prof. Mário Pinto quando proferia a sua conferência

IV — A MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO

Se tivesse de enunciar, num projecto de resumo analítico, os desenvolvimentos sociais-laborais dominantes que se têm vindo a manifestar neste último quartel do milénio, e que nos forçam a prever e a institucionalizar um novo mundo do trabalho, cinco grandes movimentos se me afiguram merecer destaque:

1 — o primeiro será o da crise económica, mais precisamente das suas consequências sociais-laborais;

2 — o segundo, o da crise do modelo do estado-providência, na incidência específica sobre o «social»;

3 — o terceiro é o da revolução tecnológica, com o cortejo das suas projecções no campo empresarial e laboral;

4 — o quarto é o do movimento de crescente integração internacional, de que resulta uma pressão sobre «um» modelo global para os sistemas de direito do trabalho e das relações industriais dos países comunitários;

5 — o quinto é o da maior importância resultante para revalorização dos recursos humanos, com urgentíssimas exigências em matéria de educação e de formação profissional, e não menos em matéria de organização e gestão das relações de trabalho,

seu termo, isto é, nos últimos anos sessenta e ainda nos muito primeiros anos setenta, aquele pico de reivindicações laborais que ficou bem conhecido pela sua força espontânea e basista, ultrapassando o controlo dos próprios sindicatos e manifestando-se não raro contra eles. A literatura da especialidade ocupou-se exuberantemente desse fenómeno, particularmente evidenciado pela vaga de greves selvagens que varreu tantos países, e entrou até nos paraísos sociais duma Alemanha e duma Suécia.

Para além dos avanços em matéria de condições de remuneração e de trabalho, o direito do trabalho ficou, a partir de então, com mais fortes marcas de protecção aos trabalhadores, sobretudo limitando os poderes de despedimento do empregador e reforçando os poderes dos trabalhadores, designadamente impondo, na empresa, mecanismos de participação e de controlo dos poderes patronais por via de formas intra-empresariais de organização dos trabalhadores (comissões de trabalhadores, comissões internas, etc.), e assegurando imunidades sindicais (estatuto da acção sindical dentro da empresa, repressão de condutas anti-sindicais, etc.). A este fenómeno deram os juslaboristas a designação de «garantismo», para significar a acentuação

tempo paradoxalmente, rejeitava com não menos radicalidade), afinal se sentia já no limiar de uma libertação perante o trabalho. Como não faltou quem, num interpretação teórica linear da evolução histórica, reproduzisse o erro dos teóricos dos anos 50—60 (que tinham previsto a redução do conflito social associada à maturidade do sistema capitalista), contrapondo a tese contraditória do aumento da conflitualidade e da proximidade da revolução socialista final.

Porém, as consequências da crise económica desencadeada com os chamados choques do petróleo vieram claramente negar quaisquer perspectivas lineares, modificando o sentido desses movimentos anteriores; isso é hoje inegável.

Ao contrário do que bases pseudo-científicas de certas teorias afirmavam, a crise do capitalismo, em vez de exasperar os conflitos, veio antes apaziguá-los. Com efeito, a estagnação económica, a inflação e o desemprego despertaram nos trabalhadores sobretudo a preocupação pela preservação de um bom funcionamento do sistema, em vez de um ímpeto de o derrubar. E um pouco por toda a parte surgem atitudes de moderação

III — O VELHO E O NOVO MUNDO DO TRABALHO

Perenidade e mudança no mundo do trabalho.

Evocar Sá Carneiro

DESTACÁVEL

(continuação da pág. 8)

mia clandestina), reduz os efectivos sindicais, nalguns casos dramaticamente. E a segmentação do emprego é vista, por alguns, como uma nova forma de estratificação social (até se chegou a falar de um novo conflito de classes, entre aqueles trabalhadores privilegiados, proprietários de um emprego estável, e os outros, despossuídos desta forma moderna de instrumento de produção). A defesa destes últimos seria difícil, senão impossível, para a acção sindical tradicional de sindicatos de classe.

Perante estas importantes novidades, as opiniões dividem-se. E o coro dos que defendem ou aceitam a mudança (aqueles em nome de um regresso ao mercado aliviado da excessiva regulação, estes outros sobretudo em nome de um novo paradigma de flexibilidade e articulação do sistema da regulação, que introduza um reenquadramento institucional), domina francamente o debate, porque os factos lhe são favoráveis. Uma certa crise do modelo sindical e das relações industriais tradicional é inegável; e um novo direito do trabalho, chamado da emergência, é reconhecido pela doutrina. Mas para onde se caminha?

A procura de respostas obriga-nos a ganhar perspectiva. E é então que se nos depára a famigerada crise do estado-providência, que enunciámos em segundo lugar.

2 — A crise do modelo do estado-providência

Se os aspectos assim brevemente esboçados quanto ao mundo do trabalho já são, de per si mesmos, graves e difíceis, tudo ainda ganha maior complexidade quando os analisamos na crise mais ampla do próprio estado-providência.

Não vem para aqui fazer o inventário, ainda que breve, das críticas ao estado-providência, que provêm praticamente de todos os lados. O seu falhanço histórico é hoje inegável. Mas é bom notar, para advertência de alguns, que estado-providência não quer dizer exactamente o mesmo que estado social. Assim, poderá suceder que a recusa do estado-providência não signifique a recusa de qualquer forma de estado social.

No que para aqui nos importa, isto é, relativamente às questões laborais (e esgotadas que estão as soluções estatistas), as soluções propostas colocam-se perante a alternativa neoliberal, e aquela outra que um número crescente de sociólogos vem chamando de neocorporativa, e que não será mais do que uma reconstrução tipológica de propostas e soluções já conhecidas precisamente em experiências de inspiração social-democrata. (Considerando a nossa experiência de

corporativismo de estado autoritário, é bom que fique claro que o neocorporativismo de que hoje se fala não tem nada a ver com semelhantes experiências políticas anti-democráticas)

Com efeito, como condição de retorno ao mercado, os neoliberais requerem para o mundo do trabalho a polémica «deregulation», isto é, uma redução drástica da malha legal reguladora das condições de trabalho; e defendem a «individualização», isto é, a regulação contratual individualizada, com redução ou eliminação do controlo de sindicatos, cuja intervenção monopolista e massificadora consideram nociva e contraditória com o mercado.

A perspectiva neocorporativa é diferente. Reconhecendo os malefícios da excessiva estatização, e combatendo inequivocamente o jacobinismo, a «desregulação» das relações de trabalho pretende substituir uma «regulação», isto é, um outro sistema de regulação, sem dúvida com menor peso do estado e da lei, mas sem dúvida também com relativamente maior peso dos sindicatos e da convenção colectiva. Assim, a individualização contratualista prefere-se uma empresarialização da negociação das condições de trabalho, no quadro de um sistema articulado de negociações colectivas e de concertação social.

Sendo certo que o estado-providência se retira, quer como legislador quer como prestador de serviços, nem por isso o estado desaparece completamente, pois que permanece como estado que não abandona a sua responsabilidade de superior regulador subsidiário. Retomando uma ideia do saudoso Professor Baptista Machado, o Estado-soberano cede boa parte do seu papel ao Estado-parceiro. E poderia também dizer-se: ao Estado de partidos, exclusivamente preenchido e movido pelos partidos, sucede o Estado de associações, isto é, um estado em que o tecido social (se quisermos dizer, a sociedade civil), assume papel de interesse e relevo público; sem dúvida com destaque para sindicatos e associações empresariais; mas não exclusivamente.

A este propósito, valerá a pena chamar a atenção para a doutrina vertida no programa do PSD, sobre os sindicatos, a sua natureza, a sua independência, a sua função, a sua relação com os partidos. Em nenhum outro documento político se encontra tão claramente afirmada a função sindical, e sobretudo a sua especificidade e a sua independência. A fidelidade a este património é grave questão que continua viva e em aberto; e não é possível deixar cair sobre ela o silêncio cúmplice.

O sistema sindical português deve muito a Sá Carneiro e ao PPD, é preciso dizê-lo. Fomos nós quem

desde a primeira hora, e não apenas à última hora, defendeu intransigentemente e correctamente a liberdade sindical. E foram os sociais-democratas quem desde o princípio promoveu um projecto concreto de sindicalismo partidariamente livre, portanto na linha da hoje tão falada autonomia da sociedade, ao propor insistentemente a unidade sindical entre as tendências democráticas, o que veio a concretizar-se, também mais tarde do que desejávamos, com a fundação da UGT, de que se comemora por estes dias mais um aniversário da sua criação. Esta central exprimiua na sociedade portuguesa um projecto de sindicalismo que corajosamente abdicou da sua partidarização e Sá Carneiro teve nisso um mérito decisivo, todos o sabemos, porque ao tomá-la foi forçado a defrontar resistências.

A UGT, corporizando como que um bloco central

criado em sede constituinte, e tantos outros. Caminha-se, deste modo, num duplo movimento de desestatização, por um lado, e de concertação, por outro.

Desta forma, ao redistribuir-se por todo o corpo social funções de intervenção na regulação, é manifesto que hoje se revaloriza o princípio da subsidiariedade, segundo o qual nenhuma instância ou órgão superior ou mais amplo deverá absorver as funções que podem ser exercidas a níveis inferiores, ou melhor dizendo, dos próprios interessados. É de notar a actualidade deste princípio, ultimamente muito invocado no âmbito da CEE, para significar que não deve acontecer que órgãos supranacionais se substituam aos órgãos nacionais, excepto quando manifestamente isso for indispensável como acto de subsidiariedade.

Em países como o nosso, este novo modelo de regula-

tornam mais complexos e globalizantes, obrigando os parceiros sociais, e com eles os governos, a articular políticas económicas e sociais, políticas de ambiente e de produtividade, exigências de mercado e necessidades de emprego, etc., etc... Assim, a maior intervenção dos parceiros sociais é só uma face das coisas; a outra é a maior complexidade dessa intervenção e da função sindical. Basta pensar na introdução das novas tecnologias, com os problemas especificamente técnicos, os problemas de competitividade, para imaginar qual é o custo que os sindicatos têm de pagar pela sua participação, assumindo que não podem deixar de ser responsáveis, sob pena de descrédito a curto prazo. Com efeito, cada vez é menos fácil a escapatória da demagogia junto dos trabalhadores.

Os novos tempos exigem pois muito dos parceiros so-

maior importância e melindre. Assim, a função empresarial e o «management», exercidos num enquadramento já tradicional, exigem uma reconversão de empresários e de gestores, para formas novas de iniciativa e de organização empresarial. Por outro lado, a modificação de processos de fabrico e de postos de trabalho torna absoletos os também já tradicionais saberes produtivos dos trabalhadores, isto é, as próprias profissões e carreiras profissionais. E deste modo, mais uma vez na história, a revolução tecnológica ameaça carreiras profissionais. E deste modo, mais uma vez na história, a revolução tecnológica ameaça consumir a tragédia da «inutilização» de muitos trabalhadores, incapazes de se actualizar profissionalmente. Esperemos que, pela primeira vez na história, esta tragédia seja solvida pela maior capacidade de políticas sociais, que é uma aquisição do nosso tempo.

Em consequência desta nova revolução managerial e laboral, as relações de trabalho mudam, quer no plano colectivo, quer no plano individual. Já fizemos referência a mudanças no tocante sobretudo às relações colectivas sindicais. Algumas breves considerações mais a propósito das relações individuais de trabalho.

Está hoje muito na ordem do dia a questão das relações de trabalho atípicas: nesta expressão, algo ambígua, incluem-se realidades diversas, por referência ao modelo das relações de trabalho típicas do sistema organizativo da produção que foi desenvolvido durante o pós-guerra, e que alguns autores qualificam como consequências do chamado fordismo.

As relações de trabalho típicas são as que correspondem ao trabalho permanente, isto é, por tempo indeterminado e a tempo inteiro, para ocupação de postos de trabalho estáveis em estruturas de organização produtiva também estáveis. As relações atípicas serão todas as demais correspondentes a novas situações empresariais: quer às situações de crise económica; quer às vicissitudes das reestruturações tecnológicas; quer ao perfil das novas empresas, flexíveis e ágeis num mercado em constante mutação e inovação; etc... São, assim, relações de trabalho sem estabilidade, nem no tempo, nem nas funções, nem na organização do próprio trabalho. Trabalho temporário; trabalho à chamada; tele-trabalho; formas de trabalho situadas a meio caminho entre o trabalho por conta de outrem e o trabalho por conta própria; etc., etc., é longa, e está sempre crescendo, a lista destas novidades.

Nas relações de trabalho atípicas incluem-se, por vezes, formas ilegais de trabalho subordinado, que são ca-

(continua na pág. 14)



sindical no País, contribui para dar ao nosso sistema sindical um carácter único na Europa. Onde é que na Europa os dois maiores partidos, destinados a disputar a alternância democrática, se revêm ambos, e em proporções equilibradas, nas tendências de uma mesma central sindical? Não é isso um bem institucional para a vida política e social? Por esta característica orgânica, temos boas condições estruturais para a concretização da concertação social.

Com efeito, o modelo que inclusive ao nível da CEE se defende, e que nós estamos praticando, de diálogo constante e institucionalizado entre o governo e as mais diversas instâncias sociais, o tal diálogo entre o estado e a sociedade pressupõe uma coisa simples e óbvia, que é a não partidarização (isto é, a não estatização) dessas instâncias sociais. Como é óbvio, só assim ganha sentido útil a função de concertação, bem como os órgãos para o efeito já criados entre nós, de que é exemplo o Conselho Permanente de Concertação Social, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Económico e Social, este último

faz ainda receios aos sindicatos e aos empregadores; e muito compreensivelmente, pois que os parceiros sociais sempre se apoiaram na base das disposições legais de protecção mínima; e isto em sua responsabilidade exclusiva, pois que essa foi a opção político-legislativa do estado, que em contrapartida restringiu historicamente o papel da contratação colectiva — o que não sucedeu em outros países de tradição mais democrática e descentralizada, onde o papel das convenções colectivas dispensou em grande ou quase total medida o papel da legislação de protecção aos trabalhadores.

Ninguém se admirará, portanto, se os parceiros sociais portugueses empreenderem a experiência de um novo e mais flexível sistema regulador com passos medidos, e sem que os sindicatos dêem desde já o adquirido de uma legislação protectora contra um ainda não adquirido sistema, enraizado e consensualizado, de negociações colectivas e de concertação social, sobretudo ao nível da empresa.

E isto quando, note-se bem, os problemas que se colocam às negociações colectivas e à concertação se

ciais, e talvez mais dramaticamente dos sindicatos. Que isso seja bem compreendido é condição de sucesso para novas práticas de regulação urgentes, para os novos consensos indispensáveis às transformações.

Creio que o que acabo de dizer pode ilustrar-se bem com a recente e feliz conclusão de um Pacto Económico e Social. Neste desfecho, ficaram aliás ilustradas as dificuldades dos consensos, por um lado, mas ao mesmo tempo a capacidade de defrontar os novos desafios e de abrir caminho à consolidação de práticas hoje em dias ambicionadas em todos os países, e até mesmo ao nível da comunidade.

3 — A revolução tecnológica

À crise económica e à crise do estado providência veio acrescentar-se, neste final de milénio, a revolução tecnológica. Não trato, aqui, das numerosas incidências desta revolução, mas tão somente de algumas delas recebidas no campo das questões laborais.

As drásticas modificações na organização da produção evidenciam fenómenos da

Evocar Sá Carneiro

DESTACÁVEL

(continuação da pág. 13)

racterística da chamada economia clandestina ou submersa. Mas deixando de lado este fenómeno, que merece consideração específica, o problema das relações de trabalho atípicas, tendo a ver com as novas condições empresariais sobrevividas largamente com as novas condições económicas, tecnológicas e de mercado, são indiciadoras de que novas realidades laborais irrompem, pedindo novas formas de institucionalização, que por vezes tardam ou são até recusadas (e daí, em parte, o chamado efeito perverso traduzido na consequência da ilegalidade).

Ao encontro destas novas situações laborais, um direito do trabalho diferente vem surgindo: foi chamado o direito do trabalho da emergência.

O direito do trabalho da emergência, gerado na fase aguda da crise dos anos setenta, não regressou pura e simplesmente nos anos oitenta; e pelo contrário, parece tender a assumir-se num novo direito de trabalho, que assim demonstra não estar condicionado à emergência e corresponder a uma nova fase da sua evolução. A década de oitenta, aberta com uma nova percepção dos interesses da empresa, mostrou uma evolução a nosso ver patente do modelo garantista do direito do trabalho, no sentido de um outro modelo mais flexível e articulado, em que a famigerada desregulação não ocorreu em termos absolutos, mas onde se poderá falar de deslegislação, para significar que o papel da lei foi em boa medida transferido para a função do ordenamento sindical, isto é, para o âmbito da autonomia colectiva laboral.

A multiplicação diversificada das formas organizatórias do trabalho e dos vínculos laborais constitui, porventura, o maior problema para o novo direito do trabalho. Com efeito, a diversificação das situações laborais torna em boa medida imprestável o instrumento da lei, que é, por definição, de alcance geral e abstracto, para além de ser rígido no tempo. A própria convenção colectiva de âmbito nacional ou sectorial, apesar de, em comparação com a lei, mais flexível no tempo e no espaço, é ainda de exagerada generalidade para poder responder às exigências da diversidade das empresas e da organização que vai suportar a relação competitiva entre elas. Na verdade, a função de exclusão da competitividade inter-empresarial (que a convenção colectiva de sector efectivamente teve), encontra-se perimida, no contexto novo em que a organização das empresas deixou de ser relativamente homogénea, por ter perdido a referência a um dado padrão de organização produtiva, como foi por exemplo o modesto fordista.

Os tempos são, e tudo indica que vão continuar a ser e cada vez mais, de multiplicação tipológica das empresas e do trabalho.

Neste contexto, as dificuldades que desta situação advêm para o velho modelo do direito do trabalho (de dominante legal e de inspiração garantista) são óbvias. As fórmulas, como por exemplo a do *garantismo na flexibilidade*, ou a de um *direito reflexivo* (*«responsive»*) em que a lei reenvia amplamente para fontes autónomas, reservando-se a si própria uma função de controlo, constituem projectos que os teóricos ensaiam, ao mesmo tempo que as experiências se vão exprimindo.

4 — A crescente integração internacional e a pressão sobre o mundo do trabalho

Vem depois, como vimos, a crescente integração internacional e especificamente comunitária, com a consequente pressão sobre o mundo do trabalho português.

A ideia de que não podemos continuar a equacionar e a resolver os nossos problemas do trabalho sem olhar o espaço comunitário mais amplo em que em breve nos vamos mover é pacífica; mas, e de vários lados, frequentemente parece continuarem as reflexos conservadores, proteccionistas e garantistas contra as mudanças que os outros estão fazendo, e de que nós por vezes precisamos ainda mais instantaneamente.

Se é certo que das instâncias comunitárias têm vindo recentemente iniciativas que inequivocamente significam um desígnio de protecção social aos trabalhadores e de regulação do mercado do trabalho, com um sentido que poderá apontar para a criação de um modelo europeu de regulação (e já se fala muito deste modelo), não é menos certo de que essas iniciativas se geraram no contexto de alguma ambiguidade de intenções, sobretudo quando o lema mais invocado é o combate às vantagens competitivas dos menores custos sociais do trabalho, isto é, ao assim mal chamado «dumping social».

Nesta intenção motivadora encontra-se o pecado original dessas medidas, que verdadeiramente não são filhas, mas quando muito enteadas, de desígnios propriamente humanitários, sociais e de solidariedade. O debate sobre a Carta Comunitária dos Direitos Sociais dos Trabalhadores foi elucidativo. Concebida inicialmente como uma verdadeira e própria Carta Social, em que teriam lugar direitos sociais reconhecidos às pessoas em várias situações sociais carecidas de garantia e protecção, como por exemplo, crianças, velhos, consumidores, famílias, movimentos de defesa do ambiente, etc., etc., (e veja-se, como prova disto, o parecer do Comité Económico e Social da CEE), a Carta acabou por se

restringir aos trabalhadores; e isto não porque as pessoas só mereçam protecção enquanto trabalham, mas sim porque a protecção assim concedida tinha e tem a finalidade de influir sobre a competição empresarial entre os vários espaços nacionais intracomunitários, protegendo de uma competição considerada desleal os espaços com mais altos custos sociais de protecção do trabalho.

Não seria sério reduzir a Carta Comunitária a um projecto de egoísmo, mascarado de gesto solidário. Contudo, é necessário ter a coragem e a lucidez de analisar o seu conteúdo e consequências ponto por ponto. E dar a cada ponto o mérito que lhe cabe, nem mais nem menos. O projecto tem em si um excelente desígnio, que terá de ser historicamente concretizado. Mas o ritmo e as formas dessa concretização terão de adequar-se com justiça às nossas realidades e interesses, devidamente entendidos no contexto comunitário, claro, mas não confundidos com os interesses de outros.

E a propósito, já anda pela Europa um «lobby» poderoso, que defende da utilização larguíssima do n.º 2 do artigo 118-B do Tratado da Comunidade Económica Europeia, introduzido pelo Acto Único, o qual prevê da decisão por maioria qualificada para a aprovação de muitos dos instrumentos da concretização da Carta Comunitária, com o argumento de que se trata de aprovação de directivas contendo as prescrições mínimas progressivamente aplicáveis para contribuir para o objectivo enunciado no n.º 1 daquele mesmo artigo 118-B, no qual os Estados membros se comprometem em «promover a melhoria, nomeadamente, das condições de trabalho, para protegerem a segurança e a saúde dos trabalhadores», e em que estabelecem como objectivo a harmonização, no progresso, das condições existentes nesse domínio 1.

Para este «lobby», tudo poderá caber aqui, no domínio das condições de trabalho; e a ser assim (e não se pense que isto é um fantasma), Portugal virá muito provavelmente a ser regulado por directivas comunitárias que no mundo da regulação geral das condições de trabalho não necessitarão do seu voto.

5 — A revalorização dos recursos humanos

O tópico final des minha curta listagem de maiores movimentos que hoje revolucionam o mundo do trabalho é o da revalorização dos recursos humanos. Curiosamente, com a crescente sofisticação dos meios materiais de produção deixa desta vez de se provocar a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, como sucedeu com as anteriores revoluções industriais. A nova revolução

tecnológica inverteu onexo de causalidade conhecido, porque as novas tecnologias, se vêm em parte aliviar o trabalho humano, vêm ao mesmo tempo exigir que ele seja mais qualificado.

Já se fala, por vezes, da extinção da velha classe trabalhadora, e com ela da caducidade das soluções que durante décadas e décadas se foram ajustando. As coisas não irão mudar tão abruptamente como às vezes se quer fazer crer; mas não há dúvida de que irão mudando. Os trabalhadores qualificados do futuro sistema de produção altamente revolucionado pela electrónica, pela robótica, pela biotecnologia, num mundo de trabalho em que a mudança é constante, não se ajustarão aos velhos esquemas de organização e de regulação do trabalho; e os novos meios não serão mais simples, antes pelo contrário. O processo que foi visível nas últimas décadas (de aumento de capacidade de intervenção directa dos próprios trabalhadores ao nível das empresas), parece que terá que sustentar-se. Daqui, e mais uma vez há que dizê-lo, a necessidade do reforço dos meios de regulação no interior da empresa, obrigando empregadores e sindicatos a novas práticas, sobretudo a níveis superiores de equação e resolução dos problemas.

O que significa uma nova cultura. Creio que também aqui há que falar de uma nova cultura para o mundo do trabalho e para a sua regulação.

O mundo do trabalho que se anuncia vai aproximar a pirâmide laboral-produtiva dos níveis culturais que hoje são característicos e posições profissionais de elite, senão mesmo das profissões liberais e artísticas nossas conhecidas. Novos perfis profissionais, sem dúvida, mas com muito mais elevada exigência de educação de base e de formação profissional e especializada. Novos empresários, seguramente, mas de elevada preparação geral e apurada capacitação para o exercício do empresário. Em consequência, sobrevirão padrões qualitativamente diferentes e de qualidade exigente para a gestão dos recursos humanos, bem como para a acção sindical.

Não é difícil prever, ainda, uma muito maior exigência dos consumidores sobre a produção, quer no tocante à qualidade e garantia dos produtos, quer no tocante aos impactos ambientais. Já muitas vezes anunciaram que depois da era dos sindicatos de produtores, virá a era das associações de consumidores. Como não é difícil prever a pressão dos desígnios de melhor qualidade de vida, que exigirão novas condições de trabalho e de organização e redução do tempo de trabalho (o tempo de trabalho será cada vez mais importante).

Assim, aos sindicatos caberá uma função de alcance mais largo, e culturalmente superior, se quiserem com-

pensar o que vão perder em função de reivindicação verho estilo, que desaparece com o-trabalhador de velho estilo estandardizado, e alguma forma de resposta aos problemas dos consumidores e dos movimentos ecológicos.

O que tudo impõe uma tremenda promoção educativa e cultural, em geral, e um sistema eficiente e muito dinâmico de formação profissional. O mundo do trabalho que aí vem estará portanto mais permeado com o mundo da cultura, tal como o entendemos ordinariamente; e deixará de verificar-se aquela segmentação histórica a que nos fomos habituando, entre os estratos daqueles que se empregam nas produções industriais e por isso não são cultos, ou vice-versa, e aqueles que são cultos e por isso se ocupam em profissões liberais, em empregos científicos, técnicos, artísticos, burocráticos ou directivos.

Nós já estamos assistindo à crescente ligação entre a empresa e a universidade; entre a empresa e a educação; entre a empresa e a formação profissional; até entre a empresa e a produção artística; mas outros desenvolvimentos são pressentidos, através de uma espécie de empresarialização de muitas actividades, públicas e privadas, que dantes se não acomodavam no modelo empresarial, por ser demasiado estreito. Parece que a empresa do futuro não será mais apenas um lugar estereotipado de produção agrícola, industrial ou de serviços; e tornar-se-á uma realidade muito mais rica e complexa, com novos objectos e funções mais diversificadas, desde logo no âmbito das suas políticas de pessoal. Com razão se colocou recentemente como objecto de um seminário a questão do novo conceito de empresa. Durante décadas, o problema da função social da empresa foi tema sobretudo doutrinário; mas também aqui, e como que de surpresa, as realidades parecem poder incorporar velhos sonhos. E velhos conceitos (empresa de interesse público; concessionária de serviços públicos; etc., etc.), vão rejuvenescer num tecido social muito mais rico, em que a distinção entre o público e o privado será menos cortante.

CONCLUSÕES

É tempo de finalizar.

Que poderemos então ensaiar como considerações conclusivas, no termo desta digressão pelas mudanças no mundo do trabalho, segundo os cinco movimentos considerados, e sempre com referência ao que de perene há que respeitar nos valores que presidem ao mundo do homem trabalhador?

Não vou pretender concluir por mim, visto que no próprio tema geral que titula iniciativa se fala de diálogos. Se não podemos materialmente dialogar, pelo menos estamos obrigados a falar co-

loquiamente. Neste espírito, eu proponha muito breves considerações.

Em primeiro lugar, que perante as novas formas assumidas pelo mundo do trabalho, um novo paradigma regulador se torna indispensável, devendo considerar-se obsoleta qualquer posição meramente conservadora, ou imobilista.

Em segundo lugar, que o novo paradigma regulador terá de ser necessariamente mais diversificado, mais descentralizado e mais autónomo. O papel do estado não desaparecerá, mas modificar-se-á, na linha de um recuo do estatismo providencialista em favor de uma maior intervenção dos parceiros sociais, aos quais, de resto, se associará o estado, mas como estado-parceiro.

Neste sistema de auto-regulação, que no seu lugar corresponderá à ideia de mais mercado, um salto qualitativo parece irrecusável. De um modo geral, poderemos dizer que uma nova cultura se impõe, numa nova empresa também; desta nova cultura, um aspecto se me afigura merecer destaque, e é o facto de ela exigir uma integração muito mais ampla do que aquela que correspondia à resolução dos clássicos conflitos apenas entre produtores, isto é, entre interesses de empregadores e interesses de trabalhadores. Trata-se de uma exigência de integração de que poderei dar os exemplos seguintes:

— integração das políticas sociais-laborais (salariais, de emprego e de formação profissional) com as políticas e as estratégias económicas e de mercado;

— integração globalizante dos interesses dos produtores, quer de empregadores quer de trabalhadores, com exigências de consumidores e de ambiente.

Enfim, se alguma ideia de valor tem de ser erguida como guiadora desta nova época de regulação do mundo do trabalho, ela terá de ser a mesma que sempre doutrinariamente nos guiou, isto é, a ideia da preeminente dignidade do homem trabalhador, no caso. O esboçado novo paradigma exigirá de cada homem muito mais participação e autonomia, estando a findar o tempo das soluções de autoridade e de massa. O que nos faz voltar para as dramáticas exigências da promoção educativa, técnica e cultural.

Dado assim por assente que nos mantemos fiéis ao que é perene no mundo dos valores, e que podemos exprimir na nossa adesão ao *personalismo* resta acrescentar que continuamos também fiéis ao método que sempre defendemos para realizar esses valores, ou seja, o *reformismo*.

Não serão o *personalismo* e o *reformismo* precisamente os dois referenciais sintéticos do mundo dos valores, e do mundo do trabalho político, que marcaram o pensamento de Sá Carneiro? Eu creio bem que sim. Se então não me engano, nós estamos hoje mais uma vez com ele, e ele estará também connosco.

Tenho dito.

SABADO, 27 JULHO 1991

O "meu" monumento a Sá Carneiro

Nunca fui seu íntimo, nem nunca procurei cobrir-me com o seu manto póstumo de glória. Não lhe fiquei a dever favores, nem ele a mim. Tínhamos porém uma relação politicamente sã. Vinhamos ambos dum tempo em que era pecado ter opiniões, e ambos conhecíamos o meio social e político em que se enquadrava a vida nacional, e ambos tínhamos também o cepticismo das pessoas, e o amor vivo das ideias. Mais novo e mais ardente, Sá Carneiro traçava na areia movediça dum sociedade abalada à procura de rumo, a linha do seu destino, direita e recta à conquista do poder. Porque para ele o exercício do poder era a condição da acção política e da realização do sonho de liberdade que nos era comum.

Conheci-o, um punhado de anos antes do 25 de Abril, numa sessão para a qual me convidara, no Porto, na Cooperativa Arvore. Segui linha por linha, palavra por palavra, a sua luta perdida na Assembleia Nacional em que Marcelo Caetano o pusera, ele e mais uma dúzia de homens livres, que pretendeu encadear para fingir que pintara de democracia o inamovível templo da obstinação retrógrada, que Salazar cimentara em cinquenta anos de paragem da História. Na sua renúncia a deputado dessa Assembleia de palhaços, li a força de carácter dum resistente — que até aí não fora — e uma incapacidade igual à minha de ser um sapo político em vez dum homem vertebrado. Foi aí que compreendi que Francisco Sá Carneiro não era um bem intencionado ao sabor das circunstâncias, mas um criador de circunstâncias — um autêntico líder.

O 25 de Abril ditou o destino de cada um de nós: chefe de partido inventado na hora, Francisco entrou na voragem da vida política que lhe sagrou o destino, o nome e a morte. Eu recusei o partido social-democrata a 27 de Abril, em minha casa, onde em grupo de pessoas — muitas das quais nem conhecia, e outras amigos e seguidores de longa data, me foram convidar para correr a aventura. Talvez por dúvida, por cepticismo, por comodismo até — recusei, e deixei-me ficar — eterno interventor de pensamento — ocupado ano e meio, e dia a dia, a defender os bens e a liberdade dos vencidos, em nome das próprias ideias da Revolução, que eu sempre defendera, e defenderei até à morte. Poucas semanas depois, Sá Carneiro, ministro de Estado, braço direito de António Spínola na nau naufragante do governo Palma Carlos, pediu-me para assumir uma grande responsabilidade na formulação do ideal político da nação. Não a cheguei a assumir: dois dias depois caiu o Ministério, e Vasco Gonçalves iniciou o período maluco do pós-Revolução, em que o ideário do 25 de Abril se cobria dia-a-dia com o manto vermelho da intolerância e da subversão social desordenada. A partir do 28 de Setembro e sobretudo do 11 de Março foi o caos: a nacionalização maciça e absurda da economia, a fuga generalizada dos gestores e dos técnicos, a entrega caricata nas mãos, decretadas como omnícompetentes, dos oficiais das forças armadas, subitamente arvorados em administradores de empresas em que ignoravam tudo — às vezes até

o nome —, o delírio da rua, a festa contínua das "manifs" e das ocupações, os saneamentos em cadeia, a tonteria oficializada dos meios de comunicação social, e a destruição progressiva dos raros que se mantinham livres, tudo isso era o cenário colorido e festivo em que se rebolava a "inteligentzia" portuguesa, trinta anos atrasada, e que perante o espanto boquiaberto da Europa, reeditava os grandes motivos do fim da guerra em 45 — a Rússia, o sol das nações — e se esquecia a Hungria, a Checoslováquia, os países bálticos, o "puzzle" balcânico tudo alinhado sob a bota e o "knout" do exército vermelho, que jurtava, como sempre, à heroica defesa do solo da sua pátria, a vergonhosa e estúpida dominação de metade da Europa.

Portugal agonizava e, no exílio a que a doença o condenara, Francisco Sá Carneiro assistia à noite sombria que crescia sobre o país e à desorientação mental e política do partido que ajudara a fundar. Não foi por isso pioneiro, como Soares, da nova resistência contra a usurpação dos valores restaurados em 25 de Abril. Não é justo historicamente acusá-lo do facto: Sá Carneiro sofreu até à morte num martírio físico, motivado pela doença da coluna e que muito dias o deixava exausto de dor, e da vontade exercida para a poder dominar. Vivía também o drama pungente — para ele sobretudo, um líder nascido na direita e com uma vida selada pelo dogma e pela disciplina católica — do amor invencível a exigir quase uma renegação do passado e da vida vivida. Francisco Sá Carneiro aceitou com coragem a liberdade e o preço. E quando surgiu de novo na arena política, trazia uma energia renovada e uma vontade ardente de afastar de vez o espectro da estatização da sociedade e da supressão da liberdade em nome da pretensa e desmentida libertação dos pobres.

Sá Carneiro propôs-se restaurar a sociedade e o Estado, criando as condições para o exercício do poder político, que não fosse abalado em cada dia pelo grito da rua, pela frente da oposição e pela indecisão nas metas a seguir. Compreendeu que aquilo que



Francisco Sousa Tavares

Francisco Sá Carneiro apreciava e estimava a adesão ideológica e a comunidade de ideal, mas detestava a submissão do homem pelo homem e a veneração untuosa. Era um crítico impiedoso da sua própria actuação.

Spínola quisera fazer em Setembro de 75, apelando para uma maioria silenciosa em defesa da Pátria e da sua liberdade, não estava substancialmente errado, mas sim prematuro no gesto e inquinado de reaccionarismo pateta. Sá Carneiro assistiu à dilaceração de Soares e do PS, a exercerem um governo de minoria, com a sua acção minada por cima, por baixo e por dentro, ou seja, pelo PR a representar equivocadamente o domínio que o MFA queria continuar a exercer sobre a democracia, pelo proletariado, dominado ainda pelo marxismo primário, e pelas próprias facções do Partido Socialista que não despegavam do ideal do estado-patrão e viam uma ameaça de reaccionarismo em qualquer tentativa séria de restauração da normalidade da vida na sociedade e na economia. Sá Carneiro jamais, e com sabedoria, imaginou criar as condições do poder à margem da legalidade constitucional. Ao conceber a Aliança Democrática, procurou, tanto quanto possível, limpá-la da ganga reaccionária e apenas como um "tempo" necessário para restaurar a normalidade e a verdade da competição democrática.

A AD tinha um limite marcado inexoravelmente por Sá Carneiro; para além da eleição intercalar — que a Constituição então exigia —, concorrer à nova legislatura normal e extinguir-se ao fim desses cinco anos de exercício do poder, retomando cada partido a sua liderança política. Sá Carneiro não se sentia bem aliado às forças da direita irredutível: chamou o PPM, chamou os renovadores de António Barreto e deu a todos uma representação generosa nas listas de deputados. Como renovador, convidou-me pessoalmente para cabeça de lista em Évora — onde aliás fora sugerido o meu nome devido à campanha que contra os desmando da reforma agrária e contra a inexistência de lei no Alentejo eu movia nas colunas de "A Capital" com enorme ressonância. Foi então que me pediu para iniciar a "reconquista do Alentejo" para Portugal, e soube sempre reconhecer e agradecer a missão dura e de combate para que me havia convidado.

Quando iniciou a sua ronda pelas capitais da Europa, na esteira da iniciativa tomada por Soares, de ingresso na Comunidade Europeia, Sá Carneiro convidou-me — sem que eu nada tivesse a ver com as negociações, nem tomasse parte nelas sequer como assistente — a acompanhá-lo na viagem à Itália e à Grécia. E foi aí, na coberta do iate Cristina, que o Estado grego adquirira, numa noite de cruzeiro nas ilhas, que tive com ele uma longa conversa que ficou para mim como um retrato do seu pensamento e do seu sonho e da qual nunca falei nem conto falar. Por ela passaram os homens e as ideias, a nação, as instituições e as reformas políticas. Direi apenas que Francisco esperava o dia em que fosse oposição, para ter tempo de escrever o que pensava. Ele sabia tão bem como eu que o que até aí dissera e fizera fora ditado por exigências inadiáveis da luta pelo poder ou do seu exercício, era filho das circunstâncias, e não um pensamento formulado e conseguido. E nisso eu encontrava uma comunidade de destino, que por motivos diferentes desenha para mim a imagem da morte, sem ter tido tempo de extrair dos milhares e milhares de páginas que deixo semeadas ao vento, uma síntese de ideias e uma recordação da vida que na memória dos homens é tão breve e na terra dura do dia-a-dia futuro não será semente nem dará um fruto.

Foi assim que conheci e acompanhei Sá Carneiro, sem contar os almoços semanais que durante alguns meses reuniam em S. Bento os quinze ou dezasseis principais responsáveis da Aliança Democrática para discutir a questão presidencial — a questão de sempre —, que, hoje como ontem, constitui o problema constitucional primário e o quebracabeças do Partido Social-Democrata. Foi assim que o acompanhei na distribuição de terra da Herdade dos Machados, insatisfeito com o título de posse e com a inexistência de capital de exploração ou de recurso ao crédito. Francisco aderiu a tudo o que eu pensava sobre a necessidade dum reforma agrária, baseada na produção e na ideia básica da propriedade ligada ao trabalho, à fecundação e ao amanhã, sem a desordem inconsistente do assalto devastador e da espoliação injusta. Sentia-se prisioneiro no seu próprio partido. Porque Francisco Sá Carneiro apreciava e estimava a adesão ideológica e a comunidade de ideal, mas detestava a submissão do homem pelo homem e a veneração untuosa. Era um homem humano e politicamente bem dotado. E um crítico impiedoso da sua própria actuação. Não vi ainda o seu monumento e espero que tenha a beleza simples de não ofender a ideia que guardo dele e da obra partida que o estúpido desastre de Camarate para sempre quebrou. ■

PS: Escrevo conscientemente desastre porque sempre o considerei e considero como tal, e Francisco Sá Carneiro sofreria no seu conceito de democracia se soubesse que o seu fim foi um ou outro, conforme a composição da Assembleia da República. Sentiria talvez, como eu, vergonha de ser português quando os supostos representantes do povo — que o não são — discutem a sua morte como os adeptos do Sporting e do Benfica discutem a verdade ou a inexistência dum penálti decisivo.

CAMARATE:

CONTRA TODA A EVIDÊNCIA

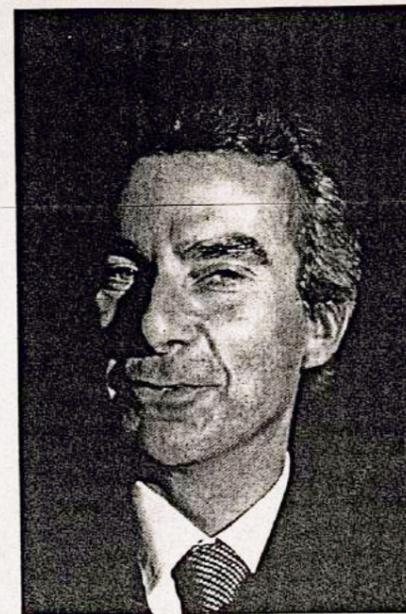
Se algum jornalista se der ao trabalho — coisa que até agora parece não ter acontecido — de ler o novo relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar — constatará de imediato que o único elemento em verdade novo é exactamente o que o relatório não menciona: o PSD tem agora a maioria absoluta no Parlamento. Porque as «provas» são exactamente as mesmas há muito e esforçadamente defendidas pelos obcecados pela tese sabotagem e que mereceram, o ano passado, por parte da Procuradoria Geral da República e dos Tribunais, o despacho de que não são provas que se apresentem.

No que respeita à faceta política da questão, os deputados decidirão se estas flutuações da verdade de acordo com as flutuações da maioria eleitoral, são prestigiantes para a Assembleia da República e saudáveis para a democracia.

As novas «provas», com efeito, não têm ponta por onde se lhes pegue. São as velhas, apenas mais sofismadas e com igual falta de suporte probatório. Se não vejamos.

As partículas metálicas coladas ao pé direito do piloto. Retiradas pelo professor Ken Mason, da Universidade de Edimburgo (um dos mais conceituados patologistas do mundo, então contratado pela Grande Reportagem da RTP) que tudo mandou radiografar, e analisados pelo eng. Eric Newton, consultor da Lloyds (talvez o maior perito mundial em investigações de acidentes aeronáuticos, igualmente contratado pela «GR» da RTP e submetidos ainda a testes exaustivos pelo Scanner do Microscópio Electrónico do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), as referidas partículas e demais matérias foram consideradas pelas três entidades, unanimemente, como pedaços do alumínio fundido da fuselagem do Cessna acidentado, ou seja, resultado do incêndio provocado pela queda do avião e não sua causa.

Para contrapor a estas peritagens, de facto, tudo o que a Comissão conseguiu desencantar foi o parecer de um radiologista representante dos familiares das vítimas que, apenas com base na observação das imagens radiográficas feitas a pedido do prof. Mason, concluiu que as partículas não corres-



pondem à liga metálica do avião porque são estilhaços resultantes de uma explosão!

Como não podia deixar de ser, esta fantasiosa «peritagem» foi de imediato chumbada pelo Conselho Médico-Legal de Lisboa e contraditada pelos Institutos de Medicina Legal do Porto e de Coimbra.

Sobravam mesmo assim dúvidas à Comissão, sempre céptica perante todo e qualquer testemunho que não abone em favor da tese sabotagem. Por isso foram as mesmas partículas metálicas enviadas para o Royal Armament Research and Development Establishment (RARDE), na Inglaterra, que arrelhiadoramente concluiu, com todos os outros que as partículas não podiam ser associadas a explosão. Em desespero de causa, lavra a Comissão que as partículas levaram posterior sumiço por negligência das autoridades portuguesas e que, por conseguinte, são o resultado da explosão de um engenho perto dos pés do piloto!

O sulfato de bário, detectado em 2 de 12 amostras do cockpit. A semelhança do que tinha acontecido quando detectados fósforo e, depois, bário, nos destroços do avião e/ou nas roupas das vítimas (que sucessivamente se provou nada provarem quanto a sabotagem porque a sua presença foi cientificamente explicada através de causas naturais), exulta agora a Comissão porque se descobriu *bário sob forma de sulfato* e, isso sim, agora sim, não tem explicação natural e, por conseguinte, é prova provadinha de sabotagem! Tanto mais que foram feitas

«análises comparativas» com outro avião do mesmo tipo e que nesse outro não se encontrou nem uma pontinha de sulfato de bário...

Desde logo ignora a Comissão que, alguns dos peritos consideraram ilegítima esta «análise comparativa», assim como ignora aquela parte do seu próprio relatório que não abona a favor da tese sabotagem. Os peritos que ela própria interrogou apenas dizem que o sulfato de bário oferece «grande resistência» a eventuais alterações que entretanto ocorram com o decurso do tempo» (pág. 149 do relatório da Comissão Parlamentar) mas, de modo algum e em lado algum dizem que ele não é de todo alterável com o mesmo decurso do tempo. Ou seja, explorou-se e aproveitou-se apenas a hipótese que abona a favor da sabotagem: o sulfato de bário entra na composição de explosivos como o Sismogel I e a Gelatina III, coisa tanto mais grave quanto esses explosivos podem ser fabricados em Portugal. A pergunta condicionada e tendenciosa da Comissão foi dada uma resposta também ela aproveitada tendenciosamente, porque se levou em consideração apenas uma das alternativas que a mesma propõe.

É certo que, aqui, como em todo o relatório, a Comissão nunca esteve para se maçar ou atravancar com o enfadonho princípio do contraditório e com o de que o ónus da prova cabe à acusação. Teve sempre a certeza simples dos bois. Mas mesmo assim conviria verificar, sem margem para dúvidas, se o sulfato de bário entra ou não na composição de outros materiais para além dos dois explosivos mencionados, tais como a pistola de sinalização «very light», obrigatória a bordo (havia ou não uma neste avião?) ou em medicamentos ou papas para fins de exames radiológicos gastro-intestinais e ainda em eventuais acessórios extra introduzidos no avião pelos seus anteriores proprietários venezuelanos — tudo coisas que a fábrica Cessna, obviamente, não podia saber. Recorde-se, para todos os fins úteis, que a Cessna respondeu negativamente à questão de saber se o **bário** entrava na composição dos metais do cockpit do avião e que a presença do mesmo bário foi posteriormente explicada porque faz parte, entre outras coisas, da espuma carbónica utilizada pelos bombeiros.

Infelizmente a Comissão não esteve para se maçar com a exploração destas e de tantas outras possíveis pistas que eventualmente justificam a presença natural do sulfato. E não esteve porque é exactamente por causa de casos

Pé de página

como este que nasceu e sobrevive o conceito e a expressão de pré-concebido e, quiçá mesmo, de ideia fixa. Resta contudo saber se estes conceitos são os que devem presidir ao comportamento de quem tem por missão inquirir e julgar no âmbito de um Parlamento.

O terceiro «elemento novo» é o rasto de detritos carbonizados que apareceram no prolongamento da pista do aeroporto por onde o avião descolou. Logo aqui cabe esclarecer que não há um rasto. Há, sim, oito rastos, tantos quantos os relatórios de sete elementos da P. J. e o da Comissão de Inquérito da Direcção Geral da Aeronáutica Civil (DGAC), por acaso o único que foi medido com rigor por uma equipa de topógrafos da ANA (Administração Nacional dos Aeroportos). Os outros foram calculados, a olho, sem qualquer espécie de medição e inclusive o que corresponde ao esboço feito por um dos tais sete elementos da P. J. De acordo com estes oito depoimentos, o comprimento do rasto oscila entre 80 e... 390 metros, passando por vários tamanhos intermédios e tem uma largura que vai de 4 a... 40 metros, passando também por várias grossuras intermédias e que é de «largura variável» ou «praticamente constante», segundo as versões, à escolha.

É com base na análise teórica daquele dos sete rastos que melhor poderia servir a tese sabotagem (o da DGAC, o tal medido com rigor científico, não mereceu ser considerado...) que dois professores portugueses do Instituto Superior Técnico (IST) concluem que o rasto só poderia resultar de materiais queimados, caídos do avião durante o voo e como consequência de uma explosão que teria rebentado com a fuselagem, a qual explosão, por sua vez, estaria na origem da queda!

Ainda assim, e confrontado com a questão de saber se teria chegado a iguais conclusões se tivesse levado em consideração nas suas «peritagens» as medições da DGAC, logo um dos dois professores do IST confessa que não...

Mas lá que há rasto há e convém por conseguinte apurar qual a sua origem. A Comissão de Inquérito da DGAC, a única entidade nacional ou estrangeira que de facto analisou o rasto, concluiu que ele resultava do incêndio do avião após a queda e que todos os resíduos que o compõem provêm do incêndio do avião e da coluna de ar quente («feito de chaminé») que o mesmo provocou e que foram depositados no terreno por acção do vento

que naquela noite de 4 de Dezembro de 1980 soprava, de acordo com os registos do aeroporto de Lisboa, no sentido em que foram encontrados.

E como um azar nunca vem sozinho, eis que os peritos norte-americanos do National Transportation Safety Board (NTSB) chegam a igual conclusão, embora só com análise nas provas documentais. Por seu turno, o RARDE vai ainda mais longe. Com efeito, os britânicos escrevem que se tivesse havido um buraco na fuselagem, resultante de explosão em voo, por onde teriam podido cair papéis incandescentes, por maioria de razão teriam caído também outros objectos, metálicos e mais pesados e, sobretudo, fragmentos do alumínio da própria fuselagem, tudo coisas nunca encontradas pelas polícias portuguesas nem pelos técnicos da DGAC.

Enfim!...

Poderiam analisar por mais algum tempo estes «novos elementos» e os outros, mais confessadamente velhos e já repudiados pela Procuradoria e pelos Tribunais. Mas para quê acumular exemplos dos raciocínios que assim levaram a maioria da Comissão Parlamentar a dar por provada a tese de sabotagem?... O jornalista não tem de ser nem sádico nem masoquista.

Diga-se apenas que, para a Comissão Parlamentar, todos os magistrados portugueses e todos os peritos e organismos, estrangeiros e nacionais, que concluíram não estarmos perante um caso de sabotagem, todos, sem excepção, constituem um bando de terroristas, de corruptos, de incompetentes ou, na melhor das hipóteses, um bando de pobres diabos a quem se poderá quando muito perdoar, num gesto magnânimo, os muitos e sucessivos erros humanos que cometeram nas suas análises e conclusões. Porque, de certeza absoluta, só o piloto — e só esse — é que, de modo algum, não, nunca, jamais, poderia ter cometido um erro humano!

Não há de facto, como diz a sabedoria popular, maior cego do que aquele que não quer ver... De tal modo que o que honestamente cabe perguntar, depois de toda esta tristeza, é se a Opinião Pública pode continuar a aceitar, em nome dos vivos e em nome dos mortos, que o caso Camarate se reduza cada vez mais a um caso Cid, quando, manifestamente, esse caso é do foro... do desaforo. ■

J. M. Barata-Feyo

12 de Junho de 1991

900 A LINHA DO FUTURO

Já dou conselhos profissionais pessoais há uma data de anos. Telefone já para a Linha do Futuro! E mal marco o 900-988 FUTR fico a saber que o futuro custa 2.99 dólares o primeiro minuto e aquela gente fala devagar. Tudo depende de quem está à frente da bola de cristal — como reza o anúncio da «Tarot Line» no canal 25. É possível «obter respostas mesmo na privacidade do lar» (sic) através do «poder do cristal»...

O 900 «pay per call» ou pague por chamada mesmo para quem não tenha olhinhos é uma indústria que em 1993 deverá render 1.8, 2.2 ou mesmo 2.6 mil milhões de dólares. É fácil concluir sem ser vidente que tais volumes de vendas representam um aumento mais substancial do que o da taxa de inflação argentina.

O 900 pouco sério tem de tudo: homens de negócio carrancudos, astrólogas misteriosas, atletas reformados, educadores, psicólogos, amigos e amigas e confidentes mas sobretudo meninas bonitas a oferecer na TV as fantaisias telefónicas mais exuberantes entre dois anúncios de carros japoneses. A publicidade do 900-77 MADAM da Xaviera Hollander na revista Penthouse está irremediavelmente ultrapassada. Agora, a moda é a televisão por cabo. É sempre depois das 11 da noite. É sempre o mesmo erotismo barato e a mesma proposta: «Eu conto-lhe todos os meus pensamentos e sentimentos mais secretos. Telefone já para o 900-468-8200». A dois dólares por minuto até nem é caro. Há meninas a praticar 25 e 35...

Existem hoje nos Estados Unidos uns 10 000 programas via 900 qualquer coisa. Em 1988 havia apenas 300. Estas empresas pagam 30 por cento das receitas às companhias do telefone locais e de longa distância. Afinal, só os consumidores se queixam...

As fraudes e as burlas são de tal modo evidentes que a própria Comissão Federal das Comunicações está agora a elaborar regras para controlar a proliferação de um fenómeno que no fim de contas é legal.

As tarifas por minuto variam entre os 35 centimos e os 35 dólares para quem quer obter notícias, boletins meteorológicos, resultados do desporto ou da bolsa, debater dietas ou a sexuali-

Pé de página



AGUSTINA Bessa Luís garante que Sá Carneiro nunca poderia ter sido personagem de um romance, mas confessa que até mesmo os escritores têm de dar destinos trágicos às criaturas que não conseguem controlar.

«Em princípio, o autor mata sempre personagens assim...». Agustina recusa de novo qualquer possível identificação de Francisco Sá Carneiro com o seu José Matildes de *Os Meninos de Oiro*. «Já nem me lembrava desse nome que eu inventei...», diz com o mesmo estranho desprendimento com que confessa: «Aquilo a que se chama a paixão de Sá Carneiro por Snu Abecassis dava de facto um romance, mas olhe que não foi paixão!...»

Enigmática, Agustina recusa porém alimentar ficções alheias. E quando se esperava uma explicação literária para o comportamento de personagem reais, a romancista respondeu com a linearidade de quem privou de perto com Sá Carneiro: «Bom, isso fica para o dia em que eu publicar as minhas memórias...»

Da intervenção na Igreja, à política

Dez anos depois da morte de Sá Carneiro, há ainda uma face relativamente desconhecida do fundador do Partido Social Democrata. A maioria dos seus biógrafos preocupou-se demasiado com a sua acção política, esquecendo que, por detrás da sua vida pública, havia a sua privacidade que ele religiosamente preservava. Muitos dos seus admiradores ignoram as raízes do pensamento político deste homem que, antes de agitar a Assembleia Nacional de Marcello Caetano, já tinha abalado as estruturas conservadoras da burguesia portuense do final dos anos sessenta. A formação do PSD e a posterior conquista de maioria parlamentar da Aliança Democrática, relegaram para segundo plano as suas anteriores vitórias. E, no entanto, a luta política de Sá Carneiro é tão ou mais fascinante no período em que ele era ainda um ilustre desconhecido do que depois de se ter transformado em dirigente nacional.

Sá Carneiro entra na cena política mais por razões religiosas que ideológicas. Pretendia fazer regressar ao Porto o bispo D. António Ferreira Gomes, que Salazar exilara no estrangeiro. A ligação de Sá Carneiro a D. António marcá-lo-á para sempre e, ironia do destino, foi o próprio bispo quem mais aconselhou a sua mulher



o **Revista**
memória

A liberdade como desejo, um sentido profético da realidade. Sá Carneiro, dez anos depois da sua morte, visto pelo seu principal adversário, Mário Soares, e pelos amigos, «homens do Norte», que evocam as raízes do seu pensamento.

A intervenção religiosa precursora da militância política na ala liberal do marcelismo. A outra face de um homem que se tornou um mito. Como diz Agustina, «uma vida tranquila e próspera, o que é fatal para os sonhadores»

SÁ CARNEIRO

As raízes

do pensamento

Carlos Magno

Isabel a não lhe conceder o divórcio quando ele pretendia legalizar a sua vida matrimonial com Snu Abecassis. Depois da tragédia, quando ambos morreram no acidente de Camarate, a grande preocupação do bispo do Porto foi evitar que uma missa de corpo presente e um funeral conjunto de Snu e Sá Carneiro se pudessem transformar numa espécie de «noivado no sepulcro». Esta expressão, retirada de um poema de Soares de Passos, foi várias vezes referida por D. António aos seus mais próximos colaboradores que não deixam de sublinhar a dor do Bispo pela perda de um grande amigo.

Pelo regresso do bispo do Porto

A «irregularidade canónica» em que o então primeiro-ministro vivia com Snu Abecassis não deixou indiferente a sociedade portuguesa e perturbou sobretudo aqueles que recordavam o chamado Movimento das Equipas de Nossa Senhora, no qual Sá Carneiro participava em meados da década de sessenta, ao lado da sua mulher Isabel. Esse movimento era constituído por grupos de casais católicos que, segundo o padre Rui Osório, «se reuniam onde fosse possível, re-

gra geral em casa de cada família».

«Embora fossem grupos de espiritualidade conjugal de inspiração francesa, no caso concreto dos grupos do Porto discutia-se sobretudo o regresso de D. António Ferreira Gomes à sua diocese.» Rui Osório, que além de sacerdote católico é jornalista, afirma que o Movimento era um «autêntico grupo de pres-

são» e recorda, desses tempos, o papel determinante de Sá Carneiro, afirmando que «ele se preparava com tanto rigor para falar sobre a liberdade religiosa como para participar num debate jurídico». No grupo figuravam também outros nomes que posteriormente vieram a revelar-se figuras da política nacional e sobretudo na chamada «ala liberal» do marcelismo, no-

meadamente Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo, José da Silva e Amândio de Azevedo. Sá Carneiro era quem fazia a ligação a Marcello Caetano, procurando vencer, sem sucesso, o presidente do Conselho a permitir o regresso de D. António. O seu sentido de oportunidade política revelou-se pouco depois quando, sabendo que Marcello preparava uma visita oficial ao

Porto, lhe escreveu uma carta bastante dura, na qual considerava «lamentável que o Presidente do Conselho se deslocasse à cidade Invicta quando o seu próprio bispo estava impedido de receber». Marcello Caetano respondeu-lhe de imediato dizendo: «Por mim D. António pode regressar». Com a carta na mão, Sá Carneiro dirigiu-se à Direcção-Geral de Segurança, (ex-PIDE) obrigando-a a autorizar o regresso do bispo do Porto.

Os liberais na Assembleia

Rui Osório diz que Sá Carneiro foi «um dos cristãos leigos mais esclarecidos» que conheceu e sublinha-lhe sobretudo a «preocupação teológica», recordando que «ele fazia uma leitura jurídica e, portanto, política dos documentos conciliares». Na mesma linha, Pinto Machado considera que «foi a sua fé que o levou à acção política, numa altura em que a fé era habitualmente usada como razão para abdicar da actividade política». O ex-governador de Macau, que esteve com Sá Carneiro na ala liberal, explicou agora a principal razão que «nos levou a entrar na Assembleia Nacional como de-

Pela liberdade enquanto desejo

Foi este Sá Carneiro «do revivalho», como ele às vezes também gostava de se classificar, que o Porto, em parte, produziu. Miguel Veiga, seu companheiro na fundação do PPD, sublinha exactamente este lado lúdico que Sá Carneiro gostava de imprimir à sua intervenção política, acrescentando que ele «tinha o gosto e o gozo de fazer política, não como missão, não como sacerdotício mas entendendo a liberdade como desejo». Sublinhando que ele «trazia o vector estético para o político», Miguel Veiga lembra ainda que Sá Carneiro «aliava à solidez de

putados independentes pela ANP e que ainda nunca vi escrita na imprensa». Pinto Machado conta que havia muitas dúvidas sobre o interesse do acordo com Marcello Caetano mas que Sá Carneiro lhe tirou as hesitações quando argumentou: «Oh Joaquim, lembra-te de que esta assembleia legislativa tem poderes constituintes e nós não podemos perder a oportunidade de lá estar para alterar a alínea restritiva do Artigo oitavo». O Artigo oitavo consagrava direitos e liberdades civis, mas a última alínea retirava-lhes, na prática, o seu exercício.

Na realidade, a ala liberal não conseguiu essa alteração constitucional, mas, como disse Pinto Machado, «valeu a pena» lá ter estado. «Nunca mais esquecerei a intervenção que fiz quando Sá Carneiro renunciou ao mandato, elogiando as suas qualidades políticas, e que levou diversos deputados do regime a interromperem-me constantemente, havendo mesmo ameaças de me ser cortada a palavra. Lembro-me de que estava quase sozinho contra toda aquela Assembleia embora de vez em quando lá ouvisse a voz de Pinto Balsemão a apoiar-me e a dar-me força... Foi difícil... mas há momentos que valem uma vida».

Esta cena deve aliás ter divertido Sá Carneiro que numa carta ao seu amigo António Leite de Castro — então candidato a deputado pela Oposição Democrática — explicava assim a sua entrada nas listas da ANP: «...Resolvemos aturar maçadas e aborrecimentos, correndo o risco do enorme desgosto que seria falhar. Creio que nos meios 'bem' a reacção foi grande contra nós, o que acho óptimo, pois o considero elogio».

Sá Carneiro num comício da AD: a maioria absoluta conquistada pelo bloco conservador foi uma das suas grandes vitórias



Rui Osório



Sá Carneiro

(Continuação da página 27-R)

um carácter de bronze, o rasgo do golpe de asa imprevisto e surpreendente, o que poderia fazer lembrar a antiga e bem portuguesa regra joanina. Havia tempos em que ele usava a argúcia de coruja e tempos em que voava como um falcão».

Contrariando a imagem tradicional de um Sá Carneiro teimoso e difícil de convencer, Frei Bernardo, um dominicano que foi seu guia espiritual e «amigo até ao fim» faz questão de sublinhar que «o Francisco não era teimoso, não se moldava por circunstancialismos. O seu sentido profético era apenas um sentido agudo da realidade. Estava sempre a elaborar. Ele previa coisas que só mais tarde os seus amigos e adversários descobririam. Tudo isso era fruto de trabalho, de muito trabalho. Ele estava sempre a pensar». E cita a propósito Emmanuel Mounnier, talvez o filósofo em que Sá Carneiro se inspirou: «Profeta é aquele que vê primeiro uma realidade.» Frei Bernardo recorda que Sá Carneiro chegou, inclusivamente, a escrever setenta páginas de um livro sobre o pensamento de Mounnier e comenta que «foi pena ter-se perdido esse trabalho que ele queria intitular Personalismo para Portugal».

«Ele merecia melhor guerra»

Eurico de Melo considera que Sá Carneiro foi «essencialmente um liberal que evoluiu para a social-democracia». Mesmo quando esteve no Governo, foi sempre um homem da sociedade civil, provando assim ser um «homem do norte». Esta imagem de Sá Carneiro como homem do norte é aliás «demasiado evidente» tanto para Eurico de Melo como para Miguel Veiga, Pinto Machado e António Leite de Castro. Mas é Agustina Bessa Luís quem sintetiza essa matriz cultural com palavras cuidadosamente escritas para o EXPRESSO, depois de uma curta reflexão prévia: «Sá Carneiro foi educado no Porto e aqui viveu familiar e profissionalmente uma vida projectada para a estabilidade e a fortuna, uma vida tranquila e próspera, o que é fatal para os sonhadores. Mas toda a sólida educação produz uma agitação entre dois elementos opostos: o do Mundo que se recorda e o do Mundo que se transforma. Sá Carneiro teve a movê-lo como personagem dramática essa guerra de gerações e cidades. Ele merecia melhor guerra».



Sá Carneiro e Mário Soares nos Passos Perdidos: «Em democracia não há inimigos, mas simples adversários»

POUCOS dias após o brutal desastre que vitimou Sá Carneiro e todos aqueles que o acompanharam na morte, a Assembleia da República prestou-lhes uma singela homenagem, precisamente a 10 de Dezembro de 1980.

Acabara de ser eleito Presidente da República, para um segundo mandato, o general Ramalho Eanes. Tendo-lhe retirado, algumas semanas antes, o meu apoio político e, em consequência disso, suspenso as funções que até aí exercera ininterruptamente de secretário-geral do Partido Socialista, encontrava-me numa situação política particularmente delicada e, sem dúvida, de grande isolamento. Num partido tocado pela euforia da vitória presidencial, manifestava-se uma grande incompreensão quanto às razões que haviam justificado a minha atitude. Apesar disso, consegui ser eu, como representante do PS, a usar da palavra na referida sessão de homenagem.

Declarei então na Assembleia da República:

«Não se estranhe que adversários políticos que sempre fomos dos três homens públicos — com a mesma frontalidade que eles punham no combate político em que estavam empenhados — nos inclinemos agora perante a sua memória com profundo pesar. A política é frequentemente uma actividade dura, com uma lógica implacável, conduzindo, por vezes, a confrontações desgastantes, irredutíveis e mesmo injustas. Mas para aqueles que acreditam sinceramente nos direitos e valores humanos e têm a noção da sua acção motivações nobres (e não interesses mesquinhos ou meras ambições), a política não exclui, não pode nem deve excluir, os sentimentos genuínos de apreço, de espontânea simpatia, de respeito, de franca convivência e (porque não dizê-lo?) de admiração, que ligam entre si os seres humanos e constituem o melhor da nossa condição de homens.

Sublinhei, no próprio momento

Ele merecia ter vivido esta década

Mário Soares

em que tive conhecimento do trágico acidente, que em democracia não há inimigos, mas simples adversários. O facto de nos encontrarmos em campos politicamente opostos nunca impediu a cordialidade, a estima recíproca, o apreço sincero e mesmo a amizade.

A democracia deve fazer-se no confronto, por vezes sem tréguas, de ideias, de sistemas e de projectos políticos diferenciados, mas nunca pode nem deve dar lugar à destruição ou ao amesquinamento dos homens.»

E, logo adiante:

«Só conheci pessoalmente Francisco Sá Carneiro depois do 25 de Abril, como colegas que fomos no I Governo Provisório saído da Revolução. Havia acompanhado de longe, mas com extremo interesse, a sua acção corajosa quando integrado no pequeno grupo de liberais em oposição ao caetanismo. A ela me refiro, com apreço, no meu livro publicado no exílio, Portugal Bailonné. Porém, foi durante o VI Governo Provisório — e a partir de então — que mantive contactos mais prolongados com ele e pude melhor conhecer e apreciar as suas altas qualidades.

Ao contrário do que muitas vezes se disse — e escreveu —, as nossas relações, apesar de todas as sabidas

divergências, foram marcadas sempre por uma acentuada cordialidade e por uma real e afectiva simpatia mútua. Naturalmente, conheceram altos e baixos, convergências, aproximações, afastamentos e nítidas oposições, ao sabor das flutuações políticas. Líderes dos dois maiores partidos portugueses, com bases programáticas em muitos aspectos próximas, não conseguimos nunca construir, como chegámos a desejar, em consonância, aliás, com o sentimento de milhares de portugueses, um entendimento político duradouro. E se, para além das circunstâncias objectivas e si próprias desfavoráveis, ambos temos tido culpas nesse facto — que constitui seguramente uma das frustrações da nossa jovem democracia — culpas que, pela minha parte, não enjeito, será de elementar justiça reconhecer também que forças e pessoas estranhas a ambos os partidos e dentro de ambos os partidos alguma coisa fizeram para que isso não acontecesse.

Francisco Sá Carneiro foi um homem de coragem e de luta, que não enjeitava o risco das apostas difíceis, um líder carismático, idolatrado e odiado por partidários e adversários, um político polémico que suscitou à sua volta dedicações exemplares, simpatias, paixões, a

par de incompreensões, injustiças e mesmo ódios. Não deixou ninguém indiferente. Igual a si próprio, foi um homem vertical, imprevisto nas suas reacções, directo, por vezes cortante, mas sempre fiel a uma concepção de democracia pluripartidária e ao que entendia ser, no seu critério, o interesse nacional. Nos últimos anos adquiriu uma projecção de verdadeiro homem de Estado, mantendo no Governo uma reserva a que o País em relação a ele não estava habituado e mesmo um distanciamento que seguramente beneficiou a sua imagem.

Disse-me um dia, com uma presciência que já na altura me impressionou, que não iria viver muito. Mas que estava decidido a viver intensamente. Assim aconteceu. Hoje, confrontados com o facto brutal e inesperado da sua morte, encontramos, subitamente, perante a evidência de um grande vazio político nesta democracia ainda insegura que Francisco Sá Carneiro indiscutivelmente ajudou a construir e que marcou com o traço indelével da sua personalidade.»

Passaram dez anos. Vertiginosos, recheados de acontecimentos, de imprevistos mudanças em Portugal e no Mundo, marcados por grandes alegrias e algumas tristezas, por frustrações, insucessos, algumas consoladoras realizações, renovadas esperanças. Entretanto, a figura política e moral de Sá Carneiro agigantou-se no sentimento colectivo dos portugueses. Não tenho, contudo, nada a compor, uma só palavra a acrescentar à homenagem comovida e sincera que então publicamente lhe prestei. Notei apenas que Sá Carneiro, pelo que hoje dele conhecemos — pelo seu gosto pela vida, pela inteligência, energia e coragem postas ao serviço das grandes causas da liberdade e da justiça social —, mereceria bem ter vivido estes dez últimos anos, apesar de tudo tão gratificantes para os que crêem nos valores humanos.





Centro de
Documentação
25 de Abril
Universidade de Coimbra
R. Augusta, 25 r/c d.to
3000 COIMBRA — PORTUGAL

RECORTES DE IMPRENSA

DATA	JORNAL / REVISTA	ASSUNTO
	O DIÁRIO	SÁ CARNEIRO

Acções de Sá Carneiro não pagam dívidas...

"O Diário"
241079



As acções que Francisco Sá Carneiro tem depositadas no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) não chegam para pagar nem oito por cento da sua dívida àquele banco nacionalizado. Na verdade, o valor total destas acções representa exactamente 7,2% do valor actual da dívida do «chefe» (calculada em termos benévolos).

Com efeito: o valor total das acções de Francisco Manuel (Lumbrales) Sá Carneiro é de 1 848 207\$56. A lista das suas acções dá uma ideia, aliás, dos interesses que defendia ao se opor às nacionalizações e à descolonização. Por sua vez, hoje - 24/10/79 - o valor actual das suas dívidas ao BESCL é de 28 519 085 escudos ou, pelo menos, de 25 633 816 escudos. Dessa forma, o conselho de gestão do BESCL não pode aceitar as referidas acções em pagamento da dívida.

Para calcular o valor das acções utilizou-se o «valor provisório de indemnização», de acordo com os números fixados pelo governo. Nos casos em que não foi possível determinar este valor provisório, utilizou-se simplesmente a última cotação (altíssima) de antes do 25 de Abril, quando na Bolsa de Valores grassava a febre especulativa (é evidente que isto beneficia o chefe pepedista). Quanto aos critérios adoptados para encontrar o valor actual da dívida (ver tabela), eles já foram explicados na edição de 8/8/79 de «o diário».

AS ACÇÕES NÃO CHEGAM

Francisco Sá Carneiro poderá alegar que as acções do seu irmão Ricardo, também

depositadas no BESCL, seriam entregues junto com as suas para pagamento da dívida. Mas, mesmo assim, o total ainda não seria suficiente para cobrir um débito superior a 25,6 mil contos. Somadas, as acções de Francisco e Ricardo valem 2 667 781\$06. Mas, de qualquer maneira, isto é uma hipótese teórica: um negócio deste tipo seria ilegal.

Como se sabe, desde Janeiro de 1976, Ricardo dizia nada dever ao BESCL. «As responsabilidades que, no passado, assumi perante esse banco estão há muito liquidadas», declarava então. Contudo, em fins de 1978, inverteu a sua posição e resolveu assumir a responsabilidade por toda a dívida, tanto a sua como a de Francisco. Assim, naquela data propôs ao BESCL pagar-lhe com os títulos que possuía ali depositados.

No entanto, explica em parecer o jurista Fernando Olavo, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, «tudo leva a crer que a promessa de dação que Ricardo Sá Carneiro deseja realizar pode efectivar-se desde que tenha por objecto apenas o direito à indemnização relativa às acções que lhe pertenciam». Ou seja: Ricardo só pode pagar as dívidas de Francisco com as suas («suas» de Ricardo) próprias acções. E o valor de indemnização das mesmas monta a menos de 820 contos (ver lista).

Além disso, como «o diário» já salientara em artigo publicado a 4/8/79, «de qualquer forma o pagamento das dívidas de Francisco Sá Carneiro não pode ser feito através de títulos de empresas nacionalizadas (sejam de quem forem esses títulos). É que, nos termos do artigo 10.º do Decreto-lei 528/76, de 7 de Julho, a compensação que se verifica é meramente

provisória. Portanto, a entrega destes títulos ao banco não se identifica com o pagamento dos débitos ao mesmo».

GESTORES DO BESCL NÃO PODEM QUITAR

Dessa forma, os gestores do BESCL simplesmente não podem dar qualquer quitação a Francisco Sá Carneiro. Eles

estão impedidos de lhe passar qualquer declaração de que nada deve ao banco. Se o fizerem (ou fizerem) estarão a cometer (ou cometeram) um acto claramente ilegal, enquadrável no Código Penal. Estranhos negócios em que estão a meter-se (ou já se meteram) estes gestores. Além de não cobrar uma dívida velha de cinco anos parecem querer dar quitação em troca de papéis pintados...

Algumas das acções de Francisco Manuel Lumbrales Sá Carneiro (só aquelas depositadas no BESCL)

N.º	Empresa	Valor provisório das indemnizações (¹)	Valor total
20	Bco. da Agricultura	962\$80	19 256\$00
30	Bco. do Alentejo	(2 400\$00)	72 000\$00
25	Bco. Borges & Irmão	1 583\$44	39 586\$00
1	Bco. Fonecas & Burnay	14 495\$55	14 495\$55
50	Bco. Fernades Magalhães	1 718\$30	85 915\$00
7	Bco. Intercontinental Português	(9 500\$00)	66 500\$00
25	Bco. Totta & Açores	1 732\$05	43 301\$25
14	Cinorte	1 000\$00	14 000\$00
7	Comp. Cimentos Tejo	33 726\$39	236 084\$73
150	Comp. Diamantes de Angola	(2 650\$00)	397 500\$00
35	Comp. de Moçambique S.A.R.L.	(540\$00)	18 900\$00
40	Compal, Comp. Prods. Cons. Alimentares	(855\$00)	34 200\$00
130	Comp. Seguros Confiança	989\$50	128 635\$00
5	Comp. Seguros Douro	5 832\$08	29 160\$40
5	Comp. Seguros Metrópole	1 451\$90	7 259\$50
25	Comp. Seguros Tranquilidade	1 763\$43	44 085\$75
25	Empr. Cimentos de Leiria	7 496\$62	187 415\$50
10	Setenave	1 394\$59	13 945\$90
50	Imob. Constr. Grão-Pará	(3 500\$00)	175 000\$00
10	Siderurgia Nac. - ao portador	2 166\$13	21 661\$30
9	Siderurgia Nac. - nominativas	1 944\$32	17 498\$88
40	Sacor - ao portador	2 444\$23	97 769\$20
5	Sacor - nominativas	2 343\$04	11 715\$20
20	Soc. Port. Petroquímica	1 259\$92	25 198\$40
25	Bco. Pinto de Magalhães	1 492\$96	37 324\$00
30	Fides - títulos co-propriedade	310\$00	9 300\$00
TOTAL			1 848 207\$56
10	Comp. Ind. Portugal e Colónias S.A.R.L.	(1 810\$00)	18 100\$00
200	Comp. de Moçambique S.A.R.L.	(540\$00)	10 800\$00
8	Comp. Port. Rádio Marconi	(1 940\$00)	15 520\$00
40	Compal, Comp. Prod. Cons. Alimentares	(855\$00)	34 200\$00
14	Comp. Seguros A Mundial	553\$83	7 753\$62
17	Comp. Seguros Atlas	409\$64	6 963\$88
125	Comp. Seguros Confiança	989\$50	123 687\$50
2	Comp. Seguros Douro	5 832\$08	11 664\$16
100	Comp. Diamantes de Angola	(2 650\$00)	265 000\$00
2	Comp. Seguros Ultramarina	26 199\$87	52 399\$74
4	Comp. Seguros O Alentejo	93\$90	375\$60
2	CUF, Comp. União Fabril	1 850\$00	3 700\$00
10	Comundo, Consórcio Mundial Exp. Imp.	(1 800\$00)	18 000\$00
20	Empr. Cimentos de Leiria	7 496\$62	149 932\$40
36	Setenave, Estaleiros Navais Setúbal	1 394\$59	50 205\$24
168	União Eléctrica Portuguesa	163\$00	27 384\$00
16	Bco. Pinto de Magalhães	1 492\$96	23 887\$36
TOTAL			819 573\$50

EVOLUÇÃO DO VALOR ACTUAL DA DÍVIDA DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO (pelo critério benévolo)

24/04/74	13 800 000	escudos
19/12/75	14 555 964	"
30/06/76	15 364 111	"
27/02/77	16 480 928	"
25/08/77	17 483 627	"
05/05/78	19 492 496	"
24/10/79	25 633 816	"
31/12/79	26 549 502	(previsão)

(¹) Nas acções em que se desconhece o valor provisório de indemnização utilizou-se a respectiva cotação na bolsa (entre parênteses), embora aos níveis altamente especulativos de antes de 25 de Abril de 1974.